Perfil de cores: Desativado
Composição Tela padrão

A *Coleção Pensar a Educação Pensar o Brasil* (1822-2022) é composta por cinco Séries: *Seminários, Estudos Históricos, Clássicos da Educação Brasileira, Diálogos e Ensaios*. Seu objetivo é difundir e fazer circular estudos, debates, ideias e proposições que suscitem e fundamentem os debates sobre a educação pública brasileira nas suas mais variadas formas de expressão.

Esta Série – *Estudos Históricos* – publica trabalhos do campo da História da Educação e de áreas afins que contribuam para alargar o entendimento sobre o lugar da educação no âmbito dos projetos de Brasil delineados ao longo de nossa história.

Coordenação das Séries:

Estudos Históricos

Profa. Dra. Juliana Cesário Hamdan (UFOP)

Prof. Dr. Marcus Vinícius Corrêa Carvalho (UFF)

Seminários

Profa. Dra. Marileide Lopes dos Santos (RME/PBH – GEPHE/UFMG)

Prof. Dr. Tarcísio Mauro Vago (UFMG)

Clássicos da Educação Brasileira

Profa. Dra. Cleide Maria Maciel de Melo (GEPHE/UFMG)

Profa. Dra. Maria do Carmo Xavier (PUC - Minas)

Profa. Dra. Rosana Areal de Carvalho (UFOP)

Profa. Dra. Rita Cristina Lima Lages (UFOP)

Diálogos

Profa. Dra. Ilka Miglio de Mesquita (UNIT)

Profa. Dra. Raylane Andreza Dias Navarro Barreto (UNIT)

Ensaios

Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho (UFMG)

Prof. Dr. Marcus Aurélio Taborda de Oliveira (UFMG)

Coordenação Geral da Coleção

Profa. Dra. Vera Lúcia Nogueira (UEMG)

Conheça todas as ações do Projeto em: http://www.pensaraeducacao.com.br/

Equipe de pesquisa:

Anna Luiza Ferreira Romão

Anderson da Cunha Baía

Cristiane Oliveira Pisani Martini

Elisângela Chaves

Georgino Jorge de Souza Neto

Gyna de Ávila Fernandes

Flávia Gonçalves

Flávio César Freitas Vieira

Luciano Jorge de Jesus

Luciano Pereira da Silva

Marina Guedes Costa e Silva

Ramona Mendes Fontoura de Morais

Pedro Luiz da Costa Cabral

Verona Campos Segantini

ISBN 978-85-7160-665-4
9 788571 606654

Série Estudos Históricos

Andrea Moreno
Tarcísio Mauro Vago

Do ensino normal depende a efficiencia do ensino primario
Fontes para histórias de Educação Física em Minas Gerais (1890-1940)

Andrea Moreno | Tarcísio Mauro Vago

Do ensino normal depende a efficiencia do ensino primario

Fontes para histórias de Educação Física em Minas Gerais (1890-1940)

COLEÇÃO Pensar a Educação 2022

Série **Estudos Históricos**

MAZZA edições

O *Projeto Pensar a Educação Pensar o Brasil* (1822-2022) articula ações de extensão, pesquisa e ensino com o objetivo de propor alternativas para se pensar o Brasil a partir de uma reflexão sistemática sobre um dos grandes desafios do nosso tempo: a educação pública. Tomando a escola pública como tema de reflexão coletiva, constrói canais de aproximação entre pesquisadores e sociedade possibilitando a produção e a circulação de conhecimentos e ideias que possam fomentar um debate amplo e contínuo sobre os desafios da educação brasileira ao longo do processo de construção e consolidação do Brasil como nação.

Uma das maneiras de projetar alternativas viáveis para a construção de um país mais democrático e igualitário se encontra, de um lado, na capacidade de empreender esforços para pensar os problemas de maneira plural e diversificada, fugindo de lugares-comuns e das soluções fáceis e, de outro, na necessidade de difundir essa atitude reflexiva para o conjunto da sociedade brasileira.

É isso o que pretendemos com mais essa ação do Projeto: a *Coleção Pensar a Educação Pensar o Brasil* (1822-2022).

Coordenação Geral do Projeto:
Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho (UFMG)
Prof. Dr. Tarcísio Mauro Vago (UFMG)

Do ensino normal depende a efficiencia do ensino primario_Arte-Final_CMYK.ps
F:\Trabalhos\Mazza Edições\2015\Acertadas\Do ensino normal depende a efficiencia do ensino primario\Arte-Final\CMYK\Do ensino normal depende a efficiencia do ensino primario_Arte-Final_CMYK.cdr
terça-feira, 11 de agosto de 2015 11:47:30

Do ensino normal depende a efficiencia do ensino primario

Fontes para histórias de Educação Física em Minas Gerais (1890-1940)

Do ensino normal_MIOLO.indd 1 17/8/2015 10:40:19

Do ensino normal_MIOLO.indd 2 17/8/2015 10:40:19

Andrea Moreno | Tarcísio Mauro Vago

Do ensino normal depende a efficiencia do ensino primario

Fontes para histórias de Educação Física em Minas Gerais (1890-1940)

MAZZA edições

Do ensino normal_MIOLO.indd 3 17/8/2015 10:40:20

DO ENSINO NORMAL DEPENDE A EFFICIENCIA DO ENSINO PRIMARIO
FONTES PARA HISTÓRIAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM MINAS GERAIS (1890-1940)
Copyright © 2015 by Andrea Moreno e Tarcísio Mauro Vago
Todos os direitos reservados

COLEÇÃO PENSAR A EDUCAÇÃO PENSAR O BRASIL

Comitê Editorial
Vera Lúcia Nogueira (UEMG – Coordenadora)
Cleide Maria Maciel de Melo (GEPHE/UFMG)
Ilka Miglio de Mesquita (UNIT)
Juliana Cesário Hamdan (UFOP)
Luciano Mendes de Faria Filho (UFMG)
Marcus Aurélio Taborda de Oliveira (UFMG)
Marcus Vinícius Corrêa Carvalho (UFF)
Maria do Carmo Xavier (PUC Minas)
Marileide Lopes dos Santos (RME/PBH – GEPHE/UFMG)
Raylane Andreza Dias Navarro Barreto (UNIT)
Rosana Areal de Carvalho (UFOP)
Tarcísio Mauro Vago (UFMG)

Série Estudos Históricos
Coordenação
Juliana Cesário Hamdan (UFOP)
Marcus Vinicius Corrêa Carvalho (UFF)

Capa
Túlio Oliveira

Revisão
Bruno D'Abruzzo

Projeto gráfico e diagramação
Casadecaba Design e Ilustração

M843d Moreno, Andrea.
Do ensino normal depende a efficiência do ensino primário: fontes para histórias de Educação Física em Minas Gerais (1890-1940) / Andrea Moreno, Tarcísio Mauro Vago. – Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015.

280 p.: il. ; 16x23 cm. – (Coleção Pensar a educação pensar o Brasil. Série Estudos Históricos).

ISBN: 978-85-7160-665-4

1. Educação fisica – Minas Gerais – (1890-1940). 2. Educação física – Minas Gerais-História. I. Vago, Tarcisio Mauro. II. Série.

CDD: 796(815.1)
CDU: 796(815.1)

Produção Gráfico-editorial
MAZZA EDIÇÕES LTDA.
Rua Bragança, 101 – Pompeia
30280-410 BELO HORIZONTE – MG
Telefax: + 55 (31) 3481-0591
edmazza@uai.com.br
www.mazzaedicoes.com.br

À Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), por viabilizar a publicação desta obra.

Do ensino normal_MIOLO.indd 6 17/8/2015 10:40:20

Sumário

Apresentação 9

PARTE 1 13

Capítulo 1: Ensino Normal em Minas Gerais 15

Capítulo 2: Constituição da Escola Normal em Belo Horizonte 49

Capítulo 3: A constituição da *Gymnastica* nas Escolas Normais de Minas Gerais 71

Capítulo 4: Garimpando fontes e catalogando os documentos para uma História do Ensino Normal: A aventura nos arquivos..... 109

Referências Bibliográficas 173

PARTE 2: Fontes para Histórias de Educação e de Educação Física no Norte-Nordeste de Minas Gerais (1900-1940) 177

Referências Bibliográficas 275

Do ensino normal_MIOLO.indd 8 17/8/2015 10:40:20

Apresentação

Esta obra mostra os resultados de pesquisas sobre movimentos de escolarização da Educação Física em Minas Gerais, no final do Oitocentos e nas primeiras décadas do Novecentos, desenvolvidas desde 2006 no âmbito de dois grupos de pesquisa: o Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação (GEPHE),[1] e o Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer, da Escola de Educação Física (CEMEF),[2] ambos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Tais pesquisas foram apoiadas, ao longo do tempo, por diferentes agências financiadoras: FINEP, FAPEMIG e CNPq.

---

[1] O GEPHE, criado em 1998, organiza-se a partir da produção e socialização do conhecimento em história da educação. Está também vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação e por meio dele são desenvolvidas pesquisas, dissertações e teses, além da promoção de eventos acadêmicos voltados para a investigação da história da educação em seus diversos contextos, momentos históricos e espaços de constituição. O GEPHE conta com uma perspectiva de trabalho interdisciplinar, com o envolvimento de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento e instituições, em interlocução com centros de pesquisa nacionais e internacionais. Sua produção tem se materializado na publicação de artigos em revistas acadêmicas brasileiras e estrangeiras, capítulos e livros, organização de eventos e formação de pesquisadores voltados para a temática. O grupo congrega pesquisadores em diferentes momentos de formação acadêmica: alunos da graduação, graduados, mestrandos, mestres, doutorandos e doutores, de diversas instituições mineiras. O GEPHE conta com o apoio financeiro do CNPq, da CAPES, da FAPEMIG e da UFMG. Consultar: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp>

[2] O CEMEF foi criado em 2001, vinculado ao Departamento de Educação Física da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG, onde está sua sede. Seu propósito é o de recuperação e preservação, além de pesquisa e divulgação de documentos históricos da área de Educação Física. Reúne professores e estudantes de graduação e de pós-graduação envolvidos com investigações históricas sobre educação física, esporte e lazer. Consultar: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp>

O livro está organizado em duas partes. A primeira é dedicada às pesquisas sobre a presença da então chamada *Gymnastica* em Escolas Normais, no período de 1890 a 1920. Já a segunda parte traz alguns achados de pesquisas voltadas para as Escolas de Ensino Primário, em cinco cidades do norte e do nordeste de Minas Gerais na primeira metade do século XX.

O trabalho de sistematização de fontes sobre a Educação Física no ensino normal de Minas Gerais foi possível em virtude de um conjunto de projetos. Inicialmente, o primeiro projeto desenvolvido[3] procurou compreender a educação do corpo nos espaços de sociabilidade do urbano, na cidade de Belo Horizonte (Minas Gerais, Brasil), no período compreendido de 1891 a 1930. Nesse momento, deparamo-nos com uma rica documentação sobre a Escola Normal Modelo da Capital, que permitiu vislumbrar a Educação Física no ensino normal como temática de pesquisa. Como resultado dessa primeira investigação, com duração de dois anos, construiu-se um catálogo de fontes para o estudo da educação do corpo, que, dada a potencialidade do conjunto documental, se desdobrou em mais duas pesquisas.

A primeira, iniciada em 2008, focou especificamente a educação do corpo na formação de professores da primeira instituição de ensino normal da cidade. Intitulada *Sentidos e sensibilidades: a educação do corpo na Escola Normal Modelo da Capital (Belo Horizonte, 1906-1930)*, teve como objetivo compreender a educação do corpo nos diversos tempos e espaços de sociabilidade configurados nessa instituição: desde o aparato legal, passando pelos regimentos e programas de disciplinas, os espaços e rituais escolares.[4]

A segunda pesquisa, *A prática do esporte na formação de professoras da Escola Normal Modelo da Capital: pistas para uma compreensão da educação physica a partir da trajetória da professora Lucia Joviano (Belo Horizonte, 1916-1935)*, pretendeu continuar e aprofundar o estudo em questão, particularmente para

[3] MORENO, Andrea; VAGO, Tarcísio Mauro. Inventando maneiras de fazer: uma experiência de construção de um catálogo de fontes para pesquisas sobre educação dos corpos em Belo Horizonte (1891-1930). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5, 2008, Aracaju. *Anais O Ensino e a Pesquisa em História da Educação*. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2008. v. 1. p. 1-11.

[4] Cf.: MORENO, A.; SEGANTINI, V. C. Aparato legal e educação do corpo: prescrição de comportamentos e circulação de ideias - investigação sobre os investimentos no corpo em Belo Horizonte (1891-1930). In: GOELLNER, S. V.; JAEGER, A. (Orgs.). *Garimpando memórias*: esporte, educação física, lazer e dança. 1 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. v. 1, p. 75-88.

tratar da constituição de uma *Educação Physica* por meio da presença do esporte como prática corporal na formação de professoras na referida escola. Escolher a trajetória profissional da professora Lucia Joviano como eixo dessa investigação partiu da hipótese de que ela teve um papel fundamental no desenvolvimento do ensino e na presença do esporte na formação de professoras.[5]

Em 2012, dando continuidade às investigações relatadas, iniciamos outra pesquisa com o intento de ampliar e aprofundar a compreensão sobre o ensino normal no Estado de Minas Gerais, focando na presença (enraizamento e afirmação) da *Gymnastica* na formação de professores, e desejando investigar como essa disciplina tomou lugar nas cidades mineiras onde existiam Escolas Normais.

Uma vez que a G*ymnastica* já estava prescrita por lei desde 1890, como ela foi se "transformando", desde a existência da Escola Normal Modelo de Belo Horizonte? Quem eram os professores que atuavam nessa cadeira em outras cidades? Tais professoras se formavam ou passavam pela Escola Normal Modelo da Capital (ENMC)? E os professores homens que lá atuavam, onde se formavam? O que continham os programas da cadeira de *Gymnastica* em outras cidades? Eles coincidiam com os programas da Escola Modelo da Capital? Quais os vestígios de práticas pudemos encontrar nessas escolas no referido período?

Assim, a primeira parte deste livro resulta desses movimentos de pesquisa. A sistematização dos dados tem permitido dar uma importante inteligibilidade ao objeto de nosso estudo e acreditamos que possa também auxiliar outros pesquisadores interessados no percurso da Educação Física como disciplina na formação de professores.

Já a segunda parte apresenta documentos reunidos pela pesquisa *Histórias de Educação Física na cultura escolar: investigações sobre a escolarização da disciplina no norte-nordeste de Minas Gerais (1900-1940)*, realizada de 2011 a 2013. Para essa tarefa contou-se com a parceria também de outros dois grupos: o Grupo de Pesquisas e Estudos em História da Educação e da Educação Física da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) e o Grupo de Estudos e

[5] MORENO, A.; FERNANDES, G. A. A própria mulher nada terá a temer do uso do Sport: Lucia Joviano e a presença dos jogos atléticos na formação de professoras (Escola Normal Modelo da Capital, Belo Horizonte, 1916-1924). In: CUNHA JR., C. F. F. da (Org.). *Histórias e Memórias do Esporte em Minas Gerais*. Juiz de Fora: UFJF, 2011. p. 121-157.

Pesquisas em História da Educação (GEPHE-VALES), da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), em Diamantina e Teófilo Otoni (MG).

Essa pesquisa expandiu esforços de investigação realizados desde 1999 para acompanhar e compreender movimentos de escolarização da Educação Física como disciplina escolar no ensino primário, no período que abrange a transição do regime de monarquia para a república, estendendo-se das últimas décadas do Oitocentos até a primeira metade do Novecentos – quando a Educação Física se enraizou e se afirmou nos programas escolares em Minas Gerais.

Depois de investigações em Belo Horizonte, a capital-vitrine do estado de Minas Gerais, a pesquisa enveredou também por seu sertão de tantos contrastes: agora, cinco cidades do norte e do nordeste de Minas Gerais foram territórios abrangidos: Araçuaí, Diamantina e Serro (no Vale do Jequitinhonha), Montes Claros (no norte) e Teófilo Otoni (no nordeste). Cidades que, constituídas ao longo do ciclo da mineração, se tornaram lugares importantes na ocupação dessa região mineira. Parece ter sido por elas também que começou e se expandiu o movimento de afirmação e projeção da escola, e de escolarização da infância, desde finais do século XIX e nas quatro primeiras décadas do século XX, especialmente após a reforma dos ensinos primário e normal promovida pelo governo mineiro a partir de 1906.

Em tais cidades, de habitantes singulares, com seus costumes distintos dos moradores da capital, é possível indagar, com as fontes aqui reunidas, como foi recebida a escola, e nela, a Educação Física, e as circunstâncias que envolveram seu enraizamento escolar.

Desejamos, assim, com este livro contribuir para a expansão de nossos conhecimentos sobre *histórias* da Educação e da Educação Física em Minas Gerais, e ficaremos felizes se despertarem o interesse para novas e necessárias pesquisas.

Andrea Moreno
Tarcísio Mauro Vago

Belo Horizonte, Inverno de 2015.

PARTE 1

Andrea Moreno

Equipe de Pesquisa:
Anna Luiza Ferreira Romão
Anderson da Cunha Baía
Cristiane Oliveira Pisani Martini
Gyna de Ávila Fernandes
Luciano Jorge de Jesus
Marina Guedes Costa e Silva
Ramona Mendes Fontoura de Morais
Pedro Luiz da Costa Cabral
Verona Campos Segantini.

Capítulo 1

Ensino Normal em Minas Gerais

1.1 *"EDUCAÇÃO INTELLECTUAL, MORAL E PRATICA NECESSARIA E SUFFICIENTE PARA O BOM DESEMPENHO DOS DEVERES DE PROFESSOR"*:[6] A CONSTITUIÇÃO DAS ESCOLAS NORMAIS COMO LUGARES DE FORMAÇÃO DO PROFESSORADO MINEIRO

A primeira metade do século XIX, em Minas Gerais, foi marcada por intensos debates em relação à organização da instrução pública e, consequentemente, à formação de professores e professoras. A partir da década de 1830, havia o discurso de que o professorado mineiro – responsável pela instrução da população – não estava atuando de maneira eficaz no exercício do magistério público primário, tal como nos convida a pensar Rosa (2001). A partir dessa constatação, passou-se a articular o discurso de que haveria a necessidade de se criar uma instituição de ensino que preparasse adequadamente esses professores e professoras. E foi a partir daí que governantes do estado de Minas Gerais passaram a investir na implantação do ensino normal.

Com a Lei nº 13 de 28 de março de 1835 as questões relacionadas à formação do professorado mineiro ganharam maior visibilidade. Essa foi a primeira prescrição oficial que buscou regulamentar a instrução pública, além de vislumbrar,

[6] Optamos por manter a ortografia da época para trechos citados de documentos, conforme a fonte, e algumas expressões como, por exemplo, *gymnastica*, destacadas em itálico quando no corpo do texto.

também pela primeira vez, a criação de uma Escola Normal em Minas Gerais –[7] instituição na qual tanto os aspirantes ao magistério quanto aqueles que nele já atuavam poderiam se habilitar nas matérias de tal ensino. A criação dessa lei foi posterior à determinação do Ato Adicional de 1834 que conferiu às províncias a responsabilidade pelo ensino primário e secundário, ficando o Império responsável apenas pelo ensino superior. Nesse momento são então criadas as Assembleias Provinciais Legislativas, instâncias responsáveis por legislar sobre a instrução pública (ROSA, 2001).

De acordo com Borges, Turci e Faria Filho (2011), em Minas Gerais, no decorrer do século XIX, a obrigatoriedade do ensino e a formação docente foram dois pontos recorrentes nos discursos sobre a instrução pública. Como a obrigatoriedade do ensino não estava sendo cumprida – seja considerando a extensão territorial que dificultava a inspeção, seja pela falta de inspetores – e a formação docente, por sua vez, encontrava dificuldades para se firmar na província, vários foram os argumentos e sugestões proferidos na Assembleia Legislativa Provincial para sanar tais problemas. Se o ensino obrigatório, instituído desde 1835, ainda não se fazia presente segundo os inspetores-gerais devido ao pouco entendimento dos pais sobre a importância da educação escolar e à falta de recursos para manter os filhos nas escolas e se, além disso, o ensino dos saberes elementares nas escolas primárias também se fazia deficiente, tornava-se necessário dar visibilidade às questões relacionadas à formação docente, visto que a mesma passou a ser compreendida e idealizada como mediadora na constituição de uma sociedade que desejava ser instruída e civilizada.

As Escolas Normais passaram, então, a ser compreendidas como instâncias responsáveis pela normalização das práticas educativas existentes em

[7] A primeira Escola Normal instalada em Minas Gerais foi a de Ouro Preto, todavia essa iniciativa demandou certo tempo. Somente cinco anos após a criação da Lei nº 13 de 1835 que a Escola Normal de Ouro Preto passou a funcionar, porém, em 1842 suas portas se fecharam, sendo reabertas em 1847, funcionando durante mais cinco anos e, em 1852, novamente seu ensino foi interrompido. Durante essas primeiras tentativas de implantação de um ensino voltado para a formação docente, a escola ofereceria um curso de dois meses de duração e seria frequentada por homens que, em sua maioria, já atuavam no magistério público. Em meio a esse descontínuo funcionamento, não chegou a formar muitos professores. Sua principal função foi a de avaliar, por meio de exames, aqueles que se candidatavam ao ensino primário e ao secundário na província. A Escola Normal de Ouro Preto voltou a funcionar, com maior vigor, na década de 1870. Mais à frente apresentaremos, com mais detalhes, as Escolas Normais mineiras.

Minas. Além de normalizar e, assim, tornar eficaz a atuação dos professores e professoras das esparsas classes em funcionamento na província, esses lugares de formação contribuiriam para a formação de novos professores e professoras, com vistas a ampliar a oferta da instrução, tida como importante estratégia civilizatória (BORGES; TURCI; FARIA FILHO, 2011). As Escolas Normais, nessa perspectiva, passaram a ser reconhecidas como um dos lugares que viabilizariam a constituição dessa sociedade civilizada e instruída. Seria nessas instituições que também se realizaria a seleção dos docentes, ou seja, quem possuísse o título de normalista não necessitaria provar seus conhecimentos no momento de realização dos concursos futuros e, nesse sentido, aos normalistas era conferida a vantagem de serem nomeados professores e professoras sem precisarem prestar concurso público. Essa era uma das normas instituídas pelo Regulamento nº 100, estabelecido pela Lei Mineira no ano de 1883, a qual foi considerada, na época, um avanço na regulamentação da instrução pública, mesmo que ainda muitos de seus pontos não pudessem ser cumpridos.

As décadas de 30 e 40 do século XIX, portanto, foram importantes períodos para a circulação desses discursos relacionados à instrução pública mineira e à necessidade de formar bons professores e professoras. Essas ideias foram, aos poucos, sendo articuladas e, assim, ganhando relevância na esfera política ao ponto de se reconhecer a necessidade de se construir estabelecimentos de ensino, os quais visassem à preparação do professorado mineiro para o exercício do magistério. À medida que as Escolas Normais foram sendo criadas, gradativamente, foram se configurando como lugares fundamentais para a instrução pública em Minas Gerais, no século XIX. Todavia, esse intento foi marcado pela descontinuidade.

Segundo Gouvêa (2002), essa descontinuidade no funcionamento das Escolas Normais na província Mineira, na primeira metade do século XIX, estava relacionada às críticas quanto à sua eficiência no processo de formação do professorado. Com o passar dos anos, o ensino normal foi sofrendo modificações, seus métodos e programas de ensino foram se sofisticando até que, já nas décadas finais do século XIX, conseguiu se firmar como um curso qualificado, capaz de formar bons professores e professoras. Nesse período, Minas Gerais contava oito desses estabelecimentos – número significativo para a época se comparado às demais províncias. Além de Ouro Preto (capital na época), também Campanha (1873), Diamantina (1879), Paracatu (1889), Montes Claros (1880), Sabará

(1882), Uberaba (1881), Juiz de Fora (1887) e São João del-Rei (1884) foram algumas das cidades mineiras a possuir uma Escola Normal em funcionamento no século XIX.

Em 11 de abril de 1872, promulga-se o Regulamento nº 62 que *reorganisa a instrucção publica da província*. O ensino normal passou, então, a ser organizado em dois anos. No primeiro ano, os alunos e alunas cursavam nove disciplinas, e no segundo, seis. Quanto aos exercícios práticos – os quais eram obrigatórios – havia escolas práticas, de ambos os sexos, em que os alunos e alunas desenvolviam seus trabalhos. Eram nessas aulas que alunos e alunas "testavam" os saberes aprendidos, gradualmente, nas disciplinas ao longo dos dois anos de curso. Embora apresentasse certa simplicidade, os programas de ensino atendiam às exigências que recaíam sobre as Escolas Normais: qualificar o professorado mineiro para exercer o magistério, visto que as aulas práticas requeriam o desenvolvimento das habilidades e conhecimentos que os docentes deveriam possuir. Essa afirmação também se evidencia na fala do Secretário do Interior, Americo Ferreira Lopes:

> A simplicidade do programma não importava, como se vê, no descuido do principal fim da instituição, que era – formar o professor. Era na aula pratica que o alumno, pondo em jogo os conhecimentos gradualmente obtidos, adquiria as qualidades indispensaveis ao exercicio do magisterio. (MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1916/Arquivo Público Mineiro – APM)

Já em 1883, o Regulamento nº 100, de 19 de junho, estabelece algumas modificações na organização das Escolas Normais: o ensino normal passou a se constituir de três anos. No primeiro ano, alunos e alunas cursavam quatro disciplinas, no segundo, nove, e no terceiro, onze. Além dessas, era exigido o *estudo de musica vocal*, para os alunos a prática do violino, e, para as alunas, piano ou *harmonium*, além dos trabalhos de agulha e bordados, sendo essas atividades desenvolvidas no decorrer dos três anos no ensino normal, em ambos os casos. Essa organização perdurou até 1º de dezembro de 1890, quando o Decreto nº 260 aumentou o curso para quatro anos e redistribuiu as disciplinas. Nessa nova organização, o curso normal passou a contar com mais um ano e houve também a supressão de algumas disciplinas: *Escripturação mercantil*, *Historia sagrada*, *Instrucção moral, religiosa e civica*, *Elementos de direito constitucional*

e *Economia domestica*. Em contrapartida, houve a incorporação das cadeiras de *Agrimensura*, *Methodologia* e *Gymnastica*.[8]

Mesmos com todas essas mudanças, continuava o ensino normal a atender às exigências do estado – formar o professorado mineiro para exercer o magistério – visto que, com a criação das *aulas praticas primarias para um e outro sexo*, os alunos e alunas podiam exercitar, "aplicar" os conhecimentos aprendidos ao longo do curso:

> Art. 6. Annexas ás escolas normaes, funccionarão duas aulas praticas primarias – modelos – uma para cada sexo, onde os alumnos do 1º e 2º anno farão exercicios de calligraphia e ortographia; as alumnas trabalho de agulha, e os de terceiro e quarto se entregarão, nos intervallos das aulas, á pratica do ensino sob a direcção dos respectivos professores. (Colleção dos Decretos do Governo Provisorio do Estado de Minas Geraes, 1903; Decreto nº 260, de 1º de dezembro de 1890/APM)

Em 1891, o Decreto nº 533, de 8 de junho, aprova um novo regulamento para as Escolas Normais, mas, apesar das novas modificações, o ensino normal permaneceu constituído de quatro anos. Dessa nova prescrição, cabe destacarmos alguns pontos que foram por ela levantados: o primeiro diz respeito à necessidade de se manter no ensino público um corpo docente que seja bem preparado; o segundo evidencia a necessidade de o ensino normal ter que se caracterizar como um ensino prático; e o terceiro ponto recai sobre a afirmação da necessidade de se criar estratégias que estimulem os sujeitos, alunos e alunas das Escolas Normais, a se dedicarem preferencialmente ao exercício do magistério, de maneira eficaz, já que os responsáveis pela fiscalização do ensino público constataram que apenas um baixo número de normalistas realmente atuavam no ensino público. Ou seja, cada vez mais, a legislação delimitava quais seriam as características que diferenciariam o ensino normal das demais instâncias educativas. E, além disso, definia também quais características qualificariam ainda mais esse curso de formação do professorado mineiro.

[8] Adiante discutiremos sobre a cadeira de *Gymnastica* com a intenção de compreender como essa disciplina foi se constituindo, escolarizando-se ao longo do período estudado, quem foram os sujeitos envolvidos e quais saberes eram mobilizados na época.

No ano seguinte, é promulgada a Lei nº 41, de 3 de agosto de 1892, que organiza, novamente, a instrução pública em Minas Gerais. O artigo 158 dessa lei dispunha que as Escolas Normais continuariam a funcionar *sob a fórma de externato mixto* e permaneceria como

> um estabelecimento de ensino profissional, destinado a dar aos candidatos á carreira do magisterio primario a educação intellectual, moral e pratica necessaria e sufficiente para o bom desempenho dos deveres de professor, regenerando progressivamente a escola publica de instrucção primaria. (Colleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes em 1892, 1893; Lei nº 41, de 3 de agosto de 1892/APM)

Essa nova prescrição não trouxe muitas transformações no que se refere à conformação do ensino normal em Minas Gerais: seu curso permaneceu com a duração de quatro anos e as disciplinas selecionadas para formar bons professores e professoras para atuar no ensino primário continuaram sendo as mesmas:

> Art. 160. As materias que fazem objecto de ensino nessas escolas são: portuguez, noções de litteratura nacional, francez, geographia geral e do Brazil, especialmente deste Estado, noções de historia geral, especialmente a moderna e contemporanea, historia do Brazil, noções de cosmographia, mathematicas elementares, noções de sciencias physicas e naturaes, de physiologia, de hygiene e de hygiene escolar, de agricultura, de agrimensura, e de economia politica, pedagogia, instrucção moral e civica, desenho geometrico, topographico, de ornato, de paysagem e de figura, calligraphia, musica, gymnastica, trabalhos de agulha, noções de economia domestica (para as alumnas), licções de cousas e legislação do ensino primario. (Colleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes em 1892, 1893; Lei nº 41, de 3 de agosto de 1892/APM)

Um ano mais tarde, o governo publica o Decreto nº 607, de 27 de fevereiro de 1893, e com ele *Promulga o regulamento das Escolas Normaes*. Esse decreto, em seu artigo 1º, também reafirma as Escolas Normais como sendo instituições de ensino profissional, as quais se destinam a ministrar instrução teórica e prática a todas as pessoas, sem distinção de sexo ou nacionalidade, que almejassem se tornar professores no ensino primário. Ainda, conforme previa a referida lei, o ensino

normal permaneceria com duração de quatro anos e, entre as disciplinas prescritas, continuava a de *Gymnastica*, incluída na categoria dos *Exercicios praticos*, na qual também estava presente a de *Evoluções militares* – essas duas disciplinas eram prescritas somente para os alunos –; já os *Trabalhos de agulha*, o *Corte de roupa branca* e *Economia domestica* eram destinados às alunas. Desse modo, podemos inferir que a maneira como as disciplinas no ensino normal eram organizadas já, de antemão, determinava quais os sujeitos estariam ou não autorizados a praticarem-nas[9] e, além disso, indicava exatamente o que deveria ser desenvolvido no ensino primário, tal como nos convida pensar Vago (2010).

Estabelecendo modificações na Lei nº 41 é instituída a de nº 221, de 14 de setembro de 1897. Além de prever mudanças relacionadas a algumas cadeiras (*Francez*, *Geographia*, *Historia geral*, *Algebra*, *Sciencias physicas* e *Pedagogia*), propor alterações relacionadas à matrícula e aos trabalhos escolares, essa lei também autoriza o governo novamente a *reformar o regulamento das Escolas Normaes*. Assim, já em 1898, todos os *estabelecimentos de instrucção profissional* passaram a ser regidos pelo Decreto nº 1.175, de 29 de agosto de 1898, expedido em virtude da disposição do artigo 18 da Lei nº 221, de 14 de setembro de 1897 (MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1899/APM).

É interessante perceber como as modificações propostas pela legislação vão, paulatinamente, conformando, aperfeiçoando o ensino normal mineiro. O decreto do ano de 1898, por exemplo, evidencia exatamente esse caminho de delineamento do ensino normal; ele foi o primeiro decreto a apresentar tantos detalhes. A forma minuciosa com que foi escrito dar a ver o que se almejava para o ensino normal naquele período – *cujo fim é ministrar educação intellectual, moral e pratica, aos que se propuzerem exercer o magisterio primario* (art. 1º) –, evidenciando em seu capítulo 1º (art. 2º) quais disciplinas possibilitariam a conformação do professorado mineiro que era desejado naquela época, além de definir a quantidade exata de lições por semana em cada uma das disciplinas:

[9] Havia, desse modo, uma separação por gênero, o que nos leva a crer que a própria organização das Escolas Normais já estabelecia quais práticas eram autorizadas aos meninos e quais eram autorizadas às meninas. Essa informação é fundamental para nossas investigações, uma vez que influencia diretamente a constituição e afirmação da *Gymnastica* no ensino normal mineiro. Mais à frente, discutiremos detalhadamente sobre a constituição da *Gymnastica* em Minas Gerais.

Regulamento a que se refere o decreto nº 1.175[10]
TITULO I
DO CURSO NORMAL

CAPITULO I
Do plano de estudos

Art. 1º O curso normal, cujo fim é ministrar educação intellectual, moral e pratica, aos que se propuzerem exercer o magisterio primario, será seguido nas escolas normaes existentes, sob a fórma de externatos mixtos, e em outras que de futuro forem creadas.

Art. 2º O curso normal completo será de quatro annos, comprehendendo cada um o ensino das seguintes materias:

Primeiro anno
Portuguez ..... 3 lições por semana
Francez ..... 3 >> >> >>
Arithmetica ..... 3 >> >> >>
Geographia ..... 3 >> >> >>
Musica e canto ..... 2 >> >> >>
Desenho geometrico ..... 2 >> >> >>
Calligraphia ..... 2 >> >> >>
Lições de cousas ..... 2 >> >> >>
Economia domestica (para alumnas) ..... 2 >> >> >>
Trabalhos de agulha (para alumnas) ..... 2 >> >> >>
Gymnastica (para alumnos) ..... 5 >> >> >>

Segundo anno
Portuguez ..... 3 lições por semana
Francez ..... 3 >> >> >>
Arithmetica ..... 2 >> >> >>

[10] Destacamos apenas alguns trechos desse decreto, os quais consideramos relevantes para este estudo. Enfatizamos as informações que dizem respeito à estrutura, ao funcionamento e à organização das Escolas Normais, no período de 1898 a 1904, quando ocorre a suspensão do ensino normal. Esse assunto, especificamente, será desenvolvido posteriormente.

Algebra ..... 1 >> >> >>
Geographia ..... 2 >> >> >>
Physica ..... 2 >> >> >>
Principios geraes de educação e methodologia..... 2 >> >> >>
Musica e canto ..... 2 >> >> >>
Desenho topographico ..... 2 >> >> >>
Calligraphia ..... 1 >> >> >>
Trabalhos de agulha ..... 2 >> >> >>
Gymnastica ..... 2 >> >> >>

Terceiro anno
Portuguez ..... 2 lições por semana
Francez (revisão) ..... 1 >> >> >>
Algebra ..... 2 >> >> >>
Geometria plana ..... 4 >> >> >>
Geographia ..... 2 >> >> >>
Historia geral (principios) e noções de historia do
Brasil ..... 3 >> >> >>
Chimica ..... 2 >> >> >>
Instrucção moral e civica ..... 2 >> >> >>
Musica e canto ..... 2 >> >> >>
Desenho de ornato ..... 2 >> >> >>

Quarto anno
Portuguez ..... 1 lição por semana
Litteratura brasileira ..... 1 >> >> >>
Sciencias naturaes ..... 3 >> >> >>
Geometria no espaço ..... 3 >> >> >>
Historia do Brasil ..... 3 >> >> >>
Hygiene escolar e legislação do ensino primario ..... 2 >> >> >>
Musica e canto ..... 2 >> >> >>
Desenho de figura e de paisagem ..... 2 >> >> >>
[...]

(Colleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes em 1898, 1899; Regulamento 1.175, de 29 de agosto de 1898/APM)

Ao operarmos com essa fonte, conseguimos ainda identificar como eram organizadas as Escolas Normais em relação aos seus dias letivos, ou seja, quando se iniciavam e quando terminavam suas aulas, e quanto tempo por dia os alunos e alunas permaneciam nas Escolas Normais:

> CAPITULO IV
> Dos trabalhos escolares
>
> Art. 37º O anno lectivo do curso normal e das aulas praticas começará no dia 1º de setembro e encerrar-se-ha no dia 15 de maio.
> [...].
>
> Art. 40º As aulas durarão sessenta minutos e poderão funccionar das oito horas da manhã ás 6 da tarde, devendo haver sempre de umas para outras um intervallo de dez minutos para descanço dos alumnos.
>
> (Colleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes em 1898, 1899; Regulamento 1.175, de 29 de agosto de 1898/APM)

Esse decreto também apresenta o que se deve fazer para se tornar um normalista, o que isso significava e quais eram as vantagens de se obter esse título:

> CAPITULO IX
> Dos exames vagos
>
> Art. 127º Qualquer pessoa que quizer obter o diploma de normalista, poderá requerer ao director da escola exames vagos das materias constitutivas do curso normal, os quaes se effectuarão depois dos exames dos alumnos mestres.
> [...].
>
> CAPITULO X
> *Do diploma de normalista e das vantagens que confere*
>
> Art. 135º Aos alumnos-mestres que terminarem o curso normal, e ás pessoas que forem approvadas em exames vagos, conferirá o director da escola o diploma de normalista, conforme o modelo annexo a este regulamento.
> [...].

> Art. 138º Aos diplomados normalistas assistirão as seguintes vantagens:
> 1º Preferencia para preenchimento de qualquer cadeira.
> 2º Nomeação independente de concurso desde que requeiram, se não houver outro concurrente normalista inscripto.
> 3º Direito de receber metade dos vencimentos, quando supprimida a cadeira que regerem ou suspenso o ensino da mesma, provarem que não deram motivo a isso.
> 4º Faculdade de usarem um anel encimado por um livro como distinctivo da classe.
> [...].
>
> (Colleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes em 1898, 1899; Regulamento 1.175, de 29 de agosto de 1898/APM)

Do ponto de vista do detalhamento, da sofisticação, esse regulamento foi um documento que estruturou claramente o ensino normal em Minas Gerais. Além das especificações já relatadas anteriormente, ele articulou informações sobre como deveria se constituir o seu corpo docente e administrativo, como ocorria a distribuição das cadeiras entre os professores e professoras do curso normal.[11]

Ainda em relação ao ano de 1898, o plano de ensino das Escolas Normais continuou sofrendo modificações. Em 26 de dezembro, o Decreto nº 1.233 suspende o ensino das cadeiras de *Musica* e *Gymnastica* e suprime os cargos de contínuos e adjuntos das aulas práticas.[12] O governo Mineiro justifica tais decisões devido à escassez de verba destinada ao ensino normal. Mergulhado nesse cenário de crise financeira, o então Secretário do Interior, Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes, propõe algumas reflexões acerca do ensino normal:

[11] Mais detalhes sobre o Regulamento 1.175, de 29 de agosto de 1898, consultar: ROMÃO, 2012.

[12] A contratação de contínuos e adjuntos das aulas práticas acontecia sempre que os professores e professoras responsáveis por essa disciplina julgavam que as suas turmas estavam com um excessivo número de alunos e alunas (mais detalhes, consultar: ROMÃO, 2012).

> É opinião, hoje, corrente em todo o Estado que temos Escolas Normaes em numero excessivo e que algumas dellas não satisfazem aos intuitos do legislador.
> O ensino normal esta a indicar algumas reformas, que o Congresso sem duvida fará, no sentido de diminuir o numero das materias até aqui ensinadas e exigir maior conhecimento das que ficarem. (MINAS GERAIS, Relatório do Secretário do Interior, 1899/APM)

Diante dessas ponderações, cabe-nos questionar: mas por que suprimiram justamente as cadeiras de *Musica* e de *Gymnastica*? Podemos afirmar que os saberes mobilizados por essas disciplinas eram considerados menos importantes se levarmos em conta o objetivo principal das Escolas Normais? A suspensão dessas cadeiras relaciona-se à concepção de hierarquização de saberes, na qual determinadas disciplinas acabam sendo mais privilegiadas em detrimento de outras? O que não podemos negar é que, conforme aponta Vago (2010), evidentemente essa suspensão da cadeira de *Gymnastica* representa um obstáculo para o seu processo de escolarização e isso certamente reverberou no ensino primário.[13]

Possivelmente em vista da instável situação financeira que se encontrava o estado de Minas Gerais, o que veio a prejudicar inclusive a distribuição de verba para o ensino normal, e das críticas pronunciadas por Wenceslau Braz Pereira Gomes, no ano de 1899, o governo decreta a Lei nº 281, de 16 de setembro de 1899, que autoriza a promulgação de um novo regulamento para as Escolas Normais. Foi o que aconteceu, pois em 1900 promulga-se o Decreto nº 1.354, de 17 de janeiro. Todavia, de acordo com esse decreto, as mudanças mais significativas previstas recaíram sobre as cadeiras das aulas práticas: foram fundidas em uma só cadeira e, assim, essa disciplina passou então a ser regida somente pela professora responsável. Ou seja, esse decreto transformou as aulas práticas, que antes eram separadas por sexo, em aulas mistas. Desse modo, alunos e alunas frequentavam as mesmas aulas, sendo obrigados a partilharem o mesmo espaço.

Com o passar do tempo, tal decisão passou a sofrer severas críticas, sobretudo, dos diretores – homens – das Escolas Normais. É o que percebermos, por exemplo,

[13] Todavia, deixemos essas reflexões para o próximo capítulo, no qual a *Gymnastica* ganhará um lugar central no debate.

no relatório escrito pelo Dr. Francisco Honorio Ferreira Brandão – diretor da Escola Normal de Campanha – enviado ao Secretário do Interior, Wenceslau Braz Pereira Gomes, em 5 de maio de 1901:

> as reformas ultimamente feitas têm antes anarchizado do que melhorado o ensino; que o ensino de pedagogia, verdadeiramente caracteristico do ensino normal, foi deturpado em seus effeitos com a suppressão da aula pratica do sexo masculino, pois os alumnos desse sexo não têm podido fazer exercicios de applicação na aula pratica mixta regida por uma professora, pela difficuldade em que esta se acha de evitar os inconvenientes resultantes da promiscuidade de um tão grande numero de alumnos e que no 2º e 3º anno ha tão grande accumulo de materias que os alumnos luctam com difficuldades quasi insuperaveis para bem habilitarem-se nellas, tendo os professores por isso usado de alguma benevolencia nos exames. (MINAS GERAIS, Relatório do Secretário do Interior, 1901/APM)

A determinação do governo de Minas de fundir as aulas práticas em uma só cadeira gerou não só um descontentamento por parte dos diretores das Escolas Normais, mas também os alunos – homens – manifestaram-se contra. Vários passaram a não se matricular na disciplina o que, por sua vez, aumentou ainda mais o descontentamento dos diretores. Entretanto, essas manifestações não foram suficientes para fazer com que o governo mineiro repensasse sobre a sua decisão. Pelo contrário, este permaneceu firme principalmente porque o seu principal objetivo havia sido alcançado: houve uma diminuição das despesas que eram destinadas ao ensino normal. Ora, com a fusão das cadeiras de aulas práticas, não mais seria necessária a contratação de dois professores – um homem e uma mulher – e sim de apenas uma professora que, por sua vez, recebia um salário inferior, justamente por ser mulher. Reduz-se, então, o gasto relativo ao pagamento de um professor e também promove-se uma economia com aluguel de espaços, essas foram as medidas cruciais para a economia governamental.

O corte de investimentos em alguns setores do ensino normal não foi suficiente para mudar o cenário de crise financeira pelo qual o governo de Minas atravessava. Assim, em 1901, promulga-se nova lei (nº 318, de 16 de setembro do mesmo ano), a qual define, em seu artigo 6º que todas as Escolas Normais do estado fossem suspensas. Porém, permite ainda que continuem funcionando aquelas, cujos professores decidam, pelo prazo de 60 dias, continuar exercendo suas funções, mesmo estando cientes de

que os seus vencimentos serão reduzidos. Além disso, permitiu às Câmaras Municipais, dos locais onde havia Escolas Normais, manter seus estabelecimentos de ensino mediante acordo com o governo. Essa lei determinava, ainda, o programa do curso e quais seriam as disciplinas ministradas, contudo, nenhuma alteração significativa em relação aos programas de ensino propostos anteriormente foi apresentada.

Vale destacar que o fator determinante de tal lei – redução dos gastos públicos em período de instabilidade financeira – não deferiu o fim definitivo do ensino normal em Minas Gerais. Portanto, de certo modo, devemos considerar que o governo mineiro permitiu, ainda que por certo tempo, o funcionamento das Escolas Normais. A seguir, apresentaremos as Escolas Normais que continuaram funcionando no período de 1899 a 1903.

QUADRO 1. Quadro demonstrativo das Escolas Normais que continuaram a funcionar no período de instabilidade financeira do estado de Minas Gerais[14]

Ano	1899	1900	1901	1902	1903
Escolas Normais	Arassuahy Campanha Diamantina Juiz de Fóra Montes Claros Ouro Preto Paracatú Sabará São João d'El-Rey Uberaba Barbacena Tres Pontas Serro Itajubá Sete Lagoas	Arassuahy Campanha Diamantina Juiz de Fóra Montes Claros Ouro Preto Paracatú Sabará São João d'El-Rey Uberaba Barbacena Tres Pontas Serro	Arassuahy Campanha Diamantina Juiz de Fóra Montes Claros Ouro Preto Paracatú Sabará São João d'El-Rey Uberaba Barbacena Tres Pontas Serro	Arassuahy Campanha Diamantina Juiz de Fóra Montes Claros Ouro Preto Paracatú Sabará São João d'El-Rey Uberaba Barbacena Tres Pontas Serro	Arassuahy Campanha Diamantina Juiz de Fóra Montes Claros Ouro Preto Paracatú Sabará São João d'El-Rey Uberaba Barbacena Tres Pontas Serro

Fonte: Dados coletados dos Relatórios da Secretaria do Interior/APM.

Como se pode observar, fecharam-se as portas, nesse período, apenas duas Escolas Normais: a de Itajubá e a de Sete Lagoas. Essa constatação nos leva a crer que

[14] Optamos por escrever os nomes das Escolas Normais com a mesma grafia presente em nossas fontes (Cf. ROMÃO, 2012, p. 38).

esses fechamentos tenham ocorrido não devido à determinação governamental balizada pela Legislação, mas, sim, devido à baixa frequência de alunos nessas escolas.[15] Porém, no ano de 1904, mesmo que somente duas Escolas Normais tenham encerrado seus ensinos, o curso normal em Minas Gerais foi suspenso oficialmente pela Lei nº 395, de 23 de dezembro. Entretanto, percebemos que essa suspensão não se deu de maneira definitiva e, muito menos, de imediata: foi permitido aos alunos e alunas

> que tivessem concluido o 3º anno do curso a prestação dos exames das materias do 4º anno, correndo por sua conta as despesas com a organisação das bancas.
> Para execução dessas disposições legaes foram expedidas as Instrucções approvadas pelo Dec. nº 1.788 de 31 de janeiro do corrente anno, fixando a segunda quinzena de outubro vindouro para a prestação desses exames, que devem ser previamente requeridos ao Secretario do Interior.
> Posteriormente á expedição das referidas Instrucções verificou-se que em diversas escolas normaes havia alumnos matriculados que prestaram na 1ª epocha exames de algumas materias do 4º anno e que, nos termos do art. 98 do Dec. nº 1.175 de 1898, tinham direito á prestação, na 2ª epocha, de exames das materias que faltaram para concluirem o curso.
> A esses alumnos foi designado uma época especial, na segunda quinzena de março ultimo, para a prestação dos exames, tendo sido expedida nesse sentido aos directores das escolas normaes a circular de 8 de fevereiro do corrente anno. (MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1905/APM)

Ainda de acordo com a Lei nº 395 e já que o ensino normal mineiro estava sendo suspenso, os vencimentos de todos os professores e professoras das Escolas Normais foram reduzidos à metade e todos eles foram *postos em disponibilidade até que sejam aproveitados ou que o Congresso tome providencias quanto ao ensino normal* (MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1905/APM). Essa situação perdurou no decorrer de 1905, mas, ainda neste ano, ocorreu uma mudança

[15] Nesse mesmo período, houve a implantação da Lei nº 281, de 16 de setembro de 1899 que previa o fechamento das *escolas normaes que não tivessem a frequencia de 50 alumnos em um anno* (MINAS GERAIS, Relatório do Secretário do Interior, 1916/APM). Mais detalhes, consultar: ROMÃO, 2012.

no cenário em relação à estruturação das Escolas Normais mineiras por parte do governo. Este passou a estimular a iniciativa privada, lançando mão da autorização contida no artigo 8º da Lei nº 318, de 16 de setembro de 1901 – a mesma que suspendeu todas as Escolas Normais do estado, ou seja, o governo passou a autorizar alguns estabelecimentos particulares de ensino a se equipararem às Escolas Normais. Ora, era sabido que não se podia extinguir, definitivamente, os lugares de formação do professorado mineiro, em contrapartida, não havia verba pública que fosse capaz de manter as Escolas Normais, diante desse impasse, o governo passa, então, a estimular iniciativas privadas para que essas a invistam no ensino, deslocando, assim, a sua responsabilidade financeira em relação à manutenção do ensino normal.

Acompanhando esse discurso do estado, várias escolas privadas tornaram-se equiparadas às antigas Escolas Normais:

> Institutos normaes equiparados
>
> [...] o governo, depois de conveniente exame e fiscalização, tem concedido a alguns estabelecimentos de ensino existentes no Estado as mesmas prerrogativas de que gosam as escolas normaes municipaes.
>
> Funccionam regularmente, sob a fiscalização do governo, os seguintes institutos equiparados:
>
> 1. Escola normal municipal de Barbacena;
> 2. Collegio da Immaculada Conceição, em Barbacena;
> 3. Escola normal municipal de Minas Novas;
> 4. Escola normal municipal de Tres Pontas;
> 5. Collegio N. S. Maria Auxiliadora, em Ponte Nova;
> 6. Collegio Providencia, em Marianna;
> 7. Collegio Lavrense, na cidade de Lavras;
> 8. Collegio N. S. da Conceição, em Sylvestre Ferraz;
> 9. Collegio da Visitação, em Pouso Alegre;
> 10. Collegio N. S. das Dores, em Diamantina;
> 11. Collegio N. S. de Oliveira, em Oliveira;
> 12. Collegio N. S. das Dores, em S. João d'El-Rey;
> 13. Collegio de Sion, em Campanha;
>
> Alguns destes institutos, segundo os dados colhidos nesta Secretaria, podem ser considerados modelos – pela boa installação, disciplina, methodos de ensino e competência do corpo docente.
>
> (MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1905/APM)

Essa equiparação acontecia em vários pontos – período das aulas, disciplinas lecionadas, métodos de ensino, procedimentos que regularizavam os exames –, mas o principal era em relação ao objetivo central dessas instituições: *ministrar educação intellectual, moral e pratica, aos que se propuzerem exercer o magisterio primario.* Ou seja, também as escolas privadas visavam formar bons e boas professoras.

A aposta do governo de Minas na criação de estabelecimentos de ensino particulares, os quais mais tarde se tornaram institutos equiparados às Escolas Normais, deve ser analisada considerando os "dois lados da moeda": se o governo estimula a iniciativa privada, mantém a oferta, mantém o ensino normal; em contrapartida, desobriga-se em relação à manutenção da instrução pública, do ensino público em Minas Gerais, o qual é previsto por lei. Além disso, a maioria das Escolas Normais, mesmo suspensas oficialmente (Lei nº 395, de 23 de dezembro de 1904), continuou instruindo o professorado mineiro, como é o caso das Escolas Normais de Ouro Preto, de Diamantina, São João del-Rei, Araçuaí, Uberaba, Sabará, Montes Claros, Campanha, Paracatu, Escola Normal Municipal de Barbacena, Três Pontas e Minas Novas.[16] Ao que tudo indica, essas escolas estavam, de certo modo, desobedecendo à legislação. Nesse sentido, se por um lado não podemos negar que as prescrições legais assumem papel significativo no que diz respeito à organização e às características assumidas, em cada época, pelo ensino normal, por outro, tomadas como lugares de formação, as escolas possuíam autonomia, constituindo-se como lugares de produção (BITTENCOURT, 2003).

Como dito anteriormente, mesmo com a suspensão do ensino normal decretada por lei em 1904, algumas Escolas Normais continuaram funcionando. Isso demonstra a iniciativa dos sujeitos envolvidos com cada uma dessas escolas – professores e professoras, funcionários, diretores –, os quais, por não concordarem com a decisão do governo, mantêm as suas escolas funcionando, continuam formando professores e professoras. O que nos leva a crer que esses sujeitos, muito mais que o estado, acreditavam na importância do ensino normal.

Diante desse embate, dessa resistência advinda das Escolas Normais, o governo promulgou a Lei nº 399, de 6 de setembro de 1905, a qual reconheceu válidos

[16] Podemos fazer essa afirmação uma vez que tivemos acesso aos relatórios dos diretores das Escolas Normais, nos quais relatavam o funcionamento de suas escolas, mesmo no período de suspensão do ensino. Esses documentos encontram-se sob a guarda do Arquivo Público Mineiro.

os cursos das Escolas Normais do estado que funcionaram regularmente durante o regime de suspensão do ensino. Entretanto, *esta disposição legislativa apenas aproveitou a Escola Normal de Juiz de Fóra* (MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1905/APM). Esse é um fato, no mínimo, intrigante. Por que o estado reconheceu o trabalho apenas da Escola Normal de Juiz de Fora? E todas as outras Escolas Normais que também continuaram formando, capacitando o professorado mineiro? Nesse momento, não sabemos ao certo o que levou o governo a tomar tal decisão, mas é relevante destacarmos que ainda em 1905, no artigo 17º da Lei nº 422, de 29 de setembro, o governo autoriza o estabelecimento do ensino em todas as Escolas Normais desde que o limite da verba votada para a instrução pública seja respeitado. Porém, perdurando os motivos que determinaram a suspensão do ensino normal, sobretudo escassez de verba destinada ao ensino público, o governo deixou de restabelecer o ensino normal.

Essa realidade é modificada somente em 1906 com a reforma promovida pelo governo João Pinheiro que restabelece o ensino normal em Minas Gerais:

> Art. 1º - Fica o Governo de Minas Geraes autorizado a reformar o ensino primario e normal do Estado, de modo que a escola seja um instituto de educação intellectual, moral e physica. (MINAS GERAIS, Lei nº 439, de 28 de setembro de 1906/APM)

Essa mesma lei cria a Escola Normal na Capital, agora em Belo Horizonte, a qual futuramente serviria de modelo para as demais Escolas Normais e Institutos Equiparados. A exigência pela criação de uma Escola Normal Modelo já havia sido expressa pelo Secretário do Interior, Dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro, no relatório enviado ao Presidente do Estado, no ano de 1905:

> Si ao Estado, portanto, for possivel actualmente desenvolver as suas despesas por esse lado [refere-se ao ensino público], deve fazel-o, reorganizando o ensino normal official e creando uma escola modelo na Capital.
> O que absolutamente não pode continuar é o regimen actual: - *o ensino normal equiparado* em pleno funccionamento sem que exista funccionando um estabelecimento official *modelo*, pelo qual se deva reger e guiar. É indispensavel já a existencia do *modelo*, o typo, a norma, o paradigma. (MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1905/APM)

Tal como é ressaltado acima, se há institutos equiparados ao ensino normal em Minas Gerais, é contundente que se crie um estabelecimento de ensino que sirva de modelo para os demais. O que não impede que cada um adquira determinadas características que os tornem estabelecimentos singulares, visto que cada escola, tida como uma instituição que obedece a uma lógica particular e específica e na qual participam vários agentes – estado, partidos políticos, corpo docente e administrativo, alunos e alunas – tanto internos quanto externos, deve ser compreendida como um lugar de produção de um saber próprio, como reflete Bittencourt (2003). Sendo assim, a partir de meados de 1906, às Escolas Normais existentes em terras mineiras é estabelecida uma nova forma de organização: todas obedecerão à Escola Normal Modelo da Capital Belo Horizonte.

Em 16 de dezembro do mesmo ano, foi expedido o Decreto nº 1.960, que em seu artigo 142º expressava:

> As escolas normaes destinam-se particularmente ao preparo pratico de professores primarios com todas as qualidade indispensaveis ao magisterio, e seu curso constará das seguintes materias: portuguez e francez; arithmetica e geometria; geographia, historia e educação moral e civica; noções geraes de physica, chimica, historia natural e hygiene; arithmetica commercial e escripturação mercantil; desenho linear e a mão livre; musica. (MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1916/APM)

Nesse período, as cadeiras apresentadas acima seriam distribuídas ao longo de três anos – tempo de duração do curso – e a prática do magistério – *recommendada como unico objectivo do ensino normal* – seria realizada nos grupos escolares e nas escolas isoladas das respectivas localidades, sob a direção dos professores e professoras da Escola Normal, dialogando assim com o fim último desses estabelecimentos – *preparo pratico de professores primarios com todas as qualidade indispensaveis ao magisterio.* Nesse momento, é relevante destacarmos que a cadeira de *Gymnastica*, suspensa em 1898, não retorna para o currículo do ensino normal, o que evidencia o tortuoso processo de afirmação e enraizamento pelo qual essa cadeira passou no ensino normal mineiro, sobretudo no final do século XIX e início do XX.

Essa nova organização das Escolas Normais durou até 31 de maio de 1910, quando foi expedido o Decreto nº 2.836, o qual remodelou o ensino normal aproximando-o das *modernas concepções de orientação pedagogica*, tal como apresentou

no relatório enviado ao Presidente do Estado, o então Secretário do Interior, Dr. Estevão Leite de Magalhães Pinto, em 15 de junho de 1910. Entre as disciplinas do ensino normal, introduziram as *aulas de gymnastica e de trabalhos manuaes, até então inusitadas*; mantiveram-se apenas os exames finais de cada disciplina; alterou-se a seriação das matérias de ensino; o curso foi novamente dividido em quatro anos; tornou-se mais intensa a prática profissional, uma vez que se decretou a criação de um *grupo de escolas annexas, onde as alumnas mestras melhor possam fazer noviciado para o desempenho dos cargos a que destinam* (MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1910/APM)

É interessante destacarmos que, a partir de 1906, o ensino normal passou a ser destinado apenas às *alumnas mestras* e, em 1910, novamente, a cadeira de *Gymnastica* compõe o programa de ensino das Escolas Normais demarcando, assim, o seu retorno e a busca pela sua consolidação, tal como analisa Vago (2010). A decisão de que *as escolas normaes, [...], serão frequentadas exclusivamente por alumnas, ás quaes será dada educação intellectual, moral, physica e profissional, necessaria ao preparo de professores primarios com as qualidade indispensaveis ao magistério* – expressa no artigo 2º do Decreto nº 2.836 – sofre intensas críticas, que ganham visibilidade, a princípio, no relatório escrito pelo então Secretário do Interior, Delfim Moreira da Costa Ribeiro, em 31 de maio de 1912:

> **Admittida nas ultimas reformas a doutrina americana de que á mulher deve ser confiado de preferencia o ensino da primeira edade, o Estado só mantem actualmente a Escola Normal da Capital, para formar professoras. Há diversos estabelecimentos equiparados, mas todos elles destinam-se a preparar professoras.**
> **Leváoamericana**, pois que o nosso meio não estava completamente preparado para recebel-a.
> Mesmo nos Estados Unidos da America do Norte, ainda ha uma grande porcentagem de professores empregados no ensino publico elementar. Na ultima estatistica que conhecemos, o quadro era de cerca de 105.000 professores e 375.000 professoras. Vê-se bem que, na America do Norte, não foi completamente excluido do ensino elementar official – o homem.
> **As ultimas reformas exaggeraram o preceito americano, pela creação de uma só Escola Normal Modelo para o sexo feminino, parecendo que a intenção do Estado era excluir do magisterio primario o professor.**
> Entretanto, ainda precisamos delle e não poderemos banil-o tão cedo do ensino official.

> **Creado e desenvolvido como se acha o ensino normal feminino na Capital, o que está acontecendo é que esse ensino não é de completo proveito para o Estado**. As normalistas formadas pela nossa Escola Modelo, por serem moças na sua grande maioria pertencentes a familias da Capital, não podem, razoavelmente, acceitar cadeiras fóra de Bello Horizonte; e assim **temos uma Escola mantida pelo Estado, mas de utilidade meramente local**.
> **O governo, não podendo collocar todas as normalistas da Escola Modelo nos grupos e escolas de Bello Horizonte, a consequencia é que grande numero dellas fica desaproveitado, com manifesto prejuizo para o ensino e para o Estado**, que faz grandes sacrifícios para manter esse instituto de ensino profissional. (MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1912/APM – Grifos nossos)

Segundo Delfim Moreira da Costa Ribeiro, o estado de Minas Gerais perderia muito com a decisão de que apenas as mulheres pudessem se tornar professoras. Um dos motivos, segundo ele, reside no fato de *por serem moças na sua grande maioria pertencentes a familias da Capital, não podem, razoavelmente, acceitar cadeiras fóra de Bello Horizonte.* O próprio Delfim Moreira propõe algumas alternativas:

> 1º limitação da matricula na Escola Normal Modelo para o sexo feminino;
> 2º **a organização de uma outra Escola Modelo na Capital para o sexo masculino**.
> A crescente matricula de alumnas na Escola Modelo faz prever que, dentro de pouco tempo, por mais vastas que sejam, as salas de aula não comportarão mais a frequencia diária, ou então terá de ser sacrificada a hygiene do estabelecimento.
> É relativamente facil a organização de uma outra Escola Normal Modelo, na Capital, para o sexo masculino. (MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1912/APM – Grifos nossos).

Essas críticas em relação à feminilização do magistério perduram por mais alguns anos.[17] Já em junho de 1914 o então diretor da Escola Normal Modelo da

[17] Sobre a feminilização do magistério, consultar: GOUVEIA (1970), NASCIMENTO (2011), TANURI (2000), FARIA FILHO (2005b).

Capital, Arthur Joviano, encaminha ao então Secretário do Interior, Dr. Americo Ferreira Lopes, um relato expressando a necessidade de se criar um estabelecimento de ensino que atenda o sexo masculino, tal como foi proposto por Delfim Moreira da Costa Ribeiro, nos anos de 1912. Nesse relato, Arthur Joviano – lançando mão de sua experiência como diretor de uma Escola Normal Modelo – apresenta, ainda que de maneira resumida, um plano para organização para a Escola Normal Modelo para o sexo masculino:

> São relevantes as ponderações que me foram suggeridas pelo Director da Escola Normal Modelo, sobre a necessidade da creação de um estabelecimento para o sexo masculino, onde, de par com as noções modernas do ensino, se ministre aos candidatos ao magisterio a pratica das disciplinas que os tornem real e particularmente uteis ás populações a que vão servir. Esse alvitre justifica-se, e já o fez sentir o meu antecessor em seu relatorio do anno passado, pela necessidade de prover as escolas dos pequenos povoados, dos centros ruraes, e para isso não se poder contar com o elemento feminino. A Escola Normal, com tal objectivo, não necessitará de um curso de mais de tres annos, uma vez que exija na sua matricula somente candidatos com preparo primario completo. Seus programmas serão de ensino intuitivo, tendo como base e materias essenciaes – *Instrucção pratica, trabalhos manuaes, desenhos artístico, linear e medições, noções praticas de sciencias naturaes.*
> A educação intellectual será elementar, com programmas mais simples do que o dos Grupos Escolares, de modo a permittir mais tempo ao exercicio das outras disciplinas.
> Para execução desse plano, as escolas primarias terão como dependencia um peuqeno campo pratico de agricultura, onde os alumnos se exercitem no trabalho e cultura da terra, recendo instrucção e fazendo uso de instrumentos e processos novos de industria agricola.
> Uma pequena officina habituará os alumnos no fabrico e preparo de peças, objectos e cousas de utilidade domestica e da profissão de agricultor. (MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1914/APM)

Cabe aqui voltarmos um pouco na história e tomarmos como referência o ano de 1911 quando a Lei nº 560, de 12 de setembro foi promulgada. Essa lei autorizava o governo a criar cinco Escolas Normais Regionais, as quais atenderiam a ambos os sexos – característica que, sobretudo, diferenciaria tais escolas das demais Escolas

Normais existentes em Minas Gerais na época –[18] e que deveriam se inspirar na Escola Normal Modelo da Capital Belo Horizonte. Entretanto, somente em 1913, houve a criação de uma dessas escolas: a Escola Normal Regional de Ouro Fino.[19]

Retornando ao ano de 1914, dois Decretos – os de nº 428, de 17 de fevereiro, e o de nº 4.139, de 3 de maio – aprovaram os programas de ensino para as Escolas Normais Regionais e Equiparadas, bem como o da Escola Normal Modelo da Capital.

Passados dois anos, em 1916, já no governo de Delfim Moreira, ex-Secretário do Interior, promulga-se o Regulamento nº 4.524, de 21 de fevereiro – aprovado pelo artigo 7º da Lei nº 676, de 12 de setembro do mesmo ano –, o qual uniformiza o ensino normal no estado de Minas Gerais. Tal uniformização já vinha sendo almejada, é o que percebemos na fala de Americo Ferreira Lopes, então, Secretário do Interior:

> Effectivamente, não se comprehende que professores destinados a funcções inteiramente identicas, adstrictos ao ensino mediante programmas absolutamente uniformes, tendo para campo de sua actividade profissional institutos de ensino primario guiados por normas invariaveis, recebam nos estabelecimentos adequados á formação de sua aptidão didactica, um preparo qualitativa e quantitativamente differente. (MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1916/APM)

Tornou-se, assim, exigência que todas as Escolas Normais Regionais e Equiparadas adotassem a mesma distribuição de cadeiras, o mesmo número de disciplinas, os programas de ensino, os horários e os processos de exames da Escola Normal Modelo da Capital, *de modo que se estabeleça a egualdade de preparo nos professores diplomados por qualquer desses estabelecimentos* (MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1916/APM). Destacamos ainda que o ensino

[18] Após a criação da Escola Normal Modelo da Capital (1906), a qual era destinada exclusivamente a mulheres, constatamos que as demais Escolas Normais (que eram mistas) ou se tornaram também exclusivas a mulheres ou se fecharam. Essa constatação dialoga diretamente com o exposto pelo diretor da Escola Normal Modelo da Capital, Arthur Joviano, e pelo Secretário do Interior, Delfim Moreira da Costa Ribeiro, os quais afirmam ser necessária a criação de uma Escola Normal Modelo que atendesse a homens.

[19] Nosso garimpo realizado no Arquivo Público Mineiro no período estudado – última década do século XIX e as duas primeiras décadas do XX – não nos permite dizer da existência de outras Escolas Normais Regionais. A única que identificamos é a de Ouro Fino. Assim, não podemos afirmar que realmente não existiram outras Escolas Normais Regionais em Minas Gerais.

normal permaneceu com a duração de quatro anos e também que a cadeira de *Gymnastica* foi mantida.

Analisando toda essa trama, a forma com que o ensino normal foi sendo forjado ao longo da última década do século XIX e início do século XX, percebemos que as instituições destinadas à formação e profissionalização dos professores e professoras, denominadas Escolas Normais, em Minas Gerais, tinham em vista se constituírem como lugares que garantiriam aos candidatos à carreira do magistério primário a educação intelectual, moral e física necessária e suficiente para o bom desempenho dos deveres do professorado mineiro, regenerando progressivamente a escola pública de instrução primária (MINAS GERAIS, Lei nº 41, de 3 de agosto de 1892/APM). Mesmo considerando que a legislação tenha imprimido um modo de conformação às Escolas Normais, não podemos negar que essas instituições se configuraram, no decorrer da história, como lugares singulares. Cada uma dessas escolas, tidas como instituições que obedecem a uma lógica particular e da qual participam vários agentes – tanto internos quanto externos: estado, partidos políticos, corpo docente e administrativo, alunos e alunas – também se configuram como lugares de produção de um saber próprio (BITTENCOURT, 2003).

Portanto, intentamos neste capítulo, compreender o ensino normal, como foi se constituindo, ora em conformidade com a legislação prescritiva, ora com as práticas que, reveladas pelos relatórios escritos pelos diretores das Escolas Normais e pelos Secretários do Interior, mostram-nos que também elas são locais de produção, os quais escapam às prescrições. Agora faremos uma breve sistematização das Escolas Normais existentes em Minas Gerais no período compreendido entre 1890 e 1946.[20]

1.2 A DIVERSIDADE DAS ESCOLAS NORMAIS: ESTADUAIS, MUNICIPAIS, EQUIPARADAS E REGIONAIS

As Escolas Normais que funcionaram em terras mineiras, no período compreendido entre 1890 e 1946, eram diferenciadas, a princípio, pelo termo que precede

[20] Nesse momento, torna-se necessário alargarmos um pouco mais nosso recorte temporal até a década de 40 do século XX, uma vez que vamos dialogar sobre as Escolas Normais existentes em Minas Gerais e, assim, já destacamos que a Escola Normal Modelo da Capital funcionou até 1945, quando se transformou em Instituto de Educação de Belo Horizonte.

a sua localidade. Seriam elas assim denominadas: Escola Normal Estadual, Escola Normal Municipal, Escola Normal Regional, Escola Normal Equiparada ou Institutos Equiparados e Escola Normal Modelo.[21]

Compreendemos como Escolas Normais Estaduais os primeiros institutos de ensino projetados com a finalidade de qualificar o professorado mineiro, sendo eles criados e mantidos pelo estado de Minas Gerais. No ano de 1890, essas escolas eram:

> Custeadas pelos cofres publicos, possue o Estado 13 escolas normaes, das quaes 10 funccionam regularmente com séde nas cidades de **Arassuahy, Campanha, Diamantina, Juiz de Fóra, Montes Claros, Ouro Preto, Paracatú, Sabará, S. João d'El-Rey e Uberaba**, e 3 ainda não installadas, com séde nas cidades de **Cataguazes, Januaria e Pouso Alegre**. (MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1896 – Grifos nossos)

Já as Escolas Normais Municipais – que também possuíam o mesmo objetivo das Escolas Normais Estaduais – seriam aquelas criadas pelos Municípios, mas que recebiam uma ajuda financeira do estado – *Em virtude do art. 3º da lei nº 91, de 11 de julho do anno passado, cada uma dellas é subvencionada pelo Estado com a importancia annual de 15:000$000* (MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1895/APM). Eram elas: Escola Normal de Três Pontas, de Barbacena, do Serro, de Itajubá, Sete Lagoas e Minas Novas.

Por sua vez, as Escolas Normais Regionais surgiram somente mais tarde, já na década de 1911, quando o governo de Julio Bueno Brandão promove outra reformulação no ensino normal:

> O Governo, usando de attribuições que lhe confere o art. 57 nº 1 da Constituição do Estado e de conformidade com o disposto no art. 1º da lei nº 560, de 12 de setembro de 1911, resolveu expedir o dec. nº 4.056, de 6 de dezembro de 1913, em virtude do qual creou a Escola Normal Regional de Ouro Fino. (MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1914/APM)

[21] A Escola Normal Modelo da Capital, nessa seção, somente constará em um quadro que apresentaremos mais à frente, visto que já dedicamos a ela uma seção específica.

A lei acima mencionada determinava que as *Escolas Normaes Regionaes* deveriam ser instaladas nas seguintes regiões do estado: uma no norte, outra no sul, outra na Zona da Mata, outra no oeste e outra no Triângulo Mineiro (art. 1º). Ou seja, a partir dessa lei, foi prevista a criação de cinco Escolas Normais Regionais em Minas Gerais, todavia, de acordo com o nosso levantamento de fontes, apenas uma foi realmente instalada, a Escola Normal Regional de Ouro Fino, no ano de 1913. Ainda com relação ao art. 1º da referida lei, também definia-se que as Escolas Normais Regionais se constituiriam como estabelecimentos de ensino mistos, os quais, guardadas as suas singularidades, seriam também modelados pela Escola Normal Modelo da Capital. Quanto ao vencimento dos professores e professoras, esses receberiam a mesma quantia prevista para o corpo docente das demais Escolas Normais. Contudo, ficava o governo autorizado a reajustar esses salários caso julgasse necessário.

Em relação às *Escolas Normaes Equiparadas* ou *Institutos Equiparados*, estes surgem a partir da década de 1900. A princípio, os estabelecimentos que desejavam se equiparar às Escolas Normais eram institutos particulares, apenas.

> Além das dez Escolas Normaes mantidas pelo Estado funccionam cinco, mantidas pelas municipalidades respectivas, em Minas Novas, Serro, Sete Lagoas, Barbacena e Tres Pontas, e **tres estabelecimentos particulares de ensino, equiparados às mesmas escolas**, sendo, em Marianna, o "**Collegio Providencia"**, na Ponte Nova, o "**Collegio Maria Auxiliadora**" e, em S. Domingos do Prata, o **Collegio fundado pelo dr. Edelberto de Lellis Ferreira e padre João Pio de Souza Reis**, equiparado este ultimo estabelecimento particular pelo Decreto nº 1.537, de 6 de setembro do anno passado. (MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1903/APM – Grifos nossos).

Nesse momento inicial, tais institutos se equiparavam às Escolas Normais Estaduais e essa equiparação dizia respeito à adoção da forma de organização e funcionamento que tais escolas possuíam – adotaram os horários de funcionamento, as datas dos exames, as cadeiras que eram ministradas nas Escolas Normais Estaduais e seus métodos de ensino.[22]

[22] Entretanto, o que percebemos em um estudo anterior (ROMÃO, 2012), no qual algumas Escolas Normais foram analisadas, é que elas apresentavam características distintas e esse foi somente um dos motivos que

Com o passar dos anos, outros institutos particulares foram se equiparando às Escolas Normais Estaduais: *Collegio de N. Sª do Carmo, na Varginha; e o Collegio da Immaculada Conceição, em Barbacena* – ambos equiparados pelo *dec. nº 1.614 de 7 de julho de 1903* (MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1903/APM). No ano de 1904 surgiu uma novidade, foram equiparadas às Escolas Normais Estaduais algumas antigas Escolas Normais Municipais:

> Dos estabelecimentos equiparados ás escolas normaes mantidos por municipalidades continuam a funccionar: a **Escola Normal de Barbacena**, sob a fiscalisação do cidadão Modesto de Araujo Lacerda, nomeado para fiscalisal-a a 1º de agosto do anno passado; a **Escola Normal de Tres Pontas**, sob a fiscalisação do cidadão Thomaz José da Silva, nomeado em 11 de março do corrente anno e a **Escola Normal de Minas Novas**, sob a fiscalisação do cidadão Affonso Ulrick, nomeado a 7 de julho de 1904. (MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1905/APM – Grifos nossos)

Dois anos mais tarde, o Secretário do Interior Dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro, em seu relatório enviado ao Presidente do estado, apresenta uma lista de *Institutos Normaes Equiparados*:

> Funccionam regularmente, sob a fiscalização do governo, os seguintes institutos equiparados:
> 1. **Escola normal municipal de Barbacena**;
> 2. Collegio da Immaculada Conceição, em **Barbacena**;
> 3. **Escola normal municipal de Minas Novas**;
> 4. **Escola normal municipal de Tres Pontas**;
> 5. Collegio N. S. Maria Auxiliadora, em Ponte Nova;
> 6. Collegio Providencia, em Marianna;
> 7. Collegio Lavrense, na cidade de Lavras;
> 8. Collegio N. S. da Conceição, em Sylvestre Ferraz;
> 9. Collegio da Visitação, em **Pouso Alegre**;
> 10. Collegio N. S. das Dores, em **Diamantina**;
> 11. Collegio N. S. de Oliveira, em Oliveira;

reforçou a necessidade de unificação do ensino normal em Minas Gerais que, por sua vez, deveria se orientado pela Escola Normal Modelo da Capital, criada em 1906, como destacado anteriormente.

12. Collegio N. S. das Dores, em **S. João d'El-Rey**;
13. Collegio de Sion, em **Campanha**;
(MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1905/APM – Grifos nossos).

Torna-se relevante destacar que, a partir do ano de 1904 até 1905 com o ensino normal suspenso (Lei nº 395, de 23 de dezembro de 1904), alguns dos colégios particulares acima apresentados foram equiparados em cidades onde já existiam Escolas Normais. E é justamente compondo esse cenário que observamos um aumento significativo na criação de colégios particulares, havendo inclusive discursos de agentes políticos que valorizavam e impulsionavam a iniciativa privada, tal como o de Delfim Moreira destacado anteriormente.

Todas as Escolas Normais Equiparadas ou Institutos Normais Equiparados passaram a ser fiscalizados por *fiscaes do ensino*, os quais eram pagos pelo estado e não mais pelos estabelecimentos particulares como antes acontecia. Assim, em 1909, para fiscalizar as Escolas Normais Equiparadas foram designados os seguintes sujeitos:

ESCOLA NORMAL DE PONTE NOVA
1º semestre – Francisco José da Paixão
2º semestre – Bernardino de Miranda Lima

ESCOLA NORMAL DE DIAMANTINA
1º semestre – Carlos Leopoldo Dayrell Junior
2º semestre – Polydoro dos Reis Figueiredo

ESCOLA NORMAL DE CAMPANHA
1º semestre – Antonio Augusto Campos da Cunha
2º semestre – Militino Pinto de Carvalho

ESCOLA NORMAL DE OLIVEIRA
1º semestre – Arthur dos Santos Mourão
2º semestre – Antonio Augusto Campos da Cunha

ESCOLA NORMAL DE MARIANNA
1º semestre – Bento Ernesto Junior
2º semestre – Arthur Queiroga

ESCOLA NORMAL DE UBERABA
1º semestre – Antonio Baptista dos Santos
2º semestre – Bento Ernesto Junior

ESCOLA NORMAL DE S. JOÃO D'EL- REI
1º semestre – Camillo Philinto Prates.
2º semestre – Francisco José da Paixão

ESCOLA NORMAL DE POUSO ALEGRE
1º semestre – João Lucio Brandão
2º semestre – Antonio Baptista dos Santos

ESCOLA NORMAL DE SYLVESTRE FERRAZ
1º semestre – Ernesto de Mello Brandão
2º semestre – Francisco Lentz de Araujo

LYCEU MUNICIPAL DE MUZAMBINHO
1º semestre – Alberto da Costa Mattos
2º semestre – Ernesto de Mello Brandão

ESCOLA NORMAL DE LEOPOLDINA
1º semestre – Ernesto Carneiro Santiago
2º semestre – Alberto da Costa Mattos

ESCOLA NORMAL DE LAVRAS
1º semestre – Francisco Lentz de Araujo
2º semestre – João Lucio Brandão

ESCOLAS NORMAES DE BARBACENA
1º semestre – Raymundo Tavares
2º semestre – O mesmo.
Nota – Para fiscalizar a Escola Normal Equiparada, de Tres Pontas, cujas regalias foram suspensas, designou-se o sr. Estevam de Oliveira, durante o 1º semestre. (MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1910)

Passados mais três anos, já em 1912, continuamos a acompanhar a expansão de estabelecimentos de ensino mantidos pela iniciativa privada e que se equiparavam à

Escola Normal Modelo da Capital: *Gymnasio Leopoldinense; Collegio N. S. das Dóres, de Uberaba; Collegio das Irmãs Dorothéas, de Pouso Alegre; Gymnasio S. Vicente de Paulo; Gymnasio Paraizense; Gymnasio de Minas; Gymnasio de Ouro Preto e Lyceu de Muzambinho.* Além de todos esses *Institutos Normaes Equiparados*, também se tornaram Escolas Normais Equiparadas a *Escola Normal Delfim Moreira, de Sabará* e a *Escola Normal de Ouro Fino*. (MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1913/APM)

A seguir, apresentamos uma sistematização, na qual buscamos reunir todos os estabelecimentos equiparados às Escolas Normais Oficiais – *Escola Normal Modelo da Capital e Escola Normal Regional de Ouro Fino* – que recebem as *regalias* da Lei nº 501, de 21 de setembro de 1909, ou seja, que são isentos da contribuição anual de *2:000$000* para as despesas de fiscalização, por admitirem, gratuitamente, alguns alunos e alunas, os quais são indicados pelo governo.

QUADRO 2. Quadro demonstrativo dos estabelecimentos equiparados

Denominações e Localidades	Decretos equiparando	Decreto isentando da contribuição anual de 2:000$000 para fiscalização
Collegio de Nossa Senhora de Oliveira	Dec. nº 1.845, de 15 de setembro de 1905	Dec. nº 2.776, de 8 de março de 1910
Collegio Providencia de Marianna	Dec. nº 1.502, de 15 de janeiro de 1902	Dec. nº 2.791, de 5 de abril de 1910
Collegio de Nossa Senhora das Dores, de Uberaba	Dec. nº 1.932, de 6 de agosto de 1906	Dec. nº 3.351, de 24 de outubro de 1911
Collegio de Nossa Senhora das Dores, de S. João d'El-Rey	Dec. nº 1.845, de 15 de setembro de 1905	Dec. nº 2.801, de 20 de abril de 1910
Collegio de Nossa Senhora Auxiliadora, de Ponte Nova	Dec. nº 1.318, de 17 de agosto de 1899	Dec. nº 2.813, de 10 de junho de 1910
Collegio de Nossa Senhora da Conceição, de Sylvestre Ferraz	Dec. nº 1.831, de 4 de julho de 1905	Dec. nº 2.786, de 5 de abril de 1910
Collegio de Nossa Senhora das Dores, de Diamantina	Dec. nº 1.815, de 15 de setembro de 1915	Dec. nº 2.757, de 15 de fevereiro de 1910
Collegio da Immaculada da Conceição, de Barbacena	Dec. nº 1.614, de 7 de junho de 1903	Dec. nº 3.220, de 18 de julho de 1911

Collegio das Irmãs Dortothéas, de Pouso Alegre	Dec. nº 3.256, de 25 de julho de 1911	Lei nº 510, de 1909
Collegio Notre Dame de Sion, da Campanha	Dec. nº 1.842, de 11 de dezembro de 1905	Dec. nº 3.720, de 1 de outubro de 1912
Collegio Sagrado Coração, de Jesus, de Itajubá	Dec. nº 3.733, de 22 de setembro de 1912	Dec. nº 3.757, de 26 de novembro de 1912
Collegio Lucindo Filho, de Juiz de Fóra	Dec. nº 4.027, de 14 de outubro de 1913	Dec. nº 1.033, de 22 de outubro de 1913
Collegio de S. Vicente de Paulo, de Muriahé	Dec. nº 3.311, de 12 de setembro de 1911	Dec. nº 3.445, de 13 de fevereiro 1912
Collegio Sagrado Coração de Maria, de Ubá	Dec. nº 4.018, de 30 de setembro de 1913	Dec. nº 4.108, de 27 de janeiro de 1914
Escola Normal N. S. de Lourdes, de Lavras	Dec. nº 1.832, de 4 de julho de 1905	
Gymnasio Leopoldinense	Dec. nº 1.942, de 6 de setembro de 1906	Dec. nº 2.812, de 27 de abril de 1910
Escola Normal de Ouro Preto	Dec. nº 3.201, de 23 de junho de 1911	Dec. nº 3.621, de 9 de julho de 1912
Gymnasio de Minas, de Juiz de Fóra	Dec. nº 3.396, de 2 de dezembro de 1911	Dec. nº 3.510, de 26 de março de 1912
Gymnasio Paraisense, de S. Sebastião do Paraiso	Dec. nº 3.313, de 17 de outubro de 1911	Dec. nº 3. 449, de 13 de fevereiro de 1912
Lyceu Municipal, de Muzambinho	Dec. nº [1.920], de 12 de julho de 1906	Dec. nº 2.922, de 23 de agosto de 1910
Asylo de S. Joaquim, de Conceição do Serro	Dec. nº 3.958, de 15 de julho de 1913	Dec. nº 1.020, de 7 de setembro de 1913
Escola Normal Santa Cruz, de Juiz de Fóra	Dec. nº 3.964, de 22 de julho de 1913	Dec. nº 3.996, de 2 de setembro de 1913
Escola Normal, de Rio Novo	Dec. nº 3.997, de 2 de setembro de 1913	Dec. nº 4.017, de 30 de setembro de 1913
Escola Normal Delfino Bicalho, de Juiz de Fóra	Dec. nº 4.032, de 21 de outubro de 1913	Dec. nº 4.042, de 11 de novembro de 1913
Escola Normal de Nossa Senhora da Apparecida, de Passa Quatro	Dec. nº 4.031, de 21 de outubro de 1913	Dec. nº 4.098, de 20 de janeiro de 1914
Escola Normal D. Prudencianna, de S. João Nepomuceno	Dec. nº 4.014, de 23 de setembro 1913	Dec. nº 4.094, de 13 de janeiro de 1911

Instituto Moderno de Educação e Ensino, de Santa Rita de Sapucahy	Dec. nº 3.915, de 19 de maio de 1913	Dec. nº 3.957, de 15 de julho de 1913
Gymnasio S. José, de Ubá	Dec. nº 4.035, de 28 de outubro de 1913	Lei nº 510, de 1909
Escola Normal Ferrense	Dec. nº 4.036, de 28 de outubro de 1913	Dec. nº 4.052, de 2 de dezembro de 1913
Asylo de Nossa Senhora da Conceição, da cidade do Serro	Dec. nº 4.108, de 30 de outubro de 1911	Dec. nº 4.203, de 16 de junho de 1914
Gymnasio da Viçosa	Dec. nº 4.108, de 27 de janeiro de 1914	Dec. nº 4.179, de 28 de abril de 1914
Gymnasio de Cataguazes	Dec. nº 1.141, de 3 de março de 1914	Dec. nº 4.180, de 28 de abril de 1914
Escola Normal Delfim Moreira, de Sabará	Dec. nº 3.326, de 26 de setembro de 1911	
Escola Normal Americo Lopes, de Diamantina	Dec. nº 4.183, de 4 de maio de 1914	

Fonte: Dados coletados dos Relatórios da Secretaria do Interior/APM.

Algumas informações merecem destaques: alguns dos colégios que integram o quadro acima também eram isentos da contribuição para a fiscalização, mesmo não tendo recebido alunos e/ou alunas gratuitamente, como é o caso do *Gymnasio de S. José, de Ubá*; a *Escola Normal Albertino Drummond, de Ferros* e o *Gymnasio de Viçosa.* Não eram isentas da contribuição de *2:000$000*, embora fossem equiparadas, a *Escola Normal Municipal de Barbacena*, a *Escola Normal Delfim Moreira, de Sabará* e a *Escola Normal Americo Lopes, de Diamantina.* Além desses estabelecimentos, a partir de 1917, foram também equiparados às *Escolas Normaes Officiaes do Estado*, sendo regidos pelo Decreto nº 4.524, de 21 de fevereiro de 1916 – aprovado pelo artigo 7º da Lei nº 676, de 12 de setembro do mesmo ano –, os seguintes estabelecimentos: *Collegio Stella Matutina, de Juiz de Fóra*; *Escola Normal Arthur Bernardes, de Carangola*; *Collegio Santos Anjos, de Muriahé*; *Escola Normal N. S. do Carmo, de Viçosa*; *Escola Normal Municipal de Palmyra*; *Escola Normal Livre, de Curvello* e *Gymnasio Ouropretano* (MINAS GERAIS, Relatórios da Secretaria do Interior, 1915, 1917/APM).

Para finalizar, segue um quadro no qual reunimos as Escolas Normais mineiras – Estaduais, Municipais e Regionais – que foram objetos de nossas investigações

no decorrer de cinco anos de pesquisa, com a intenção de demonstrarmos a potencialidade de estudos ainda existente em relação a esses estabelecimentos de ensino que visavam à formação do professorado em Minas Gerais.

QUADRO 3. As Escolas Normais em Minas Gerais: *"Templos de Educação"*

Estaduais	Municipais	Regionais
Ouro Preto	Tres Pontas	Ouro Fino
Campanha	Barbacena	
Diamantina	Serro	
Montes Claros	Itajubá	
Uberaba	Sete Lagoas	
Sabará		
São João d'El-Rey		
Juiz de Fóra		
Paracatú		
Arassuahy		
Cataguazes		
Januaria		
Pouso Alegre		
Escola Normal Modelo da Capital		

Fonte: Dados coletados dos Relatórios da Secretaria do Interior/APM.

Pudemos compreender, num primeiro momento, como o ensino normal em Minas Gerais, no período compreendido entre 1890 e 1920, foi se constituindo, conformando-se e, consequentemente, promovendo a formação de professoras e professores mineiros. Essa formação se deu ora em conformidade com a legislação, ora afastando-se dela. O afastamento ficou revelado nas práticas percebidas nos relatórios escritos pelos diretores das Escolas Normais e pelos Secretários do Interior, que nos mostraram que também elas se constituíram como locais de produção. Esses estabelecimentos de ensino que se destinaram à formação e à profissionalização de professores e professoras se constituíram como lugares que garantiriam aos candi-

datos à carreira do magistério primário a educação intelectual, moral e física necessária e suficiente para o bom desempenho dos deveres do professorado mineiro.

E, mesmo considerando que a legislação tenha contribuído para a conformação das Escolas Normais mineiras, não podemos negar que tais instituições se configuraram, no decorrer da história, como lugares singulares onde se formaram muitos professores e professoras que, posteriormente, atuariam no ensino primário público e/ou particular. Cada um desses lugares de formação do professorado mineiro adotou, ao longo de sua história, diferentes estratégias, sejam elas relacionadas ao seu funcionamento, às suas formas de organização ou às práticas que foram desenvolvidas, o que possibilitou o surgimento de vários estabelecimentos de formação docente distintos e peculiares. As Escolas Normais, sejam elas Estaduais, Municipais, Regionais ou Equiparadas, as quais são tidas como instituições que obedeceram a uma lógica particular, específica e da qual participaram vários agentes – estado, partidos políticos, corpo docente e administrativo, alunos e alunas – também se configuraram como lugares de produção de um saber próprio e específico (ROMÃO, 2012).

Por fim, destacamos que após percorrer todo esse conjunto documental relativo à normatização do ensino normal no estado – regulamentações (leis e decretos), relatórios dos diretores das Escolas Normais mineiras e Secretários do Interior – foi possível percebermos dispositivos diversificados que, pouco a pouco, foram conformando um campo dirigido à educação escolar dos corpos e dos sentidos e que contribuiu para a compreensão do que é "ser professor e professora". Sem dúvida, ser professor ou professora significava muito mais do que adquirir conhecimentos que posteriormente seriam "aplicados" no ensino primário; requeria muito mais a constituição de um "ethos docente", uma maneira de estar, gesticular, falar e se portar.

Capítulo 2

Constituição da Escola Normal em Belo Horizonte

2.1 ESCOLA NORMAL MODELO DA CAPITAL: UMA INSTITUIÇÃO SIMBÓLICA PARA O ENSINO NORMAL EM MINAS GERAIS

Ergue-se uma instituição numa cidade planejada: Belo Horizonte,[23] capital de Minas Gerais. Em seus primeiros anos foi palco de profundas transformações envolvendo seus espaços físicos e sociais, num movimento de constituição do urbano. Nesse processo, pairava em seus ares o desejo de esquecer o passado colonialista, (des)construir os espaços físicos e arquitetônicos, apagar rastros de hábitos rurais, canhestros e considerados "pouco civilizados" (MORENO; SEGANTINI, 2011). No que se refere às práticas corporais, houve uma clara intenção em estimular novos hábitos e atitudes, bem como a criação de espaços que propiciassem um investimento nos corpos. No código de postura da cidade, promulgado ainda nos primeiros anos da existência de Belo Horizonte, constava, entre outras prescrições, que *os collegios, hospitaes e asylos terão, alem disso, installações e aparelhos gymnasticos e pateo arborizado ou*

[23] Belo Horizonte foi uma cidade planejada para ser a nova capital de Minas Gerais, substituindo a colonial Ouro Preto. Sua construção, inspirada em outras cidades que também estavam sendo construídas no período, como La Plata (Argentina), iniciou-se em 1894, sendo inaugurada em 1897. (Julião, 1992)

jardim para uso de seus moradores.[24] É perceptível como os movimentos de reordenação da cidade dialogaram explicitamente e subliminarmente com o projeto de educação (VEIGA, 2002) e de educação do corpo, dentro e fora da escola.

Partindo, então, da consideração de que a constituição de uma nova cultura urbana passara a exigir uma "nova" educação do corpo – novas sensibilidades, subjetividades, atitudes, novos gestos – justificava-se a criação de novos espaços de sociabilidade, físicos e afetivos. Inspirados em Faria Filho (2005a), reconhecemos que as reformas urbanas e as propostas de reformulação do ensino normal compartilhavam de uma mesma concepção racionalizadora e civilizatória. A Escola Normal Modelo da Capital é mais uma instituição que se ergueu nessa perspectiva e, por assim ser, tinha como objetivo exportar os saberes que eram nela produzidos, bem como seus modos de fazer para as demais Escolas Normais de Minas Gerais.

Criada pela Lei nº 439, de 28 de setembro de 1906, que autorizava o governo do estado de Minas Gerais a reformar o ensino primário e normal do estado, *de modo que a escola seja um instituto de educação intellectual, moral e physica*,[25] essa escola foi regulamentada pelo Decreto nº 1.960, de 16 de dezembro do mesmo ano, sendo instalada somente em 21 de março de 1907. Seu período de existência foi de 1907 a 1946, quando se transformou em Instituto de Educação.[26] Embora em 1906 tenha-se promulgado nova lei, continuava como objetivo do ensino normal *formar bons professores*, organizando-se de forma que os alunos e alunas adquirissem *qualidades pedagogicas indispensaveis* para o magistério público.[27] Contudo, essa escola foi pensada para formar exclusivamente professoras e, sendo assim, esperava-se que, com o ensino das práticas corporais autorizadas naquele momento e lugar, as futuras educadoras pudessem estar aptas a ministrar aulas no ensino primário, assumindo a

[24] MINAS GERAIS. Decreto nº 1.211, de 31 de outubro de 1898. *Promulga as posturas da cidade de Minas*. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

[25] MINAS GERAIS. Lei nº 439, de 28 de setembro de 1906. Art. 1. *Fica o Governo de Minas Geraes auctorizado a reformar o ensino primário e normal do Estado, de modo que a escola seja um instituto de educação intellectual, moral e physica.*

[26] MINAS GERAIS. Decreto-Lei nº 1666, de 28 de janeiro de 1946. *Transforma a Escola Normal de Belo Horizonte em Instituto de Educação de Minas Gerais.*

[27] MINAS GERAIS. Lei nº 439, de 28 de setembro de 1906. Art. 15. *O ensino normal do Estado será ministrado em: I. Escola normal-modelo na Capital. II. Escola normaes regionaes*. Art. 16. *As escolas normaes, cujo fim é formar bons professores, dar-se-á uma organização completa para que os alumnos adquiram as qualidades pedagogicas indispensaveis aos que se destinam ao magisterio publico.*

cadeira de *Exercicios physicos*. E, nesse sentido, de uma forma mais ampla, não só na cadeira de *Gymnastica*, mas em diversas outras cadeiras, e mesmo em outras práticas externas às disciplinas, encontramos vestígios de uma educação voltada para o corpo feminino.

Naquele período, o curso normal tinha a duração de três anos e suas disciplinas foram distribuídas em seis cadeiras, cada uma dessas regidas por um único professor ou professora:

> 1ª CADEIRA
> Portuguez e francez – Professor Arthur Joviano.
> 2ª CADEIRA
> Arithmetica, geometria e escripturação mercantil – Professor Egydio Soares.
> 3ª CADEIRA
> Geographia, historia, educação moral e civica – Professor Aurelio Pires.
> 4ª CADEIRA
> Noções de sciencias physicas e naturaes – Professor Dr. Francisco de Paula Magalhães Gomes.
> 5ª CADEIRA
> Musica – Professora d. Branca Theresa de Carvalho Vasconcellos.
> 6ª CADEIRA
> Desenho – Professor Antonio Corrêa e Castro.
> Professora de costura e trabalhos de agulha – d. Cecilia de Santa Cecilia.[28]
> (MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1907/Arquivo Público Mineiro/APM)

No ano seguinte a sua instalação, o seu corpo docente sofreu uma mudança:

> foi acrescido com mais uma professora adjuncta á cathedratica da cadeira de trabalhos de agulha, por ter se verificado ser insufficiente uma só professora para ensinar o elevado numero de alumnas frequentes. (MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1908/APM).

[28] Confrontando essa fonte a outras anteriormente coletadas no Instituto de Educação, em Belo Horizonte, percebemos que houve um erro de datilografia: o nome da referida professora, na verdade, é Alexandrina de Santa Cecilia.

D. Alexandrina de Santa Cecilia passou a dividir as tarefas de sua cadeira com a professora D. Emma Belgrano. Em relação à primeira constituição do corpo administrativo dessa escola, os professores Aurelio Pires e Arthur Joviano também exerciam os cargos de diretor e secretário, respectivamente. Francisco Nicolau Pereira era o porteiro e Antonio Corrêa de Araujo, o contínuo; como servente, D. Arminda Vieira Porto.

A Escola Normal Modelo da Capital funcionou, inicialmente, em um prédio alugado localizado na Rua dos *Tymbiras*, nº 1.505, cujo proprietário era Zoroastro Pires. O governo gastava com esse aluguel cerca de 4:800$000 anuais (MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1908/APM). O então diretor Aurelio Pires, já nessa época, reclamava do prédio no qual foi instalada a escola. Segundo ele,

> A Escola, no actual anno lectivo, já não dispõe de uma sala para reuniões de congregação, por haver sido a mesma destinada a aulas do 2º anno.
> A aula supplementar de costura (1º anno) acha-se mal installada nos fundos do predio, tendo sido mister, por insufficiencia de espaço, collocarem-se cadeiras, para algumas alumnas, em um corredor proximo, porém algum tanto fóra das vistas da professora e contiguo ás installações sanitarias. (MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1908/APM)

Desse modo, era imprescindível que o governo providenciasse reformas no referido prédio ou a construção de outro, o qual deveria ser mais *amplo, confortavel e de accordo com as exigencias pedagogicas*. Destacamos que, sem dúvida, a segunda opção era a preferida pelo diretor da escola. Todavia, o governo não seguiu nem uma nem outra indicação. Preferiu transferir, em 1909, a Escola Normal Modelo da Capital para o pavimento inferior do prédio *da Relação*, onde se achava instalado o *Forum.* Embora, estivesse situada em um ponto central da cidade, essa nova instalação deixava ainda a desejar quanto às suas acomodações: faltavam salas apropriadas para os gabinetes de *physica* e de *historia natural* e para o *laboratorio de chimica*, os quais foram sendo *acanhadamente* montados na própria sala de aulas do 3º ano. Faltava também um salão para as aulas de costura e trabalhos de agulha, tendo sido necessário *disporem-se assentos pelos corredores, nos quaes trabalha um grande numero de alumnas* (MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1909/APM).

O problema relacionado à instalação da escola em prédio inadequado se estende, sem perspectiva de melhorias, até 1911, quando finalmente o *Tribunal da*

Relação (instância que dividia com a Escola Normal Modelo da Capital o prédio) foi transferido para o *Palacio da Justiça*, ficando, assim, a escola de posse de todo o prédio. Aurelio Pires, além de reclamar das instalações da escola, também em 1908 criticava a forma com que vinha sendo desenvolvida a prática profissional:

> Quanto [...] á pratica profissional, esta directoria não pode calar o seu desgosto perante o insucesso da mesma, revelado na mór parte dos exammes finaes, nomeadamente nos do 1º anno, o qual por demasiado numeroso, não se exercitou convenientemente na *pratica do magisterio primario, único objecto do ensino normal.* Exige, entretanto, a justiça que se declare que tal insucesso deve ser levado á conta de exiguidade do tempo destinado a esses exercicios, e não á falta de esforço e de applicação de professores e alumnas.
>
> Divididas em turmas de numero nunca inferior a dez, vão as alumnas, em dias determinados, e acompanhadas do respectivo professor, aos grupos escolares, onde se realizam taes exercicios. Ahi, uma dellas, durante 20 minutos, substitui-se á professora, fazendo aos alumnos a licção da dia, com assistencia das demais collegas. Ora, em uma aula numerosa, como a do 1º anno, de mais de 80 alumnas, só de 15 em 15 dias, na melhor das hypoteses, a mesma turma se revezará em taes exercicios. Accresce a este inconveniente, o acanhamento natural á estreiante que, pela primeira vez, enfrenta um auditorio numeroso (de creanças, é certo, mas, por isso mais implacavel, porque já o velho Lafontaine disse: *cet [age] est sans pitiê*), sem ao menos saber os nomes de seus alumnos de alguns minutos, para se dirigir a cada um delles, fazendo-lhes pergunta ou despertando-lhes a attenção, quando irrequietos ou desattentos. Além disto, torna-se frequentemente difficil verificar se si os alumnos dos grupos, onde se fez a pratica profissional, aproveitaram convenientemente a licção dada pela praticante, porque acontece que o ponto por ella explicado já o tenha sido pela respectiva professora. (MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria, 1908/APM)

Como solução para esses *inconvenientes*, Aurelio Pires sugeriu que se criasse uma escola primária anexa à Escola Normal, a qual seria de responsabilidade de uma professora regente. Essa escola receberia, no máximo, 40 alunos e alunas (dez em cada ano) e nelas, as alunas (futuras mestras), diariamente, acompanhariam e auxiliariam o trabalho da professora regente. No decorrer dessas práticas, elas seriam supervisionadas pelos professores e professoras da Escola Normal Modelo da Capital.

Em relação às atividades desenvolvidas nesse espaço, para além daquelas diretamente ligadas às aulas, temos indícios que ocorriam torneios literários, os quais eram organizados pelas próprias alunas *em seus tempos de lazer*. Esses torneios eram realizados em dias de feriados e visavam *promover a cultura intellectual dessas alumnas* (MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1908/APM). Também nessa escola circulava um discurso contrário às prescrições legais: de acordo com o diretor, os programas de ensino destinados às Escolas Normais necessitavam de mudanças

> não só porque não se adapta (como era essencial) ao programma das escolas primarias, a que as professoras, por elle formadas, se destinam, como porque a ordem em que são estudadas as differentes disciplinas não obedece ao um criterio scientificamente rigoroso, bastando considerar que as sciencias physicas e naturaes são estudadas no ultimo anno do curso, depois de todas as outras. (MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1909/APM)

E, enquanto o governo não providenciava tais mudanças, o corpo docente e administrativo lançava mão de estratégias internas. Devido ao grande número de alunas, foram criadas outras duas cadeiras: uma de *Historia e educação moral e civica*, que passou a ser ministrada por Cypriano de Carvalho, e outra de *Francez*, ministrada pelo professor Leopoldo da Silva Pereira.

Em 1910, o governo publica um novo decreto, o qual *reorganiza as escolas normaes do Estado* (Decreto nº 2.836, de 31 de maio do mesmo ano). De acordo com essa prescrição, o ensino normal se constituiria de quatro anos, a cadeira de *Gymnastica* voltaria a compor o currículo das Escolas Normais[29] e, além disso, foram criadas as escolas primárias anexas às Escolas Normais. Para a cadeira de *Gymnastica* foi nomeada D. Aurelia Olyntho e para as escolas primárias, as professoras D. Helena Pinheiro, Blandina Furt Cintra, Gabriella Varella, Olinda Alves de Albuquerque e Judith Rosemburgo (MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1911/APM). Nesse mesmo ano, Aurelio Pires foi exonerado, a pedido, tendo sido nomeado para o mesmo cargo o Dr. Cypriano de Carvalho, professor da cadeira de *Historia*

[29] A constituição e enraizamento da cadeira de *Gymnastica* no ensino normal mineiro serão problematizados adiante.

e educação moral e civica, o qual tomou posse em 8 de outubro de 1910. Cypriano de Carvalho permaneceu como diretor até 24 de julho de 1913, quando, em virtude de sua exoneração, Arthur Joviano, tornou-se o novo diretor da Escola Normal Modelo da Capital.

Ao terminar o ano letivo de 1913, ainda não se achavam concluídas as obras, autorizadas pelo governo, para a instalação das escolas primárias anexas e nem das novas salas de aulas. Arthur Joviano, então diretor, pronunciou-se a esse respeito:

> Com esse importante melhoramento o predio escolar ficará sufficientemente adaptado aos fins a que se destina, e, depois dos reparos e modificações já projectadas, para algumas de suas dependencias, ficará transformado em um edificio de primeira ordem, confortavel e hygienico. (MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria, 1914/APM)

Como se vê, embora essa construção demorasse tanto tempo para ser concluída, continuava o diretor da escola aguardando-a esperançosamente, uma vez que tornaria o prédio adequado a promover a função primeira do ensino normal – *preparação para exercer a carreira do magisterio.*

A prática profissional das alunas era até então feita nos grupos escolares de Belo Horizonte, em pontos distantes da escola, o que *trazia sempre grandes inconvenientes para a execução dos programmas nesta parte*. Com a intenção de diminuir tais inconvenientes, foi instalada em uma das salas do prédio uma escola mista *de typo singular*, com pequena matrícula, regida pela professora D. Dulcelina de Macedo Xavier. Nesse local, todas as alunas, *com mais commodidade e efficacia*, realizavam a sua prática profissional, sob a direção dos professores de cada uma das cadeiras (MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1914/APM).

Em 1915, foram concluídas as obras, e assim, instalaram-se as escolas primárias anexas e novas salas de aulas da Escola Normal Modelo da Capital. Segundo Arthur Joviano,

> Com esse importante melhoramento o predio escolar ficou sufficientemente adaptado aos fins a que se destina, e, depois dos reparos e modificações já executados, ficou transformado em um edificio de primeira ordem, confortavel e hygienico. (MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1915/APM)

Nota-se que por mais que fosse demorado o processo de investimento do governo nessa escola, ele acontecia. Isso revela a sua importância para a esfera política, bem como o reconhecimento atribuído às futuras mestras, as quais assumiriam logo as cadeiras do ensino primário.

Retomando a cadeira de *Gymnastica,* em 12 de março de 1918, foi exonerada, a pedido, Aurelia Olyntho. Nesse mesmo ano, assumiu seu lugar a professora Lucia Joviano. Também em 1918, Arthur Joviano, então diretor da escola, declarou ter feito a aquisição de aparelhos novos para essa disciplina, além de aumentar *consideravelmente em campos de jogos para os exercicios physicos, dando assim execução ao programma desta cadeira* (MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1918/APM).[30] Percebe-se que a *Gymnastica* ao ser incorporada ao currículo da Escola Normal Modelo da Capital foi gradativamente afirmando-se, enraizando-se no ensino normal em Belo Horizonte, muito embora esse tenha sido um processo permeado por entraves e retrocessos. Por fim, enfatizamos que, ao longo dessa trajetória, a cadeira de *Gymnastica* contou com a intervenção de diferentes sujeitos, o que possibilitou o desenvolvimento de práticas próprias com base em diferentes saberes.

2.2 A EDUCAÇÃO DO CORPO NA ESCOLA NORMAL MODELO DA CAPITAL

Focalizamos até o momento a constituição da Escola Normal Modelo da Capital e, consequentemente, como a cadeira de *Gymnastica* se fez presente nesta instituição, afirmando-se e escolarizando-se ao longo das duas primeiras décadas do século XX. Nesse percurso, tal disciplina produziu saberes e práticas, os quais também forjaram uma determinada *educação physica* que, por sua vez, abarcava uma educação voltada para o corpo feminino, para os sentidos e sensibilidades das futuras

[30] Diante desses ocorridos, torna-se relevante dizer que, ao longo de sua permanência no cargo de professora de *Gymnastica*, Aurelia Olyntho sempre reclamou de suas condições de trabalho, seja em relação à ausência de um cômodo adequado para a realização de suas aulas, seja em relação à falta de material. Todavia, após sua demissão, o diretor, Arthur Joviano, promoveu melhorias para essa cadeira. Assim, cabe o questionamento: seria porque Lucia Joviano era filha de Arthur Joviano que tais melhorias ocorreram? O que nos diz esse grau de parentesco? Seria este o responsável pelas modificações que sofreu a *Gymnastica* no decorrer do período que Lucia Joviano esteve à sua frente? Essas discussões referentes à cadeira de *Gymnastica* serão melhores apresentadas no próximo capítulo.

professoras que se formavam na Escola Normal Modelo da Capital. Essa perspectiva de educação, que passa pela dimensão corporal, pode ser compreendida a partir de dois movimentos, que se completam: por um lado diz respeito aos saberes e práticas necessários à formação das futuras professoras com fins de "aplicação"; por outro, diz respeito à necessidade de conformar uma corporeidade e uma sensibilidade adequada a esses como sujeitos (femininos, delicados, comportados).

Ao tratarmos a educação do corpo estamos nos referindo a uma dimensão educativa que passa pela corporeidade, pelos múltiplos sentidos humanos, e que acaba por constituir uma sensibilidade específica. Tal educação, portanto, não se restringe a um componente escolar particular nem a uma prática necessariamente expressa em "movimento" corporal. O corpo é educado com base em uma experiência sensorial que passa pelas múltiplas linguagens: olhar, escutar, tocar, falar, cheirar e se movimentar.[31] As múltiplas práticas escolares – o canto, o jogo, os trabalhos manuais, as leituras – instauram uma relação sensível das alunas com sua corporeidade. De outro modo, possuem uma dimensão sensorial, carregam uma "carga corporal". Referindo-se à narrativa oral, Fontana (2001, p. 49), citando Menezes (1988) diz: "a voz emana de um corpo, é um sopro, pneuma, que atravessa os labirintos dos órgãos da fala carregando calor, a pulsação, o hálito desse corpo". Nessas práticas o corpo é projetado no "espaço da performance", torna-se visível, palpável e sentido.

Quando nos referimos ao termo *educação physica*, cabe ressaltar que, no período estudado, ele não está vinculado necessariamente a um componente curricular específico. Nas palavras de Vago (1997, p. 35):

> […] ele aparece como integrante de uma tríade – educação moral, physica e intellectual. O sentido parece ser bem mais amplo: o de uma educação do corpo articulada aos preceitos morais e aos valores intelectuais que se pretendia impor aos futuros professores e professoras das escolas primárias.

Nesse sentido, buscando entender como a Escola Normal Modelo da Capital foi se configurando como espaço privilegiado para a educação dos corpos e

[31] Salientamos o estudo das sensibilidades no processo educativo porque não se pode desprezar essa maneira de se apropriar do mundo e também porque acreditamos que compreender as maneiras como homens e mulheres desenvolveram sensibilidades em um outro tempo deve ser uma preocupação do historiador mobilizado pelas questões culturais. Embora, neste estudo, nosso foco seja as mulheres normalistas.

das sensibilidades, para a constituição de uma *educação physica*, necessário se faz questionar: quais estratégias foram produzidas para educar o corpo e os sentidos necessários a uma nova *forma escolar*?[32] Como essa instituição deu visibilidade a essas estratégias? Partindo da ideia de que essa dimensão da educação é um fator importante para o novo reordenamento social que estava a ser construído, urge investigar as formas como esse entendimento é apresentado e captado pelos diferentes sujeitos sociais. Quais as práticas sociais e discursivas produzidas no período, nessa instituição, perspectivarão uma deliberada educação das sensibilidades?

Sabemos que tanto o espaço escolar como os saberes e práticas nele difundidos são fundamentais para uma educação do corpo e dos sentidos. O projeto civilizador, que abarca não só os corpos "escolarizáveis", investe na constituição de um novo/outro sujeito adequado ao *modus vivendi* da cidade, fundando-lhes novas sensibilidades. Nesse caso, os sujeitos escolares são também, e antes de tudo, sujeitos habitantes da cidade.

Veiga (2000) nos instiga a pensar nos diferentes dispositivos (físicos e afetivos) mobilizados, tanto no âmbito da cidade quanto no espaço escolar, a fim de promover uma educação estética, corporal e sensível dos sujeitos, na empreitada de homogeneizar e modelar comportamentos próprios de uma outra cultura urbana. No caso de Belo Horizonte, percebe-se que o processo de construção do espaço físico da nova capital dialoga fortemente com o processo de constituição de uma Escola "Modelo". Se a legislação já apontava explicitamente para esse movimento, também é possível perceber que as práticas que a escola institui acabam servindo de inspiração e recomendação não só para o estado de Minas Gerais, mas também para outros estados.

Partindo do pressuposto de que o nosso objetivo foi compreender a educação do corpo, dos sentidos e das sensibilidades em diversos tempos e espaços de sociabilidade, configurados na Escola Normal Modelo da Capital, o objeto nos obrigou a considerar as singularidades presentes em diferentes processos educativos, os quais vão incidir no corpo e nas sensibilidades, por meio de práticas próprias, com base em diferentes saberes no âmbito de uma instituição voltada para a formação de professoras para o ensino primário e que acabou por perspectivar a formação de um profissional voltado para esse fim. Assim, nas diversas práticas dessa instituição,

[32] VINCENT, LAHIRE, THIN (2001).

há vestígios dessa educação do corpo, dos sentidos e das sensibilidades, que tomam forma em diversificados tempos e espaços ao longo da formação das professoras. Somando-se a isso, eram desenvolvidas diversas práticas e rituais da e na escola que contribuíram para uma pedagogia sobre o corpo, no âmbito da sexualidade, dos sentidos e das representações destes.

2.3 APARATO LEGAL E PROGRAMAS ESCOLARES: A CONSTITUIÇÃO DAS DISCIPLINAS PARA UMA EDUCAÇÃO DO CORPO

Nos arquivos foi possível identificar um diversificado conjunto documental composto por programas de ensino relativos à Escola Normal Modelo da Capital; leis e decretos referentes ao ensino no estado de Minas Gerais; relatórios da Secretaria do Interior; notas fiscais; correspondências; iconografia da história da instituição; Revista do Ensino e o Jornal Minas Gerais; além de documentos elaborados pelos próprios sujeitos da instituição – atas da congregação, lista de frequência das alunas, quadro de horários, exames, entre outros. Interrogando esses documentos foi possível perceber vestígios de um vigoroso investimento para a incorporação de saberes e práticas que tinham como preocupação a educação do corpo, dos sentidos e das sensibilidades. Tal iniciativa revela-se, por exemplo, em diferentes estratégias, que inclui: construção de espaços específicos para as práticas corporais,[33] aquisição de material didático – livros e outros – para fundamentar as práticas docentes,[34] a constituição de um aparato legal que normatizava tempos, espaços e saberes específicos para tal prática, criação de programas de ensino que regulavam e conformavam um conjunto de práticas para uma *educação physica*.[35]

[33] "Junto com a última folha de despesas feitas com a construcção de um galpão para gymnastica na Escola Normal da Capital, no valor de $ 4:549 x 846 (?), cujo pagamento pode ser feito ao mestre de obras Manoel Gomes. Bello Horizonte, 6-12-910" (Fundo da Secretaria do Interior do Arquivo Público Mineiro. REF: SI 3322).

[34] Encontramos no Arquivo Público Mineiro um conjunto de correspondência e notas fiscais trocadas entre a Secretaria do Interior e estabelecimentos comerciais, como a livraria Francisco Alves, que dão pistas dos livros encomendados pela Secretaria para serem distribuídos às escolas da capital. Dentre estes, estão livros de ginástica sueca e de "exercices physiques" de diversos autores, como: Kumlien, Charpentier, Hoelpi, Marque Brecque, Rouyer, Desbonnet (Fundo da Secretaria do Interior do Arquivo Público Mineiro. REF: SI 3840).

[35] André Chervel (1990) também ressalta o corpus documental que deve ser analisado por um historiador preocupado com a questão da finalidade das disciplinas escolares. Primeiramente, este deve se servir dos

Dessa forma, foi possível estabelecer algumas questões norteadoras iniciais para a investigação: 1) como a educação do corpo e das sensibilidades aparece no aparato legal, referente à organização das Escolas Normais em Minas Gerais?; 2) como a educação do corpo aparece nos regimentos e programas específicos da Escola Normal Modelo da Capital?; 3) quais estratégias o poder público desenvolveu para averiguar o cumprimento das regulamentações que recaíam sobre o funcionamento da Escola Normal Modelo da Capital?; 4) quais esforços e investimentos são mobilizados na construção de espaços destinados às práticas corporais?; 5) de que forma a educação do corpo e das sensibilidades está presente em outros espaços de sociabilidade da instituição?; 6) quais sujeitos estiveram envolvidos nas práticas de educação do corpo?[36]

Garimpando a legislação produzida pelo governo de Minas Gerais foi possível identificar um conjunto de regulamentações (leis e decretos) relativo à normatização do ensino normal no estado e, em particular, na Escola Normal Modelo da Capital. Percorrendo essas regulamentações, identificamos diversificados dispositivos que, pouco a pouco, foram conformando um campo dirigido à educação escolar dos corpos, dos sentidos e das sensibilidades que contribuiu para a compreensão do que era/é "ser professora".

Esse movimento não se iniciou com a Escola Normal Modelo da Capital. Já no início do período republicano, e mesmo antes,[37] a legislação deixava ver iniciativas relativas a essa preocupação. Disciplinas com claro teor de educação das sensibilidades e do corpo, como *Hygiene escolar*, *Instrucção moral e civica*, *Musica e Gymnastica*, *Trabalhos de agulha* e *Noções de economia domestica* já apareciam como necessárias à *instrucção theorica e pratica* dos alunos e alunas das Escolas Normais em funcionamento

documentos oficiais, das prescrições legais, dos discursos e programas oficiais. Deve-se também manter o cuidado para não reduzir a história das disciplinas ao estudo das ideias pedagógicas, tomando a legislação e as prescrições escolares como a "realidade" da escola. Há também que se distinguir as finalidades reais e as finalidades de objetivos, já que muitas das regulamentações oficias querem, primeiramente, corrigir ou proibir determinadas práticas.

[36] No âmbito deste trabalho não nos propusemos a responder a todas essas questões. Entretanto, surgidas no trato com as fontes, elas são guias do nosso programa de pesquisa.

[37] Vago (1997) aponta a presença nos programas das Escolas Normais de Minas Gerais já de uma preocupação explícita com a educação physica, no Regulamento nº 100 de 19 de junho de 1883.

no estado.[38] Além dessas, ainda outras disciplinas incidiram subliminarmente sobre os gestos, colaborando na constituição de uma corporeidade escolar.[39]

Ressaltamos também que o estudo da legislação sobre a formação de professores nas Escolas Normais guarda relação com a legislação destinada ao ensino primário, já que é aí que as professoras, no exercício profissional, iriam atuar. Nesse âmbito também é possível perceber qual o saber necessário aos professores para o pleno exercício da docência. No regimento interno da Escola Normal[40] regulamentava-se a prática profissional que deveria ser realizada pelas normalistas nos grupos escolares e nas escolas isoladas. *As licções alli ministradas aos alumnos primarios deverão ser previamente desenvolvidas pelos professores nas aulas da escola, de modo a ficarem as alumnas, encarregadas das mesmas, sabedoras dos methodos e dos processos a adoptarem...* (art. 2). Estas, portanto, deveriam planejar suas aulas, com o auxílio dos professores de cada cadeira e deveriam ser habilitadas para a execução do programa do ensino primário. O programa para as normalistas deixava revelar, portanto, a necessidade de apropriação de saberes e práticas que seriam futuramente, na prática profissional, exigidos.[41]

A historiografia[42] da educação aponta a Reforma de 1906 como um marco considerável de afirmação da escola. Passando pela construção de prédios, pela concepção de educação, as regulamentações para a instrução primária e normal de 1906[43] traziam em seu bojo a perspectiva de transformar crianças em sujeitos

[38] Decreto n 260, de 1 de dezembro de 1890; Lei nº 41 de 3 de agosto de 1892; MINAS GERAIS. Decreto n 607, de 27 de fevereiro de 1893. *Promulga o regulamento das Escolas Normaes*; MINAS GERAIS. Lei nº 221, de 14 de setembro de 1897. *Contém disposições relativas à instrucção publica e primaria e secundaria*; MINAS GERAIS. Decreto nº 1175, de 29 de agosto de 1898. *Promulga o regulamento das Escolas Normaes*.

[39] É o caso, por exemplo, da disciplina *Caligrafia*. Ver mais sobre o tema em: FARIA FILHO, 1998.

[40] MINAS GERAIS. Decreto nº 1982, de 18 de fevereiro de 1907. *Approva o Regimento Interno da Escola Normal da Capital.*

[41] Na regulamentação também é nítido o esforço com a educação do corpo e das sensibilidades desde a infância. Devemos também ponderar que a presença dessa preocupação não se dá de maneira linear, mas repleta de contradições, lacunas, avanços e recuos, revelando um processo de constituição dessas práticas e saberes. É o que denuncia, por exemplo, o Decreto nº 1233, de 26 de dezembro de 1898, suspendendo o ensino da *Gymnastica* e da *Musica* nas Escolas Normais, dispensando os professores dessas cadeiras.

[42] Ver Vago (2002) e Gonçalves (2006).

[43] MINAS GERAIS. Decreto nº 1908, de 28 de maio de 1906. *Estabelece a distribuição das matérias do ensino normal pelos quatro annos do curso e uniformiza os programmas do mesmo em todas as escolas normaes*; MINAS GERAIS. Lei nº 439 de 28 de setembro de 1906. *Auctoriza o governo a reformar o ensino primário,*

civilizados. Além disso, deixavam clara a intenção de *aperfeiçoamento dos sentidos humanos*, evidenciada em múltiplas prescrições, sejam elas de trabalhos manuais ou de exercícios físicos.

O estudo histórico das disciplinas escolares também permite pensar sobre as finalidades da escola. Para Chervel (1990) diferentes setores da sociedade delegam à escola determinadas tarefas, próprias de uma determinada época. Tais finalidades podem ser de natureza religiosa, morais, sociopolíticas ou culturais, além de finalidades mais sutis como de socialização do indivíduo, de disciplina social, de higiene ou de incorporação de comportamentos adequados ou polidos. A partir desses objetivos da instituição escolar também é possível pensar na distinção entre o "educar" e o "instruir", considerando-se que a educação não se reduz aos conteúdos explícitos e programados. Nos programas de ensino de determinadas disciplinas é possível perceber uma preocupação tanto no que se refere aos conteúdos objetivos da disciplina, como também com conteúdos subjetivos. *Inspirar o amor ao bello*, *gosto pela arte*, *educação da retina*, *admiração pela natureza*, *elevação do espírito*, *educar a vontade* são expressões que aparecem nesses documentos e em diversos artigos do Jornal Minas Gerais e que são reveladoras dessa questão.

Ainda são instigantes as regulamentações trazidas pelo decreto[44] que estabelece as disciplinas para o ensino normal que, junto à cadeira de *Pedagogia*, eram previstas as temáticas *da educação dos sentidos* e *da educação das sensibilidades*. No decreto que regulamentava o programa do ensino primário (1906),[45] a cadeira de *Instrução moral e civica* destinava-se a *dirigir a conducta do menino, a inspirar-lhes bons hábitos*. A *hygiene* e os *exercicios physicos* também apareciam de maneira a contribuir para o aperfeiçoamento e cultivo do corpo.

Acresce que é nesse conjunto de reformas que a Escola Normal Modelo da Capital foi criada, ficando assim estabelecido que as demais Escolas Normais do estado

normal e superior do Estado e dá outras providências; MINAS GERAIS. Decreto nº 1947, de 30 de setembro de 1906. *Approva o programma do ensino primario*; MINAS GERAIS. Decreto nº 1960, de 16 de dezembro de 1906. *Approva o Regulamento da instrução primaria e normal do Estado*.

[44] MINAS GERAIS. Decreto nº 1908 de 28 de maio de 1906. *Estabelece a distribuição das matérias do ensino normal pelos quatro annos do curso e uniformiza os programas do mesmo em todas as escolas normaes*. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1906.

[45] MINAS GERAIS. Decreto nº 1947 de 30 de setembro de 1906. *Approva o Programma do ensino primário*. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1906.

deveriam nela se inspirar.[46] É significativa, ainda, a publicação de um regulamento que aprova o Regimento Interno da Escola Normal da Capital de 1907.[47] É interessante observar o programa de ensino do primeiro ano letivo, pois nele percebemos a predominância de disciplinas que vão fortemente incidir sobre a educação dos corpos e dos sentidos: desenho, música, costura e trabalho de agulhas. Essas disciplinas ocupavam quase todo o tempo das aulas ministradas já que eram previstas duas semanais para cada uma delas. Para o português e a aritmética eram previstas apenas uma aula semanal. No segundo e terceiro ano de curso outras disciplinas eram ministradas – voltadas à formação moral e intelectual – e apesar da diminuição da carga horária de desenho, música e costura, estas continuavam a fazer parte da formação das futuras professoras. Destacamos também a incorporação no programa da cadeira *Historia natural* e *Hygiene*.

O ensino de música, além de educar a voz e fortalecer os pulmões, tinha como objetivo despertar nas alunas uma certa sensibilidade: *A musica fará em todos os annos exercicios de solfejo, canto e audição de hymnos e peças variadas que eduquem a voz, fortalecendo os pulmões, e cuja letra levante o espírito e desperte nas alumnas o gosto pela arte e inspire amor ao bello, ao trabalho, à pátria e admiração pela natureza*. [48]

A presença da música na escola, sob a forma do canto, pode ser compreendida como um procedimento civilizador, tanto pelo seu caráter estético, quando pelo conteúdo moral das letras. Corresponderia também às expectativas da higiene, com exercícios respiratórios e fortalecimentos dos pulmões. O canto coletivo, empregado nas escolas a partir do final do século XIX, também favorecia o fortalecimento de sentimento de solidariedade. Dessa forma, a música na escola conseguia atrelar a formação moral a uma educação estética, dos sentidos e das sensibilidades (OLIVEIRA, 2008):

[46] Esse assunto será discutido no próximo capítulo.

[47] Decreto nº 1982, de 18 de fevereiro de 1907. *Approva o Regimento Interno da Escola Normal da Capital.*

[48] MINAS GERAIS. Decreto nº 1982 de 18 de fevereiro de 1907. *Approva o Regimento da Escola Normal da Capital*. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1907. Art. 4, parágrafo 1. Essa mesma prescrição para o ensino da música foi encontrada no Decreto nº 2836 que *Approva o regulamento que reorganiza as escolas normaes do Estado*, publicado no Jornal Minas Geraes nº 129, de 3 de junho de 1910. Mais uma vez destacamos como o programa e o regulamento da Escola Normal da Capital servem de inspiração às outras instituições do estado.

> A Escola Normal Modelo commemorará a data nacional de 7 de Setembro, cantando-se dos Hymnos à "Bandeira" e "Independência", em frente ao edifício do estabelecimento, no momento deve ser hasteada a bandeira nacional, seguindo-se jogos athleticos.
> Para esse acto estão convidadas todas as alumnas do curso normal e as alumnas do curso primario, esperando o Sr. Director que compareçam ao mesmo os membros da Congregação e as professoras das escolas primárias, às 7 ½ horas da manhã.

O ensino de costura habilitava as normalistas para a instrução às crianças, mas principalmente era visto como um *verdadeiro thesouro para a mulher que não descuida de seus deveres domésticos*.[49] Cruzando-se as fontes é possível perceber todo um investimento para que essas prescrições se tornassem "práticas". As notas fiscais[50] de compras de materiais, tais como fitas, linhas, *setins*, filós, agulhas de crochê etc., recorrentes na documentação encontrada, revelam tal intento:

> Devido ao grande numero de alumnas que frequentavam as aulas de costura na Escola Normal, solicitamos que v.as a aquisição de mais 4 machinas. Assim, facilmente attenderemos a todas as alumnas podendo melhor desempenhar os nossos cargos. Solicitamos a v.as duas assignaturas do jornal de modas – Mode Illustré, para uso das alumnas da Escola Normal.

Os programas de ensino produzidos a cada ano pela Escola Normal Modelo e enviados para as demais escolas do estado também nos fornecem indícios de como o investimento na educação do corpo, dos sentidos e das sensibilidades aparecem na organização dos tempos, espaços e saberes escolares. Não só porque demonstravam detalhadamente o conteúdo programático de cada cadeira e especificavam os anos em que deveriam ser ministrados, mas porque, além disso, deixavam explícitas as

[49] Decreto nº 1982, de 18 de fevereiro de 1907. *Approva o Regimento Interno da Escola Normal da Capital.* Art. 4, parágrafo 3.

[50] Notas Fiscais localizadas no Fundo da Secretaria do Interior localizado no Arquivo Público Mineiro sob o códice REF: SI 3322 e datadas dos anos de 1910 e 1926.

intenções com que esses saberes deveriam ser veiculados. É o caso, por exemplo, da cadeira de *Musica* ministrada pela professora Branca de Carvalho Vasconcellos:[51]

> Nos exercícios de solfejos e nos cantos, a professora terá muito em vista a emissão da voz e a respiração; a qualidade do som depende da maneira de emittil-o e, quanto à respiração, é esta de importância capital tanto para o canto como para a hygiene. Deverá também habituar as alumnas a compenetrar-se bem dos sentidos das palavras e phrases, articular e pronunciar correctamente. Por meio dessa pratica o estudo da musica ligar-se a intimamente ao da linguagem.[52]

Além dessa, nas cadeiras de *Physica*, *Chimica*, *Historia natural* e *Hygiene* é perceptível uma determinada compreensão de cuidado com o corpo. A de *Hygiene*, sendo ministrada no terceiro ano, pela sua complexidade deveria ensinar:

> Hygiene das habitações – O ar confinado e seus perigos – Renovamento do ar e ventilação – Hygiene das escolas – As salas de aula.
> Hygiene individual – o asseio corporal e os banhos – os exercícios corporaes – a gymnastica e a sua utilização – o repouso e o somno.
> Hygiene da alimentação – As matérias alimentícias e sua falsificação – As bebidas alcoólicas – Acção do álcool sobre o organismo – o alcoolismo e seus perigos – effeitos do fumo – As moléstias contagiosas em geral.[53]

Com relação à cadeira de *Gymnastica*, ministrada pela professora Aurelia Olyntho, fica claro o modo como o corpo deveria ser exercitado – a necessidade de um corpo (re)formado, ereto, cuidado:

---

[51] Uma das propostas dessa pesquisa é identificar alguns sujeitos envolvidos com práticas e saberes relacionados à educação do corpo. A trajetória dessa professora pode contribuir para esse debate e outras fontes que ajudam a compor sua presença em diferentes iniciativas estão sendo localizadas. Destacamos sua participação na organização de um curso de canto para as professoras dos grupos escolares "que pudesse servir de orientação de uso prático e benéfico do Hymnário e do Cancioneiro." Cf. Minas Gerais. "O ensino do canto em nossas escolas", 19 de fevereiro de 1926, p. 6.

[52] Programmas da escola Normal de Bello Horizonte para o anno lectivo de 1911, aprovados pela Congregação, em 25 de fevereiro de 1911. Belo Horizonte, Imprensa Official do Estado de Minas Gerais.

[53] Programmas da escola Normal de Bello Horizonte para o anno lectivo de 1911, aprovados pela Congregação, em 25 de fevereiro de 1911. Belo Horizonte, Imprensa Official do Estado de Minas Gerais.

> É a primeira vez que faz parte do curso normal a cadeira de Gymnastica, e as alumnas do 2º e 3º annos não tem ainda exercício desta disciplina.
>
> Na pratica diária, os três annos do curso executarão movimentos de tronco, respiração e extensão e distensão de músculos, constando cada lição de exercícios combinados, um de cada serie, progressivamente de accordo com o desenvolvimento das alumnas.[54]

Além das disciplinas escolares é possível perceber em outras práticas a preocupação com os investimentos no corpo e a visibilidade a ele atribuída. É o caso, por exemplo, das festas escolares: atividades como cantos individuais e coletivos, recitais de poesias, jogos infantis, práticas de esporte foram práticas muito encontradas nos programas das festas:[55]

> Semana do Diario Catholico
> Continuam com grande enthusiasmo os preparativos para as solemnidades da "Semana do Diario Catholico", a se realizar de 4 a 11 de dezembro. Nessa ocasião Bello Horizonte terá ensejo de hospedar vultos de maior destaque do catholicismo no Brasil, como sejam os exmos. e revdmos. D. Silverio Gomes Pimenta e D. Antonio de Assis, respectivamente arcebispo e bispo coadjuctor de Mariana, o grande orador sacro revdmo. padre dr. João Gualberto, o exímio maestro Frei Pedro Sinzig, o brilhante Jornalista Soares de Azevedo e outros.
> Na ultima sessão da Commissão Central promotora dos festejos, que muito se tem esforçado por corresponder aos desejos do Centro da Boa Imprensa, foi approvado o programa das festas.
> Dia 4 de dezembro: - missa cantada com a presença dos exmos. E revdmos. D. Silverio Gomes Pimenta e D. Antonio de Assis. A's 13 horas, concerto no Theatro Municipal. A´s 20 horas, conferencia do revdmo. padre

[54] Programmas da Escola Normal de Bello Horizonte para o anno lectivo de 1911, aprovados pela Congregação, em 25 de fevereiro de 1911. Belo Horizonte, Imprensa Official do Estado de Minas Gerais.

[55] No Jornal Minas Gerais são recorrentes as notícias sobre tais festas na instituição. No número de 16 de novembro de 1917, por exemplo, está publicado um programa completo da festa de encerramento das aulas no qual constam: jogos infantis, jogos atléticos, monólogos e cantos.

> João Gualberto e hymno da Boa Imprensa, cantando por um grupo de alumnas da Escola Normal.
> Dia 5: - Barraquinhas e cinemas
> Dia 6: - Barraquinhas e cinemas
> Dia 7: - Bando precatório em benefício da Boa Imprensa. Conferencia no Theatro Municipal.
> Dia 8: - Grande festival na Escola Normal, durante o dia. A´noite conferencia do revdmo. Frei Pedro Sinzig.
> Dia 9: - Bando precatório. Barraquinhas e cinemas.
> Dia 10: - A´noite festival infantil no Cinema Modelo.
> Dia 11: - Foot-Ball de todos os clubes de Bello Horizonte, no torneio das "Rosas", disputando a "Taça de Boa Imprensa". A´noite, *Te-Deum* e encerramento da Semana do Diario, com um sermão, na Igreja de S. José. Cinemas.
>
> O grande festival da Escola Normal que se realizará sob a proteção da illustre directoria, corpos docentes e discentes daquelle conceituado estabelecimento acha-se entregue ás exmas. Professoras Alexandrina Santa Cecília, Branca de Carvalho Vasconcellos, Emma Simoni e Aurea Mendonça, sobre a competente direcção da senhorinha Lucia Joviano, distincta professora da cadeira de gymnastica e jogos athleticos daquella importantissima casa de instrucção.

Portanto, os "interesses" explícitos e implícitos na educação do corpo, dos sentidos e das sensibilidades de alunas e futuras professoras se revelam tanto nos programas de ensino, nos espaços construídos para as práticas corporais, nos materiais didáticos, nos tempos escolares, nos discursos presentes em correspondências, quanto nos rituais e nos eventos da Escola Normal Modelo da Capital. Por conseguinte, ao analisarmos todas as fontes, reconhecemos que tanto o espaço escolar como os saberes e práticas nele difundidos constituem uma educação do corpo e dos sentidos para, finalmente, fundar-se novas sensibilidades.

2.4 DE MENINA À ALUNA, DE ALUNA À PROFESSORA

Faria Filho (1998) ressaltou a transformação de crianças em alunos no processo de escolarização em Minas Gerais. Nessa perspectiva, é possível identificar o

mesmo movimento em relação à escolarização voltada para a formação de professoras. Ainda meninas, com cerca de quatorze anos,[56] ao ingressarem na Escola Normal passaram a ser vistas como alunas que precisam incorporar ideias e atitudes condizentes com a forma escolar, deixando de lado, muitas vezes, hábitos desenvolvidos em outros espaços de sociabilidade que lhes eram próprios, mas também aprender todo um modo de "ser professora". Como ressaltado anteriormente, a educação do corpo, dos sentidos e das sensibilidades na Escola Normal Modelo da Capital diz tanto dos saberes e práticas necessários à formação das futuras professoras, quanto à necessidade de conformar uma corporeidade adequada a estas como sujeitos.

Tais movimentos podem ser percebidos, por exemplo, por meio das aulas práticas realizadas pelas futuras professoras no Grupo Escolar Anexo,[57] das quais constam relatórios, planejamentos, programas de ensino que dão a ver a apropriação de um determinado saber na formação. O estudo das regulamentações também revelou determinados paradoxos entre a formação de professores e os saberes exigidos na atuação docente nas escolas primárias. A *Gymnastica*, por exemplo, que, com a Reforma de 1906 ampliou sua presença nas escolas primárias, não vai aparecer de imediato no currículo das Escolas Normais.[58]

É perceptível em determinados rituais e práticas que procuravam modelar comportamentos próprios ao "ser professora", sempre a lembrar que as alunas da Escola Normal eram moças de "boas famílias" de Belo Horizonte. Preocupações com o uniforme, que deveria ser *higienico e economic*o, preocupações com o *mal proceder* e com as atitudes imorais, aparecem recorrentemente nas fontes consultadas.

Didaticamente a professora deveria se preocupar ainda com o *calor de sua voz*, com sua *gesticulação nobre, sympathica e attitude digna* e mostrar ter *vista e ouvido*. Importante ressaltar que toda essa educação deveria já ser desenvolvida aos quatorze anos, idade em que as moças estariam aptas a ingressar no ensino normal. A vigilância sobre sua conduta percorria toda a trajetória das alunas na Escola

[56] MINAS GERAIS. Decreto nº 2836, de 31 de maio de 1910. *Approva o regulamento que reorganiza as escolas normaes do Estado. Capitulo II. Art. 12 a) certidão de edade ou documento offical equivalente, que prove ter já completado 14 annos.*

[57] O decreto 1960 de 16 de dezembro de 1906, que cria a Escola Normal Modelo da capital, cria também o Grupo Escolar Anexo, que deveria ser tomado como modelo para a criação de outros grupos escolares no território mineiro (VAGO, 1997).

[58] Ver Vago (1997, p.43).

Normal Modelo da Capital, uma vez que sua matrícula poderia não ser aceita ou renovada a cada ano se a direção da escola *por informações fidedignas, souber que a candidata não possue os requisitos moraes necessarios ou soffre molestia contagiosa*.[59]

Apesar de prescrições, essas regulamentações revelam o esforço de aprimoramento dos sentidos, de implantação de novos comportamentos, produzindo e refinando sensibilidades de alunas-futuras professoras. Como nos lembra Vago (1997, p. 33): "a legislação do ensino é tida como uma prática sociocultural de importância vital para conformar o campo escolar e as práticas educativas daquele período."

Entretanto, se é importante para o objeto que nos propomos a investigar o estudo dos conteúdos prescritos nas diferentes disciplinas escolares, estamos cientes de que devemos também analisar as etapas de seus enraizamentos, as metodologias de ensino, as alterações e as permanências ao longo de sua constituição, assim como as finalidades que guiam seu exercício. Sabe-se que as transformações e a constituição de uma disciplina guardam relação com os objetivos propostos para a instrução e a educação de crianças e jovens, em diferentes momentos históricos. Dessa forma, o objeto obriga-nos a considerar as singularidades de diferentes práticas educativas que vão incidir no corpo e nas sensibilidades. Há, nas diferentes práticas dessa instituição, vestígios dessa preocupação, que tomam forma em diversificados tempos e espaços, ao longo da formação das professoras: seja nas cadeiras especificamente destinadas para tal fim, como a *Gymnastica* e os *Exercicios calisthenicos*, como também em outras que margeiam esse processo, tais como a *Hygiene*, a *Musica*, o *Canto*, os *Trabalhos manuais*, a *Calligraphi*a, entre outras, e também em conteúdos que eram tratados em algumas cadeiras como a *educação dos sentidos.*

O estudo da educação do corpo e das sensibilidades na Escola Normal Modelo da Capital, em Belo Horizonte, pode trazer importantes contribuições para o estudo do campo educacional de maneira ampla e da formação de professoras de maneira particular, uma vez que as vertentes apontadas problematizam o espaço escolar, as regulamentações estatais, a influência dos discursos médico-higienistas, os diferentes usos desse espaço relacionados às questões sociais e de gênero, os saberes instituídos, as práticas permitidas, a experiência dos sujeitos etc. Pensar sobre as expectativas da sociedade em relação à escola, materializadas e explicitadas nas disciplinas

[59] Decreto nº 1982, de 18 de fevereiro de 1907, Approva o Regimento Interno da Escola Normal da Capital. Art. 5 e 12.

escolares, também permite problematizar as finalidades das políticas educacionais e os programas de ensino elaborados em cada época e que, por isso, fazem parte dos processos de constituição e de mudanças históricas dessa instituição.

Podemos perceber que essa escola se constituiu como um espaço singular. Não só por ser exclusiva a mulheres, mas também pelos discursos que circularam, pelas estratégias adotadas pelo seu corpo docente e administrativo e pela sua relação com o governo mineiro, o qual a considerava o estabelecimento de ensino modelo para a Escola Normal Regional e para as Escolas Equiparadas. Vale ressaltar ainda que, se a legislação já apontava explicitamente para esse movimento, também foi possível perceber como as práticas instituídas pela Escola Normal Modelo da Capital acabaram servindo de inspiração e recomendação não só às escolas mineiras, mas também às escolas de outros estados.[60] Essa instituição foi, então, ao longo de sua existência, "exportando" saberes e maneiras de fazer para várias escolas do estado de Minas Gerais e demais estados brasileiros.

[60] Em 2 de novembro de 1920, a folha carioca *O Jornal,* ao se referir sobre as sessões de cinema na Escola Normal Modelo da Capital, assim discorria: "*Tivemos noticia de uma prática que está sendo seguida em Minas, com real proveito para a instrucção, e que seria facílimo realizar-se aqui. Facílimo e utilíssimo para a grande multidão infantil das nossas escolas públicas e para as próprias professoras."*Cf. Minas Gerais., *O Cinema na Escola*, 06 de novembro de 1920, p. 3.

Capítulo 3

A constituição da *Gymnastica* nas Escolas Normais de Minas Gerais

Neste capítulo analisaremos o processo educacional que instituiu a cadeira de *Gymnastica*, que desenvolveu práticas próprias com base em diferentes saberes, no ensino normal em Minas Gerais. Nossa intenção é problematizar a forma com que essa disciplina foi, pouco a pouco, escolarizando-se. Para isso, analisaremos também quem foram os sujeitos envolvidos com o seu ensino e como se constituía o campo relacionado à *Gymnastica*.

Rastrear as correspondências, os ofícios, os programas de ensino, as provas de provimento dessa cadeira, os relatórios emitidos e recebidos pela Secretaria do Interior, entre outros documentos, também nos permite apreender a maneira como a *Gymnastica* foi ganhando vida no ambiente escolar, ora aproximando-se e ora afastando-se daquilo que vinha sendo prescrito pela legislação mineira para o ensino dessa disciplina ao longo do curso de formação do professorado mineiro.

Ao debruçarmo-nos sobre a legislação mineira direcionada ao ensino normal, buscamos nela apreender como a *Gymnastica* foi se forjando como prescrição e prática escolar na formação de professores e professoras em Minas Gerais. Foi também possível identificar na legislação aspectos promissores para a problematização do objeto de pesquisa, considerando que, sendo representações, as prescrições nela contidas imaginam, codificam valores, regulamentam, implementam e legitimam saberes e maneiras de fazer necessários à formação de professores e professoras. A legislação, nesse caso, é compreendida como uma prática social, produzida por

sujeitos que deixam revelar seus interesses e desejos, configurando-se como espaço, objeto e objetivo de embates políticos. Assim, podemos considerar que os ordenamentos legais voltados para o ensino normal não são deslocados de seu tempo e espaço. Ou seja, dizem de uma época, sugerem e, em duplo movimento, determinam e são determinados por práticas e demandas de um tempo histórico.

3.1 A LEGISLAÇÃO PRESCREVENDO A *GYMNASTICA* NO ENSINO NORMAL MINEIRO

A *Gymnastica* passou a integrar o currículo das Escolas Normais a partir da promulgação do Decreto nº 260, de 1º de dezembro de 1890. De acordo com essa prescrição legal, a *Gymnastica* seria realizada *diariamente*, suas práticas envolveriam os *exercicios de corpo livre* e seria autorizada somente aos rapazes. A lei, entretanto, não especificava quais seriam esses exercícios. Com base na determinação oficial, passamos a questionar: qual *Gymnastica* pretendia as Escolas Normais em Minas Gerais? Essa disciplina visaria à melhoria do *physico* dos alunos e alunas do curso normal ou apresentaria um caráter que visasse à preparação para atuação no magistério? Quais vestígios temos de suas práticas? Quais sujeitos envolveram-se com seu ensino? Qual o percurso traçado por esses sujeitos para se tornarem professores e professoras da cadeira de *Gymnastica*? Como aconteciam os exames de provimento dessa cadeira?

Dialogando com a legislação mineira percebemos que a *Gymnastica*, a partir do decreto supracitado, começou a sofrer um processo de especialização (VAGO, 2010).[61] Segundo tal decreto, a *Gymnastica* seria ministrada no quarto ano e somente os alunos estariam autorizados à sua prática. Para as alunas era indicado o *trabalho de agulhas*. Ressalta-se que, embora as meninas não participassem da cadeira de

[61] Por especialização entendemos o processo pelo qual, pouco a pouco, a disciplina foi ganhando um detalhamento nos programas de ensino e, consequentemente, sistematizando-se. Se num primeiro momento a educação do físico era compreendida de uma maneira mais ampla, inserida na tríade spenceriana (*educação moral, intellectual e physica*), aos poucos, essa educação foi se disciplinarizando.

Gymnastica, realizavam *Exercicios calisthenicos* – uma atividade inserida na cadeira de *Aula Pratica do sexo feminino*.[62]

Passados dois anos, foi promulgada a Lei nº 41, de 3 de agosto de 1892, que *dá nova organização á instrucção publica do Estado de Minas*. Essa lei regulamentou o ensino primário, o secundário e o normal do estado e a *Gymnastica* ainda foi mantida entre as disciplinas *que fazem objecto do ensino* das Escolas Normais (art. 160). A *Gymnastica* passou, então, a ser incluída na categoria dos *Exercicios praticos*, bem como as *Evoluções militares*, os *Trabalhos de agulha*, o *Corte de roupa branca* e a *Economia domestica*.

Se, de acordo com o Decreto nº 260 de 1890, a *Gymnastica* era ministrada somente no quarto ano, a partir de 1892 a sua inserção no ensino normal ampliou-se para todos os quatro anos do curso, mas ainda permaneceu autorizada somente aos rapazes. Chamamos a atenção para o fato de que em todas as Escolas Normais havia um professor responsável pelo ensino da *Gymnastica*, muito embora isso não se apresentasse de forma uníssona durante todo o período estudado. Diferentes sujeitos, em diferentes escolas, ao longo do tempo, foram assumindo o cargo para o ensino dessa cadeira. Desse modo, e corroborando as hipóteses de Vago (2010), podemos inferir que os professores eram, na ampla maioria das vezes, sujeitos habitantes das cidades onde estavam localizadas as Escolas Normais e, não raras vezes, já integravam o corpo docente ou administrativo daquelas instituições. Mas como ocorriam essas "contratações" ou a migração de professores de uma para outra cadeira? A quais procedimentos institucionais eram submetidos os sujeitos que, futuramente, estariam envolvidos com o ensino da *Gymnastica* nas Escolas Normais mineiras?

O provimento da cadeira de *Gymnastica* era bastante longo e seguia uma série de normas, as quais eram estabelecidas por lei. Primeiro, os diretores de cada Escola Normal abriam um edital, informando os prazos para que os candidatos à cadeira se inscrevessem no concurso; num segundo momento, eram agendadas as datas para a realização das provas – ao todo, os candidatos eram submetidos a quatro provas:

[62] Mais à frente, retomaremos as práticas físicas autorizadas a alunas, ou seja, os exercícios calistênicos, visto que trabalhamos com a hipótese de que esses exercícios guardavam semelhanças com as práticas que eram prescritas na cadeira de *Gymnastica* e *Evoluções militares*. Esta última disciplina passou a compor o currículo das Escolas Normais a partir de 1893 e também seria ministrada pelo professor de *Gymnastica*. Assim, *Gymnastica* e *Evoluções militares* compunham uma só cadeira, tal como acontecia, por exemplo, com as disciplinas *Desenho* e *Calligraphia* nas Escolas Normais em Minas Gerais.

escrita, oral, arguição realizada pelos demais candidatos e pela banca e, por fim, a prova prática. As bancas examinadoras eram geralmente compostas pelo diretor da escola, por um ex-professor da cadeira de *Gymnastica* da mesma escola e/ou professor de *Gymnastica* convidado de outra Escola Normal (comumente, convidava-se o professor da Escola Normal de Ouro Preto, Antonio Martiniano Ferreira),[63] pelo comissário enviado pelo governo e o secretário, que era o responsável pela redação da ata. A fonte abaixo, de um exame de provimento da cadeira de *Gymnastica* da Escola Normal de São João del-Rei, nos permite perceber como esse era um evento solene:

> Acta do exame do concurso á cadeira de Gymnastica e evoluções militares da Escola Normal desta cidade, como abaixo se declara.
> Aos trinta e um dias do mez de Julho do anno de mil oito centos e noventa e quatro, as onze horas da manhã, nesta cidade de São João d'El-Rei, no salão principal da Escola Normal, presentes os cidadãos Carlos Sanzio d'Avelar Brotero, director e presidente da commissão examinadora do concurso á cadeira de Gymnastica e evoluções militares, deste Escola, e os examinadores professores Pedro [Muzzi] de Abrêu e Antonio Martiniano Ferreira e presidente mais o doutor – Francisco de Paula Ferreira e Costa, commissario especial por parte do Governo, para assistir e fiscalizar este concurso, o presidente declarou aberto o referido exame, e mandou que se fizesse a chamada dos candidatos inscriptos. Feita a chamada compareceram os candidatos [...]. (Secretaria do Interior; Série 4: Instrução Pública, Subsérie 2: Escolas Normais, SI 1062/Arquivo Público Mineiro/APM)

Cada prova era realizada em um dia e havia prazo para sua finalização. Em todas elas ocorria o sorteio, geralmente realizado pelo candidato "mais moço", de um ponto específico para a prova que versava sobre um dos conteúdos da *Gymnastica*.

Com relação à prova escrita, sorteava-se um ponto em comum e todos os candidatos discorriam sobre o mesmo. Na prova oral o procedimento diferenciava-se: cada candidato sorteava um ponto e, após o sorteio, a banca examinadora estipulava um tempo máximo para que os candidatos fizessem uma revisão, findo esse pra-

[63] Acreditamos que esse professor era tido como uma referência no campo da *Gymnastica*, pois, além de ser convidado a compor bancas examinadoras do provimento da cadeira em diversas Escolas Normais, no ano de 1896, ele produziu um Compêndio de *Gymnastica*, o qual foi indicado para ser adotado pelas Escolas Normais e primárias do estado de Minas Gerais com o objetivo de facilitar o ensino da mesma.

zo, os candidatos tinham que discorrer sobre o tema sorteado. Para as provas de arguição, a banca examinadora, após o sorteio, questionava os candidatos acerca dos seus conhecimentos em relação ao ponto sorteado.[64] Finalizadas as arguições, iniciavam-se as provas práticas, com a participação de alunos-mestres e alunos das *Aulas Praticas*, que faziam o papel de alunos do candidato. O trecho a seguir, dá a ver esse procedimento:

> Seguiu-se a prova pratica. Tirou o candidato para a prova pratica de Gymnastica o ponto de numero tres – Exercicios de alteris [...]. Fez o candidato os respectivos exercicios, em presença da commissão examinadora e commissario especial, tendo comparecido para estes exercicios turmas de alumnos mestres e das aulas praticas. Terminada esta prova, a commissão julgou-a – boa – Em seguida e a portas fechadas, a commissão examinadora passou a fazer a apuração das cedulas. [...] (Secretaria do Interior; Série 4: Instrução Pública, Subsérie 2: Escolas Normais, SI 1062/APM).

Nota-se que o provimento da cadeira de *Gymnastica*, realizado pelas Escolas Normais, demandava um longo período, com avaliações de diferentes naturezas, estendia-se por muitos dias, e envolvia a participação de diferentes sujeitos, tanto internos quanto externos às instituições. Percebe-se, então, que, para se tornar professor titular dessa cadeira, algumas competências e determinados saberes eram exigidos e precisavam ser veementemente defendidos pelo candidato.

Os conteúdos abordados nos exames realizados pelos alunos ao longo do curso de formação do professorado mineiro dão indícios dos saberes que eram exigidos ao futuro professor de *Gymnastica*. Podemos constatar, ao compararmos fontes de exame de provimento da cadeira com pontos de exames realizados pelos alunos da disciplina, que esse conhecimento era, posteriormente, "transmitido" e cobrado dos alunos durante as aulas e exames:

> Pontos para os exames de Gymnastica [...] do primeiro anno da Escola Normal de S. João d'El-Rei, apresentados á Congregação em 9 de Novembro de 1895.

[64] Algumas fontes nos autorizam afirmar que, além da banca examinadora, em alguns casos, também os candidatos arguíam os seus colegas, caso julgassem necessário. Mais detalhes, consultar: ROMÃO, 2012.

> Gymnastica – Provas escripta e oral
> 1º Formatura da direita para a esquerda n'uma fileira – Flexões e distensões de pescoço, curvando a cabeça para a frente. – Flexões e distensões dos dedos, fechando e abrindo a mão direita. – Flexões e distensões do pé direito.
> [...].
> 3º Conhecimento das extremidades – Posição de descanço. – Conversões individuaes a pé livre – Principio dos passos – Flexões e distensões das articulações dos pés, elevando e abaixando o corpo.
> [...].
>
> Gymnastica – Pontos para a prova pratica
> [...].
> 4º Flexões alternativas do pescoço - Flexões e distensões do pescoço inclinando para a direita e para a esquerda alternativamente - Flexões e distensões dos dedos fechando e abrindo a mão esquerda.
> 5º Flexões e distensões dos dedos fechando e abrindo as mãos - Flexões e distensões dos ante-braços direito, esquerdo e exercicio simultâneo.
> [...].
> S. João d'El-Rei, 9 de Novembro de 1895.
> O professor de Gymnastica e Evoluções Militares. João Baptista Campos da Cunha.
>
> (Secretaria do Interior; Série 4: Instrução Pública, Subsérie 2: Escolas Normais, SI^4_2 Cx: 15 Pc: 05/APM).

Observa-se que a relação dos conteúdos e a natureza das avaliações coincidiam: tal como os candidatos à cadeira de *Gymnastica*, também os alunos das Escolas Normais realizavam provas escritas, orais e práticas, nas quais eram "testados" os seus conhecimentos acerca da *Gymnastica.*

3.2 OS SUJEITOS DO ENSINO DA *GYMNASTICA* NAS ESCOLAS NORMAIS MINEIRAS

Identificar os sujeitos que ajudaram a constituir a cadeira de *Gymnastica* nas Escolas Normais em Minas Gerais, seja considerando as instituições onde lecionaram,

seja considerando as escolas em que realizaram suas formações, em suas idas e vindas pelas diferentes Escolas Normais do estado, nas relações estabelecidas com outros sujeitos, significa conferir relevância ao papel do professor como mediador[65] do processo de materialização dos programas de uma disciplina. Podemos ainda fazer referência ao papel central do professor de acordo com o que estudos sobre o currículo denominam de currículo real (GOODSON, 1995; HAMILTON, 2001), compreendido como aquilo que se materializa na relação entre alunos, professores e comunidade escolar.

Ao defendermos a ideia de que a cadeira de *Gymnastica* passou por um contínuo processo de afirmação e enraizamento no ensino normal e, assim, ao longo de sua existência suas práticas também foram continuamente reinventadas, podemos estabelecer uma estreita relação com os sujeitos que participaram desse processo – professores e alunos. Mas também não podemos ignorar a importância dos materiais, dispositivos e métodos utilizados nessa reinvenção. É nesse sentido que compreendemos os sujeitos como mediadores culturais. São eles que, atendendo a interesses, demandas e sob circunstâncias diversas, sistematizaram a *Gymnastica* nessas instituições escolares. Na outra extremidade, estiveram também envolvidos nessa trama os sujeitos que "recebiam" os saberes relacionados à *Gymnastica*, que foram impactados por essa prática; nesse caso, referimo-nos aos alunos e alunas das Escolas Normais.

Faz-se ainda relevante destacar que cabia a cada professor elaborar e assinar o programa da cadeira pela qual era responsável. Esses eram submetidos a análises realizadas por um corpo docente específico, o qual compunha a Congregação das Escolas Normais. Após essa análise interna, os programas eram encaminhados ao Conselho Superior que, por sua vez, analisava seus conteúdos e emitia seus pareceres. Caso o Conselho concluísse que determinado programa não atendia às exigências da disciplina, indicava as possíveis mudanças. Essa "autoria" pode explicar a singularidade do programa de cada escola e por isso a importância de identificarmos esses sujeitos. Considerava-se que era importante que o conjunto de professores fossem autores do programas, pois:

> Considerando que a redação e a execução de programmas de ensino são obras de observação e experiencia, resultantes de multiplos factores

[65] Sobre sujeitos mediadores, consultar: GRUZINSKI, 2001.

> variaveis, e por isso mesmo não podem elles ser rígidos e uniformes; Considerando que as Congregações de cada escola, composta de professores que conhecem a natureza [das cadeiras] que vão dirigir, são os mais capazes de escolher o melhor ensino, a sua qualidade, a sua dose, de maneira a fazer entrar na circulação intellectual a maior somma de elementos preciosos, com o mínimo de desperdicio. (Secretaria do Interior; Série 4: Instrução Pública, Subsérie 2: Escolas Normais, SI 956/APM)

Todavia, os programas de ensino, mesmo que comportassem essa dimensão da singularidade que é determinada pelo projeto de formação almejado por cada professor e escola, deveriam sempre se associar a dois pontos destacados pelo Conselho Superior: [...] *os professores não devem isolar-se nas suas cadeiras, mas procurar a harmonia com as demais; devem dar aos programmas um carater mais pratico do que theorico, porque o ensino normal é profissional* (Secretaria do Interior; Série 4: Instrução Pública, Subsérie 2: Escolas Normais, SI 956/APM). Essa dinâmica perdurou até o ano de 1906 quando então os programas de ensino passaram a ser unificados.[66]

Assim, conhecidos os procedimentos para o provimento da cadeira de *Gymnastica* e os saberes demandados no ensino normal, tornou-se importante interrogarmos quais foram os sujeitos que estiveram à frente dessa disciplina.[67] Como assinalado anteriormente, a cadeira de *Gymnastica* passou a fazer parte da formação de professores promovida pelas Escolas Normais mineiras a partir de 1890. Nessa década, mais precisamente nos anos de 1891 e 1892, as únicas escolas que tinham professores de *Gymnastica* eram as de Ouro Preto, de Sabará e de Diamantina.

Esses foram os primeiros estabelecimentos de ensino destinados à formação do professorado mineiro que cumpriam com o que havia sido prescrito pela legislação, em 1890, em relação à cadeira de *Gymnastica*. O primeiro e único professor responsável por essa cadeira na Escola Normal de Ouro Preto foi Antonio Martiniano Ferreira, que assumiu o cargo em 20 de fevereiro de 1891. Em Sabará, Thomé Diniz foi o professor responsável pela cadeira de *Gymnastica*, tendo assumido em 30 de janeiro de 1891. Em Diamantina, foi nomeado professor de *Gymnastica* (e *Trabalhos*

[66] Em 1906, com a criação da Escola Normal Modelo da Capital, em Belo Horizonte, todas as Escolas Normais de Minas Gerais passaram a ter os programas unificados.

[67] Esses dados foram possíveis com base no entrecruzamento entre várias fontes (sobretudo relatórios e decretos) coletadas no Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte. Esse garimpo está descrito em: ROMÃO, 2012.

manuaes) José da Cunha Valle Laport, permanecendo nesse cargo até 8 de março de 1892 quando deixa o exercício dessa cadeira para assumir a de Geometria.[68] Para substituí-lo interinamente foi nomeado Manoel de Menezes, assumindo o cargo em 28 de março de 1892. Aos dois dias do mês de junho do mesmo ano, assumiu a regência da cadeira de *Gymnastica* Americo Diamantino da Costa França.

Em 13 de abril de 1894 ocorreu uma mudança no corpo docente da Escola Normal de Sabará: a cadeira de *Gymnastica* passou a ser regida pelo professor Azarias Vaz Ferreira, que permaneceu no cargo até 1896. A partir do dia 1º de agosto de 1896, Azarias Vaz Ferreira foi substituído pelo professor José Doti. A princípio, este professor cobriria apenas os dias de licença que foram concedidos a Azarias, no entanto, tendo sido este removido para a Escola Normal de Juiz de Fora, em 11 de agosto de 1896, José Doti permaneceu no cargo de professor de *Gymnastica* até 31 de agosto de 1897.

Ainda em relação ao ano de 1894, outras Escolas Normais também nomearam seus professores de *Gymnastica*: na Escola Normal de Paracatu, em 4 de fevereiro, foi nomeado interinamente o professor Roberto Wackmuth; em Uberaba, Jorge Chireé assumiu o cargo em 3 de julho e a partir de agosto de 1897 foi Alberto Parton quem assumiu, interinamente, a cadeira; em São João del-Rey, foi a vez de José Furtado da Silva assumir como interino a cadeira de *Gymnastica*, em 28 de maio de 1894. Este permaneceu no cargo somente até 12 de novembro de 1894, quando foi nomeado João Baptista Campos da Cunha como professor proprietário da cadeira; em Campanha, Julio Bueno assumiu em 24 do mesmo mês; já em Montes Claros, João dos Anjos Fróes foi nomeado professor de *Gymnastica* em 20 de dezembro de 1894; quanto à Escola Normal de Araçuaí, em 26 de março de 1894 entrou em exercício como professor da cadeira, Lucas Evangelista do Espirito Santo. Todavia, no ano seguinte, o mesmo pediu demissão de seu cargo que passou a ser regido interinamente pelo professor Paulino Pereira da Silva. Somente em 24 de agosto de 1896 Mancio Marcenilio Varjão foi nomeado pelo diretor – Hugolino de Albuquerque Mello Mattos – para substituir o segundo professor interino que teve a cadeira de *Gymnastica*, Carlos Leopoldo Dayrell Junior. Mancio Marcenilio Varjão permaneceu como regente da cadeira até março de 1897. Em 10 de março de 1897 foi nomeado João Nepomuceno Alves Figueiró, após prestar concurso para provimento da cadeira de *Gymnastica.*

[68] O fato de os sujeitos transitarem de uma cadeira a outra demonstra que ainda estava distante a noção de professores especialistas por cadeira/disciplina.

No ano de 1895, na Escola Normal de Juiz de Fora, efetuou-se um concurso para provimento da cadeira de *Gymnastica* e *Evoluções militares*, no qual se inscreveram dois candidatos: Severiano Rodrigues da Fonseca Hermes e Eugenio Villani. Destes, foi aprovado o primeiro candidato, contudo, o Conselho Superior decidiu anular esse concurso permanecendo, assim, a Escola Normal de Juiz de Fora sem professor de *Gymnastica*.

No seguinte ano, em 11 de agosto de 1896, foi removido, a pedido, para a mesma cadeira da Escola Normal de Juiz de Fora o professor interino da cadeira de *Gymnastica* da Escola Normal de Sabará, o cidadão[69] Azarias Vaz Ferreira, tal como foi dito anteriormente. Estando essa cadeira provida interinamente pelo professor José Doti, resolveu o diretor – Joaquim Aureliano Sepulveda – abrir novo concurso no ano de 1897, para o qual se inscreveram seis candidatos: José Ricardo Setragnhy, João Eduardo Copsey, Tobias de Paula Pertence, Manoel Ferreira Penna, Arlindo Vieira de Brito e Lucas Evangelista do Espirito Santo. Destes, foram considerados aptos ao cargo somente João Ricardo Setragnhy, assumindo o 1º lugar, Lucas Evangelista do Espirito Santo, em 2º lugar, e Manoel Ferreira Penna, em 3º. Todavia, quem assumiu a cadeira de *Gymnastica* foi o terceiro colocado no concurso, em 16 de agosto de 1897.[70] Manoel Ferreira Penna entrou efetivamente em exercício de sua cadeira em 31 de agosto de 1897. Ainda em 1896, assumiu interinamente a cadeira de *Gymnastica* da Escola Normal de Paracatu, o Padre José Vieira da Silva. No ano seguinte, em 16 de agosto, foi nomeado para assumir este cargo João Ricardo Setragnhy. Não tendo este aceitado a nomeação, Lucas Evangelista do Espirito Santo foi nomeado para o mesmo cargo, em 20 de setembro de 1897.[71]

---

[69] A título de informação, todas as vezes que o nome de uma pessoa vem precedido da palavra cidadão, significa que, na ocasião, ela ainda não fazia parte nem do corpo docente, nem do administrativo de determinada escola.

[70] Torna-se relevante destacar esse ocorrido, visto que ele nos remete a uma reflexão acerca dos concursos para provimento de cadeiras nas Escolas Normais, ou melhor, para a escolha dos candidatos. Quais seriam os critérios? Será mesmo que se avaliavam somente as provas realizadas pelos candidatos? Acreditamos que não, pois, mesmo Manoel Ferreira Penna sendo habilitado em 3º lugar, foi ele quem assumiu a cadeira. Sabemos que João Ricardo Setragnhy se recusou a assumir o cargo. Mas devemos nos questionar o porquê de tal recusa. E, além disso, por que Lucas Evangelista não foi o convocado?

[71] Novamente torna-se relevante destacar que ambos os candidatos prestaram o concurso para provimento da cadeira de *Gymnastica* também na Escola Normal de Sabará. E, nesse sentido, mesmo tendo sido Lucas

Em 1897, Azarias Vaz Ferreira, então professor da cadeira de *Gymnastica* na Escola Normal de Juiz de Fora, pede licença de 30 dias para tratar de saúde, sendo substituído interinamente pelo professor Raymundo Tavares.[72] Ainda considerando o ano de 1897, na Escola Normal de Itajubá, em 19 de março, tomou posse e entrou em exercício da cadeira de *Gymnastica* o professor Jorge Tiberiça Boucherville. Por sua vez, na Escola Normal do Serro esteve no cargo de professor da cadeira de *Gymnastica*, Fernando Victor que também servia como secretário na mesma escola. Já a Escola Normal de Sete Lagoas recebeu Luiz Baptista Teixeira como professor da cadeira de *Gymnastica*.

Em 1898, na Escola Normal de Juiz de Fora, o diretor Leonidas Detsi resolveu nomear, em 4 de outubro, o professor Antonio da Cunha Figueiredo para reger a cadeira de *Gymnastica durante o impedimento do professor effectivo* – Azarias Vaz Ferreira. É interessante destacarmos que diferentes sujeitos, em diferentes Escolas Normais, foram sendo responsabilizados pelo ensino da *Gymnastica* no ensino normal, como ocorreu nas Escolas Normais de Sabará, Paracatu, São João del-Rey, Juiz de Fora e Araçuaí.

Com base nessa sistematização, percebe-se que, embora existisse a dificuldade em se trabalhar com a *Gymnastica* – seja em relação à falta de espaço adequado ou à falta de material, problemas apontados frequentemente pelos diretores das Escolas Normais em seus relatórios –, esse fato não impedia a sua inclusão no ensino normal mineiro. A *Gymnastica* estava, sim, sendo gradativamente escolarizada nas e pelas Escolas Normais (ROMÃO, 2012). Importa destacar que, durante todo esse período, houve um intenso movimento de concurso, contratações e transferências de professores de *Gymnastica* pelas Escolas Normais de Minas Gerais. E, ainda, há de se perceber que, como a cadeira de *Gymnastica* era ofertada somente aos rapazes, o professor deveria ser do sexo masculino, o que explica o fato de todos os candidatos serem homens. A presença da mulher no ensino da *Gymnastica* foi uma demanda da cadeira de *Aula pratica do sexo feminino*, a qual desenvolvia os exercícios calistênicos.

Evangelista do Espirito Santo considerado habilitado e assumido o 2º lugar na colocação, este assume o lugar de professor de *Gymnastica* em Paracatu e não em Sabará.

[72] Raymundo Tavares, antes mesmo de Azarias Vaz Ferreira assumir o cargo de professor proprietário da cadeira de *Gymnastica*, já assumia a função de professor interino dessa cadeira.

3.3 *EXERCICIOS CALISTHENICOS*: PRÁTICA GINÁSTICA AUTORIZADA ÀS ALUNAS DAS ESCOLAS NORMAIS MINEIRAS

Até o momento identificamos quem eram os professores homens da cadeira de *Gymnastica* e vimos que ministravam aulas somente aos rapazes, alunos do ensino normal. Entretanto, havia uma demanda no ensino primário de que as professoras que ali atuassem também deveriam ministrar exercícios físicos para seus alunos. Assim, era importante que as alunas normalistas também tivessem acesso a essa prática. Mas, já que não estavam autorizadas a frequentar a cadeira de *Gymnastica*, parece ter sido uma estratégia a aproximação a esse conteúdo nas chamadas aulas práticas por meio dos *Exercicios calisthenicos*, que consistia:

> Exercicios calisthenicos
> Gymnastica e seus fins principaes. Exercicios gymnasticos e suas naturezas. [...]. Movimentos dos braços para a frente. Movimento do anti-braço, flexão e extensão a dous tempos. Movimento do anti-braço para traz. Flexão e extensão dos dedos. [...]. Rotação dos braços para os lados. Rotação completas dos braços. Movimento dos dedos das mãos para frente. Flexão e extensão da cabeça para os lados. [...]. Compendio por Antonio Martiniano Ferreira, professor de Gymnastica e evoluções militares da E. Normal de Ouro Preto. Sabará, 1º de julho de 1898. Lydia Maria de Couto. (Secretaria do Interior; Série 4: Instrução Pública, Subsérie 2: Escolas Normais, SI 1046/APM)

Os *Exercicios calisthenicos* eram compostos por atividades práticas que se assemelhavam em muito às que eram ministradas nas aulas da cadeira de *Gymnastica* para os rapazes, embora com "rubricas" diferentes. Algumas dessas semelhanças são evidenciadas já em seus nomes: *Gymnastica e seus fins principaes*, *exercicios gymnasticos e suas naturezas*. Também percebemos a semelhança entre as duas práticas quando comparamos seus programas de ensino: algumas atividades que eram prescritas nas aulas de exercícios calistênicos eram as mesmas prescritas nas aulas de *Gymnastica*, como por exemplo, *movimentos dos braços para a frente*; *movimento do anti-braço, flexão e extensão a dous tempos*; *movimento do anti-braço para traz*; *flexão e extensão dos dedos, dos pulsos*; *movimento lateral dos pulsos*; *flexão e extensão dos hombros*; *rotação dos braços para os lados e rotação completa*; *movimento dos dedos das mãos para frente*; *flexão e extensão da cabeça para os lados, para diante e para traz*; *flexão e extensão do pescoço*; *rotação da cabeça*.

Nessa perspectiva, podemos ainda inferir que, mesmo as alunas não sendo autorizadas a participarem das aulas da cadeira de *Gymnastica*, elas realizavam exercícios semelhantes em outra disciplina. Percebemos que a *Gymnastica* era forjada, inventada de tal modo que, nas Escolas Normais, a importância de sua prática era reconhecida e levada a extrapolar, inclusive, o que era prescrito pela legislação que, por sua vez, impedia as alunas de a praticarem. Seguindo essa linha de raciocínio, compreendemos que à *Gymnastica* era atribuído outro nome – *Exercicios calisthenicos* – para que as alunas fossem autorizadas a realizarem seus exercícios, o que representou uma tática adotada pelos sujeitos presentes nas Escolas Normais em Minas Gerais.

É importante dizer ainda que algumas das alunas das Escolas Normais mineiras, que tiveram em sua formação a prática dos exercícios calistênicos, tornaram-se posteriormente também professoras de *Gymnastica* de Escolas Normais, como foi o caso da professora Aurelia Olyntho, que foi aluna da Escola Normal de Ouro Preto e que se tornou professora da Escola Normal Modelo da Capital, Belo Horizonte. Igualmente parece ser importante identificar e perseguir a trajetória dessas professoras, tal como fizemos com os professores, o que nos dará outros indícios do enraizamento e da afirmação da *Gymnastica* no ensino normal. Aqui, as fontes não nos dão indícios de como essas professoras, responsáveis pelo ensino de exercícios calistênicos no ensino primário e pela *Gymnastica* nas Escolas Normais, tornaram-se professoras, mas acreditamos que, de algum modo, ao serem nomeadas para esses cargos, compreendiam saberes e experiências para tal.

3.4 A PRESENÇA DA *GYMNASTICA* NO ENSINO NORMAL MINEIRO: PROCESSO PERMEADO POR ENTRAVES, OBSTÁCULOS E MUDANÇAS DE CONCEPÇÃO

A *Gymnastica* parecia mesmo estar se firmando nas Escolas Normais mineiras entre as décadas 80 e 90 do século XIX. Porém, essa realidade em construção não tardou a se romper. No ano de 1898 foi promulgado o Decreto nº 1.233, de 26 de dezembro, que suspendeu a cadeira de *Gymnastica* (e também o ensino de música) das Escolas Normais. A justificativa para essa suspensão diz respeito a uma crise financeira que o estado atravessava, obrigando-o a reduzir as suas despesas públicas. Mergulhados nesse cenário de corte financeiro, todos os professores envolvidos com a cadeira de *Gymnastica* foram colocados em disponibilidade.

O desaparecimento, previsto pela legislação, da cadeira de *Gymnastica* remete-nos à questão da sua legitimidade. Por um lado, ela assume um lugar inferiorizado em relação aos saberes que deveriam ser escolarizados, uma vez que as demais cadeiras permaneceram no currículo. Todavia, não podemos ignorar o fato de termos localizados indícios de que seus conteúdos ainda eram trabalhados em outras cadeiras, tais como: *Pedagogia*, *Hygiene*, *Aulas Praticas*, entre outras. É o que evidenciam os programas de exame da cadeira de *Pedagogia*, por exemplo:

> Programma de exame para a cadeira de Pedagogia (3º anno)
> Nºs Pontos
> 1 – Noções preliminares de Pedagogia. A escola e sua utilidade.
> 2 – Os deveres do professor e sua vocação.
> 3 – Educação e sua divisão.
> 4 – **Educação physica e sua utilidade.**
> 5 – **A actividade e a sensibilidade physica.**
> 6 – Hygiene escolar.
> 7 – Educação intellectual.
> 8 – A intelligencia e os sentidos.
> 9 – **Considerações geraes sobre a educação dos sentidos.**
> [...].
> 13 – Educação da vontade.
> 14 – Defeito das crenças na idade escolar.
> [...].
> 20 – **Gymnastica. Exercicios corporeos.**
> **Escola Normal de Montes Claros**, 10 de Novembro de 1904.
> O professor da cadeira, José Rodrigues Prates.
>
> (Secretaria do Interior; Série 4: Instrução Pública, Subsérie 2: Escolas Normais, SI^4_2 Cx 60 Pc 06/APM – Grifos nossos)
>
> 2º anno de Pedagogia
> [...].
> 14. O ensino da hygiene.
> 15. **O ensino da Gymnastica.**
> 16. Preliminares sobre a educação, definição, fins, necessidades etc.
> 17. **Educação physica, sua natureza e importancia.**

> [...].
> 20. Vestidos e aceios.
> 21. **Desenvolvimento das forças e exercicios corporaes.**
> 22. **Educação e meios de desenvolver os organs do sentido.**
> **Escola Normal de Sabará**.
>
> (Secretaria do Interior; Série 4: Instrução Pública, Subsérie 2: Escolas Normais, SI 1026/APM – Grifos nossos)

Caminhando um pouco pela história, nem mesmo a reforma promovida pelo Governo João Pinheiro, em 1906, foi capaz de promover o retorno da cadeira de *Gymnastica* às Escolas Normais. O contraditório é que essa mesma reforma, considerando o ensino primário, ampliou o processo de escolarização da *Gymnastica*.[73] Contudo, o currículo do ensino normal – ou seja, aquele que preparava o professorado para exercer o magistério futuramente – permanecia sem a (re)inclusão da cadeira de *Gymnastica.* Essa mesma reforma criou, em setembro de 1906, a Escola Normal Modelo da Capital.[74] Assim como já indicava seu nome, as demais Escolas Normais existentes em Minas Gerais deveriam inspirar-se em sua forma de organização e em seus programas de ensino. Porém, nem mesmo nessa escola a cadeira de *Gymnastica* reapareceu de imediato.

Passado mais de uma década, a cadeira de *Gymnastica* permanecia ausente do programa de formação do professorado mineiro. Todavia, essa lacuna chegou ao fim no ano de 1910 quando foi promulgado o Decreto nº 2.836, de 31 de maio, o qual *reorganizou as escolas normaes do Estado.* O artigo 8 desse decreto previa que:

> Paragrapho unico. **Quanto ás cadeiras de artes**, onde o ensino deverá ser absolutamente pratico, obedecerão os programmas ao seguinte summario e orientação:
> [...].
> d) na de **gymnastica – Exercicios, com toda a classe ou por turmas, methodicos e systematizados, tendo em vista o desenvolvimento e aperfeiçoamento physico das alumnas**.

[73] Decreto nº 1.947, de 30 de setembro de 1906.

[74] Decreto nº 439, de 28 de setembro de 1906.

(Colleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes em 1910, 1910; Decreto nº 2.836, de 31 de maio de 1910/APM – Grifos nossos)

De acordo com Vago (1997), cabe aqui destacarmos que nesse período a *Gymnastica* era compreendida como uma *cadeira de artes*. Assim, questionamos: qual o significado dessa definição? Estaria a *Gymnastica* sendo interpretada de outro modo? As concepções acerca de seu papel na formação do professorado mineiro estariam se modificando?

Com o seu retorno, a *Gymnastica* passou a ser prescrita nos três primeiros anos como uma das cadeiras que constituía o currículo das Escolas Normais e no quarto como uma prática voltada para a aplicação, a qual era realizada nas escolas primárias anexas (art. 4 e 5) ou nas aulas isoladas e grupos escolares (art. 91).[75]

A partir da criação da Escola Normal Modelo da Capital ficou oficialmente estabelecido que as demais Escolas Normais de Minas Gerais deveriam se modelar seguindo as suas orientações, como já vimos. Nesse sentido, nota-se que, segundo o que estabelecia o Decreto nº 2.836, o objetivo da *Gymnastica* nas Escolas Normais, considerando esse período (ano de 1910), era o aperfeiçoamento físico das alunas nos três primeiros anos, e somente no quarto é que se destinava à preparação para o magistério.

Mais seis anos se passaram e, já em 1916, Delfim Moreira da Costa Ribeiro (ex-Secretário do Interior que tomou posse de Presidente do estado de Minas em 1914), reformulou o ensino normal por meio do Decreto nº 4.524, de 21 de fevereiro de 1916. A partir de então, o curso de formação do professorado mineiro passou a apresentar importantes mudanças. Embora o ensino normal continuasse com a duração de quatro anos e também tivessem mantido a cadeira de *Gymnastica*, esta passou a ser ministrada duas vezes por semana, nos três primeiros anos, e uma vez por semana no quarto ano. Com relação às Escolas Normais Regionais, especificamente, apareceu, pela primeira vez, a prescrição de que a *Gymnastica* deveria ser ensinada a *ambos os sexos* (art. 7 do referido decreto). Porém, não foi esclarecido se essas aulas seriam separadas por sexo ou se ocorreriam simultaneamente. De todo modo, nas Escolas Normais Regionais, as mulheres, antes excluídas, passaram a ser obrigadas à prática de *Gymnastica* (VAGO, 1997).

[75] Os grupos escolares também foram criados pela reforma João Pinheiro, em 1906. Já as aulas isoladas são anteriores às aulas práticas anexas.

Retomando os sujeitos responsáveis pelo ensino da ginástica e considerando as Escolas Normais Regionais, sabemos que na de Ouro Fino, criada em 1913, os professores da cadeira de *Gymnastica* foram Nelson de Moraes Guerra, durante os anos iniciais de sua criação, e D. Joanna de Alcantara Bilhar, a partir de 1916.

O artigo 11 do decreto em questão, além de explicitar os dois objetivos pretendidos para a cadeira de *Gymnastica* no ensino normal – *aperfeiçoamento physico e preparação para o magisterio* –, também apresentava quais os saberes essa disciplina deveria tratar:

> e) e a cadeira de Gymnastica não terá por unico objetivo preparar professoras para dirigir essa disciplina, no curso primario, mas, **principalmente, proporcionar o desenvolvimento physico das alumnas, por meio de exercicios methodicos e progressivos de gymnastica sueca** durante os quatro annos do curso. A educação physica será completada por evoluções gymnasticas das alumnas em conjunto e por jogos athleticos femininos, o Lawn-tennis e outros, bem como dansas e brinquedos infantis que serão introduzidos nas classes primarias. (Colleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes em 1916; 1916; Decreto nº 4.524, de 21 de fevereiro de 1916/APM – Grifos nossos)

Observa-se que esse artigo parece ter sido destinado à Escola Normal Modelo da Capital, exclusivamente feminina, uma vez que se refere claramente ao intuito de se *preparar professoras, proporcionar o desenvolvimento physico das alumnas*, o que reforça a ideia, já apontada por Vago (1997), de que na capital eram as mulheres quem deveria assumir o ensino de *Gymnastica* nas escolas. Por conseguinte, os homens continuavam excluídos do ensino normal compreendendo a sua totalidade e, portanto, também da cadeira de *Gymnastica.*

Eis aí algumas mudanças referentes à cadeira de *Gymnastica.* Se no início de sua implementação no ensino normal (1890) ela se constituiu como uma prática autorizada apenas aos homens, decorridos mais de 30 anos, passou a se constituir como uma prática quase que exclusiva às mulheres, visto que a maioria das Escolas Normais existentes em Minas Gerais, a partir de 1906, voltou-se para a formação de professoras. Além disso, com o passar dos anos, a cadeira de *Gymnastica* promoveu a escolarização de outras práticas corporais, tais como os jogos infantis, os jogos atléticos e as danças:

> [...] a festa realizada, ante-hontem, naquele estabelecimento de ensino, por motivo de encerramento das aulas. [...]. **Houve diversos jogos infantis** que attrahiram a attenção dos assistentes até ás 6 horas da tarde, com especialidade, **jogos athleticos** presididos pela professora Lucia Joviano. (Escola Normal. Correio da Tarde, Bellorizonte, 17 de novembro de 1917 – Grifos nossos)

> Todas as classes terão, como complemento, **os jogos athleticos** exigidos pelo Regulamento, os quaes serão introduzidos a medida que as alumnas se forem educando na gymnasticab [...]. (MINAS GERAIS, Decreto, nº 4.537, de 1 de março de 1916. *Approva os programmas de ensino para as escolas normaes Modelo, regionaes e equiparadas do Estado* – Grifos nossos)

> As alumnas do ultimo anno da Escola Normal deverão organizar um livro de notas de diversos **jogos e dansas** aprendidos, bem como de **festas sportivas escolares**, **regras de jogos e certamens atheticos**, que levarão para as escolas primarias. (MINAS GERAIS, Decreto, nº 4.537, de 1 de março de 1916. *Approva os programmas de ensino para as escolas normaes Modelo, regionaes e equiparadas do Estado* – Grifos nossos)

Voltando nosso olhar para a Escola Normal Modelo da Capital e ainda fazendo referência ao processo de afirmação da *Gymnastica* no ensino normal em Minas Gerais, em 1918, o governo publica o Decreto nº 4.955, de 3 de abril, o qual *approva os programmas de ensino para as escolas normaes modelo, regionaes e equiparadas do Estado.* De acordo com Vago (1997, p. 121),

> esses programas foram organizados pelos(as) professores(as) da Escola Normal Modelo da Capital, sendo aprovados pela sua Congregação em fevereiro daquele mesmo ano. Isso explica o fato que sempre se refere às mulheres, alunas exclusivas desta Escola. Observa-se, porém, que o decreto estende os programas às demais escolas normais do estado, que deveriam, então, reproduzi-los.

Assim, as professoras responsáveis pelo ensino da cadeira de *Gymnastica* na Escola Normal Modelo da Capital foram: Aurelia Olyntho (1910-1918), Aida Celeste Moraes (que substituiu por um curto tempo Aurelia Olyntho, em 1915) e Lucia

Joviano (1918-1924).[76] As duas últimas professoras também foram alunas da Escola Normal Modelo da Capital, já Aurelia Olyntho foi aluna da Escola Normal de Ouro Preto, na década de 1890, como relatado anteriormente.

A contratação de Aurelia Olyntho, em 1910, é um dos primeiros encaminhamentos relacionados ao retorno da *Gymnastica* ao ensino normal. Essa contratação veio acompanhada de um investimento de ordem prescritiva, dando nova organização ao programa da instituição:

> É a primeira vez que faz parte do curso normal a cadeira de *Gymnastica*, e as alumnas do 2º e 3º annos não tem ainda exercicio desta disciplina. Na pratica diaria, os três annos do curso executarão movimentos de tronco, respiração e extensão e distensão de musculos, constando cada lição de exercicios combinados, um de cada serie, progressivamente de accordo com o desenvolvimento das alumnas. (*Programmas da Escola Normal de Bello Horizonte para o anno lectivo de 1911, approvados pela Congregação, em 25 de fevereiro de 1911*. Belo Horizonte, Imprensa Official do Estado de Minas Gerais)

Ao tomar posse do cargo de professora de *Gymnastica*, Aurelia Olyntho assina o programa dessa cadeira, passando assim a ministrar tal disciplina pela primeira vez nessa escola, no decorrer do ano letivo de 1911. Ainda que num primeiro momento nos seja permitido pensar que a partir dessa data tenha se dado a presença regular de aulas de *Gymnastica*, a análise de outras fontes, as quais também nos possibilitaram acompanhar a trajetória dessa professora, indica-nos que o enraizamento dessa prática não se deu de imediato. Embora o ensino da ginástica estivesse, paulatinamente, afirmando-se, sua legitimação não aconteceu no mesmo patamar de outras cadeiras, deixando revelar hierarquias entre saberes e disciplinas (GOODSON, 1995).

A questão dos vencimentos dos professores do ensino normal denuncia essa diferença de status. Os professores das demais cadeiras que compunham o currículo

[76] Encontramos diversos documentos no Arquivo do Instituto de Educação (2010/2011), os quais nos permitiram afirmar que, a partir de 1915, a cadeira de *Gymnastica* passou a ser ministrada por diferentes professoras: Aurelia Olyntho, Aida Celeste Moraes, Lucia Joviano. Essa última assumiu, interinamente, a cadeira em 2 de julho de 1918, ou seja, Lucia Joviano também substituiu Aurelia Olyntho, em 1916. Mais informações sobre a trajetória de Lucia Joviano, consultar: FERNANDES, 2013.

do ensino normal, nesse período, ganhavam o salário de 6:000$000, já os professores das cadeiras de *Desenho* e *Musica* recebiam 4:800$000, as professoras das cadeiras de *Costura* e *Trabalhos manuaes*, por sua vez, ganhavam 3:600$000. A professora da cadeira de *Gymnastica*, por fim, recebia 2:400$000, portanto, o menor vencimento. Percebe-se assim dois movimentos que parecem bastante contraditórios: de um lado, havia um claro interesse em educar os corpos de professoras numa certa direção; de outro, identificamos uma grande dificuldade e mesmo o vestígio de menor legitimidade do ensino da ginástica nessa instituição.

Parece-nos revelador que a professora Aurelia Olyntho, tendo tomado posse de seu cargo em 20 de julho de 1910,[77] tenha solicitado afastamento para tratamento de saúde em tão pouco tempo.[78] Chamou-nos atenção as justificativas apresentadas, tanto pelo diretor da Escola à Secretaria do Interior, como a da própria professora para a concessão de sua licença: a ausência de um *commodo* e de um horário determinado para as aulas de *Gymnastica*. Ou seja, ainda que a Escola Normal Modelo da Capital tivesse uma professora e uma legislação que determinava a sua obrigatoriedade, não estava consolidado o tempo e o espaço para tal disciplina, de forma que era dispensável a presença da professora.

Considerando o programa de ensino da cadeira de *Gymnastica*, percebemos que o mesmo, foi, paulatinamente, detalhando-se e sofisticando-se, revelando muito do que se desejava para a *educação physica* das futuras professoras. O programa assinado pela professora Aurelia Olyntho, em 1914, deixa claro o modo como o corpo deveria ser exercitado – a necessidade de um corpo (re)formado, ereto e cuidado: constituía-se exclusivamente por *exercicios gymnasticos*, executados individualmente e evolução em turma, inspirados no Método Sueco de Ginástica:

[77] Carta do então diretor da Escola Normal Modelo da Capital, Aurelio Pires, enviada à Secretário do Interior em 5 de agosto de 1910, comunicando que a professora Aurelia Olyntho, está de posse de seu cargo, desde 20 de julho de 1910.

[78] Carta da professora Aurelia Olyntho enviada ao Secretário do Interior de Minas Gerais, Delfim Moreira da Costa Ribeiro, em 24 de setembro de 1910, solicitando o afastamento de seu cargo, para tratamento de saúde, sem o prejuízo de seus honorários. A professora considera que, devido à ausência de um *commodo* e de um horário determinado para as aulas de *Gymnastica*, sua ausência não resultará em um problema.

> Primeira série
> I- Attitude correcta do corpo, em pé – Exercicio para firmar o tronco em posição vertical sobe os quadris.
> II-Idem – Corpo erecto, oscilando sobre a ponta dos pés e calcanhares.
> III-Idem – Manter o corpo em posição vertical, natural durante tempo determinado.
> IV-Acção muscular – flexão dos joelhos com o tronco erecto, apoiando o corpo nas pontas dos pés.
> V-Idem – Inclinação do tronco para o lado direito e para o lado esquerdo, com o peito erguido e saliente.
> VI-Idem – Braços extendidos na posição horizontal dos hombros, a palma das mãos voltadas para cima, com flexão rithmica e firme dos punhos.
> VII-Idem – O mesmo exercicio, tendo a palma da mão voltada para baixo [...].
>
> Segunda série
> I-Recapitulação de todos os exercícios do primeiro anno.
> II-Distensão de músculos – Braços cahidos ao longo do corpo, levantando-se depois os hombros quanto possível para deixal-os cahir, após alguns segundos.
> III-Idem – Braços abertos ao nivel dos hombros, mantendo-os firme durante tempo determinado para cahirem depois, naturalmente, ao longo do corpo.
> IV-Idem – Corpo erecto, firmando-se o peso do corpo ora sobre o pé direito, ora sobre o pé esquerdo e descrevendo meio circulo com o que estiver levantado.
> V-Respiração – Expiração por pequena abertura da boca, e inspiração pelo nariz, tendo a boca fechada [...].
> (Minas Geraes, 4 de junho de 1914, nº 130, p. 1 a 4. Decreto 4139 de 3 de março de 1914. *Approva os programmas da Escola Normal da Capital para o anno lectivo de 1914*).

Observa-se que o intuito de proporcionar o *aperfeiçoamento physico* das futuras professoras estava presente nesse programa de ensino. No entanto, a prática profissional a ser realizada no ensino primário demandava das mesmas outros conhecimentos, outras experiências para além desse cuidado com o corpo que se tornaria conformado e ereto.

Com relação à professora Lucia Joviano, esta assume a regência da cadeira de *Gymnastica*, como substituta, em 1916:[79]

> Exmº Sr. Dr. Secretario do Interior
> Tendo sido concedida á professora de Gymnastica, desta Escola, D. Aurelia Olyntho, uma licença de 6 meses, sem vencimento, em prorrogação dá que lhe foi concedida, pelo prazo de quatro meses, indico a V. Ex. a professora D. Lucia Joviano, para, como substituta, continuar no exercício da mesma, pelo mesmo prazo, de seis meses, acontecendo que esta professora continua em exercício, em Trabalhos dos actuaes exames desta Escola.
>
> Saude e Fraternidade
> O Director, Arthur Joviano (29 de Novembro de 1916)
> (Correspondência Expedida/1914-1917; p. 178; Instituto de Educação, Belo Horizonte).

Nesse momento, apesar de não assinar o programa da cadeira de *Gymnastica*, visto que a professora efetiva da cadeira ainda era Aurelia Olyntho, conseguimos perceber alguns indícios de sua participação na elaboração, uma vez que outras práticas foram acrescentadas, sendo esta a primeira vez que se incorporava, completando o ensino da ginástica, os *jogos athleticos.*

Em 1918, Lucia Joviano tornou-se professora efetiva da cadeira de *Gymnastica*, por meio de concurso, para o qual tal cadeira só poderia *ser promovida por uma senhora*,[80] além disso, as candidatas deveriam provar que tinham *constituição physica necessaria para o exercicio do magisterio, podendo ajuntar trabalhos seus sobre a materia da cadeira em concurso e documentos que provem sua capacidade profissional*.[81]

---

[79] "Por acto do dia 7 de julho foi D. Lucia Joviano nomeada para, como substituta, reger a cadeira de Gymnastica durante a licença de um anno, para tratar de negocios, concedida a effectiva D. Aurelia Olyntho." (Livro de Registros geraes, 1917; Instituto de Educação, Belo Horizonte)

[80] Condição fundamentada pelo art. 30 do regulamento de 1916.

[81] Jornal Minas Geraes, 30 e 31 de março, 1 e 2 de abril de 1918, nº 74, p. 8. Concurso para provimento da cadeira de *Gymnastica.*

O concurso baseou-se no seguinte programa:

> A cadeira de gymnastica não terá por unico objectivo preparar professoras para dirigirem essa disciplina no curso primário, mas, principalmente proporcionar o desenvolvimento physico das alumnas, por meio de exercicios methodicos e progressivos de gymnastica sueca durante os quatro annos do curso. A educação physica será completada por evoluções gymnasticas das alumnas em conjuncto e por jogos athleticos femininos, o Law-tennis e outros, bem como dansas e brinquedos infantis que serão introduzidos nas classes primarias. (Jornal Minas Geraes, 30 e 31 de março, 1 e 2 de abril de 1918, nº 74, p. 8. Concurso para provimento da cadeira de *Gymnastica*).

Destacamos que o que foi estabelecido por esse programa explicitava claramente o que a candidata deveria portar, quais características eram fundamentais para assumir o cargo de professora de *Gymnastica* da Escola Normal Modelo da Capital. Deveriam estar aptas a executar exercícios físicos, visto que suas alunas as imitariam. Além disso, podemos constatar que foi com a entrada da professora Lucia Joviano que a cadeira de *Gymnastica* passou a incorporar, além dos *exercicios methodicos e progressivos*, práticas esportivas. Isso representou uma grande mudança no primado orientador da *Gymnastica.*

Aos poucos, temperada pela prática esportiva, a ginástica acabou extrapolando os tempos prescritos para o desenvolvimento e ensino de uma disciplina e passou também a ocupar festividades, cerimônias, eventos significativos realizados pela Escola Normal Modelo da Capital. Essa nova conformação revela certa legitimidade, além de representar uma maneira de conferir visibilidade às práticas desenvolvidas pela instituição. Assim, podemos pensar que tal prática, presente e anunciada no cotidiano da Escola Normal Modelo da Capital, passou a ser uma característica, uma vitrine, um símbolo da própria instituição. Os corpos precisavam se movimentar, desde que obedecessem a uma determinada direção.

Vale dizer ainda como, pouco a pouco, a prática esportiva foi assumindo um espaço significativo na Escola Normal Modelo da Capital. Particularmente, nas festas, os torneios *de basquet-ball*, *de hokey*, *volley-ball*, *lawn tênis* foram tomando os espaços das apresentações metódicas de ginástica sueca. Contudo, não foram somente os torneios e os jogos que ganharam espaço nessa escola, mas também vários

códigos do mundo esportivo: a presença de clubes da cidade, o ritual de premiação e homenagens, entre outros elementos.[82]

Esse processo traçado pela cadeira de *Gymnastica* na Escola Normal Modelo da Capital traduz a ideia de que nem as disciplinas, nem os conteúdos nelas veiculados são perenes e fixos, mas se alteram de acordo com os sujeitos mediadores e com os períodos históricos. Temos, nesse sentido, que chamar a atenção para o fato de que a cadeira de *Gymnastica*, tendo sido novamente regulamentada no ensino normal (Decreto nº 2.836, de 31 de maio de 1910), não mais se ausentou do programa de formação das professoras, em Belo Horizonte. Essa permanência talvez se justifique, justamente, pelo fato de práticas esportivas, jogos atléticos e competições terem sido incorporados à *Gymnastica* .

Com o passar dos anos, a ginástica, como conteúdo principal das aulas, foi se tornando acessória às práticas esportivas, aparecendo na forma de preparação e aquecimento. Essa mudança também não revela apenas uma alteração de conteúdos, mas, sim, um deslocamento fundante na concepção de educação do corpo e do papel dessa disciplina na formação de alunas-mestras, futuras professoras. Outra percepção, no que se refere ao processo de enraizamento e consolidação dessa cadeira na Escola Normal Modelo da Capital, é que ele esteve diretamente vinculado a mediadores, nesse caso as professoras que criaram e assinaram seus programas, e que ministravam aulas e se envolveram com a busca pela legitimidade desse saber.

Na esteira da história e partindo do princípio de que os saberes ensinados e experimentados no interior das disciplinas alteram-se, foi necessário rastrear as transformações que ocorreram nas práticas corporais vivenciadas pelos alunos em formação ao longo do curso normal em Minas Gerais. Perguntamo-nos quando, como e por que a cadeira de *Gymnastica* incorpora outras práticas, dando lugar a uma outra concepção de educação do corpo. As fontes têm nos permitido assistir tanto um movimento que relaciona transformações disciplinares no bojo de mudanças mais amplas, da escola e da sociedade, como também transformações que parecem acontecer "independentemente", que encontram explicações na "economia interna" da disciplina, relacionando-se a sujeitos, a estratégias muito particulares de um tempo e um lugar.[83] Nessa história que tecemos são professores e professoras

[82] Mais detalhes, consultar: FERNANDES, 2013.

[83] Ver: BITTENCOURT, 2003.

que, atuando como mediadores, com suas histórias, experiências e redes de sociabilidade foram transformando a *Gymnastica* – que pouco a pouco foi se afirmando e se enraizando nas Escolas Normais em Minas Gerais – em uma prática singular. E, por assim ser, não nos permite pensar seu processo de constituição de maneira homogênea.

Nessa nossa narrativa apresentamos a presença da cadeira de *Gymnastica* no ensino normal em Minas Gerais. Quem foram os sujeitos envolvidos no seu ensino, quais os procedimentos de provimento da cadeira, quais práticas compunham seu ensino, quem eram os sujeitos autorizados à sua prática e ainda a maneira como as mulheres-futuras professoras acessavam esse saber. Constatamos que essa disciplina desenvolveu, ao longo de seu percurso, práticas próprias com base em diferentes saberes e demandas, o que coincide com o debate no campo das Disciplinas Escolares.[84] Seus saberes, além de terem circulado e sido apropriados por diferentes sujeitos – professores e professoras das Escolas Normais, professores e professoras do ensino primário, alunos e alunas –, também ajudaram a forjar um campo para essa disciplina. Ponderamos ainda que o percurso da cadeira de *Gymnastica* na formação de professores e professoras em Minas Gerais – seu enraizamento e sua afirmação – foi um processo complexo, do qual professores tiveram um papel fundamental. Destaca-se aqui o envolvimento que eles tiveram na construção dos programas de ensino da cadeira.

Importante também destacar que, ao estudar a presença da ginástica no ensino normal mineiro, partimos da compreensão de que esse movimento não se constituía, ou se constituiria, como algo isolado, próprio somente de uma cultura escolar – ainda que se reconheça que a escola "transforma" saberes e práticas –, mas como parte de um projeto cultural abrangente, que guardaria relação com aspectos da própria escola, bem como de determinada sociedade. Nessa perspectiva, a presença da *Gymnastica* precisou ser compreendida no diálogo com a formação docente, com os processos de escolarização e enraizamento, bem como com as relações entre os sujeitos envolvidos com tal disciplina. Por fim, enfatizamos que a inserção e o enraizamento dessa cadeira nas Escolas Normais mineiras experimentaram um processo não linear, que envolveu múltiplos interesses e mediações de diferentes sujeitos e instâncias políticas.

[84] Ver: BITTENCOURT, 2003; CHERVEL, 1990.

3.5 LUCIA JOVIANO E A PRESENÇA DOS JOGOS ATLÉTICOS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORAS: INDÍCIOS DE UMA ALTERAÇÃO NO PRIMADO QUE ORIENTA A CADEIRA DE *GYMNASTICA*

Partindo das considerações construídas sobre o ensino normal e sua constituição em Minas Gerais e também sobre a presença da *Gymnastica* nesse nível de ensino, este capítulo aprofunda alguns aspectos específicos da constituição de uma *educação physica*, por meio da presença dos jogos como prática corporal, no processo de formação de professoras na Escola Normal Modelo da Capital, mediado pela professora Lucia Joviano.[85] Partindo da hipótese de que esta teve um papel fundamental no desenvolvimento do ensino e na presença dos jogos na formação de professoras nessa instituição, interessou-nos acompanhar mais a trajetória profissional dessa professora como eixo dessa investigação.

Essa hipótese teve por base o indício de que sua presença na escola, ainda como aluna e depois sua inserção como professora de *Gymnastica*, ajudou a alterar significativamente as práticas desenvolvidas nessa disciplina. A alteração do programa de ensino da cadeira, incluindo jogos e práticas atléticas, no período em que Joviano assume a regência da disciplina, é um exemplo desse vestígio. Além disso, ao direcionar o olhar para uma questão mais específica, a presença desses jogos provou-nos como o esporte, ou o que temos chamado de *ethos* esportivo, foi, pouco a pouco, ganhando lugar e visibilidade na Escola Normal Modelo da Capital.

Os programas de ensino relativos às cadeiras ministradas no ensino normal em Minas Gerais eram elaborados pela Congregação da Escola Normal Modelo da Capital – constituída pelos professores regentes de cada cadeira –, assinados pelo Secretário de Estado dos Negócios do Interior e aprovados pelo Presidente do estado de Minas Gerais.[86]

Nos primeiros programas de ensino da Escola Modelo não constava o programa referente à cadeira de *Gymnastica.* Como já visto anteriormente, essa ausência chega

[85] A trajetória profissional da professora Lucia Joviano, tomando como eixo a sua contribuição na constituição da cadeira de *Gymnastica/educação physica* na formação de professores na Escola Normal Modelo da Capital (Belo Horizonte) e na Escola Normal do Distrito Federal (Rio de Janeiro), foi objeto de estudo da dissertação de FERNANDES, 2013.

[86] Minas Geraes, 4 de junho de 1914, nº 130, p. 1 a 4. Decreto 4139 de 3 de março de 1914. *Approva os programmas da Escola Normal da Capital para o anno lectivo de 1914.*

ao fim a partir da publicação do regulamento que reorganizava as Escolas Normais do Estado[87] em maio de 1910, que apresentou a *Gymnastica* como umas das cadeiras pertencentes ao ensino normal. A presença dessa "nova" cadeira é ainda afirmada em fevereiro de 1911, quando a congregação aprova os programas da Escola Normal Modelo para esse ano letivo.[88] Origina-se aí o primeiro programa para o ensino da *Gymnastica* elaborado por essa instituição e que deveria inspirar as demais Escolas Normais do estado a executarem-no.

A professora de *Gymnastica* Aurelia Olyntho tomou posse de seu cargo no dia 20 de julho de 1910[89] e, como uma de suas atribuições, assinou o primeiro programa de ensino para o ano letivo de 1911. Focando nos primeiros programas de ensino da *Gymnastica* foi possível perceber que as descrições dos exercícios apresentam atividades reguladas, repetitivas, segmentadas para cada parte do corpo, e indicam uma progressão a cada ano. Essas características estão próximas do Método Sueco de Ginástica, que previa efeitos corretivos e disciplinadores. A preocupação com o corpo ereto, cuidado e aperfeiçoado se dava por meio de exercícios metódicos de flexão e extensão dos braços e tronco, alterações nas maneiras de movimentação do quadril e controle da inspiração e expiração.

Ao continuar a análise dos programas de *Gymnastica* foi possível perceber uma alteração na seleção dos conteúdos programados para o ensino dessa cadeira. Se a partir do programa de 1911 a *Gymnastica* tem uma preocupação com a correção dos corpos expressa nos exercícios ginásticos metódicos e racionais, foi em 1916 que esses programas começaram a ser ampliados, acrescidos de outras práticas corporais. Os exercícios ginásticos que anteriormente eram a única prática corporal realizada durante as aulas, nesse momento, passaram a ser acompanhados também pelos *jogos athleticos:*

> Cada um dos annos do curso normal tem neste programma series de exercícios, organizados com o objectivo de preparar progressivamente e produzir o desenvolvimento physico das alumnas, habilitando-as a executar sempre os movimentos musculares e de respiração, mais convenientes e

[87] Decreto 2836 de 31 de maio de 1910. *Approva o regulamento que reorganiza as escolas normaes do estado.*

[88] Programmas da Escola Normal de Bello Horizonte para o anno lectivo de 1911, aprovados pela Congregação, em 25 de fevereiro de 1911. Belo Horizonte, Imprensa Official do Estado de Minas Gerais.

[89] Carta do diretor Aurélio Pires enviada à Secretaria do Interior, em 5 de agosto de 1910, comunicando que a professora Aurélia Olyntho está de posse de seu cargo desde 20 de julho de 1910.

> recommendados ao seu sexo e edade. Todas as classes terão como complemento, os jogos athleticos exigidos pelo Regulamento os quaes serão introduzidos a medida que as alumnas se forem educando na gymnastica. [...].
>
> Primeiro anno
>
> Primeira série
>
> I. 1. todas as alumnas em duas filas iguaes em atitude erecta.
> Mão direita no quadril, abrindo espaço para os movimentos necessarios.
> Attitude inicial. [...].
>
> Segunda série
>
> Exercícios de respiração. [...].
>
> Terceira série
>
> Jogos Athleticos
> 1 – Hand-Tennis.
> 2 – Volley-ball.[90]

Além de corresponder a uma recomendação legal, anunciada pelo Decreto nº 4537 de 1916,[91] é importante ressaltar que os *jogos athleticos* foram exigidos pelo regulamento não de uma maneira eventual, mas, sim, de maneira complementar e condicionada à prática da ginástica: *Todas as classes terão como complemento, os jogos athleticos exigidos pelo Regulamento os quaes serão introduzidos a medida que as alumnas se forem educando na Gymnastica.*[92]

[90] Decreto nº 4.537, de 1 de março de 1916. *Approva os programmas de ensino para as escolas normaes Modelo, regionaes e equiparadas do Estado.*

[91] Minas Gerais, Decreto nº 4.524, de 21 de fevereiro de 1916. *Promulga o regulamento que uniformiza o ensino nas escolas normaes Modelo, regionaes e equiparadas do Estado.*

[92] Decreto nº 4.537, de 1 de março de 1916. *Approva os programmas de ensino para as escolas normaes Modelo, regionaes e equiparadas do Estado.*

Já afirmada a ideia de que os corpos precisavam ser conformados e aperfeiçoados, a partir desse momento, acresce-se a ideia da necessidade de proporcionar também eficiência aos corpos. Não é à toa, portanto, que o próprio conteúdo da cadeira foi se alterando, pois os exercícios corretivos por si só não davam conta dessa "eficiência". Se os programas anteriores, marcado pelos métodos ginásticos, prescreviam fortemente a correção e o endireitamento dos corpos, a partir de 1916 a eficiência corporal esboça-se. Como observou Vago (2010), percebe-se, então, uma reconfiguração do primado orientador da *Gymnastica*: os corpos moldados precisavam também ser eficientes.

O programa de ensino de 1917 – com o acréscimo do trecho: *para maior desenvolvimento desta parte [jogos athleticos] serão organizados grupos competidores entre as alumnas dos diversos annos do curso, e as que mais se distinguirem terão referencias (sic) especial nas suas notas de aproveitamento* –[93] traz um indício da consolidação das práticas esportivas como exercício autorizado na e pela cadeira de *Gymnastica* na formação de professoras em Belo Horizonte. Essa consolidação pode ser observada quando recordamos a função "modelar" dessa instituição. Depois da criação da Escola Normal Modelo da Capital, em 1906, as demais Escolas Normais não mais elaboram os seus programas de ensino. Elas deveriam seguir aqueles criados pela congregação da Escola Normal Modelo.[94] Ao longo dos programas de ensino, os *jogos athleticos* foram configurando-se como uma prática corporal permanente.

Para a década de 1920, Vago (2002; 2010) observou que a *Gymnastica* demandava "novas exigências, levando-a a uma reconfiguração de seu primado orientador". Segundo o autor, essas exigências estavam relacionadas com a necessidade de atender "as demandas de uma vida moderna". Elas foram percebidas na reforma do Ensino Primário em Minas Gerais no ano de 1927. Eram necessários corpos não apenas endireitados e corretos, mas também eficientes. A *Gymnastica* então precisava rearticular-se e um indício representativo desse momento seria a escolarização de novas práticas. Assim, o esporte foi considerado uma prática que poderia produzir a eficiência dos corpos.

[93] Decreto Nº 4.724 de 20 de março de 1917. *Approva os programmas de ensino para as escolas normaes Modelo, regionaes e equiparadas do Estado*.

[94] MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1916.

Corroborando o argumento de que o esporte atuou como produtor de corpos eficientes, Linhales (2009) destaca que o esporte, tendo como referência a eficiência e a ordem, promoveu a energização do caráter dos brasileiros no clima cultural carioca dos anos 1920.

Dialogando com esses dois autores, e ressaltando as alterações nos programas de ensino de *Gymnastica*, percebe-se que o ensino normal e, também, a cadeira de *Gymnastica* presente na formação das professoras em Belo Horizonte experimentaram, entre os anos de 1916 e 1918, um processo de reconfiguração do seu primado orientador. As alunas da Escola Normal Modelo da Capital experimentaram práticas corporais, melhor dizendo, jogos *athleticos* de maneira sintonizada com o movimento de debates e discussões sobre a pertinência ou não dos esportes no ambiente escolar.

Não negando que a constituição das disciplinas acontece num "caldo cultural" que permite e sustenta determinadas transformações, consideramos também, como Chervel (1990), que algumas mudanças ocorrem por motivos alheios a esse contexto. Nesse caso, parece exemplar que essas mudanças tenham acontecido no momento em que uma nova professora assume a cadeira de *Gymnastica*: Lucia Joviano. Apontar questões sobre a trajetória dessa professora pode revelar o papel desempenhado por ela na presença e afirmação das práticas esportivas na Escola Normal Modelo da Capital.

Lucia Joviano, mineira da cidade de Barbacena, filha de Arthur e Francisca Joviano e residente em Belo Horizonte, antes de tornar-se professora da cadeira de *Gymnastica* na Escola Normal Modelo da Capital foi aluna dessa instituição entre os anos de 1910 e 1914, ano da conclusão de seu curso.

Durante o curso de normalista, Lucia teve a companhia de suas irmãs Célia e Martha, que também cursaram o ensino normal no mesmo período que a irmã.[95] Além da presença constante de suas irmãs, Lucia Joviano e seu pai conviveram no mesmo ambiente escolar durante a sua formação. Nesse período, Arthur Joviano era responsável pela cadeira de *Portuguez* e lecionava para suas filhas.

[95] A matrícula das irmãs Joviano foi efetuada em 1910 e a formatura ocorreu em 1914. Livro de Matriculas - *ESCOLA NORMAL DA CAPITAL / MATRICULA / ESTADO DE MINAS GERAES*. Nota sobre a formatura das normalistas de 1914. *Ensino Secundário, Escola Normal*, 25 de Abril de 1914.

No último ano de formação das irmãs Joviano, em 1914, Arthur estava ocupando a direção da Escola Normal Modelo da Capital. Essa nova posição dentro da instituição se refletiu no caminho percorrido por Lucia nesse estabelecimento escolar. Após a conclusão do curso de normalista, no mesmo ano de 1914, Lucia Joviano começou a experimentar a docência dentro da própria instituição que a formou.

Como já anunciado, a primeira professora de *Gymnastica* da Escola Normal Modelo da Capital foi Aurelia Olyntho, permanecendo na instituição entre os anos de 1910 e 1918. Nos anos finais de sua atuação, seus pedidos de afastamento se intensificaram. Em alguns desses momentos, a professora Lucia Joviano atuou como professora substituta de *Gymnastica.* O cargo de professora substituta durou até a abertura do concurso para provimento da cadeira de *Gymnastica*, ocorrido em novembro de 1918, devido ao pedido de exoneração da Aurelia Olyntho. Sendo aprovada, Lucia Joviano ocupou, então, no fim do ano de 1918, o cargo de professora efetiva. No entanto, é interessante observar que a presença de Lucia Joviano como professora de *Gymnastica* já era notada desde o ano de 1916. Pode-se perceber, então, que a atuação de Lucia como professora de *Gymnastica* acompanhou as alterações realizadas nos programas de ensino, ou seja, a inclusão dos jogos *athleticos* se deu quando Lucia esteve na regência dessa cadeira.

Já nos seus primeiros anos como professora, Lucia é anunciada como uma *competente sportwoman*[96] e sempre envolvia-se com as práticas esportivas. A pergunta que se faz é: como Lucia Joviano construiu essa experiência para se tornar mediadora do processo de consolidação das práticas *athleticas* em Belo Horizonte, mais especificamente na Escola Normal Modelo da Capital?

Investigando os diferentes lugares que ocupou e transitou, as redes de sociabilidades que manteve, e seus núcleos de pertencimentos foi possível compreender que Lucia Joviano estabeleceu relações, partilha de saberes e experiências com seus familiares que a autorizavam a experimentação de diferentes práticas corporais. Detectamos seus vínculos com uma família claramente envolvida no mundo esportivo e pedagógico. Sua mãe se destacando no meio cultural belo-horizontino, os irmãos envolvidos com a criação de *clubs* de futebol e com a prática constante desse esporte, sua irmã atuando como professora de uma instituição escolar peculiar e, principalmente,

[96] FOOT-BALL. *Bello Horizonte*, 13 de setembro de 1917.

seu pai atuando de maneira singular na educação e nas práticas esportivas. Esses meios de trocas, partilha de sensibilidades, de experiências vividas no seio da família Joviano constituíram-se como um conjunto de informações que Lucia Joviano acessou e que embasou sua prática docente.

O patriarca da família, Arthur Joviano, foi professor e diretor da Escola Normal, considerado uma figura importante no campo educacional, publicou o livro *Primeira Leitura* para crianças, editado no ano de 1907, sendo distribuído gratuitamente para as escolas públicas até meados de 1922.[97]

O memorialista Pedro Nava, em seu livro *Balão Cativo*, nos ajuda a entender a rede familiar que é formada em torno dos Jovianos. Em seus relatos, Nava nos conta que a família Joviano era referenciada como umas das integrantes da cúpula tradicional mineira. Por meio desses relatos, identificamos que o professor Arthur Joviano também é pai da Célia, Rômulo, Fausto e Albino. De certa maneira todos esses filhos estavam envolvidos ou com a docência ou com a prática esportiva. No decorrer da narrativa, Nava revela que Célia era professora de português no *Gymnasium Anglo-Mineiro* e o seu irmão Albino era um habilidoso aluno nas aulas de *Gymnastica* dessa instituição.

Outras fontes revelam que os irmãos Rômulo e Fausto envolveram-se com a constituição do América Futebol Clube na cidade de Belo Horizonte, como presidente e jogador, respectivamente, em meados de 1920. Rômulo Joviano também participou do time de futebol *Sport Club* da cidade de Belo Horizonte, como capitão.[98]

Vale dizer que, paulatinamente, a *pratica athletica* foi assumindo um espaço significativo nessa instituição e Lucia Joviano assumindo o protagonismo desse movimento, situação possibilitada pela ambiência que se estabeleceu à sua volta: a família Joviano, envolvida com o esporte e com a docência, sempre de maneira propositiva, procurando apontar outros caminhos, outros rumos possíveis para a educação e para o esporte.

Ao longo de sua prática docente, Lucia mobilizava as práticas *athleticas*, tanto nas prescrições reveladas nos programas de ensino – que foram aprovados

[97] Arthur Joviano permaneceu na direção da Escola Normal Modelo da Capital entre os anos de 1913 e 1922. Há inúmeras pesquisas sobre o livro *Primeira Leitura*, inclusive realizadas na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FAE-UFMG).

[98] Ver: RODRIGUES, 2006.

durante a sua permanência nessa escola –, quanto nas cerimônias de encerramento, em comemorações, em eventos e demais festas escolares que compunham o ritual da instituição escolar. É importante ressaltar que os termos "práticas *athleticas*" e "jogos *athleticos*", retirados das fontes, são usados aqui para denominar outras práticas corporais que estão além dos exercícios ginásticos, como o *basket-ball*, *hockey*, *hand-tennis*, *volley-ball*. O que se observa é que a palavra *athletica* lembra o que entendemos como *sport*, mas é necessário problematizar suas características e sentidos nesse contexto histórico.

Dando visibilidade às práticas *athleticas* e permitindo que elas estivessem no interior da cadeira de *Gymnastica* e, além disso, no interior da Escola Normal Modelo da Capital, a professora Lucia Joviano contribuiu para que cada vez mais os jogos *athleticos* fossem um atrativo da Escola Normal. As festas de encerramento do ano letivo configuravam-se como ocasiões de divulgação desses jogos:

> [...] a festa realizada, ante-hontem, naquele estabelecimento de ensino, por motivo de encerramento das aulas. Com grande concorrência, realizou-se a solemnidade, tendo comparecido s. exma., o sr. presidente do Estado, com o seu ajudante de ordens, coronel Vieira Christo, o secretario do Interior, representado pelo dr. Arthur Furtado, além do escol social de Bellorizonte e grande numero de professores. Houve diversos jogos infantis que attrahiram a attenção dos assistentes até ás 6 horas da tarde, com especialidade, jogos atléticos presididos pela professora Lucia Joviano.

Pode-se pensar que os jogos, presentes no cotidiano da Escola Normal Modelo da Capital, passaram a ser uma vitrine, um símbolo dessa instituição e da própria professora Lucia Joviano. De maneira gradativa, a prática dos jogos *athleticos* acabou extrapolando os tempos prescritos para a cadeira de *Gymnastica.* Na festa de inauguração do cinema escolar, os jogos conferiram um brilho a mais para esse evento:

> Escola Normal Modelo
> Inauguração do Cinema Escolar
> Revestiu-se de grande brilhantismo a solemnidade da inauguração do salão de cinema escolar da Escola Normal Modelo, hontem realizada.
> [...]. Dirigiram-se depois todos os presentes ao pateo do estabelecimento, onde assistiram a diversos jogos realizados pelas alumnas. Foram, por occasião, disputadas uma partida de "basket-ball" e outra de "volley-ball". A

> primeira, entre alumnas do 1º e do 2 º anno, terminou com o empate de 15x15 pontos; na segunda, entre alumnas do 3º e do 4º anno, venceram as do 4º anno, pelo score de 2x0.[99]

A relevância das práticas *athleticas* realizadas nessa escola reafirmava-se com a participação do *America FootBall Club* no encerramento do ano letivo da instituição. Essa presença conferiu legitimidade às vivências *athleticas* praticadas naquele momento, quando esse time de futebol ofereceu um *bronze artistico, allegorico* ao *team* vencedor. Ou seja, determinadas instituições esportivas não escolares eram chamadas para afirmar essas práticas na escola.[100]

Os jogos não só extrapolaram as aulas de *Gymnastica* como também passaram a ocupar, além das festividades, cerimônias, eventos realizados na Escola Normal Modelo da Capital, outros momentos fora dos muros da escola. As alunas da Escola Modelo foram convidadas para participar de um festival esportivo:

> Belo Horizonte vae ter hoje uma bella e distincta festa sportiva. Si noticiarmos agora que ainda fará parte do festival sportivo uma interessante partida de basket-ball entre as alumnas da Escola Normal, não é preciso dizer mais para que se calcule, a enchente que vae ter hoje no Prado Mineiro.[101]

O palco escolhido para essa festa esportiva foi o Prado Mineiro. Construído em 1906, o espaço foi considerado *um melhoramento excellente e util, unico aqui no gênero de sport*.[102] Parece simbólico que as alunas da Escola Normal Modelo da Capital, com seus times, passassem a visitar e transitar nesse local destinado ao esporte da cidade.

Diante da análise das fontes e das reflexões suscitadas foi possível perceber que a prática esportiva experimentada na Escola Normal Modelo da Capital contribuiu para a constituição de um *ethos* esportivo, nas primeiras décadas do século XX, não só na instituição escolar, mas na cidade de Belo Horizonte. Denominamos como

---

[99] *Escola Normal Modelo. Inauguração do Cinema Escolar*. Minas Geraes, 13 de Outubro de 1920.

[100] *Escola Normal Modelo.* Minas Geraes, 15 de nov. de 1917.

[101] Chronica sportiva. Diario de Minas, 5 de out. de 1919.

[102] Ver: RODRIGUES, 2006.

ethos esportivo uma maneira "esportiva" de ser, estar e se apresentar no mundo, que impacta a sensibilidade – formas de vestir, de falar, de se comportar e de agir. Apontar para essa constituição só é possível quando atentamos para o "caldo" cultural que "autoriza" essas mulheres-alunas a se portarem de "maneira esportiva".

Em concomitância com o período de alteração dos conteúdos da cadeira de *Gymnastica* da Escola Normal, com a presença das práticas *athleticas* e da professora Lucia Joviano circularam ideias de que, além da ginástica, o esporte é também uma prática corporal que as mulheres podem e devem, com ressalvas, experimentar. Debates referentes aos corpos, sobretudo femininos, os quais deveriam se exercitar objetivando também a sua eficiência, começou a ganhar espaço nas páginas dos jornais. O artigo *A Cultura Physica da Mulher*, publicado no Jornal Minas Geraes, anunciou que a cultura física feminina demandava não apenas exercícios metódicos, fundamentados na ginástica sueca, mas também práticas de esforços intensos que possibilitariam conservar a energia muscular e despertá-la sem prejuízo para a estética, uma vez que, segundo o articulista, a mulher está mal constituída para os esforços intensos ou suportados durante muito tempo.

> [...] entre o principio que tivesse por fim reduzir a cultura physica das moças, em relação aos movimentos respiratorios, á elevação dos braços, á flexão e extensão alternada dos membros, ás inclinações, ás torções variadas da cabeça e do tronco e á interdicção dos exercicios violentos, há um meio termo precioso – o 'sport'. É isso que precisamente se deve encarar, explicando sufficientemente as preferencias [...].[103]

As práticas esportivas, com seus códigos, gestos, tempos, espaços, gradativamente, assumiram um lugar de destaque tanto no ambiente escolar quanto fora dele. Conforme aponta Linhales (2009), incidindo no ânimo das pessoas, redesenhava outros tempos e espaços para a sua prática.

Parece significativo, portanto, que as moças da Escola Normal Modelo, com seus times, passassem a visitar e transitar em espaços extraescolares, destinado ao esporte da cidade. Assim, é pertinente ressaltar que o movimento "traçado" pelas

[103] Minas Gerais, 9 de julho de 1914, nº 160, p. 4. *A Cultura Physica da Mulher.*

práticas esportivas se manifestou em diferentes tempos e espaços da cidade de Belo Horizonte e, ao que tudo indica, de forma bastante harmônica.

Percebe-se que, paulatinamente, o esporte começava a aparecer em outras instâncias da cidade, seja em diferentes escolas, outros espaços da cidade, clubes etc., mas também "discursivamente". Ao lermos a descrição de uma partida de basquete, protagonizada pelas normalistas, temos a sensação de que esses jogos estão sendo narrados, ou seja, a linguagem escolhida pelos redatores aproxima-se de uma linguagem específica do mundo esportivo. As expressões destacadas no trecho abaixo, retirado de uma notícia sobre as práticas esportivas, realçam essa especificidade da linguagem esportiva:

> [...] Precisamente, ás 9 horas da manhã, entraram em campo sob as ordens da competente **Sportwoman** Lucia Joviano, os contentores para a disputa de um sensacional **'match'** de 'basket-ball'.
> Neste encontro, todas as senhoritas se portaram com galhardia, merecendo, porém, especial destaque Rita Campos e Benjamira Flôres, auctoras do **'goal-thowers'** de seus respectivos **'teams'**.
> As **'equipes'** combatentes estavam assim formadas: VERMELHO-PRETO: Benjamira Flôres, Silvia Magalhães, Iracema Duffles, Aurea Queiroga, Stela Lott, Flora Joviano.
> VERDE-PRETO: Maria Bragança, Sylvia Brandão, Rita Campos, Luiza Valladares, Gelsira Prates, Maria Scott.
> Após esta partida, deram entrada em campo, para a disputa da prova principal, o sensacional e attraente **'match'** de 'hockey' – as **'elevens'** 'Branco' e 'Preto', que assim estavam dispostas:
> BRANCO: Bragança, Aurea Queiroga, Iracema Duffles, Violeta Lott -- D, Reache – Z. Rabello (captain). Mitrand-Scott – A. Motta-Gelsira Lott
> PRETO: Truranº Amaziles d'Avila – Sylvia Brandão Flora Joviano (capitan) – S. Magalhães – R. Campos L. Valladares – Bicalho – Benjamira – Ephigenia – M. Gilotero.
> Tirando o **'toss'** foi este favorável ao **'team'** preto.
> Alayde e Benjamira dão a sahida, sendo a bola interceptada por Ephigenia, que a envia ás suas companheiras, organizando um perigoso ataque.
> Numa avançada rapida da linha de **'forwards'** do **'team'** preto, Zilda Rabello, a extraordinária **'half-left'**, que ultimamente tem se revelado ser uma verdadeira **'sportwoman'**, teve ensejo de proporcionar aos assistentes as suas bellas tiradas de estylo, mimoseando-os constantemente com o seu estupendo jogo. Os espectadores não perdiam tréguas para applaudil-a.

> Gelsira, recebendo um passe de Alayde, a perigosa **'center-forward'** do **'team'** branco, abriria, indubitavelmente, o **'score'**, se não fora a intervenção de Flora, que, com uma bella defesa, salvou a grave situação em que estava seu **'goal'**.
> O jogo continua cada vez mais animado e empolgante. Alguns lances emocionantes levam aos 'torcedores' constantes sobressaltos, chegando mesmo a produzir-lhes calafrios. Verifica se um **'corner'** contra o **'team'** branco, que, muito bem batido por L. Valladares, é melhor defendido por Stela Lott.
> Os ataques são perigosos e repetidos, revezando-se constantemente.
> E, assim, depois de um **'match'** disputadíssimo, em que as combatentes se revelaram perfeitas **'sportwomen'**, terminou a grande pugna com a Victoria do **'team'** preto por 1x0 .[104]

A sensação de estarmos "lendo a narração" de um jogo, ainda nos permite pensar na utilização de estratégias narrativas, como impressões de velocidade, rapidez, dinamismo etc., características do mundo esportivo, mas que devem também "habitar" um novo comportamento das pessoas. Quanto às vestimentas, por exemplo, uma série de imagens nos permite dizer que, jogando, participando de eventos esportivos, as mulheres estavam "mais" autorizadas a mostrar seus corpos, exibir-se corporalmente, portar vestimentas mais leves, penteados mais naturais, todavia sem perder o ar da feminilidade. Tudo isso em nome do "esporte":

> As alumnas do terceiro e quarto anno deram ao festival um grande brilho com a partilha de "Hockey" para a qual foram escolhidas "players" das mais treinadas nesses dois annos do curso de gymnastica. Apresentaram-se os dois "teams" com uniforme branco, trazendo por distinctivo grande laços verde e encarnado.[105]

Assim, podemos sugerir que as práticas esportivas realizadas pelas alunas da Escola Normal Modelo da Capital, nesse período, em Belo Horizonte, dispõem

[104] O Foot-Ball. 13 set de 1917. Anno I, numero 1. p. 3. *Os grandes jogos do dia 7, na Escola Normal*. [Grifos nossos]

[105] Minas Gerais, 22 nov. de 1916. nº 275, p. 1. *Festas e Diversões – Escola Normal Modelo.*

de determinados códigos e valores que nos autorizam falar de uma constituição de um *ethos* esportivo: comportamentos, hábitos, atitudes, vestuário, linguagens que convergem para o modo de se pensar e agir "esportivamente". Se a escola e Lucia Joviano foram protagonistas nesse processo, claramente vamos poder também dizer que a cidade abraçou e autorizou essas práticas, que, pouco a pouco, plasmaram-se na vida mesma.

Capítulo 4

Garimpando fontes e catalogando os documentos para uma História do Ensino Normal: A aventura nos arquivos

Inspirada em Galvão e Lopes (2010), alguns princípios nos foram caros no processo de garimpo de fontes. Primeiro a ideia de que nunca poderemos conhecer e compreender o passado em sua totalidade; no máximo, conseguiremos entender seus fragmentos, parte de uma história a qual se desejou ser revisitada, recontada.

Outro princípio refere-se à perspectiva de que as fontes não são materiais espontâneos, que dizem para o pesquisador aquilo que ele deseja comprovar e, nesse sentindo, devemos sempre problematizá-las, desmitificá-las, desconfiar das mesmas. A história pode ser feita a partir de qualquer traço deixado por uma dada sociedade, por um determinado sujeito. O pesquisador nunca terá a certeza de que localizou todas as fontes possíveis para sua pesquisa e menos ainda que esgotou todas as possibilidades por elas apresentadas. Para o historiador, o valor de sua fonte surgirá a partir da relação que ele estabelecer entre seu documento e a problemática de seu estudo. As fontes, em si, não fazem história, assim, serão as perguntas feitas pelo pesquisador que conferirão sentido e, consequentemente, permitiram a reconstrução da história.

Temos aprendido que o trabalho com as fontes exige, antes de qualquer coisa, muita paciência. Coletando as fontes e pensando na história que desejávamos contar, percebemos que o trabalho seria mais rico e confiável quanto maior e mais

variado fosse o nosso conjunto documental. E, além disso, quanto mais rigoroso fosse o confronto que estabeleceríamos entre as fontes.

Os conteúdos das tabelas que apresentaremos aqui foram coletados em dois arquivos de Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro e Assembleia Legislativa. Pode-se perceber que há nelas, variados tipos documentais, que, é claro, precisa ser problematizado, tomando-os nas suas especificidades. É preciso, também, estar atento às condições e intenções de produção de cada documento, aos sujeitos envolvidos, ao tempo e ao espaço em que foi pensado e realizado. Sem dúvida, grande parte da documentação acessada foi composta por fontes de caráter "oficial". Sabemos dos limites e possibilidades em se trabalhar com uma "documentação oficial": se, por um lado, informam mais sobre prescrições e um discurso que se quer legítimo, por outro, conseguimos acessá-las de forma mais sistemática, além de que, no cotejo com outras fontes, podem contribuir para problematizações sobre como era pensada, no nosso caso, a escola e as práticas a ela relacionadas.

Quanto aos relatórios escritos pelos Secretários do Interior, observamos a sua potencialidade pelo seu detalhamento e pelas inúmeras informações, as quais contribuíram para o entendimento da dinâmica das instituições escolares. Por meio desses documentos também foi possível identificar sujeitos envolvidos com o ensino normal, estabelecer um diálogo com a legislação que regulamentava, normatizava o ensino, aproximar-nos da organização administrativa escolar, identificar rastros sobre as representações em torno dessas escolas etc. Como nos lembra Faria Filho (2000, p. 17), os relatórios também "representam e materializam um dos momentos fundamentais da nova racionalidade que se quer introduzir na educação escolar mineira." Em outras palavras, também expressam "uma das importantes estratégias de atuação dos inspetores e das diretoras na produção da forma e cultura escolares e, ao mesmo tempo, um momento dos mais fundamentais de realização da nova racionalidade escolar."

Outros documentos relativos à administração escolar, como os programas de ensino, pontos de exames, livros de atas, atas das Congregações, correspondências, materiais didáticos (compêndios) etc., apesar de terem sido encontrados de forma mais esparsa e pouco sistematizados, também trouxeram informações importantes para o entendimento da constituição do ensino normal em Minas Gerais, bem como para compreender a dinâmica que obteve a cadeira de *Gymnastica* no período estudado.

Ao todo, analisamos mais de trezentos documentos, que, de acordo com o andamento de nossa pesquisa, foram organizados e aqui apresentados da seguinte maneira: a legislação, as Escolas Normais, as provas, os exames, os programas, as atas, os professores, regulamentos, correspondências etc. Nos itens constantes nas tabelas, procuramos deixar explícito o seu conteúdo, a data ou o período a que se refere, os autores e a sua localização.

Temos certeza de que este trabalho não substitui a grande aventura do arquivo: a textura, o olfato, a cor, a idade e tantas outras questões que "pululam" dos documentos – privilégio do pesquisador que se dispõe a vivê-la. Estamos cientes, também, de que esse conjunto documental tem nos permitido algumas interpretações sobre a Educação Física no ensino normal, mas que outras tantas questões, outras tantas interpretações poderão ser obtidas com esses mesmos documentos. Como nos lembra Almeida (2002, p. xvi): "pode se contar a mesma história tantas vezes quantos escritores quiserem fazê-lo." É esse o motivo principal que nos impulsiona a partilhar esta sistematização.

Em nossas tabelas optamos por lançar mão de algumas siglas, tais como APM, Cx, Pc. A sigla APM refere-se ao Arquivo Público Mineiro, localizado em Belo Horizonte; Cx (abreviação de "caixa") vem sempre acompanhada de um número (Cx: 10, por exemplo) e se refere a documentos avulsos, os quais foram organizados e guardados em caixas numeradas; Pc abrevia "pacotilha", nas quais encontramos também documentos avulsos, que são guardados em determinadas caixas (Cx). Assim, sempre que nos referirmos a uma determinada caixa, em seguida, também informaremos a numeração da pacotilha (Pc: 10, por exemplo). Por fim, vale ressaltar que optamos por manter a ortografia da época na descrição de leis, decretos, regimentos, nomes de escolas, cidades etc.

LEGISLAÇÃO

Ano	Leis, Decretos e Regulamentos	Assunto	Localização
1835	Lei nº 13, de 28 de março	*Regula a creação das cadeiras de instrucção primaria, o provimento, e os ordenados dos professores*	MINAS GERAIS, Instrução Pública. Índice. Ementário da Legislação Mineira (1889-1933) - APM

1872	Regulamento nº 62, de 11 de abril	Reorganiza a instrucção publica da província	MINAS GERAIS, Instrução Pública. Índice. Ementário da Legislação Mineira (1889-1933) - APM
1883	Regulamento nº 100, de 19 de junho	Normatiza o ensino publico e particular	MINAS GERAIS, Instrução Pública. Índice. Ementário da Legislação Mineira (1889-1933) - APM
1890	Decreto nº 260, de 1º de dezembro	Crêa o Gymnasio Mineiro e supprime os externatos do Estado e Lyceu da capital	MINAS GERAIS, Instrução Pública. Índice. Ementário da Legislação Mineira (1889-1933) - APM
1891	Decreto nº 533, de 8 de junho	Dá nova organização á intrucção publica do Estado de Minas	MINAS GERAIS, Instrução Pública. Índice. Ementário da Legislação Mineira (1889-1933) - APM
1892	Lei nº 41, de 3 de agosto	*Dá nova organização á instrucção publica do Estado de Minas Geraes*	MINAS GERAIS, Instrução Pública. Índice. Ementário da Legislação Mineira (1889-1933) - APM
1893	Decreto nº 607, de 27 de fevereiro	Promulga o regulamento das escolas normaes	MINAS GERAIS, Instrução Pública. Índice. Ementário da Legislação Mineira (1889-1933) - APM
1897	Lei nº 221, de 14 de setembro	Contém disposições relativas á instrucção publica primaria e secundaria	MINAS GERAIS, Instrução Pública. Índice. Ementário da Legislação Mineira (1889-1933) - APM
1898	Decreto nº 1.175, de 29 de agosto	*Promulga o regulamento das Escolas Normaes*	MINAS GERAIS, Instrução Pública. Índice. Ementário da Legislação Mineira (1889-1933) - APM
1898	Decreto nº 1.233, de 26 de dezembro	*Suspende o ensino de musica e gymnastica nas Escolas Normaes do Estado*	MINAS GERAIS, Instrução Pública. Índice. Ementário da Legislação Mineira (1889-1933) - APM
1899	Lei nº 281, de 16 de setembro	*Dá nova organização á instrucção publica do Estado de Minas*	MINAS GERAIS, Instrução Pública. Índice. Ementário da Legislação Mineira (1889-1933) - APM
1900	Decreto nº 1.354, de 17 de janeiro	*Contém disposições sobre cadeiras das Escolas Normaes do Estado*	MINAS GERAIS, Instrução Pública. Índice. Ementário da Legislação Mineira (1889-1933) - APM
1901	Lei nº 318, de 16 de setembro	Reorganiza diversos ramos do serviço publico	MINAS GERAIS, Instrução Pública. Índice. Ementário da Legislação Mineira (1889-1933) - APM

1904	Lei nº 395, de 23 de dezembro	*Modifica a Lei nº 393, de 19 de dezembro de 1904*	MINAS GERAIS, Instrução Pública. Índice. Ementário da Legislação Mineira (1889-1933) - APM
1905	Decreto nº 1.788, de 31 de janeiro	*Aprova as instruções para a execução da Lei nº 395, de 23 de dezembro de 1904. (suspensão das Escolas Normais)*	MINAS GERAIS, Instrução Pública. Índice. Ementário da Legislação Mineira (1889-1933) - APM
1905	Lei nº 399, de 6 de setembro	*Reconhece validos os cursos das Escolas Normaes do Estado, que houverem funccionado regularmente durante o regimen de suspensão*	MINAS GERAIS, Instrução Pública. Índice. Ementário da Legislação Mineira (1889-1933) - APM
1905	Lei nº 422, de 29 de setembro	*Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1906*	MINAS GERAIS, Instrução Pública. Índice. Ementário da Legislação Mineira (1889-1933) - APM
1906	Lei nº 439, de 28 de setembro	Autoriza o governo a reformar o ensino primário, normal e superior do Estado e dá outras providencias	MINAS GERAIS, Instrução Pública. Índice. Ementário da Legislação Mineira (1889-1933) - APM
1906	Decreto nº 1.960, de 16 de dezembro	*Approva o regulamento da instrucção primaria e normal do Estado*	MINAS GERAIS, Instrução Pública. Índice. Ementário da Legislação Mineira (1889-1933) - APM
1907	Decreto nº 1.982, de 18 de fevereiro de 1907,	*Approva o Regimento Interno da Escola Normal da Capital.*	MINAS GERAIS, Instrução Pública. Índice. Ementário da Legislação Mineira (1889-1933) - APM
1910	Decreto nº 2.836, de 31 de maio	*Approva o regulamento que reorganiza as escolas normaes do Estado*	MINAS GERAIS, Instrução Pública. Índice. Ementário da Legislação Mineira (1889-1933) - APM
1911	Lei nº 560, de 12 de setembro	*Crêa cinco escolas normais e contém outras disposições*	MINAS GERAIS, Instrução Pública. Índice. Ementário da Legislação Mineira (1889-1933) - APM
1911	Decreto nº 3.123, de 06 de março	Approva o Regimento Interno da Escola Normal da Capital	MINAS GERAIS, Instrução Pública. Índice. Ementário da Legislação Mineira (1889-1933) - APM

1911	Decreto nº 3.191, de 9 de junho	*Aprova o Regulamento Geral da Instrução do Estado.*	MINAS GERAIS, Instrução Pública. Índice. Ementário da Legislação Mineira (1889-1933) - APM
1914	Decreto nº 428, de 17 de fevereiro	*Approvara os programmas de ensino nas escolas normaes Modelo, regionaes e equiparadas do Estado*	MINAS GERAIS, Instrução Pública. Índice. Ementário da Legislação Mineira (1889-1933) - APM
1914	Decreto nº 4.139, de 3 de maio	*Approva os programmas da Escola Normal da Capital para o anno lectivo de 1914*	MINAS GERAIS, Instrução Pública. Índice. Ementário da Legislação Mineira (1889-1933) - APM
1916	Regulamento nº 4.524, de 21 de fevereiro	*Promulga o regulamento que uniformiza o ensino nas escolas normaes Modelo, regionaes e equiparadas do Estado*	MINAS GERAIS, Instrução Pública. Índice. Ementário da Legislação Mineira (1889-1933) - APM
1916	Lei nº 676, de 12 de setembro	Restabelece a 2ª cadeira de francez no Externato do Gymnasio de Barbacena, e mantém a do Externato de Bello Horizonte, regula o provimento de cadeiras de instrucção primaria das Escolas Normaes do Estado e do Gymnasio Mineiro e contém outras disposições	MINAS GERAIS, Instrução Pública. Índice. Ementário da Legislação Mineira (1889-1933) - APM

Fig. 1: Leis, decretos e regimentos

LEGISLAÇÃO

A tabela (Fig. 1) sobre a legislação identifica leis, decretos e regulamentos entre os anos de 1835 e 1916. Aqui destaca-se o trabalho com toda a legislação que regulamenta o Ensino Normal do estado de Minas Gerais, alguma legislação que regulamenta o ensino primário, lugar onde as professoras iriam atuar, e também toda a regulamentação da Escola Normal Modelo da Capital, que por sua vez abarca

programas, regimentos, normas de funcionamento etc. Percorrendo essas regulamentações, é possível perceber diversificados dispositivos que pouco a pouco vão conformando um campo dirigido à educação escolar dos corpos e dos sentidos e que contribuiu para a compreensão do que é "ser professora".

Ao debruçarmo-nos sobre a legislação para o Ensino Normal, buscando aí como a *educação physica* e a *gymnastica* vão se configurando como prescrição e prática escolar na formação de professoras, foi possível perceber aspectos promissores para a problematização da Educação Física. Releva-se o fato de que, sendo representações, as prescrições nela contidas imaginam, codificam valores, regulamentam, implementam e legitimam saberes e maneiras de fazer necessários à formação de professoras. A legislação, nesse caso, se configura como uma prática social, produzida por sujeitos, que deixam revelar seus interesses e desejos, configurando-se como espaço, objeto e objetivo de lutas políticas. Assim, podemos considerar que os ordenamentos legais para o Ensino Normal não são deslocados do seu tempo/espaço. Ou seja, dizem de uma época, sugerem e, em um duplo movimento, determinam e são determinados por práticas e demandas de um tempo histórico. Ressaltamos também que o estudo da legislação sobre a formação de professores nas escolas normais deve acontecer em profundo diálogo com a legislação destinada ao ensino primário, já que é neste que as professoras, no exercício profissional, vão atuar. Nesse âmbito, também é possível perceber qual o saber necessário às professoras para o pleno exercício da docência.

ESCOLAS

Escola	Datas de criação/ instalação	Localização
Escola Normal de Ouro Fino	Criada em 12/09/1911	MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1917 - APM; MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1918 - APM
	Instalada em 06/12/1913	MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1914 - APM

Fig. 2: Escola Normal Regional

Escola	Datas de criação/ instalação	Localização
Escola Normal de Ouro Preto	Reinstalada em 18/04/1872*	MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1894 - APM
Escola Normal de Campanha	Criada em 1871; Instalada em 07/01/1873	MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1894 - APM
Escola Normal de Diamantina	Criada em 1878; Instalada em 07/02/1879	MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1894 - APM
Escola Normal de Montes Claros	Instalada em 01/02/1880	MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1894 - APM
Escola Normal de Uberaba	Criada em 1881; Instalada em 15/07/1882	MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1894 - APM
Escola Normal de Sabará	Criada em 13/10/1881; Instalada em 02/10/1882	MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1894 - APM
Escola Normal de São João d'El- Rey	Criada em 06/10/1883; Instalada em 12/11/1884	MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1894 - APM
Escola Normal de Juiz de Fóra	Criada em 1881; Instalada em 15/02/1894	MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1894 - APM; SI 956 - APM
Escola Normal de Paracatú	Criada em 1879; Instalada em 01/06/1889	MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1894 - APM
Escola Normal de Arassuahy	Criada em 03/08/1892; Instalada em 15/02/1893	MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1894 - APM
Escola Normal Modelo da Capital	Criada em 28/09/1906; Instalada em 21/03/1907	MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1907 - APM; MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1912 - APM; MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1914 - APM; MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1916 - APM

Escola Normal de Cataguazes	Criada em 11/07/1894	MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1895 - APM
Escola Normal de Januaria	Criada em 11/07/1894	MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1895 - APM
Escola Normal de Pouso Alegre	Criada em 11/07/1894	MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1895 - APM

Fig. 3: Escolas Normais Estaduais

Denominações e Localidades	Decretos equiparando
Collegio de Nossa Senhora de Oliveira	Dec. nº 1.845, de 15 de setembro de 1905
Collegio Providencia de Marianna	Dec. nº 1.502, de 15 de janeiro de 1902
Collegio de Nossa Senhora das Dores, de Uberaba	Dec. nº 1.932, de 6 de agosto de 1906
Collegio de Nossa Senhora das Dores, de S. João d'El-Rey	Dec. nº 1.845, de 15 de setembro de 1905
Collegio de Nossa Senhora Auxiliadora, de Ponte Nova	Dec. nº 1.318, de 17 de agosto de 1899
Collegio de Nossa Senhora da Conceição, de Sylvestre Ferraz	Dec. nº 1.831, de 4 de julho de 1905
Collegio de Nossa Senhora das Dores, de Diamantina	Dec. nº 1.815, de 15 de setembro de 1915
Collegio da Immaculada da Conceição, de Barbacena	Dec. nº 1.614, de 7 de junho de 1903
Collegio das Irmãs Dortothéas, de Pouso Alegre	Dec. nº 3.256, de 25 de julho de 1911
Collegio Notre Dame de Sion, da Campanha	Dec. nº 1.842, de 11 de dezembro de 1905
Collegio Sagrado Coração, de Jesus, de Itajubá	Dec. nº 3.733, de 22 de setembro de 1912
Collegio Lucindo Filho, de Juiz de Fóra	Dec. nº 4.027, de 14 de outubro de 1913
Collegio de S. Vicente de Paulo, de Muriahé	Dec. nº 3.311, de 12 de setembro de 1911
Collegio Sagrado Coração de Maria, de Ubá	Dec. nº 4.018, de 30 de setembro de 1913
Escola Normal Nº S. de Lourdes, de Lavras	Dec. nº 1.832, de 4 de julho de 1905
Gymnasio Leopoldinense	Dec. nº 1.942, de 6 de setembro de 1906

Escola Normal de Ouro Preto	Dec. nº 3.201, de 23 de junho de 1911
Gymnasio de Minas, de Juiz de Fóra	Dec. nº 3.396, de 2 de dezembro de 1911
Gymnasio Paraisense, de S. Sebastião do Paraiso	Dec. nº 3.313, de 17 de outubro de 1911
Lyceu Municipal, de Muzambinho	Dec. nº [1.920], de 12 de julho de 1906
Asylo de S. Joaquim, de Conceição do Serro	Dec. nº 3.958, de 15 de julho de 1913
Escola Normal Santa Cruz, de Juiz de Fóra	Dec. nº 3.964, de 22 de julho de 1913
Escola Normal, de Rio Novo	Dec. nº 3.997, de 2 de setembro de 1913
Escola Normal Delfino Bicalho, de Juiz de Fóra	Dec. nº 4.032, de 21 de outubro de 1913
Escola Normal de Nossa Senhora da Apparecida, de Passa Quatro	Dec. nº 4.031, de 21 de outubro de 1913
Escola Normal D. Prudencianna, de S. João Nepomuceno	Dec. nº 4.014, de 23 de setembro 1913
Instituto Moderno de Educação e Ensino, de Santa Rita de Sapucahy	Dec. nº 3.915, de 19 de maio de 1913
Gymnasio S. José, de Ubá	Dec. nº 4.035, de 28 de outubro de 1913
Escola Normal Ferrense	Dec. nº 4.036, de 28 de outubro de 1913
Asylo de Nossa Senhora da Conceição, da cidade do Serro	Dec. nº 4.108, de 30 de outubro de 1911
Gymnasio da Viçosa	Dec. nº 4.108, de 27 de janeiro de 1914
Gymnasio de Cataguazes	Dec. nº 1.141, de 3 de março de 1914
Escola Normal Delfim Moreira, de Sabará	Dec. nº 3.326, de 26 de setembro de 1911
Escola Normal Americo Lopes, de Diamantina	Dec. nº 4.183, de 4 de maio de 1914

Fig. 4: Escolas Normais Equiparadas

Escola	Datas de criação/ instalação	Localização
Escola Normal de Três Pontas	Criada em 24/04/1893	MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1894 - APM MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1895 - APM SI^4_2 Cx: 72 Pc: 49 - APM
	Instalada em 15/04/1894	MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1895 - APM SI^4_2 Cx: 72 Pc: 49 - APM
Escola Normal de Barbacena	Criada em 17/01/1893	MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1894 - APM MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1895 - APM SI^4_2 Cx: 14 Pc: 07 - APM
	Instalada em 07/05/1893	MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1895 - APM SI^4_2 Cx: 14 Pc: 07 - APM
Escola Normal do Serro	Reconhecida pelo Estado em 11/02/1897	MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1896 - APM
Escola Normal de Itajubá	Criada em 11/07/1894	MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1898 - APM
	Reconhecida pelo Estado em 30/01/1897	MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1896 - APM
Escola Normal de Sete Lagoas	Reconhecida pelo Estado em 22/05/1897	MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1896 - APM;

Fig. 5: Escolas Normais Municipais

ESCOLAS

Essa sistematização tem como objetivo apresentar, de forma panorâmica, as Escolas Normais existentes em Minas Gerais, no período compreendido entre 1890 e 1920. Nela, além de relacionarmos todas as referidas instituições, apresentamos também as suas datas de instalação e criação, convencidos estamos de que essas informações são relevantes para o pesquisador interessado em estudar esses lugares de formação do professorado mineiro.

Acreditamos ainda que apresentar o que significa cada um dos termos que diferenciam essas escolas, seja tarefa fundamental. Desse modo, esclareceremos a seguir as seguintes denominações: *Escola Normal Estadual*, *Escola Normal Municipal*, *Escola Normal Regional* e *Escola Normal Equiparada/Institutos Equiparados*, visto que essas denominações, de certo modo, imprimem às Escolas Normais determinadas características que as diferenciam umas das outras.

Compreendemos *Escolas Normais Estaduais* como os primeiros institutos de ensino projetados com a finalidade de qualificar o professorado mineiro, sendo eles criados e mantidos pelo estado de Minas Gerais. Nessa perspectiva, a partir de 1890, havia treze Escolas Normais – a de Ouro Preto, Campanha, Diamantina, Montes Claros, Uberaba, Sabará, São João del-Rey, Juiz de Fora, Paracatu, Araçuaí, Cataguases, Januária, Pouso Alegre – e a Escola Normal Modelo da Capital (Belo Horizonte).

Com relação às *Escolas Normais Municipais*, estas também tinham o mesmo objetivo das *Escolas Normais Estaduais*, mas foram criadas pelos Municípios. Todavia, recebiam uma ajuda financeira concedida pelo estado – *Em virtude do art. 3º da lei nº 91, de 11 de julho do anno passado, cada uma dellas é subvencionada pelo Estado com a importancia annual de 15:000$000* (MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1895). Eram elas: Escola Normal de Três Pontas, de Barbacena, do Serro, de Itajubá e Sete Lagoas.

Por conseguinte, as *Escolas Normais Regionais* surgiram somente anos mais tarde, já na década de 1911, quando o governo de Julio Bueno Brandão promove uma reformulação no ensino normal:

> O Governo, usando de attribuições que lhe confere o art. 57 nº 1 da Constituição do Estado e de conformidade com o disposto no art. 1º da lei nº 560, de 12 de setembro de 1911, resolveu expedir o dec. nº 4.056, de 6 de dezembro de 1913, em virtude do qual creou a Escola Normal Regional de Ouro Fino. (MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1914)

Em conformidade com a Lei nº 560, de 12 de setembro de 1911, que dispunha sobre a criação das *Escolas Normais Regionaes*, estas deveriam ser instaladas nas seguintes regiões do estado: uma no norte, outra no sul, outra na Zona da Mata, outra no oeste e outra no Triângulo Mineiro (art. 1 da referida lei). Ou seja, a partir dessa lei, foi prevista a criação de cinco Escolas Normais Regionais em Minas Gerais, porém, de acordo com as fontes consultadas, apenas uma foi realmente instalada, a Escola Normal Regional de Ouro Fino, em 1913.

Quanto às *Escolas Normaes Equiparadas* ou *Institutos Equiparados*, surgem a partir da década de 1900. A princípio, os estabelecimentos que desejavam se equiparar às Escolas Normais eram institutos particulares apenas.

> Além das dez Escolas Normaes mantidas pelo Estado funccionam cinco, mantidas pelas municipalidades respectivas, em Minas Novas, Serro, Sete Lagoas, Barbacena e Tres Pontas, e **tres estabelecimentos particulares de ensino, equiparados às mesmas escolas**, sendo, em Marianna, o "**Collegio Providencia**", na Ponte Nova, o "**Collegio Maria Auxiliadora"** e, em S. Domingos do Prata, o **Collegio fundado pelo dr. Edelberto de Lellis Ferreira e padre João Pio de Souza Reis**, equiparado este ultimo estabelecimento particular pelo Decreto nº 1.537, de 6 de setembro do anno passado. (MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1903 – Grifos nossos).

Nesse momento inicial, tais institutos se equiparavam às Escolas Normais Estaduais e essa equiparação dizia respeito à adoção da forma de organização e funcionamento que tinham tais escolas – adotaram os horários de funcionamento, as datas dos exames, as cadeiras que eram ministradas nas Escolas Normais Estaduais.[106]

Com o passar dos anos, outros institutos particulares foram se equiparando às Escolas Normais Estaduais: *Collegio de Nº Sª do Carmo, na Varginha*, e o *Collegio da Immaculada Conceição, em Barbacena* – ambos equiparados pelo *dec. nº 1.614 de 7 de julho de 1903* (MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1903).

Já em 1904 surge uma novidade, foram equiparadas às Escolas Normais Estaduais algumas antigas Escolas Normais Municipais

> Dos estabelecimentos equiparados ás escolas normaes mantidos por municipalidades continuam a funccionar: a **Escola Normal de Barbacena**, sob a fiscalisação do cidadão Modesto de Araujo Lacerda, nomeado para fiscalisal-a a 1º de agosto do anno passado; a **Escola Normal de Tres Pontas**, sob a fiscalisação do cidadão Thomaz José da Silva, nomeado em 11 de março do corrente anno e a **Escola Normal de Minas Novas**, sob a fiscalisação do

[106] Entretanto, o que percebemos ao longo de nossos estudos é que cada uma dessas escolas apresentavam características distintas e este é somente um dos motivos que reforça a necessidade de unificação do ensino normal, o qual deveria se orientar pela Escola Normal Modelo da Capital, criada em 1906.

> cidadão Affonso Ulrick, nomeado a 7 de julho de 1904. (MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1905 – Grifos nossos).

Passados mais alguns anos, em 1912, continuamos a acompanhar a expansão de estabelecimentos de ensino mantidos pela iniciativa privada e que, nesse momento, passaram a se equiparar à Escola Normal Modelo da Capital: *Gymnasio Leopoldinense*; *Collegio Nº S. das Dóres, de Uberaba*; *Collegio das Irmãs Dorothéas, de Pouso Alegre*; *Gymnasio S. Vicente de Paulo*; *Gymnasio Paraizense*; *Gymnasio de Minas*; *Gymnasio de Ouro Preto* e *Lyceu de Muzambinho.* Além de todos esses *Institutos Normaes Equiparados*, também se tornaram Escolas Normais Equiparadas a *Escola Normal Delfim Moreira, de Sabará* e a *Escola Normal de Ouro Fino*. (MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1913).

Torna-se relevante destacar que a criação da Escola Normal Modelo da Capital foi pensada num período em que Belo Horizonte estava passando por inúmeras transformações. De acordo com Faria Filho (2005), reconhecemos que as reformas urbanas e as propostas de reformulação do ensino normal compartilhavam de uma mesma concepção racionalizadora e civilizatória. A Escola Normal Modelo da Capital é, então, mais uma instituição que se ergueu nessa perspectiva e que, por assim ser, tinha como objetivo exportar os saberes que eram nela produzidos, bem como seus modos de fazer para as demais Escolas Normais.

Criada pela Lei nº 439, de 28 de setembro de 1906, que autorizava o Governo do estado de Minas Gerais a reformar o ensino primário e normal do Estado, *de modo que a escola seja um instituto de educação intellectual, moral e physica*,[107] essa escola foi regulamentada pelo Decreto nº 1.960, de 16 de dezembro do mesmo ano, sendo instalada, somente, em 21 de março de 1907. Seu período de existência foi de 1907 a 1946, quando se transformou em Instituto de Educação.

Embora em 1906 tenha-se promulgado nova Lei, continuava como objetivo do ensino normal *formar bons professores*, organizando-se de forma que os alunos e

[107] Minas Gerais. Lei nº 439, de 28 de setembro de 1906. Art. 1. *Fica o Governo de Minas Geraes auctorizado a reformar o ensino primário e normal do Estado, de modo que a escola seja um instituto de educação intellectual, moral e physica.*

alunas adquirissem *qualidades pedagógicas indispensáveis* para o magistério público[108]. Contudo, essa escola formaria exclusivamente professoras.

REGIMENTOS

Escola	Data	Organizado por	Localização
Escola Normal de São João d'El-Rey	1894	Carlos Sanzio d'Avellar Brotéro (diretor); discutido e aprovado pela Congregação	SI^4_2 Cx: 13 Pc: 06 - APM
Escola Normal Modelo da Capital	1907	Regimento Interno da Escola Normal Modelo da Capital	*Jornal Minas Geraes* (8 e 9 de fevereiro de 1907)
Escola Normal Modelo da Capital	1911	Regimento Interno da Escola Normal Modelo da Capital	Anais da Legislação Mineira Decreto nº 9123 - de 6 de março de 1911

Fig. 6: Regimentos das Escolas Normais

Os regimentos internos das diferentes Escolas Normais de Minas Gerais localizados nos arquivos são documentos que oferecem significantes vestígios que nos permitem imaginar sobre o cotidiano da escola. Juntamente com outras fontes, é possível identificar práticas escolares, seja em relação ao seu modo de funcionamento e organização, seja aos sujeitos que circulam e que fazem parte do universo escolar – alunos(as), professores(as), funcionários(as), inspetores entre outros. De modo particular, os regimentos ajudam a ver também especificidades da educação do corpo dentro e fora da cadeira de *Gymnastica.*

Os documentos localizados permitem, por exemplo, afirmar sobre a história da escola, abordando aspectos sobre a sua criação, sua finalidade e seus métodos de ensino. Informa-nos ainda sobre os procedimentos necessários para se matricular nessas instituições escolares; os modos de comportamento dos sujeitos escolares,

[108] Minas Gerais. Lei nº 439, de 28 de setembro de 1906. Art. 15. *O ensino normal do Estado será ministrado em: I. Escola normal-modelo na Capital. II. Escola normaes regionaes*. Art. 16. *As escolas normaes, cujo fim é formar bons professores, dar-se-á uma organização completa para que os alumnos adquiram as qualidades pedagogicas indispensaveis aos que se destinam ao magisterio publico.*

entre outras informações, as quais, muitas vezes, são gerais a todas as Escolas Normais mineiras, mas que também, em alguns momentos, deixam ver as singularidades de cada um desses lugares de formação.

PROGRAMAS

Ementa/ Título	Data	Localização	Observações
Programma de ensino de Gymnastica para o anno escolar de 1895	11/021896	SI^4_2 Cx: 63 Pc: 25 - APM	Documento avulso
Programma provisorio da Cadeira de Gymnastica e Evoluções Militares da Escola Normal de S. João d'El-Rei.	27/03/1896	SI^4_2 Cx: 17 Pc: 01 - APM	Documento avulso
Programma de exame de Gymnastica e Evoluções Militares	31/05/1896	SI^4_2 Cx: 57 Pc: 12 - APM	Documento avulso
Programma provisorio da Cadeira de Gymnastica e Evoluções Militares da Escola Normal de S. João d'El-Rei.	13/02/1897	SI^4_2 Cx: 17 Pc: 01 - APM	Documento avulso
Estabelece a distribuição das materias do ensino normal pelos quatro anos do curso e uniformiza os programas do mesmo em todas as escolas normaes. *Programa de ensino da cadeira de Pedagogia.*	28/05/1906	Anais da Legislação Mineira – ano 1906	Decreto nº 1.908
Escola Normal da Capital	15/03/1908	Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte Jornal Minas Gerais	
Programma da Escola Normal da Capital	02/03/1909	Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte Jornal Minas Gerais	
Programmas da escola Normal de Bello Horizonte para o anno lectivo de 1911, aprovados pela Congregação, em 25 de fevereiro de 1911	25/02/1911	5 F 370 B CX. F4 F2 /APM	Documento avulso

Approva o Regimento Interno da Escola Normal da Capital.	06/03/1911	Anais da Legislação Mineira – ano 1911	Decreto nº 3.123
Regulamento das Escolas Normais Regionais - *Programa de ensino das Escolas Normais do estado de Minas Gerais.*	06/11/1912	Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte Jornal Minas Gerais	
Approvara os programmas de ensino nas escolas normaes Modelo, regionaes e equiparadas do Estado	17/02/1914	Anais da Legislação Mineira – ano 1914	Decreto nº 428
Programmas de ensino nas escolas normaes Modelo, regionaes e equiparadas do Estado	01/06/1914	Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte Jornal Minas Gerais	
Approva os programmas da Escola Normal da Capital para o anno lectivo de 1914	03/03/1914	Anais da Legislação Mineira – ano 1914	Decreto nº 4.139
Approva os programmas da Escola Normal da Capital para o ano letivo de 1915.	30/03/1915	Anais da Legislação Mineira – ano 1915	Decreto nº 4.357
Approva os programmas de ensino para as escolas normais Modelo, regionais e equiparadas do Estado.	01/03/1916	Anais da Legislação Mineira – ano 1916	Decreto nº 4.537
Programma de ensino da Escola Normal da Capital *Decreto do Estado – Decreto 4537*	02/03/1916	Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte Jornal Minas Gerais	
Approva os programmas de ensino para as escolas normaes Modelo, regionaes e equiparadas do Estado.	20/03/1917	Anais da Legislação Mineira – ano 1917	Decreto nº 4.724
Programmas	25/03/1917	Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte Jornal Minas Gerais	

Approvara os programmas de ensino nas escolas normaes Modelo, regionaes e equiparadas do Estado.	03/04/1918	Anais da Legislação Mineira – ano 1918	Decreto nº 4.955
Programmas	07/04/1918	Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte Jornal Minas Gerais	
Programmas de ensino para as escolas normaes modelo, regionaes e equiparadas do estado.	25/04/1919	Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte Jornal Minas Gerais	
Approva os programmas do ensino normal.	11/2/1928	Anais da Legislação Mineira – ano 1928	Decreto nº 8.225
Governo do Estado Decreto nº 8225: Approva os programmas do ensino normal.	12/02/1928	Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte Jornal Minas Gerais	
Programmas do ensino Normal – Educação Physica	21/03/1929	Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte Jornal Minas Gerais	
Aprova programas do ensino normal.	1933	Anais da Legislação Mineira – ano 1933	Decreto nº 1.0726

Fig. 7: Programas das Escolas Normais

PROGRAMAS

Os programas de ensino são documentos nos quais constam os conteúdos que devem ser trabalhados pelos professores de cada cadeira constituinte do ensino normal. Neles é possível perceber indícios de como se processava a organização dos tempos, espaços e dos saberes escolares. Não só porque demonstram detalhadamen-

te o conteúdo programático de cada cadeira e especificam os anos em que deveriam ser ministrados, mas porque, além disso, deixam explícitas as intenções com que esses saberes deveriam ser abordados.

A Congregação das Escolas Normais era constituída por professores regentes de cada cadeira existente na instituição. Tinha como sua responsabilidade tomar decisões coletivas referentes à organização e ao funcionamento da escola, como o envio de relatórios anuais ao Secretário do Interior, informando sobre os trabalhos escolares e as principais ocorrências da escola. A elaboração dos programas de ensino também se constituía como uma das funções da Congregação. Os professores, que compunham a Congregação, elaboravam os programas de ensino para cada cadeira, que eram então, assinados pelo Secretário do Interior e aprovados pelo Presidente do Estado de Minas Gerais.

Os programas de ensino selecionados para compor essa tabela tratam de temáticas que versam sobre a educação do corpo de uma maneira mais ampla. Em diferentes momentos, os temas relativos ao corpo e sua educação não se encontravam circunscritos apenas à cadeira de *Gymnastica*, *Evoluções militares ou Educação physica*. Encontramos esse conteúdo "semeado" em outras cadeiras, como por exemplo, na de Pedagogia, que comportava nos seus programas todo um saber relativo ao funcionamento "físico" do corpo, de seus órgãos, sistemas e os sentidos (ver, ouvir, o tato, o olfato e o gosto), mesclado com saberes relativos aos cuidados que se deveria ter com este corpo físico:

> PROGRAMMAS DO 3.° ANNO
> Terceiro anno
>
> 1 – Do objecto da pedagogia, suas relações com outras sciencias; sua importância e necessidade do seu estudo.
> 2 – do sujeito, objecto, meios, factores, agente e divisão da educação.
> 3 – Da educação physica em geral.
> 4 – Da educação dos sentidos.
> 5 – Das faculdades da alma.
> 6 – Da educação intellectual em geral.
> 7 – Da educação da atteção, memória e imaginação.
> 8 – Da educação do juízo, raciocínio, abstração e generalização.
> 9 – Da educação moral em geral.
> 10 – Da Educação da sensibilidade, consciência e vontade.

11 – Da disciplina e seus moveis.
12 – Das recompensas e punições.[109]

A tabela apresenta as colunas denominadas "Observações" e "Localização" que indicam os diferentes lugares que os programas de ensino podem ser encontrados. Trata-se de dois lugares: a legislação mineira e o Jornal Minas Gerais. Na legislação, os programas de ensino são publicados nos decretos, tanto nos que versam especificamente sobre a aprovação destes, quanto naqueles que tratam o ensino normal de forma mais ampla, como os decretos que aprovam os regimentos internos e regulamentos. É interessante perceber que a imprensa mineira, em específico o Jornal Minas Gerais, também veiculava os programas de ensino das Escolas Normais descritos na íntegra. Esse jornal é caracterizado como o diário oficial dos poderes do estado mineiro desde 1892, divulga noticias sobre a educação, leis e decretos promulgados, além de questões administrativas do governo.

Os números do Jornal Minas Gerais podem ser localizados na Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, na Hemeroteca da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa e alguns exemplares na Biblioteca da Assembleia Legislativa, ambas em Belo Horizonte.

As leis e os decretos podem ser localizados nos anais – conjuntos de leis e decretos promulgados no estado de Minas Gerais – da legislação mineira, sob guarda da Biblioteca da Assembleia Legislativa. De maneira esparsa (documento avulso), encontram-se os decretos relativos aos programas de ensino no Arquivo Público Mineiro. Esse arquivo organiza-se através de séries, subséries, pacotilhas, dentre outras divisões. Comumente, os programas de ensino estão alocados na série Instrução Pública.

[109] Decreto nº 1.908. *Estabelece a distribuição das materias do ensino normal pelos quatro anos do curso e uniformiza os programas do mesmo em todas as escolas normaes.* (Programa de ensino da cadeira de Pedagogia, 28 de maio de 1906).

HORÁRIOS

Escola	Horário da aula	Data	Localização
Escola Normal de Montes Claros	Segundas, terças, quartas, sextas e sábados, 8 às 9 (1º ano); Segundas e terças, 9 às 10 (2º ano)	24 de outubro de 1898	SI^4_2 Cx: 56 Pc: 05 - APM
Escola Normal de São João d'El-Rey	*Gymnastica:* terças, sextas e sábados, 13 às 14 (1º ano); Evoluções Militares: terças e sextas, 14 às 15 (1º ano); *Gymnastica:* segundas, 8 às 9 (2º ano); Evoluções Militares: quartas, 8 às 9 (2º ano)	15 de fevereiro de 1895	SI^4_2 Cx: 15 Pc: 12 - APM
Escola Normal de São João d'El-Rey	*Gymnastica:* segundas, terças e sextas, 13 às 14 (1º ano); Evoluções Militares: quartas e sábados, 13 às 14 (1º ano); *Gymnastica:* quartas, 12 às 13 (2º ano); Evoluções Militares: segundas, 12 às 13 (2º ano)	Fevereiro de 1897	SI^4_2 Cx: 20 Pc: 15 - APM
Escola Normal de Juiz de Fóra	*Gymnastica*: 14 às 15 (1º e 2º ano)	13 de fevereiro de 1895	SI 956

Fig. 8: Horários de aulas de *Gymnastica* e Evoluções Militares das Escolas Normais

HORÁRIOS

Analisando os documentos referentes aos horários das aulas de *Gymnastica* e *Evoluções militares*, percebemos que cada Escola Normal organizava a sua grade de horários de uma maneira específica. Algumas deixavam claros os dias e os horários que essas aulas eram ministradas; outras optavam por simplesmente dizer que essas disciplinas estavam, sim, sendo ensinadas em suas Escolas, todavia, não especificavam os dias em relação aos anos do curso. Esses dados nos informam, de certo modo, que cada Escola Normal, considerando a sua forma de organização e funcionamento, era singular.

Esse conjunto de documentos também nos permite ainda afirmar que no primeiro ano do curso normal havia uma ênfase em relação à preparação do físico dos alunos, uma vez que a disciplina *Gymnastica* era praticada até cinco vezes por semana, com duração de uma hora. Quanto ao horário, nem sempre essas práticas eram desenvolvidas no período da manhã, dado que parece dissonante às recomendações higiênicas da época, pois muitos artigos e livros que circulavam nesse período eram

enfáticos sobre essa questão. Entretanto, outras questões ainda estão para ser respondidas: o horário da disciplina está relacionado ao seu conteúdo? As escolas que não ofereciam aulas no período da manhã davam mais ênfase ao "saber ensinar" do que à preparação do físico? Essas e outras questões só poderão ser enfrentadas no cotejo com outras fontes e focando o olhar para as singularidades de cada instituição.

PONTOS DE EXAMES DE *GYMNASTICA* E *EVOLUÇÕES MILITARES*

Escola	Documento	Data	Professor	Localização
Escola Normal de São João d'El-Rey	*Ponto para os exames de Gymnastica e Evoluções Militares, da Escola Normal de S. João d'El-Rey 1º e 2º anno – 1895*	09/11/1895	João Baptista Campos da Cunha	SI^4_2 Cx: 15 Pc: 05 - APM
Escola Normal de São João d'El-Rey	*Pontos para os exames de Gymnastica e Evoluções Militares*	10/11/1896	João Baptista Campos da Cunha	SI^4_2 Cx: 16 Pc: 13 - APM
Escola Normal de Uberaba	*Pontos para exames de Gymnastica*	10/11/1896	Jorge Chireé	SI^4_2 Cx: 63 Pc: 25 - APM

Fig. 9: Pontos de exames de *Gymnastica* e Evoluções Militares

PONTOS DE EXAMES DE *GYMNASTICA* E *EVOLUÇÕES MILITARES*

Consideramos que os pontos de exames, tal como diversos outros documentos internos às Escolas Normais, revelam maneiras e estratégias que ajudam a forjar uma determinada disciplina. Desse modo, analisar esses documentos esclarece sobremaneira sobre quais práticas eram realizadas, quais conhecimentos e saberes eram necessários e valorizados no decorrer da formação de professores realizadas nas e pelas Escolas Normais de Minas Gerais.

De forma particular, já que tanto os programas das disciplinas como os pontos de exames eram específicos de cada escola, podemos inferir, a partir deles, qual projeto de formação que cada professor e cada escola almejava para seus alunos e alunas:

Ponto para os exames de Gymnastica e Evoluções Militares, da Escola Normal de S. João d'El-Rei / 1º e 2º anno – 1895
O professor, João Baptista Campos da Cunha
Pontos para os exames de Gymnastica e Evoluções Militares do primeiro anno da Escola Normal de S. João d'El-Rei, apresentados á Congregação em 9 de novembro de 1895.
Gymnastica – Provas escripta e oral [...].
4º Marchas – Mechanismo da marcha – Effeito physiologico da marcha – Flexões e distensões do joelho direito e do joelho e da coxa do lado esquerdo. [...].
13º Flexões e distensões do punho direito para a frente e para a retaguarda - Flexões e distensões lateraes do punho direito – Idem dos dous punhos – Rotações do pescoço.
14º Effeitos physiologicos da corrida – Corrida cadenciada – Saltos lateraes. [...].
19º Flexões e distensões simultaneas dos dous punhos para a frente e para a retaguarda – Flexões lateraes do tronco para a direita - Flexões e distensões lateraes dos dous braços. [...].
Gymnastica – Pontos para a prova pratica [...].
5º Flexões e distensões dos dedos fechando e abrindo as mãos - Flexões e distensões dos ante-braços direito, esquerdo e exercicio simultâneo.
6º Elevar e abaixar os hombros - Flexões e distensões horizontaes dos braços para a frente – Movimento dos braços para a frente sem flexão.
7º Movimento dos braços para a frente, para os lados e para cima – Idem com flexão – Flexão do tronco para a frente retaguarda.
8º Circundação dos braços da retaguarda para a frente e vice-versa. Flexões lateraes do tronco – Rotações dos braços sobre si proprios.

Evoluções Militares – Provas: escriptas, oral e pratica.
1º O instructor e o recruta.
2º Definições militares.
[...].
18º Obrigações de um soldado de uma guarda – Das sentinellas.
19º Obrigações geraes de uma sentinella durante o dia – Idem durante a noite.
20º Obrigações das sentinellas das armas, durante o dia – Idem durante a noite.

S. João d'El-Rei, 9 de novembro de 1895.
O professor de Gymnastica e Evoluções Militares. João Baptista Campos da Cunha.

(Secretaria do Interior; Série 4: Instrução Pública, Subsérie 2: Escolas Normais, SI^4_2 Cx 15 Pc 05).

Pontos para exames de Gymnastica
1º anno
1º ponto
1º Exercicios – Formatura da direita para a esquerda numa fileira.
2º Exercicios – Posição Fundamental.
3º Exercicios – Principios de alinhamento.[...].
7º Exercicios – Flexões e distensões do pescoço curvando a cabeça para a frente.
8º Exercicios – Flexões e distensões do pescoço curvando a cabeça para a retaguarda.
2º ponto [...].
5º Exercicios – Formatura dos alumnos em linha de flanco (ou columna).
6º Exercicios – Flexão e distensão do pescoço inclinando a cabeça para a direita.
7º Exercicios – Flexão e distensão do pescoço inclinando a cabeça para a esquerda. [...].
9º ponto
1º Exercicios – Flexão do tronco para a frente e para a retaguarda em quatro tempos.
2º Exercicios – Flexão das extremidades inferiores e movimento horizontal das superiores para os lados.
3º Exercicios – Marcha em linha de flanco. Contramarcha alternativa de uma a direita outra a esquerda e pelo centro aos pares.
4º Exercicios – Saltos para a frente a pés juntos.
5º Exercicios – Balanço para a frente e para a retaguarda.[...].
Uberaba, 10 de Novembro de 1896.
O professor, Jorge Chireé.

(Secretaria do Interior; Série 4: Instrução Pública, Subsérie 2: Escolas Normais, SI^4_2 Cx 63 Pc 25).

Apesar da singularidade de cada escola, observando alguns pontos de exames, percebemos que eles também apresentam exercícios semelhantes, o que nos permite afirmar que havia certa sintonia entre os professores de *Gymnastica* no que diz respeito ao projeto de conformação dos corpos de seus alunos, baseado, é claro, nas concepções postas em circulação sobre o tema. Nesse período, a ideia que vigorava era a de que, por meio dos *exercicios gymnasticos*, inspirados pelo método sueco, aos alunos seria possibilitada a conformação de corpos eretos, fortes e saudáveis. E em relação especificamente às práticas realizadas nas aulas de *Evoluções militares*, aos alunos seriam conferidas as noções de ordem e disciplina.

PONTOS DE EXAMES DE *EXERCICIOS CALISTHENICOS*

Escola	Documento	Data	Professora	Localização
Escola Normal de Uberaba	Exercicios calisthenicos	10/11/1896	Maria Christina de Souza Pires	SI^4_2 Cx: 63 Pc: 25 - APM
Escola Normal de Sabará	Exercicios calisthenicos	01/07/1898	Lydia Maria de Couto	SI 1046 - APM

Fig. 10: Pontos de Exames de *Exercicios calisthenicos*

Os *exercicios calisthenicos* eram práticas autorizadas, nas Escolas Normais, somente às alunas, que não participavam das aulas de *Gymnastica* e *Evoluções militares*. Entretanto, também elas (tal como ocorria com os alunos), assim que se formassem e entrassem para o magistério primário, teriam que reger a cadeira de *Exercicios physicos* nas escolas primárias. Ou seja, às normalistas também deveriam ser ensinadas algumas noções de práticas corporais e de exercícios físicos.

Esses conteúdos, por se destinarem exclusivamente às alunas, eram ministrados somente por professoras e desenvolvidos em horários específicos no decorrer das Aulas Práticas. Essa cadeira responsabilizava-se por desenvolver as habilidades práticas das alunas considerando o "ensinar": *portuguez*, *geographia*, *trabalhos de agulha*, entre outras.

Basicamente, os seus conteúdos versavam sobre:

> Exercicios calisthenicos
> **Gymnastica** e seus fins principaes. **Exercicios gymnasticos e suas naturezas.** Formatura de pelotões. Posição do corpo na formatura.

> Alinhamento de pelotão. Direita volver. Esquerda volver. Meia volta á direita. Tomar pequena distancia para direita ou para a esquerda. Movimentos dos braços para a frente. Movimento do anti-braço, flexão e extensão a dous tempos. Movimento do anti-braço para traz. Flexão e extensão dos dedos. Flexão e extensão dos pulsos. Movimento lateral dos pulsos. Flexão e extensão dos hombros. Flexão e extensão dos hombros para traz. Rotação dos braços para os lados. Rotação completas dos braços. Movimento dos dedos das mãos para frente. Flexão e extensão da cabeça para os lados. Flexão e extensão da cabeça para diante e para traz. Flexão e extensão do pescoço. Rotação da cabeça. Compendio por Antonio Martiniano Ferreira, professor de gymnastica e evoluções militares da E. Normal de Ouro Preto. Sabará, 1º de julho de 1898. Lydia Maria de Couto. (Secretaria do Interior; Série 4: Instrução Pública, Subsérie 2: Escolas Normais, SI 1046 – Grifos nossos)

Apesar de as alunas não terem em sua grade curricular a cadeira de *Gymnastica* e *Evoluções militares*, é nítido que sob outra rubrica – exercícios calistênicos – e a valer nos pontos cobrados nos exames, os mesmos conteúdos eram ensinados. É possível perceber isso logo na terminologia utilizada: *gymnastica*, *exercicios gymnasticos* etc. Cruzando os diversos documentos que compõem essas tabelas, percebemos ainda outras semelhanças quando comparamos a cadeira de exercícios calistênicos com os programas de ensino da cadeira de *Gymnastica.* Algumas das atividades que eram prescritas nas aulas de *Exercicios calisthenicos* eram as mesmas prescritas nas aulas de *Gymnastica*: *movimentos dos braços para a frente*; *movimento do anti-braço, flexão e extensão a dous tempos*; *movimento do anti-braço para traz*; *flexão e extensão dos dedos, dos pulsos*; *movimento lateral dos pulsos*; *flexão e extensão dos hombros*; *rotação dos braços para os lados e rotação completa*; *movimento dos dedos das mãos para frente*; *flexão e extensão da cabeça para os lados, para diante e para traz*; *flexão e extensão do pescoço*; *rotação da cabeça.* Quanto à segunda disciplina – *Evoluções militares* –, os exercícios semelhantes seriam: *formatura de pelotões*; *posição do corpo na formatura*; *alinhamento de pelotão*; *direita e esquerda volver*; *meia volta á direita; tomar pequena distancia para direita ou para a esquerda.*

Assim, podemos inferir que, mesmo as alunas não sendo autorizadas a participarem das aulas de *Gymnastica*, elas realizavam exercícios semelhantes em outra disciplina. Percebemos, então, que a *Gymnastica* era forjada, inventada de tal

modo que, nas Escolas Normais, a importância de sua prática era reconhecida e levada a extrapolar, inclusive, o que era prescrito pela legislação, que impedia as alunas de a praticarem.

Nessa perspectiva, entendemos que à *Gymnastica* era atribuído outro nome – *Exercicios calisthenicos* – para que as alunas fossem autorizadas a realizar seus exercícios, o que pode representar uma tática adotada pelos sujeitos nas Escolas Normais Mineiras.

Quanto aos documentos localizados nos arquivos em Belo Horizonte que tratam dos *Exercicios calisthenicos*, podemos destacar os pertencentes às Escolas Normais de Uberaba e de Sabará, cujas professoras foram Maria Christina de Souza Pires e Lydia Maria de Couto, respectivamente.

ATAS DE EXAMES DE *GYMNASTICA* E *EVOLUÇÕES MILITARES*

Documentos	Cidade	Data	Professor	Conteúdos	Alunos	Localização
Actas de exame de concurso	Campanha	24 de agosto de 1894	Julio Bueno	Exercícios práticos de *Gymnastica* e Evoluções Militares	Martiniano José da Silva	SI 904 - APM
Actas de exames dos alumnos mestres	Campanha	26 de novembro de 1894	Julio Bueno	Exercícios de *Gymnastica* de corpo livre e de Evoluções Militares	1º ano: Thomaz de Aquino Pereira, Jose Gomes de Moraes Junior e Clovis de Andrade; 2º ano: Salathieu Ramos de Almeida	SI 901 - APM
Actas de exames dos alumnos mestres	Campanha	25 de novembro de 1895	Julio Bueno	Exercícios de corpo livre e de Evoluções Militares	1º ano: Anibal Ayres, Joaquim Octaviano Ferreira, Olimpio Ribeiro de Andrade, Julio Lefal, Hugo Salles, [?] Victor Barrosin, Antonio Viotti Sobrinho e Dionisio Jose Ribeiro; 2º ano: Jose Gomes de Moraes Junior, Thomaz de Aquino Pereira e Jose Bernadino de Souza Pinto	SI 901 - APM
Actas de exames dos alumnos mestres	Campanha	26 de novembro de 1896	Julio Bueno	Exercícios de *Gymnastica* e Evoluções Militares	1º ano: [?] Galdino Dias, Ascanio Gomes Nogueira, Bolivar de Oliveira Andrade, Braz José de Mello, Jefferson de Oliveira, José Gomes Sobrinho, José Pedro de Barros, Julio Cesar de Mello Paiva, Mario de Araujo Ferreira Lopes, Matheus Corrêa da Silva, Olimpio Cesar de Araujo, Olyntho Carneiro Villela e Viroldi Magalhães; 2º ano: Antonio Viotti Sobrinho; alunos do 1º ano que requereram o exame da disciplina correspondente ao 2º ano: José Ribeiro, Hugo Salles, Joaquim Octaviano Ferreira, Julio Lefal e Olimpio Ribeiro da Luz	SI 901 - APM

Do ensino normal_MIOLO.indd 136 17/8/2015 10:40:28

Actas de exames dos alumnos mestres	Campanha	23 de fevereiro de 1897	Julio Bueno	Exercícios de *Gymnastica* e Evoluções Militares	1º ano: Celio de Oliveira Andrade, Ernesto Ribeiro, José [?] Nogueira, José Bento Alves da Silva Junior, João Pereira Fortuna; 2º ano: Julio Lefal	SI 901 - APM
Actas de exames dos alumnos mestres	Campanha	25 de novembro de 1897	Julio Bueno	Exercícios de *Gymnastica* e Evoluções Militares	1º ano: Alfredo Fonseca, Antonio Ribeiro de Souza, Benjamim de Melo, [Flami Epaminov das Warwisck], Francisco Paes Paulo, Guilherme José Alves, João Felicissimo de Souza, José Liboni da Fonseca, José Carlos de Noronha, Juarez de Noronha [?], Julio Onidio de Araujo, Philologo Corrêa Ximenes, Raul de Miranda da Araujo, Raul Pereira Pinto, Renato Gorgulho Nogueira, Ulisses Corrêa; 2º ano: Alfredo Galdino Dias, Ascanio Gomes Nogueira, Bolivar Pinto de Oliveira Andrade, Braz José de Mello, Ernesto Ribeiro, Jefferson de Oliveira, José Bento Alves Junior, José [?] Sobrinho, José Gorgulho Nogueira, José Pedro de Barros, Julio Cesar de Mello Paiva, Mario de Araujo Ferreira Lopes, Metheus Corrêa da Silva, Olimpio Cesar de Araujo, Olyntho Correa Villela, Vivaldi Magalhães Castro	SI 901 - APM

Livro nº 11 – Escola Normal de Diamantina / Actas de Exames – Archivo Geral da Secretaria do Interior – 1895 até Maio de 1898 - 1913	Diamantina	16 de março de 1895	Americo Diamantino da Costa França	Exercícios práticos e arguição	2º ano: Francisco Solano Soares, Francisco Alves Ferreira Prado Junior e João Eloy da Costa Camello	SI 927 - APM
Actas de exames do 2º anno	Juiz de Fora	16 de novembro de 1895	Raymundo Tavares	Exercícios do tronco e extremidades inferiores	Sebastião Delvaux Pinto Coelho, Saint-Clair Elias Machado, Erasmino Gogliano, Lindolpho Guimarães, [Besnier] José de Oliveira, Alfredo Pereira da Silva e Paulo Estellita de Sousa	SI 961 - APM
Actas de exames do 2º anno	Juiz de Fora	27 de novembro de 1895	Raymundo Tavares	Arguição sobre os pontos do programa de ensino	Fernando Augusto da Silva, Saint-Clair Elias Machado e Erasmino Gogliano	SI 960 - APM
Actas de exames do 2º anno	Juiz de Fora	20 de novembro de 1896	Azarias Vaz Ferreira		Sebastião Delvaux Pinto Coelho	SI 960 - APM
Actas de exames do 2º anno	Juiz de Fora	21 de novembro de 1896	Azarias Vaz Ferreira		Luiz de Carvalho Tavares	SI 961 - APM
Actas de exames do 2º anno	Juiz de Fora	16 de novembro de 1897	Azarias Vaz Ferreira		Paulo Esttelita de Souza	SI 960 - APM

Actas de exames do 2º anno	Juiz de Fora	16 de novembro de 1897	Azarias Vaz Ferreira		José de Andrade	SI 961 - APM
Actas de exames do 2º anno	Juiz de Fora	16 de maio de 1898	Azarias Vaz Ferreira		Luiz de Carvalho Tavares	SI 960 - APM
Actas dos exames dos alumnos do curso normal e aulas praticas – Ouro Preto, 1894 - 1895	Ouro Preto	16 de novembro de 1893	Antonio Martiniano Ferreira	Prova prática de *Gymnastica*		SI 992 - APM
Actas do 1º anno	Ouro Preto	21 de novembro de 1895	Antonio Martiniano Ferreira	Provas práticas de *Gymnastica* e Evoluções Militares		SI 997 - APM

Livro de Actas dos exames do 1º anno / 1892-1894	São João d'El-Rey	21 de novembro de 1894	João Baptista Campos da Cunha	Pontos sorteados – prova escrita: exercícios para habituar o corpo a se conservar em equilíbrio sobre um pé / prova oral: flexões e distensões dos pés, flexões das pernas sobre as coxas, movimento da perna esquerda com flexão da coxa e movimento das pernas sem flexão; movimento do tronco; alteres; movimento horizontal do braço direito para frente, sem flexão; movimento lateral do braço sem flexão e movimento vertical dos braços sem flexão; pedagogia, metodologia e higiene / prova prática: barra fixa; flexões e distensões dos ombros, flexões e distensões horizontais dos braços para frente e flexões e distensões laterais; flexão dos dedos; movimento dos braços para frente, lados e acima da cabeça; circundução dos braços pela frente e retaguarda		SI 1056 - APM

Do ensino normal_MIOLO.indd 140 17/8/2015 10:40:29

Livro de actas dos exames do 2º anno – 1895-1898	São João d'El-Rey	30 de novembro de 1895	João Baptista Campos da Cunha	Pontos sorteados – prova escrita de *Gymnastica*: efeitos fisiológicos da marcha / prova escrita de Evoluções Militares: coluna de marcha, quadrado / prova oral de *Gymnastica*: exercícios para tornar os membros inferiores flexíveis; exercícios para estabelecer a ordem em fileiras; ações fisiológicas dos exercícios ginásticos / prova oral de Evoluções Militares: mudança de direção em marcha, serrar e abrir distâncias; exercício para tornar flexível o pescoço; honras fúnebres; guarda de honra / prova prática de *Gymnastica*: metodologia; exercícios para tornar flexível o tronco / prova prática de Evoluções Militares: passar de coluna à linha; voltas, diminuição e aumento de frente na formação de cortado, mudança de frente		SI 1072 - APM

Do ensino normal_MIOLO.indd 141 17/8/2015 10:40:29

Livro de actas dos exames do 1º anno – 1894-1896	São João d'El-Rey	13 de março de 1895	João Baptista Campos da Cunha	Pontos sorteados para as provas de *Gymnastica* – prova escrita: exercícios para habituar o corpo a se conservar em equilíbrio sobre um pé / prova oral: flexões do punho; flexões e distensões do ante-braço / prova prática: metodologia, higiene e pedagogia		SI 1070 - APM
Actas de exames dos alumnos do 1º anno do curso normal	Montes Claros	20 de novembro de 1895	João Pereira Fróes	Pontos sorteados para a prova escrita de *Gymnastica*: órgãos passivos das extremidades inferiores do corpo humano		SI 974 - APM
Actas de exames dos alumnos do 1º anno do curso normal	Montes Claros	19 de novembro de 1896	João Pereira Fróes	Pontos sorteados para a prova escrita de Evoluções Militares: formatura a dois e a quatro de fundo		SI 974 - APM
Actas de exames dos alumnos do 1º anno do curso normal	Montes Claros	22 de novembro de 1897	João Pereira Fróes	Pontos sorteados para a prova prática de *Gymnastica*: barras paralelas (aparelho sorteado)		SI 974 - APM

Actas de exames dos alumnos do 1º anno do curso normal	Montes Claros	25 de maio de 1895	João Pereira Fróes	Pontos sorteados para a prova prática de *Gymnastica*: exercícios ginásticos executados em aparelhos		SI 974 - APM
Acta dos exames dos alumnos do 2º anno da Escola Normal - 1895	Montes Claros	27 de novembro de 1895	João Pereira Fróes	Pontos sorteados para as provas de *Gymnastica* – prova escrita: descrição dos órgãos passivos das extremidades superiores / prova prática: exercícios ginásticos e de evoluções militares		SI 975 - APM
Acta dos exames dos alumnos do 2º anno da Escola Normal - 1895	Montes Claros	26 de novembro de 1896	João Pereira Fróes	Ponto sorteado para a prova prática de *Gymnastica*: saltos, regras a [?]; exercícios em aparelhos		SI 975 - APM
Acta dos exames dos alumnos do 2º anno da Escola Normal - 1895	Montes Claros	20 de novembro de 1897	João Pereira Fróes	Ponto sorteado para a prova de *Gymnastica*: exercícios executados em aparelhos		SI 975 - APM

Extincta Escola Normal de Sabará – Actas de exames dos alumnos dos divernos annos do curso 1895-1897	Sabará	25 de novembro de 1895	José Doti (professor proprietário da cadeira estava ausente nesse período)	Prova de *Gymnastica* e Evoluções Militares		SI 1034 - APM
Extincta Escola Normal de Sabará – Actas de exames do 1º anno do curso / 1897-1904	Sabará	16 de novembro de 1897	Lydia Maria do Couto	Prova de exercícios calistênicos		SI 1038 - APM
Extincta Escola Normal de Sabará – Actas de exames do 1º anno do curso / 1897-1904	Sabará	24 de maio de 1897	José Doti	Provas de *Gymnastica*		SI 1038 - APM

Fig. 11: Atas de Exames de *Gymnastica* e *Evoluções militares.*

Do ensino normal_MIOLO.indd 144 17/8/2015 10:40:29

ATAS DE EXAMES DE *GYMNASTICA* E *EVOLUÇÕES MILITARES*

As atas de exames, documentos em que ficam registradas as avaliações realizadas pelos alunos das escolas normais, eram elaboradas por um grupo específico de professores, geralmente composto pelo professor regente ou substituto da cadeira, pelo diretor da escola e por um terceiro professor.

Esse conjunto documental é relevante, pois nos permite identificar e compreender quais saberes eram necessários e valorizados no decorrer do processo de formação dos professores que atuariam no ensino primário. Ou seja, essas atas nos dão a ver vestígios do processo de formação dos "bons" professores. Além disso, permite-nos identificar as diversas formas de avaliação, seja por meio da análise dos conteúdos que eram selecionados para as provas escritas, orais ou arguições, seja por meio da seleção dos exercícios práticos que compunham as provas práticas.

Analisando as atas, percebemos que se forjava, naqueles lugares de formação do professorado mineiro, um "ethos" docente, o qual todo o processo avaliativo ajuda a constituir. Os exames assumiam características específicas em cada uma das Escolas Normais, permitindo também observar singularidades de cada instituição: aquelas que privilegiavam as provas práticas, outras que optavam por desenvolver todas as três formas de avaliação (arguição, escrita e prática).

Como exemplo de como as atas dão a ver o processo de constituição e enraizamento dos saberes da cadeira de *Gymnastica*, podemos citar o caso da Escola Normal de Montes Claros, cujo professor João dos Anjos Fróes inclui, no ano de 1897, em suas provas práticas a execução de exercícios em aparelhos ginásticos. Esses exercícios ainda não haviam sido observados em nenhum programa ou exame de nenhuma outra Escola Normal, o que nos leva a considerar um indício importante de uma nova "prática" nos exercícios escolares. Trata-se de outra concepção de *Gymnastica* valorizada nessa instituição especificamente? Conhecendo a polêmica acerca da utilização de aparelhos para o ensino da *Gymnastica* nas escolas, esse documento, cotejado com outras fontes, pode nos ajudar a compreender a questão sobre o que deveria ser ensinado na cadeira de *Gymnastica*. Com o passar dos anos, essa disciplina foi ganhando, para desenvolvimento de suas práticas, certos aparatos que, possivelmente, alteraram o modo de exercitar o corpo.

O conjunto localizado traz ainda indícios de que a mesma prova também podia ser aplicada tanto nas turmas de 1º ano, quanto nas turmas de 2º ano do

curso normal. Isso leva o pesquisador a questionar quais saberes eram aprendidos em cada ano da escolarização. Não havia especificidades dessa disciplina em relação aos anos do curso?

Também o desempenho dos alunos nos exames pode ser um indício importante sobre o que era estar ou não preparado para a aprovação na cadeira.

Importante destacar que, para a realização das provas, realizava-se um sorteio (os alunos retiravam de uma urna um ponto da disciplina) e, dado esse procedimento, os alunos tomavam conhecimento do conteúdo que deveria ser por ele tratado no exame.

Também é relevante esclarecermos que *Gymnastica* e *Evoluções militares* compunham uma mesma cadeira, e, por assim ser, eram ministradas pelo mesmo professor, mas em horários distintos. Os seus conteúdos eram diferenciados, o que pode ser visto também nas atas de exames. Diante disso, podemos inferir que a *Gymnastica*, como disciplina, tinha objetivos específicos, os quais a distinguia da finalidade da *Evoluções militares*. O que não significa dizer que os conhecimentos ensinados nessas duas esferas não se complementavam para a educação do corpo.

PONTOS DOS EXAMES DE SELEÇÃO DE PROVAS PARA PROVIMENTO DA CADEIRA *GYMNASTICA* E *EVOLUÇÕES MILITARES*

Documento	Cidade	Candidato	Provas	Data das provas	Examinadores	Localização
Acta geral do ocorrido concurso a que se procedêo para preenchimento da cadeira de Gymnastica da Escola Normal de Campanha	Campanha	- Julio Bueno (candidato único)	*Prova escripta* *- Gymnastica: ponto nº 15* *(Exercicios para tornar flexíveis os membros superiores)*	06/10/1894	- Dr. Francisco Honorio Ferreira Brandão - Dr. João Luis Alves - Padre Francisco de Paula Araujo Lobato	SI 904 - APM
			Prova escripta *-Evoluções militares: ponto nº 02* *(Das voltas e passos)*	08/10/1894		
			Provas oraes *- Gymnastica: ponto nº 03* *(Apparelhos e funções)* *- Evoluções Militares: mesmo ponto (Das marchas; sua velocidade nos diversos rythmos)*	13/10/1894		
			Provas de arguição *- Gymnastica: ponto nº 16 (Apparelhos ortopédicos e exercícios respectivos)* *- Evoluções Militares: ponto nº 19 (Passagem de uma a outra formação)*	15/10/1894		
			Prova practica *- Gymastica: ponto nº 11 (Exercicios de tronco)*	15/10/1894		

Acta geral do concurso effectuado para provimento da cadeira de Gymnastica da Escola Normal de Montes Clares	Diamantina	- João dos Anjos (candidato único)	*Prova escripta* *Ponto nº 03*	21/06/1894	- Joaquim José Pedro Lessa - João Victor Ferreira - Americo Diamantino da Costa França	SI 921 - APM
			Prova oral *ponto nº 09*	22/06/1894		
			Prova de arguição *Ponto nº 07*	22/06/1894		
Termo do exame de Gymnastica e Evoluções Militares prestado pela candidata a uma cadeira-mixta	Diamantina	- D. Fortunata Vieira Ramos	*[...] a candidata exhibiu noções da matéria arguida, e executou alguns movimentos livres.*	21/08/1894	- Joaquim José Pedro Lessa - Americo Diamantino da Costa França - José da Cunha Valle Laport	SI 921 - APM
Registro de ofícios, concursos para provimento de cargos, matricula e frequência, editais, portarias, recibos, pontos para exames, prêmios, indicações, folhas de pagamento de funcionários da Escola Normal de Ouro Preto (Concurso de Gymnastica para Escola Normal de Juiz de Fora)	Ouro Preto	- Lucas Evangelista do Espírito Santo	*Provas escripta, oral e practica*			SI 989 - APM

Do ensino normal_MIOLO.indd 148 17/8/2015 10:40:29

Actas da primeira, segunda, terceira sessões do concurso para provimento da cadeira de Gymnastica e Evoluções Militares da Escola Normal de Sabará	Sabará	- Azaias Vaz Ferreira	*<u>Provas escriptas</u>* *- Gymnastica: ponto nº 11 (Escada vertical, sistema ósseo e exercícios preliminares)* *- Evoluções militares: mesmo ponto (Passagem de linha à columna e posição da arma)*	03/11/1894		
			Provas oraes *- Gymnastica: ponto nº 17 (Exercicios combinados e systema ósseo dos membros inferiores)* *- Evoluções militares: mesmo ponto (Organização de uma escola de recrutas e de uma companhia)*	05/11/1894		
			<u>Provas practicas</u> *- Gymnastica: ponto nº 12 (Escada horizontal, osteologia e exercícios elementares)* *- Evoluções militares: mesmo ponto (Passagem da columna à [?] posição da espada para Evoluções Militares)*	05/11/1894		
			<u>Provas de arguição</u> *- Gymnastica: ponto nº 09 (Comum a ambas as partes)*	06/11/1894		

Acta do concurso de candidatos ao provimento da cadeira da Gymnastica e Evoluções Militares 1897	Sabará	- João Ricardo Letragni - Tobias Augusto de Paula Pertence - Armildo Vieira de Brito - Manoel Ferreira Penna - Lucas Evangelista do Espírito Santo	*Prova escripta* *- Gymnastica: ponto nº 03 (Exercicio muscular com apparelho sobre a area)*	05/03/1897	- Dr. Joaquim Aureliano Lepueveda - José Doti - Antonio Martiniano Ferreira	SI 1043 - APM
			Prova escripta *- Evoluções Militares: ponto nº 13 (Da formatura em secções e divisores)*	06/03/1897		
		- João Ricardo Letragni - Manoel Ferreira Penna - Lucas Evangelista do Espírito Santo	*Prova oral* *- Gymnastica: ponto nº 13 (Regra geral dos músculos inferiores)*	08/03/1897		
			Prova oral *- Evoluções militares: ponto nº 06 (Exercicios de armas)*	09/03/1897		
			Prova practica *Gymnastica e Evoluções Militares*	10/03/1897		
		- João Ricardo Letragni	*Provas de arguição* *- Gymnastica: ponto nº 20 (Exercicios de parallelas inclusive ordem gymnastica)* *- Evoluções militares: ponto nº 14 (Fogos diversos)*	11/03/1897		
		- Manoel Ferreira Penna	*Provas de arguição* *- Gymnastica: ponto nº 14 (Dos effeitos dos exercícios gymnasticos sobre o systema muscular)* *- Evoluções militares:ponto nº 02 (Do instrutor e do recruta)*	11/03/1897		
		- Lucas Evangelista do Espírito Santo	*Provas de arguição* *- Gymnastica: ponto nº 11 (Divisão da anatomia)* *- Evoluções Militares: ponto nº 16 (Das marchas com armas)*	11/03/1897		

Acta do concurso de candidatos ao provimento da cadeira da Gymnastica e Evoluções Militares 1897	Sabará	1º lugar: João Ricardo Letragni 2º lugar: Lucas Evangelista do Espírito Santo 3º lugar: Manoel Ferreira Penna			- Dr. Joaquim Aureliano Lepueveda - José Doti - Antonio Martiniano Ferreira	SI 1043 - APM
Actas do exame do concurso à cadeira de Gymnastica e Evoluções Militares da Escola Normal de São João Del Rei	São João Del Rei	- Luis Soares de Magalhães - João Baptista Campos da Cunha	*<u>Prova escripta</u>* *- Gymnastica: ponto nº 04 (Exercicios de apparelhos moveis-massas)*	31/07/1894	- Carlos Sanzio d´Avelar Brotero - Pedro [Muzzi] de Abreu - Antonio Martiniano Ferreira	SI 1062 - APM
		- João Baptista Campos da Cunha	*<u>Prova escripta</u>* *- Evoluções militares: ponto nº 11(Voltas, diminuição e augmento de frente na marcha de cortada)*	01/08/1894		
			<u>Prova oral</u> *- Gymnastica: ponto nº 16 (1º parte practica de Gymnastica, inclusive princípios musculares)*	02/08/1894		
			<u>Prova oral</u> *- Evoluções militares: ponto nº 10 (Ordem aberta a fileiras abertas)*	03/08/1894		
			<u>Provas de arguição</u> *- Gymnastica: ponto nº 12 (Exercícios de escada de cordas)* *- Evoluções militares:ponto nº 17 (Do fogo de [?] e ensarichamento de armas)*	04/08/1894		
			<u>Provas practicas</u> *- Gymnastica: ponto nº 03 (Exercicios de alteris)* *- Evoluções militares: ponto nº 18 (Da formatura de pelotões, secções e divisão)*	05/08/1894		

Fig. 12: Pontos dos Exames de Seleção de Provas para Provimento da Cadeira *Gymnastica* e *Evoluções militares*

PONTOS DOS EXAMES DE SELEÇÃO DE PROVAS PARA PROVIMENTO DA CADEIRA *GYMNASTICA* E *EVOLUÇÕES MILITARES*

Os tópicos apresentados nesse quadro foram construídos, basicamente, a partir de registros encontrados em atas de exames para o provimento da cadeira de *Gymnastica e Evoluções militares* de algumas Escolas Normais em Minas Gerais. Tais documentos descrevem o modo como ocorreram todas as fases do processo de seleção até a aprovação do professor que ocupará a cadeira.

Inicialmente, abria-se um edital informando os prazos para que os candidatos interessados realizassem a inscrição no concurso. Depois, eram agendadas as datas para a realização das provas. Como podemos observar no quadro, na maioria dos concursos os candidatos eram submetidos a quatro provas: oral, escrita, arguição e prática. Importante é destacar a realização de um exame prático nessa seleção. A dimensão do saber fazer se revela como uma exigência entre as competências que o professor dessa cadeira deveria portar. Por que motivos naquele momento essa dimensão é considerada fundamental? Que critérios eram usados para avaliar essa prova? A arguição poderia ser realizada tanto pelos concorrentes quanto pela banca. Geralmente, as bancas examinadoras eram compostas pelos seguintes membros: o diretor da Escola Normal para a qual o candidato prestava concurso, um ex-professor da cadeira de *Gymnastica e Evoluções militares* da mesma escola ou professor de outra Escola Normal, o secretário e o comissário enviados pelo governo. Cada prova era realizada em um dia e havia prazo para a sua finalização.

Com relação aos sujeitos candidatos à cadeira, percebe-se que, em alguns casos, havia candidatura única para o provimento do cargo e em outras escolas a seleção era mais concorrida. Por que motivos ocorriam essas diferenças entre os concursos? Seriam algumas escolas mais "vislumbradas" que outras? Para o concurso de Sabará, por exemplo, houve cinco candidatos inscritos. Já para o concurso de Campanha e Montes Claros apenas um professor concorreu ao cargo. Outra nota importante é a participação de um mesmo candidato em diferentes concursos. Lucas Evangelista do Espírito Santo realizou provas para o provimento da cadeira da Escola de Ouro Preto e também de Sabará. Entretanto, cruzando com outras fontes e a partir do quadro de professores da cadeira *Gymnastica e Evoluções militares* nas Escolas Normais de Minas Gerais entre 1890 e 1898, Lucas Evangelista foi o responsável pela formação de professores nas Escolas de *Arassuahy* e Paracatu. Estando à frente da cadeira nessas instituições, teria ele almejado ocupar o cargo em escolas como de Sabará e Ouro

Preto ou o insucesso nesses exames fez com que buscasse atuar em escolas com seleções menos disputadas? Com relação às escolas, percebe-se que, em alguns casos, o concurso era realizado em local diferente da própria instituição que abria a seleção. Por que o concurso da Escola Normal de Montes Claros foi realizado em Diamantina? Será que a escola não oferecia condições de diversas ordens (estrutural, pessoal) de realizar um concurso? E, caso isso fosse confirmado, como poderia esse espaço oferecer condições para a realização de um curso para formar professores? Outro aspecto relevante diz respeito aos sujeitos examinadores. Quem eram? Que espaços ocupavam? Onde lecionavam? Por que eram considerados referências? Nota-se a presença de Antônio Martiniano Ferreira nos exames para a cadeira nas Escolas de Sabará e São João del-Rei. Ele foi professor de *Gymnastica e Evoluções militares* na Escola Normal de Ouro Preto de 1891 a 1898 e elaborou um compêndio de *Gymnastica* no ano de 1896, que serviu de referência para orientar o ensino dessa cadeira e, por esse motivo, foi adotado pelas demais Escolas Normais. Talvez pela tentativa de ajudar a consolidar o ensino da *Gymnastica* seja através da atuação como docente ou como produtor de um compêndio, a presença de Antônio Martiniano se tornou recorrente em bancas para exames de provimento dessa cadeira.

Observa-se que o provimento da cadeira de *Gymnastica e Evoluções militares* realizado pelas Escolas Normais demandava um longo processo, que se estendia por muitos dias, e que envolvia a participação de diferentes sujeitos, tanto internos quanto externos às instituições. De acordo com o que era cobrado nesses exames, temos indícios de alguns dos saberes que se exigia de um professor de *Gymnastica e Evoluções militares.* Os pontos descritos revelam que conhecimentos eram necessários para se ocupar a cadeira. Podemos nos indagar como esses conhecimentos apareceriam posteriormente na formação dos alunos, futuros professores, nas aulas de *Gymnastica* e *Evoluções militares* nas Escolas Normais e, mais ainda, como alcançaria o ensino primário.

PROFESSORES DE AULAS PRÁTICAS

Escola	Professor da Aula Prática do sexo masculino	Adjunto (a) da Aula Prática do sexo masculino	Professor substituto da Aula Prática do sexo masculino	Professora da Aula Prática do sexo feminino	Adjunta da Aula Prática do sexo feminino	Professora substituta da Aula Prática do sexo feminino	Professora da Aula Prática mista
Escola Normal de Ouro Preto	Luiz Gonçalves Pessanha (data de provimento: 26/08/1891) [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1893 - APM]	D. Alexandrina Nogueira da Conceição [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1894 - APM]		D. Anna Guilhermina Candida de Carvalho (data de provimento: 09/06/1891) [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1893 - APM]	D. Anna Ferreira Guimarães [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1894 - APM]		
		Raymundo Tavares (28/03/1893) [SI 989 - APM]			D. Anna Augusta Guimarães (1893) [SI 989 - APM]		
	João Bueno da Costa Macedo (01/10/1897) [SI 989 - APM]			D. Anna Guilhermina Candida de Carvalho (01/10/1897) [SI 989 - APM]	D. Anna Ferreira Guimarães (01/10/1897) [SI 989 - APM]		
	João Bueno da Costa Macedo [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1906 - APM]			D. Anna Guilhermina Candida de Carvalho (data de provimento: 09/06/1891) [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1906 - APM]			
	João Bueno da Costa Macedo [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1907 - APM]						

Do ensino normal_MIOLO.indd 154 17/8/2015 10:40:30

Escola Normal de Diamantina					D. Maria Josephina de Miranda Andrade (14/12/1889) [SI 917 - APM]		
	José Ferreira de Andrade Brant Junior [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1893 - APM]			D. Bernardina Alves Pereira (data de provimento: 28/10/1889) [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1893 - APM]			
				D. Bernardina Alves Pereira (21/12/1895) [SI^4_2 Cx: 33 Pc: 10 - APM]			
	José Ferreira de Andrade Junior (1895) [SI 915 - APM]	João da Matta Gomes Ribeiro Sobrinho (23/04/1896) [SI 915 - APM]	Sebastião Jorge (22/04/1895) [SI 915 -APM]	D. Aleixina de Figueiredo Queiroga (15/02/1896) [SI 915 - APM]			
				D. Josephina Maria de Araujo (14/09/1896) [SI 915 - APM]			
				D. Josephina Maria de Araujo (nomeada em 31/08/1895) [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1896 - APM]			
				D. Josephina Maria de Araujo (nomeada em 31/08/1895) [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1906 - APM]			
				D. Josephina Maria de Araujo (nomeada em 31/08/1895) [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1907 - APM]			

Escola Normal de Campanha	João Bueno da Costa Macedo (data de provimento: 23/03/1891) [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1893 - APM]			D. Mathilde Xavier Marianno (data de provimento: 23/03/1891) [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1893 - APM]			
	João Gomes da Costa Macedo [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1894 - APM]						
				D. Mathilde Xavier Marianno (data de provimento: 23/03/1891) [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1906 - APM]			
				D. Mathilde Xavier Marianno (data de provimento: 23/03/1891) [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1907 - APM]			
Escola Normal de Juiz de Fóra	João José Alves – [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1894 - APM]			D. Maria Neves Ferreira da Silva – [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1894 - APM]			
	João José Alves – [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1898 - APM]				D. Alexandrina de Santa Cecilia [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1898 - APM]		
	João José Alves (19/03/1900; p. 162 a 164) [SI 949 - APM]			D. Alexandrina de Santa Cecilia (19/03/1900; p. 162 a 164) [SI 949 - APM]			

Escola Normal de Juiz de Fóra							D. Alexandrina de Santa Cecilia – [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1906 - APM]
	João José Alves – [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1907 - APM]						
Escola Normal de Montes Claros	Antonio Teixeira Chaves de Queiroga (data de provimento: 06/03/1891) [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1893 - APM]			D. Christina Vitalina dos Santos Pereira (data de provimento: 06/03/1890) [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1893 - APM]			
	Antonio Teixeira Chaves [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1896 - APM]			D. Christina Vitalina dos Santos [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1896 - APM]			
						D. Luiza Maria Prates (16/05/1896; p. 2) [SI 969 - APM]	
				D. Christina [Histalim] dos Santos (16/05/1896; p. 5) [SI 977 - APM]			
						D. Luiza Maria Prates (16/05/1896; p. 5) [SI 977 - APM]	
				D. Christina [Histalim] dos Santos (16/06/1896; p. 5) [SI 977 - APM]			

Escola Normal de Montes Claros						D. Augusta Canuta Rodrigues Valledo (21/12/1898; p. 6) [SI 969 - APM]	
			Altimo [Ferreira] de Carvalho (02/12/1898; p. 5) [SI 969 - APM]				
				D. Christina Vitalina dos Santos [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1906 - APM]			
	Antonio Teixeira Chaves de Queiroga – [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1907 - APM]						D. Christina Vitalina dos Santos Pereira – [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1907 - APM]
Escola Normal de Sabará	Carlos Alberto Pinto Coelho (data de provimento: 30/01/1891) [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1893 - APM]						

Escola Normal de São João d'El-Rey	João Francisco Chantal (data de provimento: 09/06/1891) [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1893 - APM]			D. Paulina Emilia de Oliveira Horta Cardoso (data de provimento: 27/01/1891) [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1893 - APM]			
				D. Maria Guadalupe (04/07/1897 por 30 dias) [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1898 - APM]	D. Elvira de Oliveira Coelho [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1898 - APM]		
							D. Paulina Emilia de Oliveira Horta Cardoso (data de provimento: 27/01/1891) [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1906 - APM]
							D. Paulina Emilia de Oliveira Horta Cardoso (data de provimento: 27/01/1891) [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1907 - APM]

Escola Normal de Arassuahy				D. Claudia Josephina de Araujo (20/02/1889; p. 18) [SI 897 - APM]			
	Carlos Leopoldo Dayrell Junior [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1894 - APM]			D. Jovina Celestina de Souza [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1894 - APM]			
	Carlos Leopoldo Dayrell Junior (21/02/1894; p. 8) [SI 897 - APM]			Jovina Celestina de Souza (15/02/1894 a 24/10/1894; p. 7) [SI 897 - APM]		D. Arminda Maria de Souza e Silva (04/07/1896; p. 11) [SI 897 - APM]	
				D. Bernardina Alves Pereira (24/03/1896 a 16/06/1896; p. 11) [SI 897 - APM]			
							D. Claudia Josephina de Araujo [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1906 - APM]
Escola Normal de Uberaba	Alfredo Carlos dos Santos (data de provimento: 18/05/1892) [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1893 - APM]			D. Maria Christina da Costa (data de provimento: 07/04/1889) [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1893 - APM]			
	Maximiano Moreira Gonçalves (16/09/1897) [SI^4_2 Cx: 63 Pc: 38 - APM]						
		Albano de Moraes [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1897 - APM]					

Escola Normal de Uberaba							D. Maria Christina da Costa (data de provimento: 07/04/1889) [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1906 - APM]
							D. Maria Christina da Costa (data de provimento: 07/04/1889) [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1907 - APM]
Escola Normal de Paracatú	Réne Lepesqueur (data de provimento: 26/05/1891) [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1893 - APM]			D. Augusta Pimenta Barbosa (data de provimento: 13/12/1890) [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1893 - APM]			
				Maria de Paula Roriz (tomou posse em 18/08/1896) [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1897 - APM]			
Escola Normal de Barbacena	Mario Homero Novaes - [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1897 - APM]			D. Josina Amelia de Lima e Silva [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1897 - APM]			
Escola Normal de Tres Pontas	Padre Francisco de Paula Victor (1893) [SI^4_2 Cx: 72 Pc: 49 - APM]			D. Maria Caetana de Paiva (1893 a 20/03/1897) [SI^4_2 Cx: 72 Pc: 49; MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1898 - APM]			

Do ensino normal_MIOLO.indd 161 17/8/2015 10:40:30

Escola Normal do Serro	Antonio Leão Monteiro de Moura (1898) - [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1898 - APM]			D. Rita de Cassia Ferreira Rabello - [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1898 - APM]			
Escola Normal de Itajubá	Alberto da Silveira Braga [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1898 - APM]			Olga Pereira Fernandes [MINAS GERAIS, Relatório da Secretaria do Interior, 1898 - APM]			

Fig. 13: Professores de aulas práticas

PROFESSORES DA CADEIRA DE *GYMNASTICA*

Ouro Preto	Sabará	Diamantina	Paracatu	Uberaba	São João d'El Rey	Campanha
Antonio Martiniano Ferreira 1893 a 1898 [SI 989 – APM]	Thomé Diniz 1891 a 1893	José da Cunha Valle Laport 1891 [SI 915-APM]	Roberto Wackmuth 1894 a 1895	Jorge Chireé 1894 a 1897 [SI 1090 e S^4_2 Cx: 63 Pc:-38-APM]	José Furtado da Silva 1894 [SI 1055 e S^4_2 Cx: 13 Pc: 23-APM]	Julio Bueno 1894 a 1898
	Manoel Ferreira Penna 1897 [SI 1027 e SI 1041 – APM]	Manoel de Menezes 1892 [SI915-APM]	Padre José Vieira da Silva 1896 a 1897	Alberto Parton 1897 a 1898 [SI 1090 e S^4_2 Cx: 63 Pc:-38-APM]	João Baptista Campos da Cunha 1894 a 1899 [SI 1055 – APM]	
		Americo Diamantino da Costa França 1892 a 1898 [SI915-APM]	Lucas Evangelista do Espirito Santo 1897 a 1898			

Montes Claros	Juiz de Fora	Arassuahy	Itajubá	Serro	Sete Lagoas	Escola Normal Modelo da Capital (Belo Horizonte)
João dos Anjos Fróes 1894 a 1898 [SI 696 – APM]	Raymundo Tavares 1895 e 1897 [SI 949, SI 958 e S^4_2 Cx: 45 Pc:20-APM]	Lucas Evangelista do Espirito Santo 1893 a 1895 [SI 897 e SI 1090 e S^4_2 Cx: 72 Pc:-03-APM]	Jorge Tiberiça Boucherville 1897 - 1898	Fernando Victor 1897 - 1898	Luiz Baptista Teixeira 1897 - 1898	Aurelia Olyntho 1911 a 1916
	Azarias Vaz Ferreira 1896 a 1897 [SI 949 – APM]	Paulino Pereira da Silva 1895				Alinda Celeste Moraes 1916
	Antonio da Cunha Figueiredo 1898 [SI 950-APM]	Carlos Leopoldo Dayrell Junior 1895 a 1896				Lucia Joviano 1917 a 1924
		Mancio Marcenilio Varjão 1896 a 1897 [SI 897-APM]				Anna Luisa de Araújo 1924
		João Nepomuceno Alves Figueiró 1897 a 1899 [SI 897-APM]				

Fig. 14: professores da cadeira de *Gymnastica* e *Evoluções militares*

PROFESSORES DE AULAS PRÁTICAS E DA CADEIRA DE *GYMNASTICA* E *EVOLUÇÕES MILITARES*

Os dados encontrados nos estimulam a pensar sobre a trajetória de professores e professoras, os múltiplos lugares que ocuparam e transitaram. Essa sistematização nos permite dizer que, embora existisse a dificuldade em se trabalhar com a *Gymnastica* – seja em relação à falta de espaço adequado ou à falta de material, problemas esses apontados frequentemente pelos diretores das Escolas Normais em seus relatórios –, esse fato não impedia a inclusão da *Gymnastica* nos programas de ensino. Ou seja, a *Gymnastica* estava, sim, sendo gradativamente escolarizada nas e pelas Escolas Normais, o que pode ser atestado pela presença dos professores nas escolas.

Buscar conhecer os professores que ajudaram a constituir a cadeira de *Gymnastica* nas Escolas Normais em Minas Gerais, seja nas instituições onde lecionaram, seja nas escolas em que se formaram, em suas idas e vindas, nas relações estabelecidas com outros sujeitos significa conferir relevância ao papel do professor como mediador do processo de materialização dos programas de uma disciplina. Podemos ainda fazer referência ao papel central do professor de acordo com o que estudos sobre o currículo denominam de currículo real, compreendido como aquilo que se materializa na relação entre alunos, professores e comunidade escolar. Nas tabelas acima podemos ainda destacar a forte relação entre gêneros. Por exemplo, a cadeira de *Gymnastica*, uma vez sendo ofertada apenas para os rapazes, tinha somente professores homens. Isso se altera em 1911, quando aparece a primeira professora de *Gymnastica*, Aurelia Olyntho, na Escola Normal Modelo da Capital, instituição que só recebia alunas.

CORRESPONDÊNCIAS*

Escola	Documento	Data	Emissor	Destinatário	Assunto	Localização
Escola Normal de Montes Claros	*Registro da Correspondencia 1895 – 1904*	15 de julho de 1896	Diretor da escola Carlos Sá Junior	Juiz do Distrito da comarca – Alfredo Abdau de Loyola	Informações sobre a data de um concurso para provimento da cadeira de *Gymnastica* da Escola Normal de Arassuahy realizado nessa escola	SI 977 (pg. 6) - APM
		6 de agosto de 1896	Diretor da escola Carlos Sá Junior	Secretário do Interior – Henrique Diniz	Gastos despendidos com o provimento da cadeira de *Gymnastica* da Escola Normal de Arassuahy realizado nessa escola	
Escola Normal de Sabará	*Extincta Escola Normal de Sabará Registro da correspondencia official 1892-1904*	27 de janeiro de 1892	Francisco Antunes de Siqueira	Inspetor geral	Solicitação para que se nomeie um professor de *Gymnastica*	SI 1029 (pg. 1) - APM
		11 de abril de 1894	Diretor da escola Joaquim Aureliano Lepulveda	Secretário do Interior	Anuncio de um concurso da cadeira de *Gymnastica* e Evoluções Militares	SI 1029 (pg. 17) - APM
		14 de abril de 1894	Diretor da escola Joaquim Aureliano Lepulveda	Secretário do Interior	Data da posse do professor interino da cadeira de *Gymnastica* e Evoluções Militares	
		16 de novembro de 1896	Diretor da escola Joaquim Aureliano Lepulveda	Secretário do Interior	Professor de *Gymnastica* que abandonou suas funções	SI 1029 (pg. 25) - APM
		15 de julho de 1896	Diretor da escola Joaquim Aureliano Lepulveda	Secretário do Interior	Professor de *Gymnastica* e Evoluções Militares pede remoção para igual cadeira da Escola Normal de Juiz de Fóra	SI 1029 (pg. 28) - APM
		2 de dezembro de 1895	Diretor da escola Joaquim Aureliano Lepulveda	Secretário do Interior	Informações sobre atitudes tomadas pelo professor da cadeira de *Gymnastica* e Evoluções Militares	SI 1029 (pg. 25) - APM
		2 de março de 1896	Diretor da escola Joaquim Aureliano Lepulveda	Secretário do Interior	Reclamações sobre professor da cadeira de *Gymnastica* e Evoluções Militares	SI 1029 (pg. 26) - APM
		16 de março de 1896	Diretor da escola Joaquim Aureliano Lepulveda	Secretário do Interior	Explicações sobre faltas que andou tendo o professor da cadeira de *Gymnastica* e Evoluções Militares	
		27 de março de 1896	Diretor da escola Joaquim Aureliano Lepulveda	Secretário do Interior	Solicitação de professor substituto para a cadeira de *Gymnastica*, uma vez que o proprietário falta muito ao trabalho	

Escola Normal de Sabará	*Extincta Escola Normal de Sabará Registro da correspondencia official*	15 de maio de 1896	Diretor da escola – Joaquim Aureliano Lepulveda	Secretário do Interior	Professor da cadeira de *Gymnastica* pedindo para reassumir o seu cargo	SI 1029 (pg. 28) - APM
		1892-1904	Diretor da escola Joaquim Aureliano Lepulveda	Secretário do Interior	Licença concedida ao professor de *Gymnastica*	SI 1029 (pg. 29) - APM
		30 de setembro de 1896	Diretor da escola Joaquim Aureliano Lepulveda	Secretário do Interior	Pedido para que se construa um pavilhão para as aulas de *Gymnastica*	SI 1029 (pg. 29 e 30) - APM
Escola Normal Modelo da Capital	*Correspondencia expedida 1907 – 1911*	14 de dezembro de 1910	José Dantas (Engenheiro da Secretaria do Interior)	Secretário do Interior	Alterações feitas durante a construção de um galpão de ginástica atendendo às exigências do diretor e professores da escola	SI 3322 - APM
		5 de agosto de 1910	Diretor da escola Aurelio Pires	Secretário do Interior	Comunicado informando que Aurelia Olyntho exerce suas funções como professora da cadeira de *Gymnastica* desde 20 de julho de 1910	
		Julho de 1910	Diretor da escola Aurelio Pires	Secretário do Interior	Comunicado sobre a solicitação de afastamento da professora de *Gymnastica*, Aurelia Olyntho, para tratamento de saúde e diretor alega que tal afastamento não será problema visto que não há um horário específico nem um espaço adequado para a realização das aulas	
		24 de setembro de 1910	Aurelia Olyntho	Secretário do Interior	A professora da cadeira de *Gymnastica* solicita uma licença para tratamento de saúde, sem que haja prejuízo de seus honorários, uma vez que seu afastamento não trará problemas à escola, visto que não há um horário específico nem um espaço adequado para a realização de suas aulas	
		27 de setembro de 1910	Diretor substituto	Secretário do Interior	Informa sobre o afastamento da professora Aurelia Olyntho e afirma que a mesma reassumirá seu cargo em 9 de novembro de 1910	
		28 de novembro de 1910	Escola Normal Modelo da Capital	Secretário do Interior	A Secretaria do Interior autorizou o afastamento da professora de *Gymnastica*, mas ela deverá retomar suas atividades na data prevista (9 de novembro)	
		7 de dezembro de 1910		Secretário do Interior	Comunicado informando que o orçamento previsto para a construção do galpão de ginástica excedeu o que havia sido previsto, desse modo, o engenheiro responsável, José Dantas, deve prestar contas à Secretaria do Interior	
		5 de agosto de 1910	Diretor da escola	Secretário do Interior	Comunicado informando a data que a professora Aurelia Olyntho assumiu a cadeira de *Gymnastica*	Pg. 113 / Instituto de Educação

Do ensino normal_MIOLO.indd 166 17/8/2015 10:40:31

Escola Normal Modelo da Capital	*Correspondencia expedida*	6 de maio de 1911	Diretor da escola – Cipriano de Carvalho	Secretário do Interior	Informações sobre o pagamento dos funcionários da escola e sobre a licença concedida à professora de *Gymnastica,* Aurelia Olyntho	Pg. 193 / Instituto de Educação
		1907 – 1911	Diretor da escola – Cipriano de Carvalho	Secretário do Interior	Comunicado informando que a professora Aurelia Olyntho foi nomeada para substituir a professora da cadeira de *musica*, D. Branca Thereza de Carvalho Vasconcellus, em seu período de licença para tratamento de saúde	Pg. 198 / Instituto de Educação
	Correspondencia expedida 1914 - 1917	31 de maio de 1915	Diretor da escola	Secretário do Interior	Solicitação de pagamento à professora Alexandrina de Santa Cecilia que substituiu a professora de *Gymnastica,* Aurelia Olyntho que estava em tratamento de saúde	Pg. 45 / Instituto de Edicação
		30 de junho de 1915	Diretor da escola – Arthur Joviano	Secretário do Interior	Solicitação de pagamento à professora Aida Celeste Moraes que substituiu a professora de *Gymnastica,* Aurelia Olyntho que estava em tratamento de saúde	Pg. 50 / Instituto de Educação
		22 de novembro de 1916	Diretor da escola	Secretário do Interior	Solicitação de mais seis meses de licença para a professora de *Gymnastica* para que mesma possa continuar tratando de sua saúde	Pg. 172 / Instituto de Educação
		29 de novembro de 1916	Diretor da escola – Arthur Joviano	Secretário do Interior	Indicação de Lucia Joviano para substituir Aurelia Olyntho durante os seis meses de licença que a ela foram concedidos	Pg. 178 / Instituto de Educação
		30 de abril de 1917	Diretor da escola – Arthur Joviano	Secretário do Interior	Nomeação de Lucia Joviano para substituir Aurelia Olyntho, professora da cadeira de *Gymnastica*, por trinta dias (há indicação dos vencimentos)	Pg. 250 / Instituto de Educação
		9 de junho de 1917	Diretor da escola – Arthur Joviano	Secretário do Interior	Solicitação de pagamento à professora Lucia Joviano pela regência da cadeira de *Gymnastica*, substituindo a professora Aurelia Olyntho	Pg. 253 / Instituto de Educação
		12 de junho de 1917	Diretor da escola – Arthur Joviano	Secretário do Interior	Solicitação de licença para a professora de *Gymnastica*, Aurelia Olyntho, por um ano para tratamento de negócios	Pg. 258 / Instituto de Educação
		2 de julho de 1917	Diretor da escola – Arthur Joviano	Secretário do Interior	Indicação de Lucia Joviano para substituir Aurelia Olyntho, professora da cadeira de *Gymnastica,* que ficará de licença por um ano	Pg. 261 / Instituto de Educação
		12 de julho de 1917	Diretor da escola – Arthur Joviano	Secretário do Interior	Solicitação de pagamento a professora Lucia Joviano por ter substituído Aurelia Olyntho durante o mês de junho	Pg. 265 / Instituto de Educação
	Correspondencia expedida 1926 - 1928	28 de abril de 1928	Diretor da escola – Edgar Renault Coelho	Secretário do Interior	Comunicado informando que a professora de *Educação physica* esteve em exercício de seu cargo durante todo o ano letivo e não solicitou nenhuma licença durante esse período	3ª correspondência / Instituto de Educação

Escola Normal Modelo da Capital	*Correspondencia expedida 1926 - 1928*	31 de maio de 1928	Diretor da escola – Edgar Renault Coelho	Secretário do Interior	Designação da professora D. Maria Zenolia Corrêa Rabelo para substituir a professora de *Educação physica,* D. Anna Luisa de Araujo, do dia 8 ao dia 31 de maio	Pg. 194 / Instituto de Educação
	Correspondencia expedida 1928	31 de dezembro de 1928	Diretor da escola	Secretário do Interior	Pedido de uma quantia em dinheiro que será repassada a José Rich pelo seu trabalho de conservação dos campos de *Educação physica* e jardins internos da escola	2ª correspondência / Instituto de Educação
		30 de novembro de 1928	Diretor da escola	Secretário do Interior		8ª correspondência / Instituto de Educação
		28 de novembro de 1928	Diretor da escola	Secretário do Interior		11ª correspondência / Instituto de Educação
		11 de junho de 1928	Diretor da escola	Secretário do Interior		63ª correspondência / Instituto de Educação
		11 de julho de 1928	Diretor da escola	Secretário do Interior		88ª correspondência / Instituto de Educação
		25 de abril de 1928	Diretor da escola	Secretário do Interior	Comunicado atestando que Julio Steimnek cumpriu seus deveres de conservador do jardim e dos campos de jogos da escola	134ª correspondência / Instituto de Educação
		30 de abril de 1928	Diretor da escola	Secretário do Interior		153ª correspondência / Instituto de Educação
		26 de julho de 1928	Diretor da escola	Secretário do Interior	Anna Luisa de Araujo, professora de *Educação physica,* pede prorrogação de sua licença	61ª correspondência / Instituto de Educação

Do ensino normal_MIOLO.indd 168 17/8/2015 10:40:31

Escola Normal Modelo da Capital		8 de novembro de 1928	Diretor da escola	Secretário do Interior	Solicitação de pagamento de ordenado a D. Helena Versiani Velloso que substituiu a professora de *Educação physica,* Anna Luisa de Araujo	17ª correspondência / Instituto de Educação
		25 de outubro de 1928	Diretor da escola	Secretário do Interior		23ª correspondência / Instituto de Educação
		17 de outubro de 1928	Diretor da escola	Secretário do Interior		27ª correspondência / Instituto de Educação
		1 de agosto de 1928	Diretor da escola	Secretário do Interior		55ª correspondência / Instituto de Educação
		30 de abril de 1928	Diretor da escola	Secretário do Interior		136ª correspondência / Instituto de Educação
		13 de julho de 1928	Diretor da escola	Secretário do Interior	Solicitação de pagamento de ordenado a D. Maria Zenolia Correa Rabello que substituiu a professora de *Educação physica,* Anna Luisa de Araujo	62ª correspondência / Instituto de Educação
		13 de junho de 1928	Diretor da escola	Secretário do Interior		85ª correspondência / Instituto de Educação
	Correspondencia expedida 1931	11 de agosto de 1931	Diretor da escola – Edgar Renault Coelho	Secretário da Educação e Saúde Pública	Solicitação da professora da cadeira de *Educação physica,* D. Zembla Soares de Sá, para a compra de 50 pares de massas indianas para o exercício de *gymnastica*	Sem paginação / Instituto de Educação
	Correspondencia recebida 1932	17 de outubro de 1932	Diretor da escola – Edgar Renault Coelho	Secretário da Educação e Saúde Pública	Pedido de restauração de um piano que é utilizado nas aulas de ginástica	89ª correspondência / Instituto de Educação

Fig. 15: Correspondências

*Os dados da tabela que aparecem sem a localização no APM são frutos dos cruzamentos de diversos documentos localizados no Fundo da Secretaria do Interior [SI] no período de 1890 a 1920.

Do ensino normal_MIOLO.indd 169 17/8/2015 10:40:31

CORRESPONDÊNCIAS

As correspondências expedidas e recebidas pelas diferentes escolas normais de Minas Gerais localizadas nos arquivos são documentos que oferecem vestígios importantes, seja sobre o cotidiano da escola e suas práticas, seja sobre os diferentes sujeitos que agem no universo escolar, seja sobre questões específicas da cadeira de *Gymnastica.*

O conjunto localizado permite, por exemplo, afirmar as datas de concurso, de admissão, de posse dos professores, e, na maioria das vezes, quem são os docentes da cadeira de *Gymnastica* de diferentes escolas. Cruzando com outras fontes, conseguimos mapear o conjunto de professores que esteve numa dada instituição, seus substitutos, e inclusive perceber que, muitas vezes, estes eram alunos da escola ou constituíam o corpo administrativo. Será tarefa do pesquisador investigar os motivos pelos quais essas substituições aconteciam e por quais critérios determinados alunos eram indicados para serem professores substitutos.

Considerando a importância que o professor tem na constituição da disciplina escolar, rastrear o período em que lecionou na escola, os períodos em que licenciou-se, os motivos de seu afastamento, suas condutas etc., parece ser uma fundamental chave para a compreensão de como a Educação Física veio se configurando na instituição escolar.

Saber, por esses documentos, que o professor exibia uma conduta duvidosa, que era ausente, que sobre ele recaíam muitas reclamações, pode ajudar ao pesquisador interrogar sobre como, pouco a pouco, foi se constituindo representações acerca do professor de educação física.

Outros dados relevantes que se pode inferir das correspondências, são os materiais utilizados nas aulas de *Gymnastica*, os gastos para construção e manutenção dos espaços dessa cadeira, e mesmo perceber como os materiais de aula dão a ver as práticas que aconteciam e suas orientações teóricas. Por exemplo, um piano nas aulas de *Gymnastica* revela um fazer muito específico, datado, singular.

Aqui vamos destacar, a partir das fontes acima descritas, a presença da professora de ginástica Aurelia Olyntho na Escola Normal Modelo da Capital. Sua trajetória e sua passagem nessa instituição revelam muito do que pode ter sido a preocupação com a legitimação da *Gymnastica* no espaço escolar.

A professora tomou posse de seu cargo em 20 de julho de 1910[110] e, embora isso possa indicar que a partir daí tenha se dado a presença regular de aulas específicas desse conteúdo para normalistas, a leitura de outros documentos nos indica o longo processo de enraizamento dessa prática.

Parece-nos revelador que a professora tenha solicitado afastamento para tratamento de saúde em tão pouco tempo.[111] Chama-nos atenção as justificativas apresentadas tanto pelo diretor da Escola à Secretaria do Interior, como da própria professora, para a concessão da licença: a ausência de um "cômodo" e de um horário determinado para as aulas de ginástica. Ou seja, ainda que a Escola Normal Modelo da Capital tivesse uma professora e uma legislação que determinava a obrigatoriedade dessa disciplina, não estava consolidado o tempo e o espaço para tal fim, de forma que era dispensável a presença da professora.

Sobre essa questão, mesmo que alguns documentos indiquem a previsão de um galpão para *Gymnastica*, a compra de material didático para essa matéria, desde os primeiros anos de funcionamento da escola, a concretização do ensino da *Gymnastica* não se dá imediatamente. Fato que pode gerar diversos questionamentos: era o ensino da *Gymnastica* prioridade para a formação das professoras? Carregava esse ensino práticas consonantes com os valores e costumes da instituição?

[110] Carta do diretor Aurélio Pires enviada à Secretaria do Interior, em 5 de agosto de 1910, comunicando que a professora Aurélia Olyntho está de posse de seu cargo desde 20 de julho de 1910.

[111] Carta da professora Aurelia Olyntho enviada ao Secretario do Interior de Minas Gerais Delphin Moreira, em 24 de setembro de 1910, solicitando o afastamento de seu cargo, para tratamento de saúde, sem o prejuízo de seus honorários. A professora considera que, devido a ausência de um "cômodo" e de um horário determinado para as aulas de ginástica, sua ausência não será problemática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Milton José de. *Prefácio*. In: SOARES, Carmen Lúcia. *Imagens da Educação no corpo*: estudo a partir da ginástica francesa no século XIX. 2. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2002.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Disciplinas escolares*: história e pesquisa. In: TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio; RANZI, Serlei Maria Fischer. (Orgs.). *História das Disciplinas Escolares no Brasil*: contribuições para o debate. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2003.

BORGES, Alexsandra; TURCI, Deolinda Armani; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Currículos e saberes docentes nas Escolas Normais em Minas Gerais. In: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS. 10 ANOS − BALANÇOS E PERSPECTIVAS DA PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 6., 2011, Viçosa. *Anais*. Disponível em: <http://www.cch.ufv.br/copehe/trabalhos/ind/Alexsandra.pdf>. Acesso em: 12 março 2012.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos Pardieiros aos Palácios*: forma e cultura escolares em Belo Horizonte (1906/1918). Passo Fundo: UPF, 2000.

_____. Cultura escolar e cultura urbana: perspectivas de pesquisa em história. In: XAVIER, Libânia Nacif *et al.* (Org.). *Escola, culturas e saberes*. Rio de Janeiro: FGV, 2005a. p. 29-37.

_____. *et. al.* (Orgs.). A história da feminização do magistério no Brasil: balanço e perspectivas de pesquisa. In: PEIXOTO, Ana Maria Casasanta; PASSOS, Mauro Passos (Orgs.). *A escola e seus atores. Educação e profissão docente.* Belo Horizonte: Autêntica, 2005b. v. 1, p. 53-87.

_____. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: _____. (Org.). *Educação, modernidade e civilização*: fontes e perspectivas de análises para a história da Educação oitocentista. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 89-125.

FERNANDES, Gyna de Ávila. *Competente sportswoman e dedicada professora*: Lucia Joviano e *Gymnastica* no ensino normal (1910-1932). 2013. 127 f. Dissertação (Mestrado em História da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

FONTANA, Roseli A. Cação. O corpo aprendiz. In: CARVALHO, Y. M.; RUBIO, K. (Orgs.). *Educação Física e Ciências Humanas*. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 41-52.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. *Território plural.* 1. ed. São Paulo: Ática, 2010. 112 p.

GONÇALVES, Irlen Antônio; FUNDAÇÃO MINEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Cultura escolar*: práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais: 1891-1918. Belo Horizonte: Autêntica; FUMEC/Faculdade de Ciências Humanas, 2006. p. 196.

GOODSON, Ivor. *Historia del curriculum*. Barcelona: Pomares-Corredor, 1995.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. A construção de um projeto de formação de professores – As escolas normais mineiras no período imperial. In: LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães *et al.* (Orgs.). *História da Educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002. v. 1, p. 260-264.

GOUVEIA, Aparecida Joly. *Professoras de amanhã*: um estudo de escolha ocupacional. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1970.

GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HAMILTON, David. Notas de lugar nenhum: sobre os primórdios da escolarização moderna. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 1, p. 45-73, 2001.

LINHALES, Meily Assbú. *A escola e o esporte*: uma história de práticas culturais. São Paulo: Cortez, 2009.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. [O que você precisa saber sobre]. 120 p.

MENESES, Adélia Bezerra de. Do poder da palavra. *Folha de S.Paulo*, 29 jan. 1988. Folhetim.

MORENO, Andrea; VAGO, Tarcísio Mauro. Inventando maneiras de fazer: uma experiência de construção de um catálogo de fontes para pesquisas sobre educação dos

corpos em Belo Horizonte (1891-1930). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2008, Aracaju. *Anais: O ensino e a pesquisa em História da Educação*. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2008. v. 1. p. 1-11.

MORENO, Andrea; SEGANTINI, Verona Campos. Aparato legal e educação do corpo: prescrição de comportamentos e circulação de ideias – investigação sobre os investimentos no corpo em Belo Horizonte (1891-1930). In: GOELLNER, Silvana Vilodre; JAEGER, A. (Orgs.). *Garimpando memórias*: esporte, educação física, lazer e dança. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. v. 1, p. 75-88.

MORENO, Andrea; SEGANTINI, Verona Campos. La gimnasia y los ejercicios físicos en la formación de profesoras y en la enseñanza primaria: elementos para comprender el enraizamiento y formación de la educación física escolar (Belo Horizonte, 1906-1920). In: SHARAGRODSKY, Pablo *et. al. La invención del "homo gymnasticus"*: fragmentos históricos sobre la educación de los cuerpos en movimiento en occidente..; Compilado por Pablo Sharagrosdky. 1. ed. – Buenos Aires: Prometeo Libros, 2011.

MORENO, Andrea; FERNANDES, Gyna de Ávila. A própria mulher nada terá a temer do uso do Sport: Lucia Joviano e a presença dos jogos atléticos na formação de professoras (Escola Normal Modelo da Capital, Belo Horizonte, 1916-1924). In: CUNHA Jr., C. F. F. da (Org.). *Histórias e Memórias do Esporte em Minas Gerais.* Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2011. p. 121-157.

NASCIMENTO, Cecília Vieira do Nascimento. *Caminhos da docência:* trajetórias de mulheres professoras em Sabará – Minas Gerais (1830-1904). 2011. 231 f. Tese (Doutorado em História da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

OLIVEIRA, Flávia Couto e Silva de. Da meia-luz dos instintos à plena claridade da inteligência: a escolarização da música em Minas Gerais (1920-1930). In: VAGO, Tarcísio Mauro; OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de (Orgs.). *Histórias de Práticas Educativas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

RODRIGUES, Marilita A. A. *Constituição e enraizamento do esporte na cidade*: uma prática moderna de lazer na cultura urbana de Belo Horizonte (1894-1920). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

ROMÃO, Anna Luiza Ferreira Romão. *Inventariando e problematizando o ensino normal e a cadeira de Gymnastica em Minas Gerais (1890-1920).* 2012. 213 f. Monografia (Graduação em Educação Física) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

ROSA, Walquíria Miranda. *Instrução Pública e Profissão Docente em Minas Gerais (1825-1852)*. 2001. 172 f. Dissertação (Mestrado em História da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*, n. 14, p. 61-88, maio-ago. 2000.

VAGO, Tarcísio Mauro. A escolarização da gymnastica nas escolas normais de Minas Gerais – 1883/1918. In: FERREIRA NETO, Amarílio (Org.). *Pesquisa histórica na educação física*. Vitória: Editora da UFES, 1997. v. 2.

_____. *Cultura escolar, cultivo de corpos*: educação physica e gymnastica como práticas constitutivas de corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920). Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002.

_____. *Histórias de Educação Física na escola*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010a. 200 p.

_____. A escolarização da ginástica/Educação Física em Escolas Normais de Minas Gerais (1883-1918). In: VAGO, Tarcísio Mauro. *Histórias de Educação Física na escola.* Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010b. p. 105-126.

VEIGA, Cynthia Greive. Educação estética para o povo. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira Lopes; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 397- 422.

_____. *Cidadania e educação na trama da cidade*: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 33, p. 7-48, 2001.

PARTE 2

FONTES PARA HISTÓRIAS DE EDUCAÇÃO E DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO NORTE-NORDESTE DE MINAS GERAIS (1900-1940)

Tarcísio Mauro Vago

Equipe de Pesquisa:
Elisângela Chaves
Flávia Gonçalves
Flávio César Freitas Vieira
Georgino Jorge de Souza Neto
Luciano Pereira da Silva

1. VEREDAS DO SERTÃO DE MINAS, TERRITÓRIO INÉDITO DE PESQUISA

Apresentamos a seguir alguns documentos reunidos com base na "Histórias de Educação Física na cultura escolar: investigações sobre a escolarização da disciplina no norte-nordeste de Minas Gerais (1900-1940)", realizada de 2011 a 2013, sob minha coordenação, com financiamento do CNPq (Edital 07/2011), no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação (GEPHE),[1] da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FaE-UFMG), ao qual está vinculado academicamente o Centro de Memória da Educação Física (CEMEF),[2] da Escola de Educação Física da UFMG.

Uma das contribuições mais significativas da realização desta pesquisa foi o envolvimento e o fortalecimento de dois grupos de estudos em História da Educação em universidades da região norte-nordeste de Minas Gerais: o primeiro, da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES; e, o outro, o Grupo de Estudos e

[1] O GEPHE – Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, da FaE-UFMG –, criado em 1998, organiza-se com base na produção e socialização do conhecimento em história da educação. Está vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação, desenvolvendo pesquisas, dissertações e teses. Promove eventos acadêmicos voltados para a investigação da história da educação em seus diversos contextos, momentos históricos e espaços de constituição. Tem uma perspectiva de trabalho interdisciplinar, com o envolvimento de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento e instituições, em interlocução com centros de pesquisa nacionais e internacionais. Sua produção tem se materializado na publicação de artigos em revistas acadêmicas brasileiras e estrangeiras, capítulos e livros, organização de eventos e formação de pesquisadores voltados para a temática. O Grupo congrega pesquisadores em diferentes momentos de formação acadêmica: alunos da graduação, graduados, mestrandos, mestres, doutorandos e doutores, de diversas instituições mineiras. O GEPHE conta com o apoio financeiro do CNPq, da CAPES, da FAPEMIG e da UFMG.

[2] O Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (CEMEF) foi criado em 2001, vinculado ao Departamento de Educação Física da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG, onde está sua sede própria. Seu propósito é o de recuperação, preservação, pesquisa e divulgação de documentos históricos da área de Educação Física. Reúne professores e estudantes envolvidos com investigações históricas sobre Educação Física, Esporte e Lazer.

Pesquisas em História da Educação – GEPHE-VALES, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, em Diamantina e Teófilo Otoni. Assim, os professores responsáveis foram:

Da UNIMONTES:

- Elisângela Chaves – Doutora em Educação pela UFMG.
- Luciano Pereira da Silva – Doutor em Educação pela UFMG.
- Georgino Jorge de Souza Neto – Mestre em Lazer pela UFMG.

Da UFVJM:

- Flávia Gonçalves – Professora da UFVJM.
- Flávio César Freitas Vieira – Professor da UFVJM.

Os pesquisadores contaram com o auxílio de estudantes de cursos de graduação (em Educação Física, História e Pedagogia), para os quais foram destinadas bolsas de iniciação científica obtidas nas universidades envolvidas, e por meio de projetos financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG).

A pesquisa continuou e expandiu esforços de investigação que desde 1999 realizamos e orientamos, dedicadas a acompanhar e a compreender movimentos de escolarização da *gymnastica* – movimentos diversos, mas também singulares, que na longa duração produziram e constituíram a Educação Física como disciplina escolar. Empreendimento que exigiu problematizar o período que contempla a transição dos regimes Monarquia-República, estendendo-se das últimas décadas do Oitocentos até a primeira metade do Novecentos. Pois que foi no transcurso desse tempo social, em toda a sua miríade de eventos políticos, culturais e econômicos, que a Educação Física enraizou-se e afirmou-se nos programas escolares. E para tal afirmação foram decisivos tantos os ordenamentos legais que a prescrevem e a tornaram obrigatória, como as representações postas em circulação, as práticas mobilizadas e os usos feitos em seu nome nos espaços escolares. Encontrar vestígios desse movimento e procurar uma interpretação plausível para eles foi o que sempre nos interessou.

Inicialmente, tais pesquisas concentraram-se em Belo Horizonte, a planejada Capital do Estado de Minas Gerais, vitrina da República.[3] Depois, expandiram-se

[3] Cf. VAGO, 2002; 2010.

para o Município da Corte que foi também a primeira Capital da República, o Rio de Janeiro.[4] E agora, com esta pesquisa, espraia-se para algumas das muitas veredas do sertão, contemplando cinco cidades do norte e do nordeste de Minas Gerais: Araçuaí, Diamantina e Serro (no Vale do Jequitinhonha), Montes Claros (no norte) e Teófilo Otoni (no nordeste).

Com efeito, depois de duas capitais, era momento de expandir nossas fronteiras de investigação para um novo território, ainda pouco explorado por pesquisas em história da educação,[5] especialmente em histórias escolares de Educação Física. Na singularidade da região do norte-nordeste de Minas Gerais procuramos acompanhar processos de afirmação social da escola, o que nos possibilita examinar circunstâncias nas quais a Educação Física foi também prescrita como prática escolar. O desafio, ainda e sempre aberto, é o de flagrar, na singularidade desse tempo-lugar, as pretensões a um "cultivo dos corpos" de crianças tornadas alunas.

Território inédito, mas sabidamente de muitos contrastes: foi uma das regiões que mais ofereceram riquezas à Colônia e ao Império, com sua opulência econômica, mas que atravessou o Novecentos com o estigma da pobreza, da miséria e do atraso.

De um lado, riqueza de seu subsolo, de seu patrimônio histórico e cultural, referência para Minas Gerais e para o Brasil. De outro, pobreza extrema na qual pelo

[4] Um dos trabalhos que resultaram de pesquisas no Rio de Janeiro é *Imagens de educação physica da infância: o acervo Augusto Malta (Rio de Janeiro, 1903-1936)*, apresentado no XI Congreso Iberoamericano de Historia de La Educación Latinoamericana, realizado em Toluca, México, de 6 a 9 de maio de 2014, no Painel "Cultura Física y educación física: actores, instituciones, discursos y políticas". O texto apresentado integra o livro organizado por Lucía Martínez Moctezuma: *Formando el cuerpo del ciudadano. Notas para una historia de la educación física en Latinoamérica*. México: Universidad Autónoma del Estado de Morelos, Instituto del Deporte y Cultura Física del Estado de Morelos, CONACyT, 2015. (Cf. VAGO, 2015).

[5] É preciso aqui reconhecer e registrar a importante pesquisa "Educação, saúde e arquitetura nos Grupos Escolares Norte-Mineiros: ideários de novos espaços e sujeitos (1906 a 1937)", desenvolvida por um grupo de professores e estudantes da Universidade de Montes Claros (UNIMONTES), sob orientação da Professora Dra. Sarah Jane Alves Durães, da qual resultou a publicação, em 2009, do livro *A Escola como lugar: Grupos Escolares no Norte de Minas Gerais (1909-1937)*, pela Editora UNIMONTES. Trata-se de um estudo histórico sobre a implantação dos primeiros grupos escolares no norte mineiro, após a reforma do ensino promovida pelo Governo João Pinheiro, a partir de 1906, contemplando as cidades de Montes Claros, Bocaiuva, São Francisco e Francisco Sá. Tal pesquisa integrou um projeto mais amplo, com o título "Escolarização, Cultura e Práticas Escolares: investigações sobre o processo de escolarização e a instituição do campo pedagógico em Minas Gerais (1750-1950)", e contou também com participação de grupos de pesquisa da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e da UFMG, sob coordenação geral do professor Luciano Mendes de Faria Filho, do GEPHE/FaE/UFMG, e financiamento do CNPq e da FAPEMIG.

menos desde o declínio da exploração mineradora vive grande parte de sua população. (Os chamados Vales do Rio Jequitinhonha e do Rio Mucuri, ambos localizados naquela região, são hoje considerados os de maiores índices de pobreza de Minas Gerais.)

Ora, justamente por isso, era território potencialmente exemplar para indagar os movimentos de afirmação social da escola e de escolarização da infância – as infâncias de um Brasil dos sertões das Minas Gerais. E para procurar, então, vestígios de práticas de educação de seus corpos.

Sobre os corpos infantis levados à escola recaíram investimentos diversos: assim, por exemplo, a reforma do ensino primário e normal de 1906 em Minas Gerais[6] constituiu a escola como lugar de "instruir, educar e dar uma profissão" a um povo considerado "bárbaro" para torná-lo então "civilizado", realizando uma "verdadeira revolução dos costumes",[7] tomando especialmente a infância como objeto de intervenção. E, para tanto, entre outros, um desejo de corrigir e endireitar seus corpos para imprimir na carne atributos de "eficiência" e de "eficácia" – considerados indispensáveis ao país para ingresso em um virtuoso ciclo de progresso, ainda tão distante quanto almejado. Inventar modos novos de existência, de convivência, enfim, foi uma das tantas expectativas depositadas na nova forma escolar emergente.

As escolas parecem ter sido postas em disputa pelos corpos das crianças, especialmente das crianças pobres. Disputas com (ou contra) a família. A Igreja. A rua. Conquistar seus corpos, um desafio. Escolarizar seus corpos. Esculpir seus corpos. A "vida moderna" exigia. Sobre seus corpos, pequenos ainda, uma educação, um cultivo, uma aposta.

Ideias como essas circularam no ordenamento legal de reformas de ensino realizadas no recorte temporal que pesquisamos; estiveram também registradas em relatórios de secretários da educação, de diretores e de inspetores de escolas, em discursos de tantos agentes do governo, em jornais e revistas. Se na capital Belo Horizonte foram tomadas e aceitas como um programa de intervenção social, uma pergunta nos rondava inicialmente: como teria sido no "sertão"? Nossas primeiras

[6] Os ordenamentos legais da reforma do ensino de 1906 incluem a Lei nº 439, de 28 de setembro de 1906; o Decreto nº 1.947, de 30 de setembro de 1906; a Lei nº 1.960, de 16 de dezembro de 1906; o Decreto nº 1.969, de 3 de janeiro de 1907.

[7] José Rangel, inspetor escolar em Juiz de Fora (MG). Cf. Arquivo Público Mineiro. SECRETARIA DO INTERIOR. Relatórios dos Grupos Escolares, 1907, SI 2829, 4ª Seção.

pesquisas mostraram que ideias como essas entraram e também circulam na zona rural, em pequenas cidades do interior mineiro. Foram recebidas, acolhidas e orientaram ações, sendo possível perceber sua repercussão em iniciativas de diretores, de inspetores, professores, como as fontes encontradas indicam.

Foi possível, então, alargar as possibilidades de compreensão sobre o enraizamento e a projeção social da escola como lugar de educação da infância dentro daquele recorte temporal.

Ampliando, então, as investigações sobre esse movimento de afirmação social da escola, buscamos nas cidades e vilas entre montanhas e vales do sertão rastros de uma *educação physica* da infância: nelas, diretores, professores, inspetores, crianças, famílias, estiveram envolvidos nas circunstâncias de invenção de maneiras outras de organizar e usar os tempos sociais que se impunham com exigências inéditas.

Para esta pesquisa, realizamos buscas em arquivos, bibliotecas, escolas, centros culturais das cinco cidades da região norte-nordeste de Minas Gerais já citadas: Diamantina, Serro, Montes Claros, Araçuaí e Teófilo Otoni. São cidades constituídas ao longo do ciclo da mineração, tornando-se lugares importantes na ocupação daquela região mineira, parece ter sido por elas também que, justamente, começou e se expandiu o movimento de afirmação e projeção da escola, e de escolarização da infância, desde finais do século XIX e nas quatro primeiras décadas do século XX, especialmente após a reforma dos ensinos primário e normal promovida pelo governo mineiro a partir de 1906.

Um indício importante, com efeito, é o fato de que quatro delas tinham Escolas Normais desde meados do Oitocentos: Diamantina, Montes Claros, Serro e Araçuaí. E a propósito, já desde 1890 o ordenamento legal prescrevia que em seus programas devesse obrigatoriamente constar a *gymnastica*, presente assim na formação do professorado que atuaria nas escolas de ensino primário.

Os documentos recolhidos favorecem a escrita de histórias de escolarização, que dizem de um tempo, de seus protagonistas, dos lugares por eles habitados, suas iniciativas, os sentidos que atribuíam às suas práticas, suas maneiras de compreender e de produzir a escola e, nela, a Educação Física. Permitem também captar um fenômeno em uma particularidade regional favorecendo ao mesmo tempo a reflexão com base em contrastes sobre as diferenciações e as regularidades na educação mineira, e também brasileira, em escala alargada.

Entre os objetivos traçados para a pesquisa, destacam-se: o exame de movimentos de escolarização da infância na região norte-nordeste de Minas Gerais, o

que possibilita compreender possíveis relações entre a institucionalização da escola pública para a infância e a inserção da Educação Física em seus programas; a problematização dos ordenamentos legais para a escola e a Educação Física, presentes nas reformas de ensino promovidas no período em Minas Gerais; o exame de representações produzidas e postas em circulação pelos diferentes agentes escolares (governo, professores, inspetores, diretores de escolas, pais, entre outros) em torno da Educação Física; a procura por vestígios da materialidade do ensino de Educação Física em escolas da região norte-nordeste de Minas Gerais, em contraste com os ordenamentos legais, os programas e as práticas prescritas; a análise da produção e da circulação de escritos sobre o ensino de Educação Física em diferentes suportes (imprensa pedagógica, manuais, revistas, jornais, boletins, livros, entre outros), colocando em relevo as representações produzidas sobre ela; o exame de acervos de imagens de práticas de Educação Física realizadas em escolas do norte-nordeste de Minas Gerais.

A localização de documentos foi possível em consultas a acervos de diversos arquivos. Em Belo Horizonte, especialmente no Arquivo Público Mineiro (APM). Já nas cidades objeto da pesquisa (Diamantina, Montes Claros, Serro, Araçuaí e Teófilo Otoni), foram realizadas pesquisas nos acervos de Escolas e Grupos Escolares, museus, bibliotecas e centros culturais, aqui indicados conforme cada localidade. Os documentos encontrados podem contribuir para a historiografia da educação e da educação física naquela região, no período de interesse.

Já foi dito que a investigação recobriu um recorte temporal que se estendeu de finais do século XIX à primeira metade do século XX. Um procedimento que pode auxiliar a observarmos a direção de mudanças de acontecimentos históricos da educação, na qual situamos e problematizamos a Educação Física como disciplina escolar. De fato, um tempo de pesquisa mais alargado contribui, por exemplo, para a ampliação do entendimento dos procedimentos de mutações e de permanências nas práticas educativas escolares relacionadas à Educação Física.

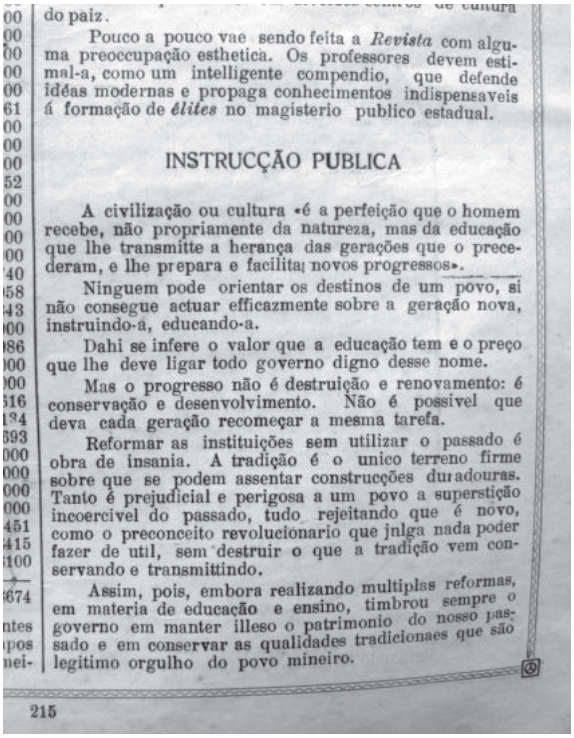
Organizamos a pesquisa em três eixos temáticos para assim orientar e facilitar a busca por fontes sobre a Educação Física na cultura escolar do norte-nordeste de Minas Gerais:

- Eixo 1: Documentos sobre o movimento de escolarização da Educação Física.
- Eixo 2: Documentos sobre a formação do professorado, especialmente para o ensino de Educação Física.

- Eixo 3: Documentos que indiciam a circulação de manuais e métodos de ensino de Educação Física.

Esses três eixos foram as balizas para a pesquisa e exigiram investigações diretas nos municípios envolvidos, para consultar acervos de escolas, bibliotecas, arquivos municipais, entre outros. Em Belo Horizonte, além do APM, foram realizadas também investigações na Hemeroteca e na Imprensa Oficial.

Aqui, na impossibilidade de publicar todas as fontes localizadas, optamos por apresentar, a título de exemplo, alguns documentos encontrados nas buscas realizadas nas cinco cidades escolhidas nesse primeiro momento de investigação, trazendo exemplares de documentos ainda em "estado bruto", digamos. Esperamos contribuir, assim, para outras escritas de história da Educação e da Educação Física em Minas Gerais.



do paiz.

Pouco a pouco vae sendo feita a *Revista* com alguma preoccupação esthetica. Os professores devem estimal-a, como um intelligente compendio, que defende idéas modernas e propaga conhecimentos indispensaveis á formação de *élites* no magisterio publico estadual.

INSTRUCÇÃO PUBLICA

A civilização ou cultura «é a perfeição que o homem recebe, não propriamente da natureza, mas da educação que lhe transmitte a herança das gerações que o precederam, e lhe prepara e facilita novos progressos».

Ninguem pode orientar os destinos de um povo, si não consegue actuar efficazmente sobre a geração nova, instruindo-a, educando-a.

Dahi se infere o valor que a educação tem e o preço que lhe deve ligar todo governo digno desse nome.

Mas o progresso não é destruição e renovamento: é conservação e desenvolvimento. Não é possivel que deva cada geração recomeçar a mesma tarefa.

Reformar as instituições sem utilizar o passado é obra de insania. A tradição é o unico terreno firme sobre que se podem assentar construcções duradouras. Tanto é prejudicial e perigosa a um povo a superstição incoercivel do passado, tudo rejeitando que é novo, como o preconceito revolucionario que julga nada poder fazer de util, sem destruir o que a tradição vem conservando e transmittindo.

Assim, pois, embora realizando multiplas reformas, em materia de educação e ensino, timbrou sempre o governo em manter illeso o patrimonio do nosso passado e em conservar as qualidades tradicionaes que são legitimo orgulho do povo mineiro.

215

Fonte: Revista "Minas Gerais em 1925". Publicada pelo Governo do Presidente de MG Fernando Mello Viana. Localização: Biblioteca Pública Municipal Antonio Teixeira de Carvalho no Centro Cultural de Montes Claros (em 2012)

EIXO 1: DOCUMENTOS SOBRE O MOVIMENTO DE ESCOLARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Nossas pesquisas indicaram que a Lei nº 41, de 3 de agosto de 1892, que deu *nova organização á instrucção pública do Estado de Minas*, foi o primeiro dispositivo legal a obrigar a presença da Educação Física (inicialmente chamada "gymnastica") no ensino primário.[8]

Investigamos os usos que foram feitos de seu ensino, especialmente na educação de crianças. Observamos também os empreendimentos para a formação do professorado para assumir a responsabilidade por seu ensino. Observamos as práticas desencadeadas nas escolas, cotejadas, por exemplo, com as prescrições contidas nos ordenamentos legais baixados por sucessivos governos, no período abordado. Analisamos as circunstâncias políticas que envolveram sua inserção nas escolas, e as tensões produzidas entre os que a ela se dedicaram.

Nas cidades pesquisadas no interior mineiro, de habitantes singulares, com seus costumes distintos dos moradores da capital, é possível indagar, com as fontes levantadas, como a escola foi recebida, e nela a Educação Física, e as circunstâncias que envolveram seu enraizamento escolar, percebidos em vestígios de práticas registrados em relatórios de diretoras e de escolas. É preciso assim uma aproximação cuidadosa para tentar examinar a projeção social da escola como lugar de formação da infância, com base no ensino de Educação Física, nas escolas de Diamantina, Montes Claros, Serro, Araçuaí, e Teófilo Otoni.

Alguns indícios de iniciativas para escolarização da Educação Física nessas cidades, além de sua prescrição no ordenamento legal, foram encontrados nas fontes reunidas, como os relatórios enviados por agentes escolares à Secretaria do Interior, em fotografia, jornais, entre outras.

Como já dito, optamos por apresentar documentos encontrados em cada uma das cidades pesquisadas. Tais documentos serão também guardados e disponibilizados no acervo do Centro de Memória da Educação Física da UFMG.

[8] Em seu art. 90 prescreve-se: "Nas escolas de creanças do sexo masculino far-se-ão trabalhos manuaes e exercicios gymnasticos, especialmente evoluções militares; nas do sexo feminino serão ensinadas prendas, trabalhos de agulha, e, especialmente, o córte e a confecção de peças do vestuário masculino e feminino." E no art. 91: "Nas escolas do sexo feminino ensinar-se-ão elementos de economia domestica." (Cf. Vago, 2002).

dos.

Educação physica

E escola maternal realiza a educação physica pelos exercicios musculares, pelos exercicios sensoriaes e pelos meios indirectos: boa alimentação, ar puro, banhos, assistencia medica e dentaria.

O bom exito do Jardim da Infancia depende essencialmente do professorado, o qual deve saber collocar-se ao nivel da creança para encaminhal-a devidameute, aproveitando-se de tudo que lhe agrada e interessa como meio educativo.

O Jardim da Infancia e a Escola Maternal têm um grande campo commum; áquelle se applicam, pois, nos seus traços geraes, as instrucções e programmas já estabelecidos por esta.

Instrucções previas — Disciplinas

A disciplina no Jardim da Infancia tem com fundamento o respeito á espontaneidade natural da creança.

145—Retratos dos grandes educadores; Pestalozzi, Herbart, Frobel, Horacio Mann, Spencer, Sarmiento, Montessori, C. Wagner, etc.

XI. — EXERCICIOS PHYSICOS

146—Quadro das posições correctas e incorrectas de gymnastica.

147—Collecção de halteres.

148—Utensilios para «Volley-ball» e outros jogos.

XII. — CANTO

149—Hymnario Escolar.

150—Diapasão.

151—Retrato de Francisco Manoel da Silva, auctor do Hymno Nacional.

152—Retratos de Carlos Gomes e outros compositores brasileiros.

153—Idem, de compositores extrangeiros notaveis.

ESCOLAS NORMAES

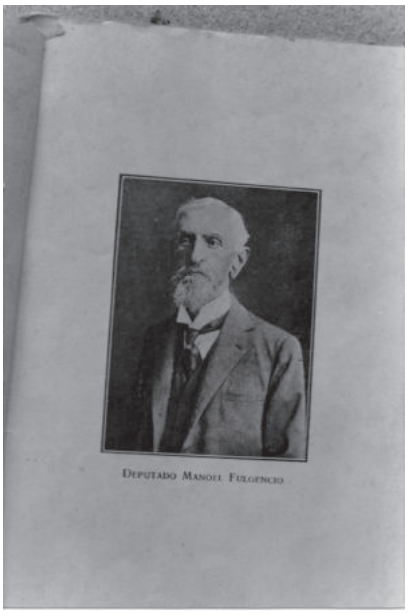
«A escola, prolongamento do

Fonte: Revista "Minas Gerais em 1925". Publicada pelo Governo do Presidente de MG Fernando Mello Viana. Localização: Biblioteca Pública Municipal Antonio Teixeira de Carvalho no Centro Cultural de Montes Claros (em 2012)

ARAÇUAÍ

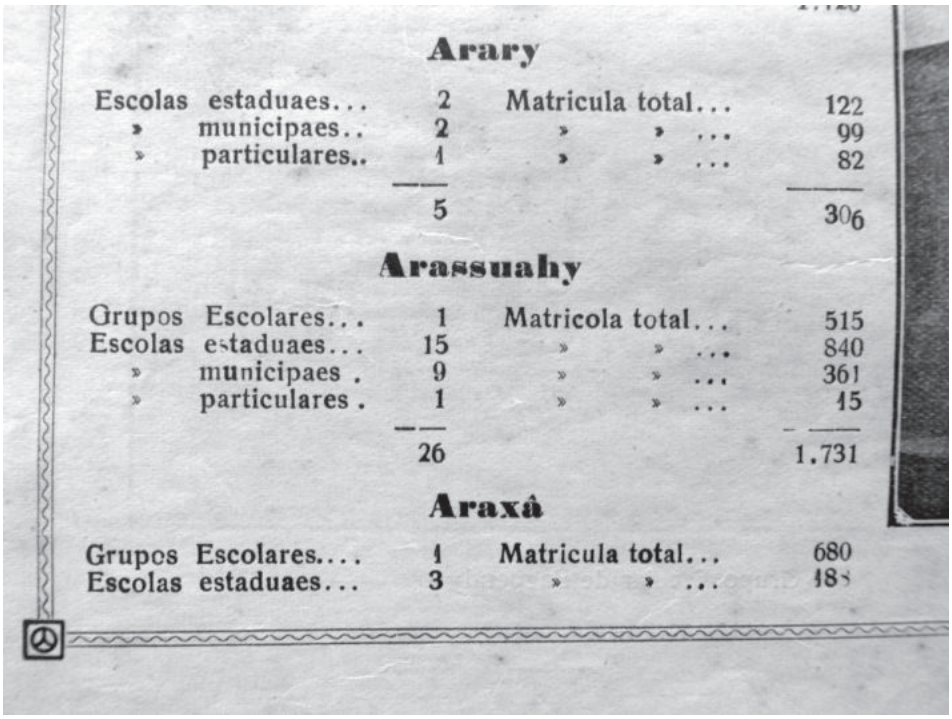
Araçuaí, Minas Gerais. Data informada: 1920. Autor desconhecido Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Araçuaí, MG

Grupo Escolar Manoel Fulgêncio, fundado em 1907. Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Araçuaí, MG



Manoel Fulgêncio Alves Pereira. Segundo prefeito de Araçuaí (1889-1909). Coronel e Deputado por Minas Gerais

Escola Estadual Manuel Fulgêncio. Data: maio de 2012. Foto: Tarcísio Mauro Vago



Arary

Escolas estaduaes...	2	Matricula total...	122
» municipaes..	2	» » ...	99
» particulares..	1	» » ...	82
	5		306

Arassuahy

Grupos Escolares...	1	Matricola total...	515
Escolas estaduaes...	15	» » ...	840
» municipaes .	9	» » ...	361
» particulares .	1	» » ...	15
	26		1.731

Araxá

Grupos Escolares....	1	Matricula total...	680
Escolas estaduaes...	3	» » ...	18[illegible]

Fonte: Revista "Minas Gerais em 1925". Publicada pelo Governo do Presidente de MG Fernando Mello Viana. Localização: Biblioteca Pública Municipal Antonio Teixeira de Carvalho no Centro Cultural de Montes Claros (em julho de 2012).

ARAÇUAÍ: CONSULTA NO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (APM): BELO HORIZONTE, MG

Fragmentos de Documentos da Secretaria do Interior

Ano: 1906

Documento Códice: SI-2829
Relatório do Inspetor Escolar Leopoldo da Silva Pereira

"Exmo Sr. 4ª S.

Em cumprimento de ordem que de V. Ex. recebi verbalmente na Secretaria do Interior, logo que aqui cheguei, procurei me esclarecer devidamente para transmittir-llhe

as informações que constam d'este relatório. Creio, como disse a V. Ex., ser fácil obter todo o que o Governo deseja para estabelecer nesta cidade um grupo escolar. A população está animada de bôas esperanças no Governo, e as auctoridades se manifestam desejosas de correr ao seu encontro para que seja esta cidade dotada de um estabelecimento de instrução correspondente ás suas necessidades. Todos esperam da capacidade de V. Ex. e da bôa vontade do Governo uma nova era neste ramo da publica administração.

Passo a dar a V. Ex. as informações pedidas.

Edifício

A casa em que funcionou a escola normal está há dose annos fechada, e sofreu estragos que precisam de ser reparadas para nella funcionarem as aulas. É um edifício de construção antiga situado no ponto mais central da cidade e em condições hygienicas satisfactorias. No pavimento superior, alem de outros aposentos menores, há 1 salão medindo 7,70 mts X 4,50, 1 [sala] 9,60 X 3,60, 1 [sala] 8,40 X 3,40, 1 [sala] 7,70 X 3,50. 1 [sala] 5,80 X 3,90, 1 [sala] 7,80 X 4,40.

No pavimento inferior, em peores condições hygienicas, por deficiência de luz, merecem menção: 1 salão medindo 7,80 X 3,70; 1 [sala] 7,90 X 3,60, 1 [sala] 4

O proprietário parece que se contenta com o aluguel mensal de 20$000.

O presidente da Camara Municipal a quem me dirigi perguntando se julgava possivel que o município fornecesse casa para o grupo escolar, respondeu-me do modo que se vê no appenso nº 1.

No caso de ser necessario construir seria conveniente que o Governo declarasse desde já de quantas cadeiras constará o grupo escolar, para se construir o edifício com as accomodações sufficientes.

Mobilia

A mobilia da escola normal, toda de propriedade do Estado, é a constante do appenso nº 1. Algumas peças estão estragadas, mas com pouca despeza se concertarão.

O piano, em perfeito uso, não está na casa; foi por ordem do Governo emprestado ao cidadão Paulino Pereira da Silva, em cuja casa se acha.

Escolas

Há na cidade 4 cadeiras de instrução primaria, sendo 2 para o sexo masculino e 2 para o sexo feminino. São regidas por professores, das quais 3 senhoras casadas e uma donzella.

Essas escolas funcionam em casas de residencias das professoras, e a ellas pertence toda a mobília escolar.

Estatistica

Vou fazer a estatistica do pessoal escolar da cidade; porem para não demorar a remessa d´esta relatorio, deixei para mais tarde enviar esse trabalho que por sua natureza deve ser demorado.

Estão actualmente matriculados nas quatro escolas da cidade 233 alunnos de ambos os sexos; mas com certeza é muito maior o numero dos não matriculados.

Julgando ter dado a V. Ex. as informações que se designou pedir-me, espero novas ordens, que folgarei de cumprir, pretendendo prestar ao Governo do Estado todos os serviços que de mim forem exigidos na medida das minhas capacidades.

Saudações

llmo. Exmo. Sr. Dr. Manuel Thomaz de Carvalho Britto, D. Secretario do Interior.

Arassuahy, 31 de Outubro de 1906.

Leopoldo da Silva Pereira."

Ano: 1907

GRUPO ESCOLAR DE ARASSUHAÍ

"Installação

Este grupo escolar foi installado no dia 8 de Abril de 1907, em sessão solemne estando presentes seis professores faltando apenas o professor Nuno Teixeira Lages, removido.

Leopoldo da Silva"

"No dia, pois, da installação tormaram posse de suas cadeiras as professoras D. Claudia Josephina de Araujo, D. Christina H. da Cunha Mello, D. Rosa de Leão Chaves, D. Maria Fulgencio Alves Pereira, D. Rosa Mendes da Costa Reis e D. Anna Jacob Paulino. A prof. D. Laura David Peixoto no dia 22 de Junho".

***

Arassuahy 21 de Janeiro de 1907

Meu caro Sr. Carvalho de Britto

Acabamos de encerrar a matricula das 4 escolhas d'esta cidade com o numero de 442 alumnos, comparecendo mais da metade, 245. A Camara Municiapl deo-me amplos poderes para auxiliar o Governo na instalação do Grupo Escolar, e uma verba de 900$ annual em vestuario de meninos pobres, providencia que fará aumentar a matricula por haver grande numero de meninos e meninas que não podem frequentar as escolas por estarem no estado de nudez. Há grande enttusiasmo pela criação de grupo escolar, que, sob a competente direção do Professor Leopoldo, dará os melhores resultados.

[...]

Aguardamos ordem para os concertos do prédio; a installação do grupo [será] logo que estejam concluídos os concertos.

[...] contam sempre com o Velho e dedicado [ilegível] Manoel Fulgencio.

***

Exmo. Sr.

Envio hoje a V. Ex. os boletins diarios d'este grupo escolar, que aproveito a opportunidade para consultal-o sobre algumas difficuldades que me tem suggerido a pratica, e tambem para relatar-lhe o andamento dos trabalhos durante o mez de Maio p. p.

[...]

Frequencia

V. Ex. verá nos boletins que a frequencia oscillou de 218 a 297 diariamente.

Como já lhe expuz, é impossivel obter de muitos Paes a frequencia regular de seus filhos. Nesta cidade principalmente, onde o commercio se faz por feiras, não é possível contar com muitos meninos durante três dias por semana.

[...]

Para dirigir tão grande numero de meninos, como aqui me acontece, e das quais, se alguns têm educação domestica a maior parte não tem, é necessaria uma

vigilância constante, sob pena de perder-se pela indisciplina todo fructo que se pode esperar d'esta instituição. Grande parte dos meninos que frequentam este grupo escolar são filhos de pobres, gente proletaria e analphabeta, que não tem luzes para lhes dar melhores noções de educação moral (...) que devem ser regenerados na escola.

Conferencias

Para auxiliar os professores, que aliás em tudo quanto é respeito á disciplina [dependem do] director, abri uma serie de conferencias sobre civilidade e moral, e as tenho realisado em horas independentes dos trabalhos escolares. Espero por esse meio reformar alguns costumes e inspirar melhores sentimentos.

Evoluções militares e musica

O programa exige evoluções militares e musica vocal; mas não é possível cumpril-o nestes pontos. Estas disciplinas foram há [alguns anos] supprimidos do ensino normal, de modo que apesar de serem normalistas 5 professoras e um professor d'este grupo, não há pessôa habilitada para ensinar.

Seria conveniente que o Governo accrescentasse nos grupos escolares mais um professor para dar essas instrucções.

Para musica há nesta cidade pessôa habilitadissima que se propõe a leccionar tres dias por semana, mediante o ordenado (...).

Trabalhos manuaes

Sobre isto já consultei a V. Ex. e espero os esclarecimentos pedidos.

[...]

Livros escolares

Continua a falta de livros escolares.

Reitero o pedido que fiz de alguns para distribuir pelos meninos pobres. Estão no caso de merecer este favor do Estado metade talvez dos que frequentaram este grupo. A caixa escolar não tem fundo para ser feita por ella esta despeza.

[...]

Boletins

Foram mandados aos paes e educadores dos meninos os boletins referente ao mez de Abril; mas alguns não os devolveram.

Há da parte do povo no que respeita á instrução uma indifferença difficil de ser vencida. Muitos paes estão convencidos de que é um grande favor que fazem aos professores, matriculando suas filhas na escola.

Como vê V. Ex. por este e outros relatorios e cartas minhas tenho feito o possível para coresponder á sua confiança e fazer que seja uma causa séria este grupo escolar posto sob a minha direcção. Não estou desanimado; pelo contrario , espero poder demonstrar a V. Ex. que a sua bôa vontade não será infructifera no Estado de Minas; mas o problema da instrucção publica é tão complexo, depende de tantos circunstancias que só o tempo e a experiencia irão ensinando e fazendo ver as lacunas que não estão ainda preenchidas.

Saudações.

Leopoldo da Silva Pereira.

Grupo escolar de Arassuahy, 8 de junho de 1907.

Exmo. Sr. Dr. Manuel Thomaz de Carvalho Brito,

D. Secretario de Estado dos negócios do Interior.

***

DOCUMENTO SI 2850 1908

Relatório do Diretor do Grupo Escolar de Arassuahy

Exmo. Sr. Dr. Secretario do Interior

Em additamento ao meu officio em que expuz a V. Ex. as causas da pequena matricula e frequencia do grupo escolar d'esta cidade, junto a este alguns documentos que provam minhas asserções.

Tomo a liberdade de pedir sua attenção para cada uma das cartas juntas como matéria de estudo das condições da vida neste Sertão de Minas.

A muitas outros paes e educadores me dirigi e não estão ausentes, e outras se recusaram a dar qualquer resposta.

Estou trabalhando no mappa do 1º semestre, que, por ser muito grande, não pode ficar prompto no prazo fixado pelo Reg.

Espero poder concluil-o e envial-o por estes tres ou quatro dias, juntamente com os boletins diários.

Saudações

Arassuahy, 5 de Julho de 1908

Leopoldo Pereira.

***

Exmo. Sr. Dr. Carvalho Brito

Enviei a V. Ex. ha tres dias 29 cartas que dão o motivo da falta da frequencia de 39 alumnos do grupo escolar. A esta acompanham mais 4, que se referem a 5 meninos. Tenho, portanto documentado as causas da falta de frequencia de 44 meninos.

Estou certo de que nem todas responderam com sinceridade.

A muitas outras pessoas me dirigi, mas algumas estão ausentes e outras não quizeram responder, " porque não sabiam para que era aquillo, e se não era causa de comprometter."

Uma pessoa a quem escrevi pergutando por que motivo não havia matriculado um menino, devolvem-me a carta com o recado "que não era da conta de ninguém".

Tenho me justificado perante V. Ex., e o farei sempre que for necessário, enquanto estiver servindo este cargo de sua confiança. Creio V. Ex. que sou homem enérgico e trabalhador; mas estou me desanimando de lidar com tanta gente ignorante e grosseira.

Estou concluindo o mappa do 1 º semestre, que remetterei brevemente.

Retiro a V. Ex. os meus protesto de elevado estima a da minha adhesõs ao seu governo.

De V. Ex. admirador

Leopoldo Pereira

Arassuahy, 6 de Julho de 1908.

***

Illmo Exmo Dr. Secretario do Interior [Inspetor Valadares Ribeiro]

É de urgente necessidade, não só para o bem geral do povo desta Cidade [bem como] para os Cofres do Estado, V.Excia mandar um homem criterioso e de bom senso, em rigoroso sigilo, a esta cidade, afim de [informar] sobre os gravissimos e escandalosos factos que se passaram e estão passando no grupo escolar desta cidade, taes como o espancamento brutal dos alumnos que o frequentam, feito não só pelo director como por alguns professores, assim como os nomes indecorozos proferidos

pelo mesmo director e alguns professores, não só contra as crianças menores de 8 annos de idade, como também ás môças maiores de dez annos. Alem disso, Exmo Inspetor, há muitas irregularidades no tal grupo, em vista das quaes, não poderá o mesmo continuar a funncionar, nem que fosse outro o titular que estivesse investido das funcções de Secretario do Interior, quanto mais sejais V. Excia - que tem, até o presente, primado pelo excessivo zelo, honradez e independencia de caracter no exercicio de suas altas fucções. Entre a muitissimas irregularidades notadas no Grupo escolar desta Cidade, ha as seguintes: que os professores não dão 3 horas de aula, durante o dia, que os alumnos não têm tido adiantamento de forma alguma, que não ha numero suffciente para serem mantidos cinco professores, quanto mais visto, pois não há nem 100 alumnos frequentes nas oito cadeiras do Grupo. Logo no principio, quando foi installado o grupo, havia uma frequencia de 100 a 200 alumnos, todos elles frequentaram as 4 escolas primarias, hoje annexadas ao grupo, e com bom aproveitamento, mais actualmente, não só devido ás faltas, apontados logo no principio deste, como pelo modo brutal com que são tratados os alumnos, o grupo escolar esta redusido a uma frequencia de 100, ou menos de 100 alumnos, e cada dia vai diminuindo o numero deles. (...) o Director manda os professores acressentar o numero de alumno frequentes, isto é, quando 5 alumnos respondem, a chamada, o director manda o professor escrever que responderam 25, porque se assim não o fiser o grupo será cortado, isto é dito até poucos alumnos que o frequentam, portanto é necessário V. Excia mandar, com já disse no principio deste, um fiscal em rigorozo sigilo (...) [.]

(...) e para mais de 80 creanças de ambos sexos que frequentavam as 4 escolas primarias antes da creação do tal, fazendo grandes progressos, entretanto - hoje - as meninas se achão privadas de receber a instrucção, porque os seus paes se viram na grande [contingência] de as tirar do grupo escolar, não só pelo nenhum aproveitamento que estavam tendo, como tambem pelos maus tratos que lhe eram influenciados pelo director e alguns professores.

Portanto – Exmo Inspetor – é de grande necessidade que V. Excia (...) .

(...) Parece-me que é melhor ficar como dantes estava, em 4 cadeiras isoladas, as quaes estavam dando bons resultados. Quem esta escreve é humilde Patricio de V. Excia. que deseja ver a instrucção do nosso estado no mais alto grao de adeantamento, que tem 4 irmãos em idade escolar e que desejam muito a instrucção, que foram victimas das brutalidades do director e algum dos professores do grupo. Por isso Exmo Inspector, com o coração cheio de fé e esperança dirijo a V. Excia pedindo

o tomar o mais breve possivel as necessarias providencias no sentido de não ficar o povo desta cidade privado de instrucção.

(...)

Arassuahy, 14 de junho de 1908

(...) é uma discussão contra o grupo escolar de Arassuahy, contendo uma assinatura illegivel. É possível que á 5ª Secção ou á 4ª possam aproveitar alguns pontos da denuncia, embora [possa ser] considerada apocrypha.

30-9º-1908

***

DOCUMENTO: SI-2850 1908

Relato do Diretor do Grupo Escolar de Arassuahy

O Sr. Leopoldo Pereira procura justificar-se quanto ao facto de baixar a frequencia no grupo escolar que em Arassuahy dirige, mandando um maço de cartas, onde se verifica 44 meninos discriminados: uns treze por molestia, outros tantos por ocupação em officinas, seis por pobreza declarada, uns por motivo de repreensão no grupo, (...) outra a repetencia de ensino, e o resto sem motivo declarado.

Em outro papel junto, promette enviar o mappa do primeiro semestre que, por ser muito grande, diz o Sr. Leolpodo, não poude ficar prompto no prazo fixado pelo Regulamento.

Depende desse mappa qualquer medida sobre a direcção do estabelecimento, attento a outro despacho de V. Ex, mandando [verificar] a frequencia, para ver si ella justifica a permanencia do director no grupo de Arassuahy.

20-julho-1908

Valladares Ribeiro

***

DOCUMENTO SI 3030 1910

Sr. Dr. Secretario do Interior

Em cumprimento do que dispõe o art. 62 do Regimento Interno dos Grupos Escolares, tenho a honra de apresentar a V. Excia o relatorio annual, abrangendo as principais ocorrencias do estabelecimento que dirijo, durante o anno lectivo que ora finda.

Predio Escolar

Desde a sua fundação até a presente data, funcciona o estabelecimento em um edificio de propriedade particular, para esse fim adaptado e alugado pela municipalidade. É um predio antigo, porem, vasto e asseiado, dispondo de boas accomodações e excellentes condições pedagogicas. Consta de dois andares. No superior funccionam 4 aulas e no segundo 1, sendo todas installadas em salões de apparencia modesta, mas perfeitamente arejados e com sufficiente lotação para os alumnos frequentes. Os pateos de recreio, rigorosamente separados por sexo, são planos cercados de alto muro, de maneira a impedir que os discentes se communiquem com outros meninos estranhos do estabelecimento.

Trabalhos Escolares

Tanto quanto possível em um instituto desprovido do indispensavel material technico para o ensino intuitivo das diversas disciplinas do actual programa de ensino, foram executados os trabalhos escolares, sendo rigorosamente observadas as prescripções regulamentares e horarios. A banca examinadora das diversas classes do Grupo se mostrou bem impressionada com o adeantamento revelado por alguns alumnos, o que constitue uma prova (...) da excellencia dos methodos novos instituidos pela reforma da instrução primaria, iniciada no governo [do] Dr. João Pinheiro e, com mesmo zelo e carinho, cuidada pelos subseqüentes governos dos eminentes Doutores Wenceles Braz e Julio Bueno Brandão.

Das differentes disciplinas ensinadas nas classes do Grupo, foram feitas muitas provas escriptas que, depois de apresentadas á banca examinadora, foram por mim archivadas, para que possam, em todo o tempo, attestar o aproveitamento de seus auctores. Estiveram tambem, por muitos dias, em exposição, no gabinete de directoria, vários trabalhos manuaes (alinhavos em cartão, costura, cartonagem escolar, etc) que provocaram elogios tanto da commissão examinadora, como de diversos pessoas que visitaram o estabelecimento durante os dias em que estavam sendo processados os exames.

Evolução Militares

O ensino de evoluções militares foi ministrado, no 1º semestre, pelo inferior André Feitosa que muito efficazmente concorreu para que os discentes do 2º, 3º, e

4º annos tomassem gosto por esta aprendizagem, utilissima sob diversos pontos de vistas, e que, entretanto, foi a principio mal recebida pelos paes das creanças que cursam este Grupo Escolar, os quaes, sendo em maioria desconfiados, acreditavam que os seus filhos estavam se preparando para a vida militar. Hoje em dia teem os alumnos especial satisfação em fazer taes exercícios na porta do estabelecimento e, não raras vezes, percorrem os principaes ruas da cidade.

Objectos de cuja falta se ressente o Grupo Escolar

O grupo tem urgente e indeclinavel necessidade dos seguintes objectos: 2 cartas geographicas do Brasil; 2 idem de Minas; 2 idem da America; 2 idem da Europa; 2 idem da Oceania; 2 Planispherios; 2 Panoramas terrestres; 2 taboleiros de areia; 2 contadores mechanicos; 1 caixa métrica; 2 cartas de Parker; 1 colleção de quadros de Historia Natural; 6 quadros-negros com as dimensões de 0.90 m x 4,0m; 1 tambor para evoluções militares; 1 estandarte. Os quadros-negros existentes são de exíguas dimensões (1,20m x 0,90m).

Grupo Escolar de Arassuahy, de Novembro de 1910.
O director,
Nuno Teixeira Lages

***

DOCUMENTO SI 3338 1910

Grupo Escolar 15 Nov. 1910 ARASSUAHY Minas Gerais

(...) Programa da festa de encerramento das aulas do Grupo Escolar de Arassuahy
IV
- Evoluções militares no pateo de recreio e na frente do prédio.
- Hymno á bandeira pelo " Batalhão Escolar."
Visto. Reis, insp. Technico

DIAMANTINA

Diamantina, 1902. Museu Antônio Torres

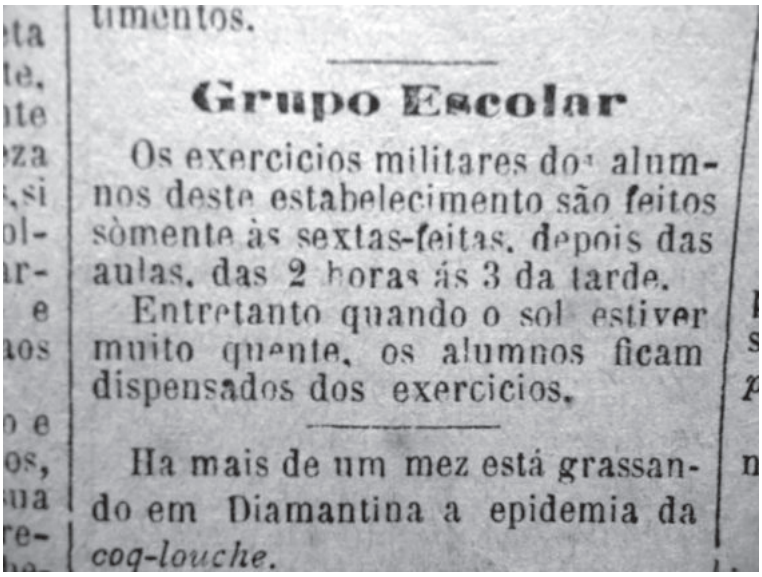
Diamantina, 1902. Museu Antônio Torres

Diamantina, 1914. Passeata Cívica. Museu Antônio Torres

Diamantina, 1919. Museu Antônio Torres

Grupo Escolar Mata Machado. Década de 1920. Fonte: Museu Antônio Torres

Grupo Escolar Mata Machado. Fonte: Museu Antônio Torres. Década de 1920



timentos.

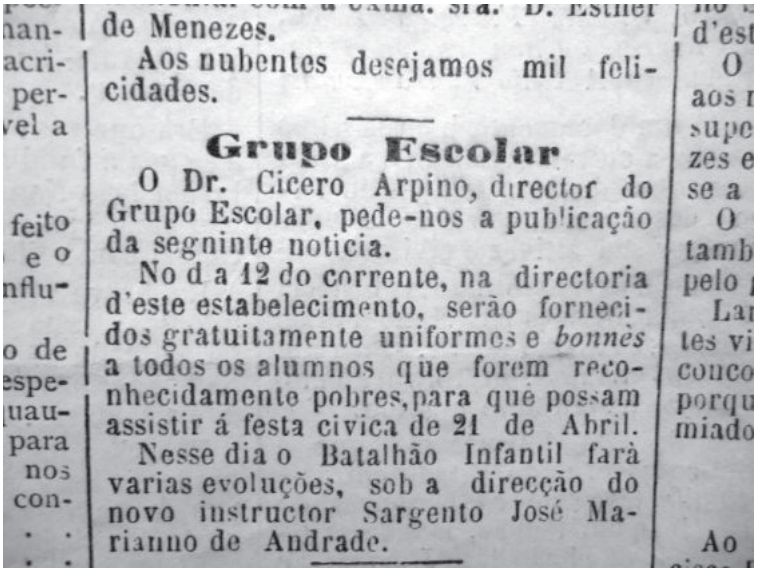
Grupo Escolar

Os exercicios militares dos alumnos deste estabelecimento são feitos sòmente às sextas-feitas, depois das aulas, das 2 horas ás 3 da tarde.

Entretanto quando o sol estiver muito quente, os alumnos ficam dispensados dos exercicios.

Ha mais de um mez está grassando em Diamantina a epidemia da *coq-louche*.

Jornal A Ideia Nova. Fonte: Museu Antônio Torres



de Menezes.

Aos nubentes desejamos mil felicidades.

Grupo Escolar

O Dr. Cicero Arpino, director do Grupo Escolar, pede-nos a publicação da segninte noticia.

No d a 12 do corrente, na directoria d'este estabelecimento, serão fornecidos gratuitamente uniformes e *bonnès* a todos os alumnos que forem reconhecidamente pobres, para que possam assistir á festa civica de 21 de Abril.

Nesse dia o Batalhão Infantil fará varias evoluções, sob a direcção do novo instructor Sargento José Marianno de Andrade.

Jornal A Ideia Nova. Fonte: Museu Antônio Torres

REDACTORES: DIVERSOS

ALTO DA RUA DO CONTRATO

Numero avulso 200 rs.

commissão Executiva do Par- Republicano Mineiro acaba de car o nome do major Antonio o Monteiro de Moura para can- to ao lugar de deputado ao gresso Mineiro, na vaga aberta renuncia do sr. Sebastião ia.

s bachareis que se formaram Faculdade de Direito de S. ulo em 1889 pretendem reunir- em Bello Horizonte em 1909, ra solemnisar o vigesimo anni- rsario de sua formatura.

Para as cadeiras de portuguez e ancez do Gymnasio Mineiro, em ncurso, apresentaram-se candi- tos os professores Sebastião Cor- a Rabello, reitor do estabeleci- ento, Dr. Alberto Alvares da Sil- , Padre João Martinho, Leopoldo reira e Dr. Vianna Romanelli.

A matricula do Grupo Escolar esta cidade estará aberta do dia 7 21 de Janeiro proximo, confor- e edital publicado na secção com- tente d'esta folha.

O sr. Francisco Guedes Filho já m quasi promptas as 50 primei- s carabinas que lhe encommen- ou o Director do Grupo Escolar, ara as evoluções militares dos lumnos d'aquelle estabelecimento.

Entre os professores galardoados om o premio de viagem á capital o Estado, estão o Dr. Cicero Ar- ino Caldeira Brant, Director do rupo Escolar d'esta cidade, e D. ustodia Brant, professora do mes- no estabelecimento.

As ultimas chuvas tem feito muitos estragos nesta cidade, tendo derrubado varios muros; cahiram ambem dous lances enormes do morro da Grupiara.

Caixa Escolar

Pelo vigente Regulamento da Instrucção Publica, os Grupos Escolares não gosam a minima subvenção do Governo.

Antigamente as Escolas Normaes tinham a verba annual de um conto e duzentos (1.200$000) para o expediente, reparos no predio, etc.

Em todas as cidades de Minas onde ha Grupos Escolares, têm-se fundado caixas escolares para a manutenção dos mesmos; em Diamantina, talvez devido á crise terrivel que atravessamos, tem sido impossivel tomar tal providencia, pois as subscripções quasi nada produzem.

Entretanto o nosso Grupo Escolar tem grandes despezas, já com o expediente e fornecimento de material aos alumnos pobres (que são a maioria) já com os continuos reparos necessarios no predio.

E para tantas despezas só conta o Director com a subvenção mensal de 50$000 dada pela Camara Municipal.

Agora, por exemplo, o Director está luctando com immensa difficuldade para vêr si pode dotar o Batalhão Infantil de clarins e tambores, custando cada clarim 18$000 e cada tambor 30$000, em S. Paulo.

Para ajudar a subscripção que corre na cidade acceitamos das pessôas generosas qualquer quantia nesta folha.

Estendemos este appello aos nossos patricios de fóra.

No dia 8 do corrente, no prospero districto do Curralinho inaugurou-se a banda de musica *N. S. da Conceição*, sob a regencia do sr. João Severino Porto.

E' digna de encomios tão bella iniciativa d'aquelle adeantado povo.

E' esperado nesta cidade, o distincto clinico dr. Lamberto Reis de Athayde, genro do Cel. Ramiro Pereira, de S. Miguel do Jequitinhonha.

O illustre medico, que já tem feito brilhantes curas em sua clinica no norte do Estado, pretende fixar residencia nesta cidade.

Será uma bella acquisição que fará a Diamantina.

O sociologo italiano Enrico Ferri, logo que chegue ao seu paiz, iniciará uma serie de correspondencias para o *Jornal do Commercio*, do Rio.

No dia 12 o lar do sr. João Fausto de Andrade, empregado nas nossas officinas, foi enriquecido com o nascimento de um robusto menino. Parabens.

Companhia de Mineração

Brazilian Diamond Mining Co.

Sr. Redactor.

Com essa epigraphe e sub-epigraphe, li na *Idéa Nova* de 29 de novembro o segundo artigo editado por essa apreciada folha sobre companhias de mineração estrangeiras.

Nada tenho que oppôr ao conceito que forma essa folha das companhias americanas, em geral; poderia até, de sciencia e experiencia propria, adduzir provas do descaso com que são tratados os direitos dos nossos conterraneos e da má fé que inspira essas pseudo-companhias, desde a sua organisação. No caso vertente, porem, a *Idéa Nova* se tornou, involuntariamente, vehiculo de uma flagrante injustiça.

A *Brazilian Diamond Mining Co.* foi legalmente organisada nos Estados Unidos, segundo as leis locaes e por homens que, de informações obtidas *aliunde*, verifiquei serem honestos e respeitaveis. Não me compete entrar aqui em detalhes sobre a marcha dos negocios da Comp. e incidentes motivados alguns pelo fallecimento de um dos primitivos organisadores. Posso porem assegurar, que, ao contrario do que praticaram outras *companhias* americanas, a *B. D. M. Co.* nunca prejudicou aos nossos conterraneos com quem esteve em relações por intermedio do sr. Nelson F. Humphrey.

A demanda entre o Cel. Francelino e a Comp. ficou trancada na 1.ª instancia por um incidente do processo e nada depõe contra o direito e a seriedade da Comp.

Entre os aventureiros americanos que têm explorado a bôa fé dos nossos conterraneos, não se póde, sem grave injustiça, incluir o sr. Nelson F. Humphrey. Chegado a Diamantina, num

Batalhão Infantil

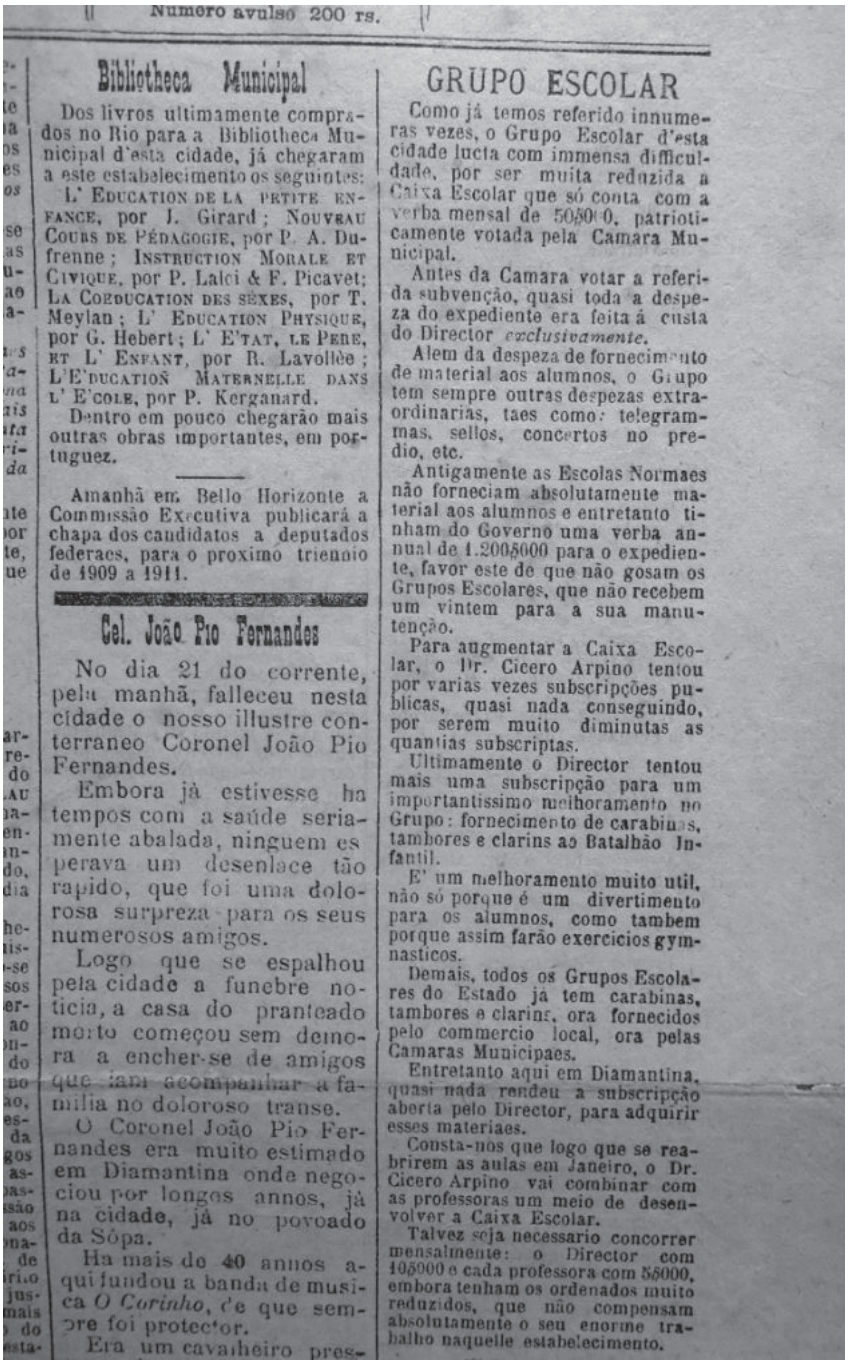
Corre na cidade uma subscripção para fornecer tambores e clarins ao Batalhão Infantil do Grupo Escolar.

Fazemos um appello ao publico diamantinense, para que ampare esta idéa generosa, pois quasi todos os Grupos do Estado já dispoem

Jornal A Ideia Nova. Fonte: Museu Antônio Torres. Década de 1910

Grupo Escolar Mata Machado. Data: 1922. Fonte: Chichico Alkmim. In: SOUSA, Flander; FRANÇA ALKMIM, Verônica.. *O olhar eterno de Chichico Alkmim*. Belo Horizonte: Editora B, 2005. p. 86.

Grupo Escolar Mata Machado. Fonte: Museu Antônio Torres. Década de 1920



Numero avulso 200 rs.

Bibliotheca Municipal

Dos livros ultimamente comprados no Rio para a Bibliotheca Municipal d'esta cidade, já chegaram a este estabelecimento os seguintes: L' EDUCATION DE LA PETITE ENFANCE, por J. Girard; NOUVEAU COURS DE PÉDAGOGIE, por P. A. Dufrenne; INSTRUCTION MORALE ET CIVIQUE, por P. Laloi & F. Picavet; LA COEDUCATION DES SÈXES, por T. Meylan; L' EDUCATION PHYSIQUE, por G. Hebert; L' E'TAT, LE PERE, ET L' ENFANT, por R. Lavollèe; L'E'DUCATION MATERNELLE DANS L' E'COLE, por P. Kerganard.

Dentro em pouco chegarão mais outras obras importantes, em portuguez.

Amanhã em Bello Horizonte a Commissão Executiva publicará a chapa dos candidatos a deputados federaes, para o proximo triennio de 1909 a 1911.

Cel. João Pio Fernandes

No dia 21 do corrente, pela manhã, falleceu nesta cidade o nosso illustre conterraneo Coronel João Pio Fernandes.

Embora já estivesse ha tempos com a saúde seriamente abalada, ninguem esperava um desenlace tão rapido, que foi uma dolorosa surpreza para os seus numerosos amigos.

Logo que se espalhou pela cidade a funebre noticia, a casa do pranteado morto começou sem demora a encher-se de amigos que iam acompanhar a familia no doloroso transe.

O Coronel João Pio Fernandes era muito estimado em Diamantina onde negociou por longos annos, já na cidade, já no povoado da Sôpa.

Ha mais de 40 annos aqui fundou a banda de musica *O Corinho*, de que sempre foi protector.

Era um cavalheiro pres-

GRUPO ESCOLAR

Como já temos referido innumeras vezes, o Grupo Escolar d'esta cidade lucta com immensa difficuldade, por ser muita reduzida a Caixa Escolar que só conta com a verba mensal de 50$000, patrioticamente votada pela Camara Municipal.

Antes da Camara votar a referida subvenção, quasi toda a despeza do expediente era feita á custa do Director *exclusivamente*.

Alem da despeza de fornecimento de material aos alumnos, o Grupo tem sempre outras despezas extraordinarias, taes como: telegrammas, sellos, concertos no predio, etc.

Antigamente as Escolas Normaes não forneciam absolutamente material aos alumnos e entretanto tinham do Governo uma verba annual de 1.200$000 para o expediente, favor este de que não gosam os Grupos Escolares, que não recebem um vintem para a sua manutenção.

Para augmentar a Caixa Escolar, o Dr. Cicero Arpino tentou por varias vezes subscripções publicas, quasi nada conseguindo, por serem muito diminutas as quantias subscriptas.

Ultimamente o Director tentou mais uma subscripção para um importantissimo melhoramento no Grupo: fornecimento de carabinas, tambores e clarins ao Batalhão Infantil.

E' um melhoramento muito util, não só porque é um divertimento para os alumnos, como tambem porque assim farão exercicios gymnasticos.

Demais, todos os Grupos Escolares do Estado já tem carabinas, tambores e clarins, ora fornecidos pelo commercio local, ora pelas Camaras Municipaes.

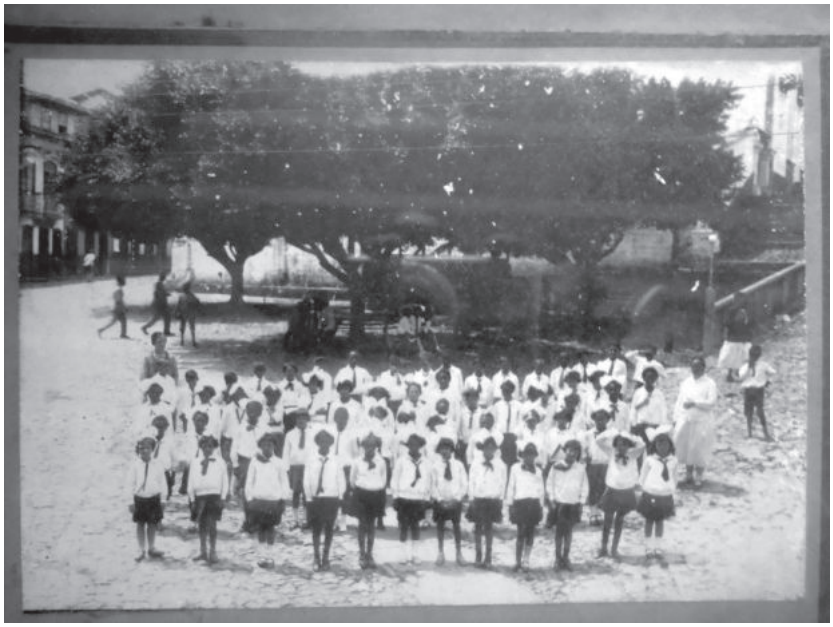
Entretanto aqui em Diamantina, quasi nada rendeu a subscripção aberta pelo Director, para adquirir esses materiaes.

Consta-nos que logo que se reabrirem as aulas em Janeiro, o Dr. Cicero Arpino vai combinar com as professoras um meio de desenvolver a Caixa Escolar.

Talvez seja necessario concorrer mensalmente: o Director com 10$000 e cada professora com 5$000, embora tenham os ordenados muito reduzidos, que não compensam absolutamente o seu enorme trabalho naquelle estabelecimento.

Jornal A Ideia Nova. Fonte: Museu Antônio Torres. Década de 1910.

Alunos e alunas do Grupo Escolar Mata Machado . Década de 1920. Fonte: Museu Antônio Torres



Alunas do Grupo Escolar Mata Machado. Década de 1920. Fonte: Museu Antônio Torres

Desfile do grupo escolar na rua Direita em frente a Igreja da Sé - 1924

School's march face the Church of Sé

Fonte: Chichico Alkmim. In: SOUSA, Flander; FRANÇA ALKMIM, Verônica. *O olhar eterno de Chichico Alkmim*. Belo Horizonte: Editora B, 2005. p. 91.

Festa no Campo de Sport do Quartel do 3º. BCM, 1935. Fonte: Museu Antônio Torres

Gymnastica; Alumnos do Grupo Escolar. Festa no Campo de Sport do Quartel do 3º. BCM, 1935. Fonte: Museu Antônio Torres

e engrandecimento de Minas.

Vindo de S. João Evangelista do Peçanha, fixou de novo sua residencia entre nós o nosso conterraneo sr. Marcos Virgolino de Senna.

Instrucção Publica.

Por decreto n.º 1:233, de 26 de dezembro findo, foi snspenso o ensino de musica e gymnastica e supprimidos os logares de adjuncto da aula pratica e de continuo na Escola Normal desta cidade, cujas funcções erão exercidas pelos srs: João Nepomuceno Ribeiro Ursini, Americo Diamantino Costa França, João ca Matta Gomes Ribeiro Sobrinho e Joaquim Aprigio dos Santos.

Por decreto n.º 1:234, de 27 do referido mez, tambem foi suspenso o ensino nas seguintes cadeiras de instrucção primaria deste municipio:

Chapada, regida por d. Virginia de M. Machado; S. Roberto, por d. Elisarda Jovita de Aguiar; Catoni, por d. Maria de Maio Afra de Freitas; Formação, por d. Maria Luiza Senxas; S. Bento, por d. Maria Salomé de Miranda; Melancias, por d. Anna A. Coelho de Miranda; Quebra-pé, por d. America A. de Assis Menezes; S. Sebastião do Tigre, por d. Maria Luiza A. da Conceição; Curimatahy, pelo sr. Ricardo Pires Camargo; Mercês de Arassuahy, por d. Maria Julia de Souza; Campinas, por d. Leocadia Benicia de Miranda; Rio Preto, por d. Henriqueta Carmelita Almeida; Itaipava, por d. Maria M. da Silva Caldeira; D Izabel, por Augusto Cezar de Araujo Lima; N. S. da Gloria, pelo sr. Raymundo da Silva Machado; Contagem, por Fortunata Vieira Ramos.

Os professores effectivos terão direito á percepção de vencimentos, si o governo verificar que a falta de frequencia não deve ser-lhes attribuida.

THEATRO

Estreou no theatro desta cidade, na noite de 15, com uma explendida casa, a companhia dramatica, dirigida pelo actor Coimbra.

O sr. Coimbra escolheo em seu repertorio, para estréa, o drama em 5 actos de D'Ennery — A Tumada da Bastilha

das graves e com
Com essa primei
companhia perant
que não perderá
theatro diversão
o que concorreu
tistas de francos e

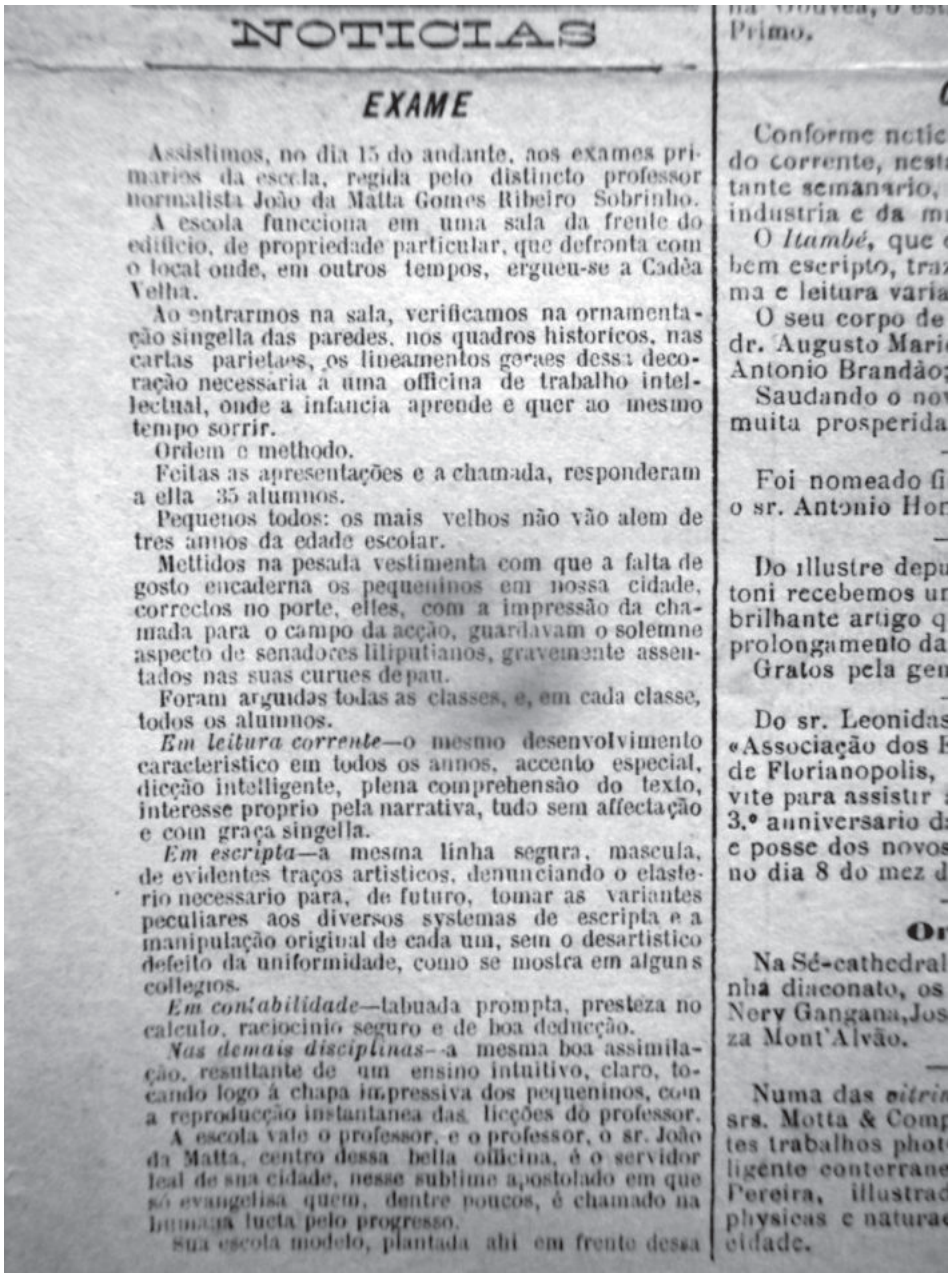
Recolhi

Foi prorogado
prazo para a subs
notas do Governo,
de 200$000 e 50$00
até 30 de Julho d
dos bilhetes dos
Popular do Brazil,
Unidos do Brazil,
S. Paulo Nacional
nova emissão Rep
do Brazil e Repub
do governo.

CAMARA

Em virtude
da commissão
vado em sessão
que foi marcada
ordinaria para
corrente mez, n
seguintes assum
Parecer sobre
cio findo.
3.ª discussão
anno passado.
1.ª discussão d
1.ª »
Pareceres das
expediente já sub
Diamantina, 18
O official da Sec
de Almeida.

Jornal O Municipio. Final do século XIX. Museu Antônio Torres



NOTICIAS

EXAME

Assistimos, no dia 15 do andante, aos exames primarios da escola, regida pelo distincto professor normalista João da Matta Gomes Ribeiro Sobrinho.

A escola funcciona em uma sala da frente do edificio, de propriedade particular, que defronta com o local onde, em outros tempos, ergueu-se a Cadêa Velha.

Ao entrarmos na sala, verificamos na ornamentação singella das paredes, nos quadros historicos, nas cartas parietaes, os lineamentos geraes dessa decoração necessaria a uma officina de trabalho intellectual, onde a infancia aprende e quer ao mesmo tempo sorrir.

Ordem e methodo.

Feitas as apresentações e a chamada, responderam a ella 35 alumnos.

Pequenos todos: os mais velhos não vão alem de tres annos da edade escolar.

Mettidos na pesada vestimenta com que a falta de gosto encaderna os pequeninos em nossa cidade, correctos no porte, elles, com a impressão da chamada para o campo da acção, guardavam o solemne aspecto de senadores liliputianos, gravemente assentados nas suas curues de pau.

Foram arguidas todas as classes, e, em cada classe, todos os alumnos.

Em leitura corrente—o mesmo desenvolvimento caracteristico em todos os annos, accento especial, dicção intelligente, plena comprehensão do texto, interesse proprio pela narrativa, tudo sem affectação e com graça singella.

Em escripta—a mesma linha segura, mascula, de evidentes traços artisticos, denunciando o elasterio necessario para, de futuro, tomar as variantes peculiares aos diversos systemas de escripta e a manipulação original de cada um, sem o desartistico defeito da uniformidade, como se mostra em alguns collegios.

Em contabilidade—tabuada prompta, presteza no calculo, raciocinio seguro e de boa deducção.

Nas demais disciplinas—a mesma boa assimilação, resultante de um ensino intuitivo, claro, tocando logo á chapa impressiva dos pequeninos, com a reproducção instantanea das licções do professor.

A escola vale o professor, e o professor, o sr. João da Matta, centro dessa bella officina, é o servidor leal de sua cidade, nesse sublime apostolado em que só evangelisa quem, dentre poucos, é chamado na humanidade lucta pelo progresso.

Sua escola modelo, plantada ahi em frente dessa

Primo.

Conforme notic
do corrente, nest
tante semanario,
industria e da m
O *Itambé*, que
bem escripto, tra
ma e leitura varia
O seu corpo de
dr. Augusto Mari
Antonio Brandão;
Saudando o no
muita prosperida

Foi nomeado fi
o sr. Antonio Hor

Do illustre depu
toni recebemos ur
brilhante artigo q
prolongamento da
Gratos pela gen

Do sr. Leonidas
«Associação dos F
de Florianopolis,
vite para assistir
3.º anniversario d
e posse dos novos
no dia 8 do mez d

Na Sé-cathedral
nha diaconato, os
Nery Gangana, Jos
za Mont'Alvão.

Numa das *vitri*
srs. Motta & Comp
tes trabalhos phot
ligente conterrane
Pereira, illustrad
physicas e natura
cidade.

Jornal O Municipio. Final do século XIX. Museu Antônio Torres

O Jequitinhonha

Redactores—Juscelino da Fonseca Ribeiro Junior e Arthur Napoleão Alves Pereira

ANNO I | Diamantina, 21 de julho de 1904 | N. 26

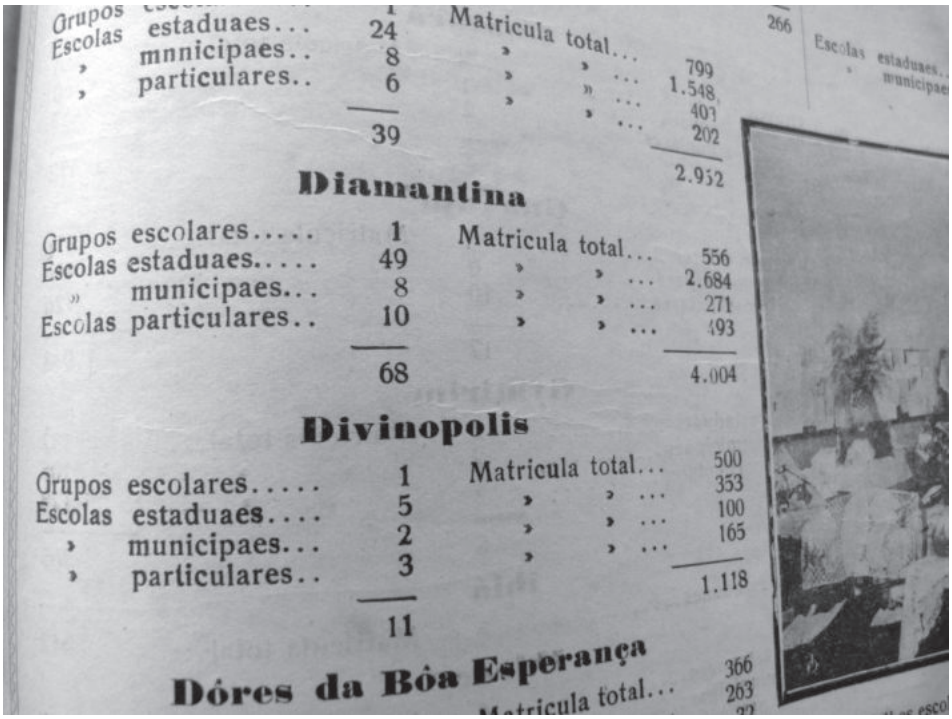
Instrucção Publica

II

Palestra scientifica

Pedagogia

Jornal O Jequitinhonha, 1909. Museu Antônio Torres



Grupos escolares... 1
Escolas estaduaes... 24
» mnnicipaes.. 8
» particulares.. 6
39

Matricula total... 799
» » ... 1.548
» » ... 401
» » ... 202
2.952

Diamantina

Grupos escolares..... 1
Escolas estaduaes..... 49
» municipaes... 8
Escolas particulares.. 10
68

Matricula total... 556
» » ... 2.684
» » ... 271
» » ... 493
4.004

Divinopolis

Grupos escolares..... 1
Escolas estaduaes.... 5
» municipaes... 2
» particulares.. 3
11

Matricula total... 500
» » ... 353
» » ... 100
» » ... 165
1.118

Dóres da Bôa Esperança

Matricula total... 366
263

Fonte: Revista "Minas Gerais em 1925" Publicada pelo Governo do Presidente de MG Fernando Mello Viana. Localização: Biblioteca Pública Municipal Antonio Teixeira de Carvalho no Centro Cultural de Montes Claros (em 2012)

Escola Estadual Leopoldo Miranda. Diamantina. Fotos: Tarcísio Mauro Vago. Data: julho de 2012

CONSULTA: Arquivo Público Mineiro (APM), Belo Horizonte, MG

Fragmentos de Relatórios da Secretaria do Interior / Instrucção Publica

DOCUMENTO SI 2829 1907
"Exmo. Ins. Dr. Manoel Thomaz de Carvalho Britto.
Saudações

Devido a atrazo no correio só hoje me chegou ás mãos a honrosa carta em que V. Exª. se digna incumbir-me de providenciar para installação do Grupo Escolar em Diamantina. Já comecei a compilar apontamentos para dentro de poucos dias, com máxima urgência, remetter a V. Exª. um relatorio minucioso das providencias que julgo deverem ser tomadas para a fundação, nesta cidade, d'aquelle instituto de ensino. Agradeço a V. Exª a insigne honra de ter-se lembrado do meu nome para tão honroso cargo e empanherei todos os meus esforços e toda a minha dedicação para a feliz execução da reforma da instrucção publica, lei sabia e promettedora de fecundos resultados no nosso estado.

Apresentando a V. Exª os protestos da mais alta estima e consideração, subscrevo-me

Cicero Alpino Caldeira Brant.

Diamantina, 10 de Janeiro de 1907.

***

Informe

Illmo Exmo Sr.

Como já vos communiquei por officio, as aulas d'este estabelecimento começaram a funcionar no dia 4 do corrente, apezar de não estarem ainda concluidas as obras de adaptação do prédio.

Movido por imperiosa necessidade, inspirando-me no art.6, letra j, do Decreto n. 1969, de 3 de Janeiro de 1907, comecei a requisitar do Sr. Carlos José Motta (empresario dos trabalhos de adaptação do Grupo Escolar) o material necessario imprescindivel para o funcionamento das aulas, visto como o material da extincta Escola Normal absolutamente não se prestava a este fim, por estar quase todo em mao estado. Não fôra esta minha providencia (de que dei conhecimento ao inspector escolar municipal) e as aulas do Grupo Escolar não poderiam iniciar-se, sem a chegada do material que despachastes para o Curvello, com destino a esta cidade. Ora, o referido material, segundo me consta, continua ainda na estação do Curvello, por não terem querido os tropeiros carregar os volumes até esta cidade.

Nestas condições, continuamos a luctar com alguma difficuldade, por falta dos livros escolares e de escripturação e tambem por falta de mobilia sufficiente, como sejam: cadeiras, mesas, os armários de que trata o art.3º do Decreto nº 1969 de 3 de Janeiro de 1907, lacuna esta que pode ser preenchida com uma auctorização de vossa ao Sr. Inspector escolar, para adquirir essa mobília para o Grupo.

Saúde e Fraternidade

Illmo Exmo Sr. Dr. Manoel Thomaz de Carvalho Britto, D.D. Secretario do Interior.

Diamantina, 28 d novembro de 1907, Diretor do Grupo Escolar.

***

4ª Secção

Instrução primaria

Cicero Alpino Caldeira Brant, director do Grupo Escolar de Diamantina, no presente offcio, communica a V. Excia que as aulas d´aquelle grupo, por motivo de força maior, não puderam começar a funcionar no dia 12 do prezente mez.

Allega que no prédio d´aquella estabelecimento não foi ainda terminada a instalação sanitária, e se, com esta falta, começassem as aulas, torna-se-ia difficil a manutenção da disciplina e bôa ordem que devem reinar num instituto de ensino, visto como daria ocassião as repetida sahidas dos alumnos.

Communica tambem que envida esforços para que, em breve, sejam esses trabalhos concluídos, afim de que, em novembro próximo, possa começar o funcionamento das aulas.

18 de outubro de 1907.

***

Illmo Exmo Sr.

Communico a V. Ex. que infelizmente as aulas do Grupo Escolar d´esta cidade não podem começar a funccionar no dia 12 de Outubro, por imperiosos motivos de força maior.

Com effeito, no prédio do referido estabelecimento não poude ser ainda terminada a installação sanitária de água e water-closet, e si começassem as aulas, com esta grave falta, seria muito difficil manter a ordem e a disciplina neste instituto de educação, tornando-se necessarias as repetidas sahidas dos alumnos.

Estou tomando todas as providencias para que esses trabalhos imprescindiveis sejam concluidas com a máxima urgencia, de maneira que ainda em Novembro possam começar a funccionar as aulas do Grupo Escolar.

Illmo Exmo Sr. Dr. Manoel Thomaz de Carvalho Britto,

D.D. Secretario do Interior.

Diamantina, 11 de Outubro de 1907.

Cicero Alpino Caldeira Brant, Director do Grupo Escolar.

***

Cartório do 2º officio da Comarca de Diamantina, aos 5 e novembro de 1907

Remetteu-se o translado da escriptura á Secretaria da Financias em 12 de Nov.

Exmº Sr.

Tenho a honra de passar as mãos de V. Ex. o translado da escriptura de doação do prédio destinado ao Grupo Escolar desta cidade, feita pela Camara Municipal Exmº Governo do Estado.

Saude e Fraternidade

Illmo e Exmo. Sr. Doutor Manoel Tehomaz de Carvalho Britto

D.D. Secretario dos Negócios do Interior do Estado de Minas Geraes.

O Tabelião

João Leão

***

Illmo Exmo Sr.

Tenho a honra de communicar a V. Ex. que convoquei para hoje uma reunião das professoras do Grupo Escolar d´esta cidade afim de providenciar para abertura das aulas com a maxima urgencia, como é desejo de V. Ex.

Nessa reunião, a que compareceram todas as professoras do referido estabelecimento, reconhecemos a impossibilidade absoluta de começarem immediatamemte os trabalhos do Grupo, pelos seguintes motivos ponderados, que apresento ao esclarecido critério de V. Ex.

1º - No edificio do Grupo não há ainda instalação sanitária - nem latrinas, nem agua canalisada e nestas condições o funccionamento das aulas ficaria sujeito a muitas e graves irregularidades, prejudicando extremamente o ensino.

2º O numero de carteiras existentes nesse edificio da extinta Escola Normal é absolutamente insufficiente para comportar os alumnos do Grupo.

3º As salas do pavimento superior do edificio não estão ainda terminadas, não havendo tempo de ser adaptado o prédio á planta enviada por V.Ex.

Informando-me, porém, o inpector escolar municipal, Sr. Hilário Sebastião de Figueiredo, que V. Ex. o autorisara a terminar os trabalhos de adaptação do prédio, a expensas do Estado, nesta data lhe officiei, pedindo iniciasse com a máxima urgencia ao menos a installação de latrinas e a canalização d´agua, de maneira que os trabalhos do Grupo passam começar a 12 de Outubro próximo.

É tambem de grande necessidade que este estabelecimento seja dotado, com a possivel brevidade, de livros escolares e dos livros de escripturação de que tracta o artigo 46 do Decreto numero 1970, de 3 de Janeiro do corrente anno.

Enquanto não obtemos estes últimos livros, resolvemos abrir uma matricula provisoria.

Saúde e Fraternidade

Illmo Exmo Sr. Dr. Manoel Thomaz de Carvalho Britto

D. D. Secretario do Interior.

Diamantina, 25 de Setembro de 1907.

Cicero Alpino Caldeira Brant, Director do Grupo.

***

Illmo Exmo Sr.

Em substituição aos boletins diários que até hoje não me foram remettidos pela Secretaria do Interior, dirijo a V.Excia este relatório sobre o movimento do Grupo Escolar d'esta cidade.

Os boletins exigidos pelo art. 22 do Decreto 1969 de 8 de Janeiro de 1907 destinam-se a fornecer ao Governo dados relativos ás escolas. Entretanto para fazel-as de conformidade com a lei, seria necessário um excessivo trabalho que prejudicaria a direção d'este estabelecimento. Accresço ainda que a exigencia de mencionar por extenso os nomes dos alumnos faltosos consumiria muito tempo e tornaria demasiadamente volumoso esse documento que mensalmente terei de dirigir a V. Excia.

O Prédio

Até essa data ainda não está completamente adaptado á planta forneccida por V. Excia o prédio que a Camara Municipal cedeu ao Estado para funcionamento do Grupo Escolar, já se acham terminadas as installações sanitarias, tanto na parte do edificio destinado ao sexo masculino, como ao do sexo feminino. Não tendo sido, porém, terminado o concerto do pateos destinados ao recreio dos meninos, continuam estes a passar nas classes a hora do recreio, não tendo podido ainda exercitar-se em evoluções militares, por falta absoluta de local apropriado nas proximidades do Grupo. Espero entretanto que logo após as ferias de Janeiro a Março, estejam completamente terminados os trabalhos materiaes do predio, que continuam a ser encontrados, conforme ordem dada por V. Excia. ao Sr. Inspector Escolar Municipal. Este funccionario já entregou ao Grupo o material escolar remettido pela Secretaria

do Interior, sendo que das cem carteiras que foram despachadas, dezessete chegaram muito estragadas e vão ser concertadas.

Aproveito o ensejo para communicar a V. Excia que na occasião da abertura das aulas, em 4 de novembro, foi absolutamente necessario adquirir alguma mobilia e objectos escolares, faltando ainda armarios, mesas e mais utensilios que foram mandados fazer, com sciencia e assentimento do Sr. Inspector Escolar.

Direção do Grupo

Como ficou dito mais atraz, em 4 novembro do corrente anno, assumi a direcção do Grupo, abri as aulas e iniciei os trabalhos escolares pela classificação dos alumnos e pela sua distribuição nas oito escolas de que se compõe o estabelecimento, quatro destinadas ao sexo masculino e quatro feminino.

Tractei logo de estabelecer nas classes uma salutar disciplina, base primordial de qualquer instituto de educação. Entretanto, para transformar este Grupo num estabelecimento modelo, no corcenente á ordem e á disciplina, seria muito desejavel que

V. Excia nos forneça duas bolas de foot-baal, impossiveis de adquirir em Diamantina. Eu organisaria então, a exemplo do que se faz nos collegios de S. Paulo, dous teams infantins d'esse jogo, para disputarem no campo próprio, em domingos e dias feriados.

Tenho a experiencia de que este jogo salutar e hygienico enthusiasma tanto os ânimos infantins, que o maior castigo que se pode impôr a uma creança é a privação temporária d'este divertimento.

Trabalhos Manuaes

O Regulamento exige que as aulas do 4º anno funcionem até a 3 horas, occupando-se os alumnos em trabalhos normaes.

No 4º anno do sexo feminino, as aulas vão funcionando regularmente, exercitando-se os alumnos em corte e preparo de roupas brancas, corte e preparo das demais peças do vestuario, bordados em lenços e roupas de cama, manejo da machina de costura, etc.

No 4º anno do sexo masculino, não tendo sido possivel executar-se o programa que exige "aprendisagem de trabalhos technicas primaria" a professora está provisioriamente fazendo exposições de licções de cousas.

Bibliotheca

Não estão ainda terminadas os reparos do prédio, por absoluta falta de espaço não organisei ainda a bibliotheca do Grupo, providencia que tomarei logo que haja uma sala apropriada no primeiro andar do edificio.

Professoras primarias

Obedecendo á ordem de V. Excia officiei a todas as professoras do municipio de Diamantina que viessem freqüentar as aulas do Grupo Escolar no periodo das escolas isolados.

O illustrado e operoso inspector technico d'esta circunscripção, Sr. Carlos Leopoldo Dayrell Junior, officiou igualmente a todos os professores da sua zona, a que comparecessem as aulas d'este estabelecimento.

Até esta data tem assistido os trabalhos escolares neste estabelecimento os seguintes professores:

Diamantina: D. Angelica Augusta Vieira, Emilia Angelica Neves, Almerinda Augusta Ribeiro, Guilhermina Cândida Dayrell e o Sr. Antonio dos Santos Mourão.

Rio Manso: D. Gabriella Pires Rabello e Maria José Alves.

Rio Preto: D. Henriqueta Carmelita da Fonseca.

Mercês de Arassuahy: D. Maria Miguelina de Figueiredo Araujo.

Curralinho: D. Ermelinda Leopoldina de Figueirodo e Maria Augusta Pimenta.

Inhahy: D. Acidalia Alves Pereira

Curumatahy: D. Esmeralda Caldeira e Maria A. Alves

Dattas: D. Henriqueta de Souza Neves e Maria Amelia da Rocha

Gouvea: D. Maria Estephania Gomes Pereira, Francisca Silveira Gomes Pereira e Cecilia Maria Alves.

Guinda: D. Cajuby Diamantino de Miranda.

S. João da Chapada: D. Carmelia Josephina Seixas, Carmelita Flora de Godoy.

Biribiry: D. Maria Josephina Netto Guerra.

S. João Evangelista de Peçanha : D. Francisca dos Reis.

Serro: D. Theresa de Ávila.

S. Gonçalo do Serro: D. Virginia Flechas Bernarda Cândida Baracho.

Corregos (Conceição do Serro): D. Maria de África Machado e Francellina Maria de Jesus.

S. Sebastião das Correntes: Ernesto Antonio de Oliveira.

Peçanha: Antonio Ernesto de Oliveira.

Alem d'estes professores, o Grupo Escolar tem sido frequentado por muitas normalistas d'este município e das circunvizinhas, cujas nomes não julguei necessario assignalar aqui.

Caixa Escolar

Como já officiei a V. Excia os 545$000 angariados em subscrição para vestuário dos meninos pobres do Grupo estão sendo empregados neste fim.

As professoras d'este estabelecimento estão organisando uma festa, cujo producto será a primeira quantia escripta na Caixa Escolar.

Si V. Ex. julgar conveniente, em vez do boletim mensal, poderei organisar sempre um relatorio como este, no fim de cada mez.

Corpo Docente

Para este estabelecimnto ficaram removidos 4 professores de escolas isoladas da cidade: D. Agostinha de Sá Corrêa Rabello, Marianna Corrêa de Oliveira Mourão, Julia Kubitschek, Liseta de Oliveira Queiroga. Foram nomeadas mais: D. Eponina da Matta Machado Custodia Brant, Edésia Corrêa Rabello e Hilda Rabello da Matta Machado.

Si nem todas dispoem de pleno conhecimento do novo methodo de ensino, todas se esforçam para cumprir o dever e dentro em breve assimilarão os novos processos de educação, com o esforço, tenacidade e bôa vontade que têm demonstrado no exercicio do magisterio.

A maior difficuldade de ensino tem havido no 1º anno do sexo masculino e no 1º anno do sexo feminino, por causa do excessivo numero de almnos que alli estão e que só alli podem estar classificados, por estarem muito atrazados. Nestas condições torna-se muito penoso o trabalho das duas professoras que dirigem essas classes.

Alem dos livros enviados pela Secretaria do Interior mandei adotar neste estabelecimento, para uso das professoras, as 'Memorias do Districto Diamantino' pelo Dr. Joaquim Felício dos Santos obra rara e explendida sobre a fundação do Tejuco (hoje Diamantina), origem do povoado, bandeirantes que o fundaram, primeiras famílias que aqui se estabeleceram, lendas e anedoctas celebres sobre os garimpeiros e os antigos contractadores de Diamantina etc.

Matriculas

Até o dia 30 de novembro próximo findo matricularam e neste Grupo 309 alumnos de ambos os sexos. Não appareceram mais, por ser um período de ferias nas escolas isoladas. Tenho certeza, porem, de que no próximo anno a matricula subirá muito acima de 400, pois si de numerosos meninos que só pretendem matricular-se nessa epocha.

Por mais que me tenha esforçado, torna-se dificil que a maioria absoluta dos alumnos compareça neste estabelecimento á hora legal. A hora comum do almoço tendo sido sempre ás 10, não é facil abandonarem os alumnos este habito antigo

inveterado no seio das familias. Por este motivo, em S. Paulo modificaram o horario dos Grupos Escolares, que hoje financiaram das 11 ás tres horas da tarde.

Aulas

Desde a sua inauguração, em 4 de Novembro, até 31 de Dezembro, houve 51 dias de trabalho, tendo deixado de haver aula no dia de Natal, apezar de terem comparecido as professoras, porque tendo comparecido somente 4 alumnos, julguei conveniente fechar o estabelecimento nesse dia.

Em Diamantina é muito difficil obter frequencia regular nos dias santificados, pelo costume inveterado que tem o povo de guardal-os.

Nas aulas havidas foi de [320] o total da frequencia, que dá a media diaria de 29 por escola. Tiveram frequencia legal apenas 207 alumnos.

Como expliquei a V. Excia só de Março em diante, após as ferias e os últimos concertos do prédio, poderá este Grupo ter a matricula e a frequencia legaes, visto como numerosos alumnos pretendem matricular-se nessa ocassião.

Illmo Exmo Sr. Dr. Manoel Thomaz de Carvalho Britto, D.D. Secretaria do Interior.

Diamantina, 31 de Dezembro de 1907.

Cícero Alpino Caldeira Brant, Director do Grupo Escolar.

***

Illmo Exmo Sr.

Apezar de não estar terminado o trabalho de adaptação do prédio do Grupo Escolar (que poderá demorar ainda um mez), abri as aulas hoje, comparecendo todas as professoras e os dous funccionarios que foram empossados pelo Inspector Escolar, achando-se presente á matricula 210 alumnos de ambos sexos.

Espero, porem, dentro em poucos dias attingir ao numero de 320, aproveitando o ensejo para vos consultar si, completo a- aquelle numero,poderei acceitar mais alumnos á matricula.

Não tendo ainda os livros de escripturação, apezar de tel-os requisitado há mais de um mez do Inspector Escolar, estou servindo com livros provisórios, até que obtenha os primeiros.

Sendo a mobília que possuímos muito falha e deficiente, estamos luctando com muitas difficuldades, para a perfeita regularisação do funcionamento das aulas.

Estou organisando a matricula parcial dos alumnos nos diversos annos e logo terminar vos remetter.

Outra grande difficuldade que surgiu-é a falta quasi absoluta de livros escolares, não havendo nesta cidade livraria em que se possa obtel-os.

Só havendo neste edificio um pequeno pateo, luctando as professoras com grande difficuldade para a execução dos exercícios gymasticos.

Illmo Exmo Sr. Dr. Manoel Thomaz de Carvalho Britto, D.D. Secretaria do Interior.

Diamantina, 4 de novembro de 1907.

Cícero Alpino Caldeira Brant.

***

Installação e posse

No dia 4 de Novembro de 1907, achando-se presentes no edificio de Grupo Escolar de Diamantina, o inspector escolar em exercício Exmo Sr. Padre Porphyrio Fernandes de Azevedo, o Diretor Cicero Alpino Caldeira Brant, as professoras: D.Eponina da Matta Machado, Edesia Corrêa Rabello, Hilda Rabello Matta, Lizeta Queiroga, Marianna Corrêa de Oliveira Mourão, Agostinha de Sa Corrêa Rabello, Julia Kubitchek e Custodia Brant; os empregados Francisco Regulo Perpetuo e D. Augusta Bago, o sr. Inspector Escolar deu posse a todos esses funccionarios e declarou installado o Grupo.

Compareceram á installação noventa e sete meninas e cento e treze meninos matriculados, que foram repartidos pelos respectivos annos do Grupo Escolar, continuando a matricula aberta até o fim do corrente mez.

Pe. Porphyrio Fernandes de Azevedo
Supplente do Inspector escolar municipal
Cicero Alpino Caldeira Brant, Director.
Edesia Corrêa Rabello
Hilda Rabello da Matta Machado
Eponina da Matta Machado
Lizeta d'Queiroga
Custodia Brant
Marianna Corrêa de Oliveira Mourão
Agostinha de Sa Corrêa Rabello
Julia Kubitschek

A servente Augusta Bago
Francisco Regulo Perpetuo

***

4ª Secção
Instrução Primaria

Em substituição aos boletins diarios o director do Grupo de Diamantina apresenta este relatório de que se pode fazer este resumo.

Não está completamente adaptado o predio em que funcciona o Grupo, o recreio não está ainda prompto; das carteiras, daqui remettidas, 17 chegaram muito estragadas e vão ser concertadas.

Pede o fornecimento de duas bolas para o jogo de foot-baal. Por mais que tenha se esforçado, não tem conseguido que a maioria dos alumnos esteja á hora marcada no estabelecimento.

As professoras, que não dispoem de pleno conhecimento do novo regulamento do ensino, se esforçam para cumprir seu dever.

A matricula do Grupo é de 309 alumnos, esperando que se suba a 400 no corrente ano.

Trata, afinal, do funcionamento das aulas, da bibliotheca do Grupo e da Caixa Escolar e dá uma lista das professoras da zona que tem frequentado o estabelecimento.

Fala em remetter um relatorio como este, em vez do boletim mensal.

Deve-se auctorizar a compra, onde houver.

***

Exmo Sr. Dr. Manoel Thomaz de Carvalho Britto
Saudações

Em obediência ás ordens de V. Exª passo a fazer um relatório minucioso das providencias que julgo deverem ser tomadas, para installação do Grupo Escolar em Diamantina.

A Camara Municipal já offereceu ao governo mineiro, para a inauguração d'esse instituto de ensino, o edificio da extincta Escola Normal, predio este que se presta muito bem, em caracter provisorio, ao referido fim, como V. Exª poderá verificar pela planta que já foi enviada há mezes pelo Sr. Agente Executivo. Com peque-

na despeza por parte do governo, o citado prédio ficará perfeitamente adaptado ao funccionamento do Grupo Escolar, de conformidade com os requisitos exigidos pelo art.1º. do Decr. nº 1.970 de 3 de Janeiro de 1904. Esses reparos, porém, poderão ser executados mesmo depois da abertura das aulas, sem inconveniente ou perturbação de especie alguma. O governo de S. Paulo, quando organisou a Reforma da Instrução Publica, pela lei n. 8, de 8 de Setembro de 1892, installou provisoriamente os Grupos Escolares em edificios que foram posteriormente adaptados ás exigencias da lei, mandando em alguns casos construir predios proprios.

O edificio em que funccionou a Escola Normal d'esta cidade acha-se em bom estado de conservação, dispondo dos seguintes moveis, cuja relação me foi graciosamente fornecida pelo ex-diretor Sr. Joaquim José Pedro Lessa:

1º Anno

24 bancos-carteiras fixos, de bôa madeira; 1 mesa envernisada, com gaveta; 1 cadeira de palhinha; 1 estrado; 1 quadro negro para exercícios; sala muito vasta, com 8 longas janellas envidraçadas.

2º Anno

12 bancos-carteiras fixos; de bôa madeira; 1 grande quadro-mappa dos Estados Unidos do Brasil, com lithografias da Capital-Federal, mandando organisar sob a direção do Sr. Barão do Rio Branco (1893); 1 mesa envernisada com gaveta, de boa madeira; 1 estrado; 1 quadro negro; bôa e vasta sala com 4 largas janellas envidraçadas.

3º Anno

10 bancos-carteiras fixos, de bôa madeira; 1 quadro negro; 2 bancos moveis, em bom uso; 1 mesa envernisada com gaveta; 1 estrado; bôa sala com 5 janellas envidraçadas.

4º Anno

10 bancos carteiras fixos; de bôa madeira; 1 grande quadro negro; 1 mesinha, sem gaveta; 1 estrado; bôa sala com 2 vastas janellas envidraçadas.

Nota - Cada banco-carteira tem capacidade para 5 alunnos. Em cada sala ha certos pequenos utensilios e uma escavadeira de agatha para o professor. A bandeira nacional está muito descurada e [imprestável].

Sala de recreio (antiga aula pratica feminina): Vasta, com duas grandes janellas envidraçadas; uma grande de bôa madeira, com 25 palmos de comprimento e quase 8 de largura; 1 reservatorio para agua, armado de bôa madeira e 1 bacia de mental; 1 banco tosco; ahi está collocada em compartimento pequeno, contigo, uma latrina de madeira e sem arte.

Salão da aula pratica: Vasta sala, servida por um gabinete próximo, onde estão collocados objectos e mobília inutilizada.

Pavimento do 1º. Andar, á esquerda da portaria: Entra o ar e a luz por 4 grandes janellas envidraçadas. Mobilia: 14 mesinhas de cedro, iguais e bem feitas, sem gaveta; 6 bancos bons; 3 bancos ordinários, 1 mesa envernisada, bôa madeira, já em uso; 1 estrado; 1 quadro negro; 2 quadros allegoricos da morte do justo e do pecador, com vidro; um dito da Virgem, com moldura e vidro. (Ambos serão retirados para lugar conveniente). 2 pequenos mappas geographicos; duas mesinhas; 1 mesa de bôa madeira, com 12 palmos de comprimento e 5 de largura; 1 pote; 1 caneca de Agatha e 2 pequenos quadros d parede.

Sala da Secretaria: Numa sala contigua está suspenso um bom sino.

Mobilia: 2 bancos muito bons; 1 banco tosco; 2 bancos pequenos; 2 mesas envernisadas, em bom uso, com gavetas; 1 bom relogio americano, de parede. Na sala de trabalho da secretaria existem: 1 de bôa mesa envernisada, com 2 gavetas; 2 tinteiros de vidro; 1 regua; 1 matta- borrão; um mappa do antigo Contestado franco-brasileiro; um panorama da Bahia do Rio de Janeiro, por occasião da Revolta da Armada, de 5 de setembro de 1893; 1 bom armário grande, oleado; 1 armario pequeno; 1 menor, envernisado, com portas de vidraça; nelles está depositado o archivo da extincta Escola Normal; 1 bom sofá de jacarandá, com encosto; ha uma duzia de cadeiras de palhinha, estando 3 já inutilisadas; 1 deposito de agua; pote, caneca, copo de vidro, um balde, 1 espanador; commodo reservado na Portaria, especial para mictório, com vasos propios; 1 globo geographico, bem armado, em muito bom uso; 1 grande carta geographica do Brasil, em bom uso; alguns livros escolares; 1 bacia de agatha e 1 tamborete de madeira; 1 tamborete de palhinha, 1 campainha de metal.

Salão de recreio: Vasto, arejado, com 4 grandes janellas envidraçadas; 2 bancos grandes toscos. Existe em um dos angulos um pequeno commodo que serve de deposito de objectos inutilisados. O edificio tem um terreno annexo, servido por um portão em [bom] estado; para ahi deitam 2 vastos commodos terreos.

Laboratorio: Existe um gabinete de physica e chimica, muito regular e em condições de pestar bom auxilio ao ensino pratico das disciplinas que constituem o estudo elementar das sciencias naturaes. O mobiliario da sala, bem vasta arejada, com 5 janellas bilateraes envidraçadas, é o seguinte; 1 mesa com estrado; 1 dita; 1 quadro negro; 3 desenhos a tinta do corpo humano; 2 bons bancos; 3 bancos ordinários; 1 grande e excelente mesa, com 2 gavetas; 1 deposito de água; 1 espanador; 1 bacia de follhão.

Na organização do Grupo Escolar, talvez possam ser aproveitadas algumas professoras das escolas publicas e particulares d'esta cidade, pois dentre ellas umas quatro sobresahem pelo zelo, competência e escrupuloso cumprimento do dever, sendo perfeitamente capazes de se iniciar na nova e fecunda orientação que ao ensino publico vae dando o patriotico governo de Minas. Ha em Diamantina 8 escolas publicas, regidas pelas professoras normalistas: Julia Kubitschek, Marianna Corrêa de Oliveira Mourão, Almerinda Augusta Ribeiro, Angélica Augusta Vieira, Agostinha de Sá Corrêa Rabello, Liseta de Queiroga, Guilhermina Cândida Dayrell e Emilia Angélica das Neves. Ha tambem as escolas particulares de João da Matta Gomes Ribeiro Sobrinho e Adelina de Aguilar Bello, que são subvencionadas pela municipalidade, as escolas das normalistas Marianna Hygina de Miranda e Maria (...) de Medeiros Valle e as duas que a "União Operaria" montou: uma para o sexo masculino e entra para o feminino, que são regidas pelos normalistas Margarida Moreira da Costa e Maria José da Silveira.

Depois da nomeação das professoras que V. Exª. em seu alto criterio julgar competentes para os trabalhos escolares, é de urgente necessidade a remessa a quem de direito dos livros de escripturação, de que tracta o art. 46 do Decreto n. 1.970. Alguns dias antes da inauguração do Grupo Escolar, o director e as professoras devem reunir-se, para tratarem da organisação das classes, da discriminação dos professores pelos diversos annos, da organisação do horario e da solemnidade da installação, para perfeita execução do Decr. n. 1.970 (...).

O mobiliario existente no edificio que a Camara Municipal offereceu ao governo parece-me que poderá servir provisoriamente para o funccionamento do Grupo Escolar, até que V. Exª julgue opportuna a remessa das carteiras hygienicas, preconisadas pela pedagogia moderna e já adquiridas pelo patriótico governo do Estado.

Em resumo, as providencias que julgo deverem ser tomadas para a installação do Grupo Escolar com a maxima urgencia, são: nomeação dos funccionarios docentes e administrativos; remessa dos livros de escripturação e livros escolares; uma pequena verba, para as primeiras necessidades, da inauguração; visto como predio se adapta perfeitamente para uma installação provisoria, como já ficou dito, e dispõe de material sufficiente para um regular numero de alunnos.

Aguardando as ordens de V. Exª. subescrevo-me com a mais alta estima e consideração.

Cicero Alpino Caldeira Brant.

Diamantina, 14 de Janeiro de 1907.

***

4ª Secção

9-X-07

A secção pede licença para adquirir os artigos de expediente infra necessários ao Grupo Escolar de Diamantina.

200 fs. 1 livro para ponto de entrada e sahida.

100 fs. 1 dito para inventario.

100 fs. 1 dito para bibliotheca escolar

100 fs. 1 dito para registro da folha de pagamento

200 fs. 1 dito para escripturação de Caixa Escolar

100 fs. 1 dito para termos de visitas e de actos

100 fs. 1 dito para o termo de posse.

***

DOCUMENTO SI - 2832 – 1908

Grupo Escolar de Diamantina

4ª S.

Sr. Dr. Cicero Alpino Caldeira Brant, Director do Grupo Escolar de Diamntina.

Á vista do vosso relatório de 31 de Dezembro do anno findo, autorizo-vos a adquirir onde julgares mais conveniente, as duas bolas de foot-ball com o fim de instituir este sport aos alumnos desse grupo. Cientifico-vos ainda que de accordo com o Regulamento da Instrução, deveis remetter a esta Secretaria os boletins diários, ao invez de relatórios, como vos propondes a fazer.

***

DOCUMENTO SI 2850, 1908

Relatório do Diretor do Grupo Escolar de Diamantina a Secretaria do Interior

Exmo Sr.

As aulas d'este estabelecimento começaram a funcionar em 4 de Novembro do anno passado. Em Dezembro, achando-se o predio ainda em trabalhos de adaptações, eu vos remetti um relatório completo das obras que se iam effetuando e das necessidades mais urgentes do Grupo Escolar. Nestas condições, eu resolvera mandar outro relatório de que tracta o Art. 62 do Decr. nº 1969, de 3 de Janeiro de 1907, em Dezembro do corrente ano de 1908, depois de completamente terminada a difficil adaptação do prédio. Mas, em obediência ao vosso officio de 4 do corrente, apresso-me em vós enviar o relatório pedido.

Professoras

São as seguintes as professoras d'este Grupo Escolar:

Sexo Masculino

1º Anno- D. Marianna Corrêa de Oliveira Mourão.

2º Anno- D. Julia Kubitschek

3º Anno- D. Eponina da Matta Machado

4º Anno- D. Agostinha de Sá Corrêa Rabello.

Sexo Feminino

1º Anno- D. Custodia Brant.

2º Anno- D. Liseta de Oliveira Queiroga

3º Anno- D. Hilda Rabello da Matta Machado

4º Anno- D. Edésia Corrêa Rabello.

Tenho prazer em vos communicar que as oito professoras têm sabido cumprir os seus deveres, não faltando nenhuma d'ellas mais que 3 vezes por mez, faltas que lhes têm sido dispensadas pelo Inspector Escolar, conforme a letra do Regulamento. Nenhuma d'ellas requereu ainda qualquer licença.

Alumnos

Acham-se matriculados neste estabelecimento 337 alumnos de ambos sexos (sem contar os ouvintes), sendo 161 do sexo masculino e 176 do sexo feminino, todos em idade escolar e brasileiras.

Ficam assim discriminados pelas classes:

Sexo Feminino

1º Anno - 93.

2º Anno - 50.

3º Anno - 22.

4º Anno - 11.

Sexo Masculino

1º Anno - 89.

2º Anno - 26.

3º Anno - 37.

4º Anno - 9.

Por ordem vossa, o encerramento das aulas foi adiado para 15 de Janeiro e a abertura da matricula para 7 de Março do corrente anno.

Começaram a funccionar as aulas no dia 23 de Março, conforme vos telegraphei e desde essa data até hoje têm tido a frequencia legal 264 alumnos, 158 do sexo masculino e 106 do sexo feminino.

Neste Grupo Escolar os alumnos dos dous sexos estão completamente separados. Nos respectivos pateos não é abolutamente possível plantar jardim: no das meninas, por ser pequeno; nos dos meninos, por ser destinado ás evoluções militares.

Ha uma lacuna sensível neste predio: a falta de local apropriado para Museu e Bibliotheca, visto como as commodos, que poderiam para isso servir, estão sendo adaptado para as futuras officinas, conforme exige a planta.

Uma parte do Programa não tem podido por enquanto ser executada - os trabalhos technicos para os alumnos do 4º anno do sexo masculino, das 2 ás 3 horas, tendo eu provisoriamente substituido esta matéria por Licção de Cousas, conforme já vos officiei.

Aproveito o ensejo para chamar a vossa attenção sobre os inconvenientes do horário actual. As aulas deviam começar ás 11 horas (como em S.Paulo), pois é muito difficil conseguir que os alumnos frequentem o Grupo nos dias santificados.

Communico-vos ainda que, por ordem do Exmo. Sr. Dr. Chefe de Policia, foi posto á disposição d'este estabelecimento o cabo graduado do 3º Batalhão, Leopoldo Augusto de Moura, que com muito proveito está instruindo os alumnos nas evoluções militares. Eu pedira um instructor ao Major Pedro Jorge Brandão, commandante do 3º batalhão, que por sua vez officiou ao Exmo. Sr. Dr. Chefe de Policia.

Material escolar

Eis a relação do material escolar que a Secretaria do Interior remetteu para este estabelecimento em Outubro de 1907, só aqui chegando em Novembro:

8 mappas do Brasil de Julio Pinto, 400 lapis pretos, 400 canetas, 8 caixas de poemas, 16 caixas de giz, 2 caixas de tinta (péssima), 2 cartas de Parkor, 500 boletins escolares, 100 livros de leitura de Hilario Ribeiro, 100 Arithmetica de Eugenio Wernek, 20 livros de Balac e M. Bomfim, 1 livro para matricula, 8 para ponto diário, 1 para ponto de entrada e sahida, 1 para registro de folha de pagamento, 1 para escripturação da caixa escolar, 1 termo de visitas e actas, 1 termo de posse, 8 maços de livros para professores.

Posteriormente o Sr. Arthur Joviano me remetteu uma grande quantidade de seus livros que eu destribui entre os alumnos e alumnas do 1º anno.

Matéria necessario

Remetto-vos agora as listas do material necessário a este Grupo, conforme me foram fornecidas pelas professoras das 8 classes:

1º Anno (sexo masculino e feminino): 20 primeiros livros de Arthur Joviano, 100 Segundos livros de Hilario Ribeiro e 1 Diccionario português.

2º Anno do sexo masculino:
"Amiguinho de Nhonhô": 30
Modelos de Letra vertical: 30
Poesias infantis de Olavo Bilac: 1
Licção de Historia Natural, Physica e Hygiene: 1
Instrução Moral e Civica: 1
História do Brasil: 1
Arthmetica por Ramon R. Dordal: 1
Geographia de Minas: 1
Manual de Gymnastica escolar: 1

2º Anno do sexo feminino:
A professora exige os mesmos livros anteriores.

3º Anno do sexo Masculino:
Contos Pátrios, de Olavo Bilac
Livros manuscriptos
Geographia
Poesias Infantins por Olavo Bilac
Diccionario dos verbos irregulares
Educação Moral Cívica por Hilario Ribeiro
Arthmetica por Ramon R. Dordal
Historia Natural
Modelos de exercícios calhigraphicos, um mappa do Brasil, 1 quadro do Systhema Metrico e as "Ephemerides Mineiras"

3º Anno do sexo feminino:
Contos Patrios de Olavo Bilac: 8

Modelos de exercícios calhigraphicos
Livros manuscriptos: 8
Arithmetica de Ramon R. Dordal: 1
Geometria: 8
Modelo de esboços de corpos simples.
Historia Natural: 1
Instrucção Moral e Cívica: 1
Poesias Infantis por Olavo Bilac: 8
Mappa do Brasil: 1
Quadro do Systhema Metrico: 1

4º Anno do sexo masculino:
Quarto Livro de Felisberto de Carvalho: 6
Livro manuscripto: 10
Licções Cívicas por Antonio A. Velloso: 10
Geographia: 1
Historia do Brasil: 1
Mappa do Estado de Minas: 1
Instrumento para fazer ao natural croquis simples: 1

4º Anno do sexo feminino:
Os mesmos livros requesitados pela professora do 4º anno do sexo masculino e mais uma machina de costura, de pé.

Antes de terminar este relatorio, communico-vos que, não tendo sido possivel organisar a Caixa Escolar, temos luctado com grande difficuldade para fornecer aos alumnos pobres (que são a grande maioria) papel, tintas, etc.

Seria de muito proveito para o ensino que nomeais duas professoras adjuntas – uma para o 1º anno do sexo feminino – pois nestas duas classes há tantos alumnos que se torna muito difficil a execução do programa.

Saude e Fraternidade

Illmo Exmo Sr. Dr. Manoel Thomaz de Carvalho Britto, D. D. Secretario do Interior.

Grupo Escolar de Diamantina, 15 de Abril de 1908.

O Director: Cicero Alpino Caldeira Brant.

***

Illmo Exmo Sr.

(...)

A patriotica Camara Municipal d'esta cidade continua a dar ao Grupo a subvenção mensal de 50$000 que tem sido empregada em fornecer roupa aos alumnos pobres e em comprar algum material necessário. No dia 21 do mez passado houve no Theatro Santa Isabel um grande concerto musical em beneficio do Grupo Escolar, que entretanto só recebeu dos organizadores a quantia de 89$000! Toda a receita e despeza estão regularmente lançadas no livro da Caixa Escolar.

(...)

Saúde e Fraternidade

Illmo Exmo Sr. Dr. Manoel Thomaz de Carvalho Britto, D. Secretaria do Interior.

Grupo Escolar de Diamantina, 3 de Julho de 1908.

O Director:

Cicero Alpino Caldeira Brant.

***

Illmo Exmo Sr.

Tenho a honra de comunicar-vos que no dia 7 abriu-se solemnemente a matricula neste Grupo Escolar, comparecendo a banda de musica do 3º batalhão, alumnos, familias, cavalheiros, autoridades escolares, etc, encerrando-se hoje, com a inscripção de 318 alumnos de ambos os sexos. Como em tempo vos participei, este estabelecimento podia perfeitamente ter uma matricula superior a 400 alumnos.

Entretanto alguns motivos impediram que se attingisse mesmo a exigência legal:

1º) A permanencia de tres escolas isoladas, que continuam funccionando, apezar de suspensas. As professoras tem obtido com um grande favor que os paes impeçam os filhos de matricular-se no Grupo e que vão frequentar as suas escolas, sob o pretexto (...) de que o Grupo não precisa de numero de alumnos e que suas escolas serão restabelecidas, caso apresentem frequencia, em detrimento do Grupo Escolar.

2º) Até o uniforme e as evoluções militares tem assustado espiritos fracos, que suppõem que o Governo está preparando a execução do sorteio militar, que é terrível (...) para o povo simples.

Espero, porém, que essas pequenas contrariedades desappareçam em breve e que este esabelecimento corresponda aos patrióticos intuitos do Governo Mineiro, tornando-se um modelo para os institutos congeneres do Norte do Estado.

Dentro de dous dia remetterei a essa secretaria as matriculas parciais das 8 classes do Grupo.

Saúde e Fraternidade
Illmo Exmo Sr. Dr. Manoel Thomaz de Carvalho Britto, Secretaria do Interior.
Grupo Escolar de Diamantina, 21 de Março de 1908.
O Director: Cicero Arpino Caldeira Brant.

***

Illmo Exmo Sr

Não tendo até o presente recebido os boletins diários, envio-vos os boletins mensaes que me foram remettidos pela Secretaria do Interior.

Matriculas

Tendo-se encerrado a matricula d'este Grupo apenas com 342 alumnos, vós me officiaste que me esforçasse para atingir ao menos ao numero de 400. Nestas condições, tendo eu e as professoras empregado os maiores esforços, conseguimos subir a matricula até o fim do mez passado a 368 alumnos, sendo 183 do sexo masculino e 185 do feminino. Entretanto a matricula continua aberta, tendo subido hoje a 392 alumnos.

A matricula relativamente pequena d'este estabelecimento é devida a duas causas principaes: 1º) Além de varias escolas particulares que movem uma surda hostilidade a este Grupo, duas escolas publicas já por vós supprimidas continuam a funccionar, tendo as respecivas professoras por único intuito prejudicar a matricula do Grupo, pois apezar dos conselhos do Inspector Escolar, ellas continuam por todos os meios a reter os alumnos, na esperança de que as suas escolas sejam restabelecidas. 2º) O boato perfido ou (...) ignorante de que as evoluções militares estão preparando os alumnos para o sorteio [militar] tem impedido que alguns paes matriculem os seus filhos. Entretanto este receio ridículo vai desapparecendo aos poucos, notando-se entre os alumnos grande enthusiasmo pelos exercícios physicos e pelas evoluções militares.

Aulas

Durante o mez de Abril proximo passado houve 22 dias lectivos, não se contando quinta-feira santa, sexta e sabbado, dias em que os alumnos não compareceram. Como já vos communiquei, é quasi impossível obter a frequencia nos dias santificados da Igreja.

A aula do 1º anno do sexo masculino estando muito repleta de alumnos, eu a dividi por suas professoras e uni o 4º anno ao 3º. Para melhorar a execução do programas.

Caixa Escolar

A pedido meu, a patriotica Camara Municipal d'esta cidade votou a verba de 600$000 annuaes, para o fornecimento de uniformes e material escolar aos alumnos pobres do Grupo. É pouco ainda, mas eu tenho fundadas esperanças que na proxima sessão essa subvenção seja elevada a 1.200$000 annuaes.

Batalhão Infantil

Quase todos os alumnos já se acham uniformisados e constituídos num batalhão, disciplinados, com um instructor militar cedido pelo Exmo Sr. Dr. Chefe De Policia.

As graduações d'este batalhão são feitas de conformidade com o progresso e procedimento dos alumnos em aula, o que muito tem concorrido para fortificar a disciplina.

Festas cívicas

Resolvi solemnisar os feriados nacionais com festas cívicas, tendo já havido no dia 21 de Abril brilhantes festejos neste estabelecimento, conforme publicaram as folhas locaes e o "Minas Geraes".

Na data cívica da libertação dos escravos, a 13 do corrente, haverá no Grupo uma solemnidade ainda mais brilhante que a de 21 de Abril.

Com esta e com outras providencias eu espero que a matricula dentro em breve exceda de 400 alumnos.

Saúde e Fraternidade

Illmo Exmo Sr. Dr. Manoel Thomaz de Carvalho Britto, D. D. Secretaria do Interior.

Diamantina, 4 de Maio de 1908

Cicero Arpino Caldeira Brant, Director do Grupo Escolar.

***

Illmo Exmo Sr.

Mais uma vez chamo vossa esclarecida attenção para um facto que muito tem prejudicado a frequencia e a disciplina do Grupo Escolar: a inutil manutenção da escola publica de D. Guilhermina Cândida Dayrell, num dos pontos mais povoados d'esta cidade - a Rua do Rosario. Diamantina tendo um grupo, com capacidade para mais de 500 alumnos, não necessita absolutamente de mais escolas publicas. A escola que existe nesta cidade é uma despeza inutil para o governo e quebra a unidade do ensino nesta cidade, onde já existem muitas escolas particulares, entre os quaes: a do Collegio de N. S. das Dores, duas da União Operaria, etc.

A suppressão da escola regida por D. Guilhermina Cândida Dayrell é de grande necessidade para que se augmente a frequencia do Grupo.

Saúde e Fraternidade

Illmo. Exmo. Sr. Dr. Manoel Thomaz de Carvalho Britto, D.D. Secretario do Interior.

Diamantina, 19 de Outubro de 1908.

Cícero Arpino Caldeira Brant, Director.

***

Illmo Exmo Sr.

Communico-vos que ha um mez já se acham funcionando regularmente as aulas profissionaes de alfaiataria, marcenaria e carpintaria, dirigidas pelos mestres mais habeis de Diamantina. Si o patriotico Governo do Estado fornecer a este Grupo uma subvenção annual, poderemos crear mais outros cursos, taes como: ourivesaria, a sapataria, typografia, etc. Com uma subvenção annual de 3.600$000 (que é dada ao Grupo de Lavras) todas estas officinas poderão ser mantidas.

Do contrario, muito a meu pezar terei de suprimir esse curso, por impossibilidade absoluta de mantel-o.

Saúde e Fraternidade

Illmo Exmo Sr. Dr. Manoel Thomaz de Carvalho Britto, D. D. Secretaria do Interior.

Grupo Escolar de Diamantina, 3 de Setembro de 1908.
Cicero Alpino Caldeira Brant, Director.

***

Illmo Exmo Sr.

Communico-vos que estando quase extincta a epidemia do sarampo nesta cidade, resolvi [retomar] as aulas d'este Grupo no dia 2 do corrente, por autorisação do Dr. Alexandre da Silva Maia, delegado de hygiene. Aproveito o ensejo para pedir-vos a remessa pelo correio de alguns exemplares dos "Rudimentos de Historia Patria" de Estevam de Oliveira.

Saúde e Fraternidade

Illmo Exmo Sr. Dr. Estevam Leite de Magalhães Pinto, D. D. Secretaria do Interior.

Diamantina, 3 de Agosto de 1909
Cicero Alpino Caldeira Brant, Director.

**

DOCUMENTO SI 3030, 1910

Inspecção da 7ª Circuncripção

Relatório apresentado ao Exmo Sr. Dr. Secretario do Interior pelo Inspector Technico da 7ª Circunscripção Litteraria

(...)

Para celebrar a festa da Bandeira combinei com a Exma directora do Grupo que fossem distribuídos os certificados de curso neste dia de festa do nosso Augusto Pavilhão. E de facto assim se fez, sendo distribuídos 17 certificados, 10 aos que concluíram o anno passado, e 7 aos deste anno. Houve modesta sessão litteraria, [quando] fallei sobre a instrução e os alumnos contaram hymnos e se formou o batalhão infantil. Aquelles lançaram flores sobre o emblema da Pátria e estes fizeram-lhe continências (os alumnos). Compareceu a banda de musica do 3º batalhão. Foram muito saudados os nomes do Exmº. Dr. Wenceslau Braz, dos Drs. Estevam Pinto e Carvalho de Britto.

Illmº e Exm º Sr. Dr. Estevão Leite de Magalhães Pinto, D. D. Secretario do Interior de Minas.

Diamantina, 30 de novembro de 1909

O inspector technico
Polydoro dos Reis Figueiredo

***

Exmo. Sr. Dr. Secretario do Interior

Venho desempenhar-me do dever de apresentar a V. Exª o relatorio do movimento do grupo escolar d'esta cidade no anno findo de 1910, segundo a prescripção do art. 62 do Regimento Interno, approvado pelo Dec. nº 1969 de 3 de Janeiro de 1907.

Releva começar renovando a respeitosa reclamação e para isto invoco a benevolência de Vª.Exª., que tive a honra de fazer por telegrama dirigido ao digno Exmo. Sr. Dr. Secretario de Finanças, quando interinamente na Pasta do Interior substituio a V. Exª que se achava ausente.

Eis o (...) telegrama de 20 de Outubro passado: "Exmo. Sr. Dr. Secretario do Interior. Peço (...) informar V. Exª que o officio do dia 3, publicado no Minas Geraes, Sexta Secção, mandando o Inspector Madureira informar sobre as causas da indisciplina dos alumnos d'este Grupo, e as que concorrem para decahimento do mesmo perante o espírito local publico causou sensação aqui. Pois que taes factos não são verdadeiros, nem consta accusação neste sentido. Todos os termos de visitas [são] referencias honrosas, nunca qualquer Inspector tendo feito observações a esse respeito. A Imprensa local sem excepção sempre se referio ao Grupo com palavras de elogio. Parece haver engano devendo o officcio se referir a outro Grupo. Rogo a V. Exª. determinar que, verificado o engano, seja retificado. Saudações respeitosas."

Em officio de 31 do mesmo mez solicitei de V. Exª solução ao assumpto d'este telegrama e infelizmente até esta data está de pé a accusação consequente evidentemente de um engano d'essa Secretaria.

E me seja licito para amparo de minha solemne affirmação transcrever o seguinte topico do termo de visita feita pelo Sr. Inspector Techinico José Madureira d' Oliveira, poucos dias depois de haver recebido o officio a que se refere o meu telegramma: "Repetindo hoje visita ao Grupo Escolar desta cidade, encontrei em exercício de suas funcções todo o pessoal docente leccionando aos 196 alumnos que encontrei presentes. Não observei anormalidade alguma que mereça especial menção, encontrando bôa ordem e regularidade nos trabalhos escolares e podendo constatar que vai bem a disciplina dos alumnos não só nas classes como em geral. Folgo de consignar aqui que as instruções de meu termo de visita anterior vão sendo postas em pratica: dada a competência e reconhecida solicitude da actual Directora alliada á efficaz e intelligente collaboração das Exmas Professoras,

conto ver em breve este estabelecimento em posição real de destaque entre os seus congêneres no Estado."

Passo agora ao resumo da vida d'este estabelecimento durante o anno findo, de accordo com o art.62 do Regimento Interno. Matricularam-se no primeiro semestre 309 alumnos, sendo 175 do sexo masculino e 134 do sexo feminino, cuja distribuição pelos differentes annos do curso custa do quadro annexo.

No 2º semestre foram matriculados 46 alumnos e excluídos, em virtude do art.42 do Regimento Interno 58. De conformidade com o mesmo artigo no correr do 2º semestre foram excluídos mais de 37.

Todas as professôras mantiveram-se durante o anno na regencia de suas cadeiras com assiduidade e dedicação, tendo apenas a professôra D. Hilda Rabello da Matta gozado de 60 dias de licença para tratar de saude, sendo substituída pela conhecida normalista D. Nicia Côrrea Rabello.

Nos exames finaes do anno procedidos com assistencia das autoridades litterarias, judiciárias, outras funncionarias publicas, representantes de estabelecimentos de instrução, toda a impressa local, pais dos alumnos e muitas pessôas gradas, foram approvadas 15 alumnos, aos quaes, em reunião solemne, foi entregue o respecivo certificado de approvação. São estes os seus nomes: Virginia Aurea da Fonseca, Maria da Conceição Barcellos, Lita Horta Helena Brandão: approvados com distincção. Maria de Lourdes Ramos, Maria Augusta da Cunha, Maria da Conceição Prado, João da Cruz dos Santos, Maria do Amparo Figueiredo, Maria Nazarette Queiroga, Sergio Pinheiro Costa: approvados plenamente. Omar Cautinho e Maria Bernardina dos Santos: approvados simplesmente.

Tiveram tambem approvação para acesso: do 1º anno, 40 alumnos; do 2º, 32; e do 3º, 19.

No primeiro semestre tiveram frequencia legal 183 alumnos; no segundo 188.

Sobre o ensino profissional, reporto-me ao meo relatorio do anno passado, e peço licença para insistir no pedido de autorisação para o estabelecimento de duas officinas annexas ao Grupo.

Na parte material apenas se fez sentir a necessidade inadiavel da cobertura de zinco no pateo destinado ao recreio dos meninos, de modo a abrigal-o da chuva ou de um sol ardente. As despesas com tal obra são avaliadas em 1.500$000.

A receita da Caixa Escolar foi de 570$840 e a despesa 523$280. No corrente anno ficou a Caixa Escolar privada do seu melhor auxilio que era a verba de 600$000 votada pela Camara Municipal, a qual não figura no orçamento d'este anno.

Se for attendida a indicação que faço da cobertura do pateo, teremos ensejo de offerecer ao publico apresentação das creanças do Grupo, estabelecendo assim uma bôa fonte de renda para a Caixa Escolar.

Antes de terminar cumpre desempenhar-me do compromisso tomado em meo officio de 31 outubro do anno passado em resposta do mesmo mez com relação á observação do Sr. Inspector Technico sobre a classificação dos alumnos do 1º anno que não lhe pareceo bem feita, por haver em toda as turmas alumnos adiantados e alumnos atrazados.

Em primeiro logar cumpre assignalar que a observação do digno Sr. Inspector Technico, dado o pequeno tempo de que dispõe para sua inspecção, pode não apanhar de um modo absolutamente exacto o grao de adiantamento de todos os alumnos para estabelecer comparação e gradação entre elles (...). O facto, porem, da differença de grao de adiantamento entre alumnos de uma mesma turma no correr do semestre é perfeitamente natural, dado o melhor desenvolvimento intellectual e assiduidade de um e as falhas e mediocridade de outros.

Só no fim do semestre permitte a Regulamento o acesso, e por isso o facto da desigualdade na mesma turma não é estranhável antes de findo esse período escolar.

Concluindo assim o meu relatorio que se completa com os quadros annexos, invoco a benevolência de V. Exª para suas lacunas.

Diamantina, 31 de Dezembro de 1910.

A Directora do Grupo Escolar.

Marianna Corrêa de Oliveira Mourão.

***

DOCUMENTO 3341, 1910

Exmº. Sr. Dr. Secretario do Interior

(...)

Ausente da circunscripção a 17 e não podendo a ella tornar pelo districto mais próximo - o de Dattas - devido ás mesmas circunstancias que fizeram deixar Diamantina, [realizei] a viagem em direção a Pouso Alto, onde cheguei no dia 29 ao meio dia, iniciando logo a inspecção da escola mixta, única existente, pelo exame da escripturação, e realisando a visita no dia 30 com a assistência ás lições do dia e explicações que [registrei por] escripto no termo de visita.

É titular da cadeira a normalista d. Augusta Lopes dos Santos, esposa do Sr. Leopoldo Santos, diplomada [pela Escola Normal equiparada de Nossa Senhora das Dores], de Diamantina; exerce o magistério há mais de um anno, tendo iniciado o

seu tirocinio no grupo escolar de S. João Envagelista do Peçanha por mim installado em setembro de 1908, por incumbência da Secretaria. Está leccionando mais ou menos segundo o espirito do programa porque se esforça por imprimir ao ensino de quasi todas as materias o caracter pratico, que é para se desejar. Não disciplina, porém, ainda a sua atividade na observancia vigorosa do horário mantendo preleções além dos vinte e cinco minutos de cada lição, o que V.Excia bem o sabe, é sufficiente para impedir a regularidade da organização escolar; e a prova é o canto executado uma só vez ao dia e o recreio de vinte e cinco minutos começando a 1 hora, quando a divisão do trabalho escolar assignala para os exercicios physicos o espaço das 12 horas e 50 minutos a 1 hora e 15 minutos da tarde.

(...)

Convencido de que a professora, que ainda é moça e tem disposição para o magistério, corrigirá as irregularidades a que me referi, deixei-lhe no termo da visita as seguintes intrucções:

"1ª Conveniente ao professor e vantajosa para o ensino a disribuição de matérias annexa ao regimento interno, é indispensavel que se guardevigorosamente para cada lição o prazo de vinte cinco minutos, sendo preferível, quando a classe não a tiver apprendido, fazer-lhe a repetição em outra divisão do horário ou em outro dia da semana, porque aquelle prazo foi estabellecido de accordo com a resitencia intellectual da criança e com a possibilidade de se obter sua attenção sem cansaço e sem tédio."

(...)

"5ª Para livros de consulta indico os seguintes: "Lições de língua patria", por Lindolpho Gomes; "Rudimentos de historia pátria", por Estevão de Oliveira; " Arithmetica" de Ramon Roca Dordal; "Noções de exercicios physicos e naturaes" por V. Montel [?]."

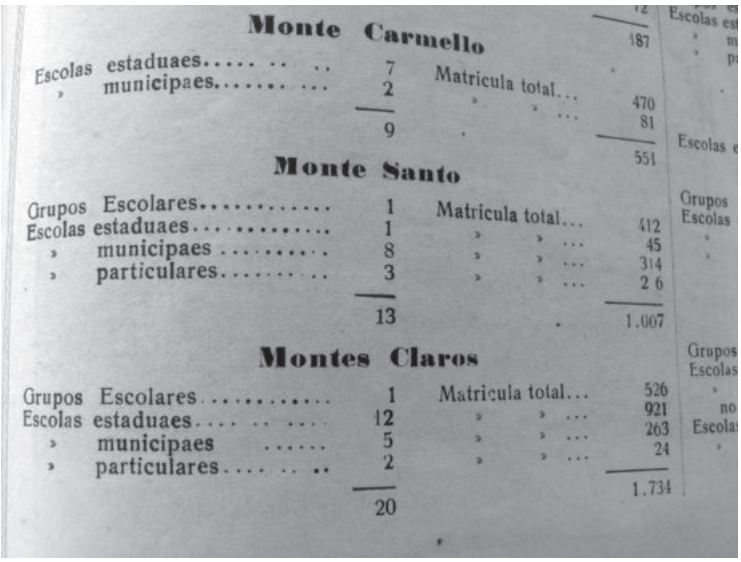
Pouso Alto (municipio de Diamantina), 31 de março de 1910.

O Inspector da 7ª circunscripção

Carlos Leopoldo Dayrell Junior.

***

MONTES CLAROS



Monte Carmello

Escolas estaduaes	7	Matricula total...	187
» municipaes	2	» » ...	470
	9	» ...	81
			551

Monte Santo

Grupos Escolares	1	Matricula total...	412
Escolas estaduaes	1	» » ...	45
» municipaes	8	» » ...	314
» particulares	3	» » ...	2 6
	13		1.007

Montes Claros

Grupos Escolares	1	Matricula total...	526
Escolas estaduaes	12	» » ...	921
» municipaes	5	» » ...	263
» particulares	2	» » ...	24
	20		1.734

Fonte: Revista "Minas Gerais em 1925". Publicada pelo Governo do Presidente de MG Fernando Mello Viana. Localização: Biblioteca Pública Municipal Antonio Teixeira de Carvalho no Centro Cultural de Montes Claros (em 2012).

Grupo Escolar Gonçalvez Chaves, Montes Claros. Foto: Tarcísio Mauro Vago. Data: julho de 2012

CONSULTA: ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (APM), BELO HORIZONTE, MG

Fragmentos de Relatórios da Secretaria do Interior

DOCUMENTO SI 2848, 1908

Relato de professor à Secretaria do Interior

"Montes Claros, 23 - 3 - 1908
Ex.mo Inspetor,

É pela segunda vez que tento uniformisar os meus alumnos, despendendo com os mais indigentes, com o fito de [vencer] a dificuldade do comparecimento nos dias de festa Nacional e exames; agora felismente a reforma da instrucção veio preencher a lacuna que faltava, por pouca vontade dos alumnos e protectores, fazendo germinar nos corações das creanças o amor aos exercícios phyisicos e militares, sendo estes executados pelos alumnos fardados com este estimulo - estão quase todos uniformidades.

Saude e Fraternidade
Jequitahy, 23 de Março de 1908
Illmo. Ex.mo Ins. Pr. Manoel Thomaz de Carvalho Britto
M.P. Secretario do Interior
Luciano Cardoso Souza

***

DOCUMENTO SI 3030, 1910
Secretaria do Interior do Estado de Minas
Bello Horizonte, 1 de fevereiro de 1911

Ao encarregado do Resumo.
2 - 2 - 1911

Em seu relatorio, o director do grupo escolar de Montes Claros queixa-se da falta quase absoluta de material technico para o ensino nas differentes classes do estabelecimento - que se encontra sem quadros-negros, carteiras, livros didacticos,

etc, pelo que se deu nota á 4ª S, para os devidos fins. Nada mais offerece - que possa interessar a Administração, em vista do que mais pode ir ao encarregado do resumo da vida dos grupos.

Valadares.

***

Illmº. Exº Sr. Dr. Secretario do Interior

Honrado pelo Exmo. Governo (...) com a nomeação de director para o grupo escolar desta cidade, assumi o exercício do cargo no dia 19 de Agosto, procurando desde logo [assumir] á distincção que me fora concedida e a confiança em mim depositada. Assim pois, tenho cumprido o preceito legal do art. 62 do decreto 1969 de 1907, fazer sciente de quanto se passou durante a minha curta direcção no anno passado, bem como do mais que diz respeito do movimento do estabelecimento que tenho a honra de dirigir.

A falta quase absoluta de material technico para o trabalho nas differentes classes, tem tornado difficil a creação de programas, cujos os resultados seriam mais proficuos se este estabelecimento fosse como alguns outros, dotado do indispensavel, do menor.

O corpo docente composto de seis professoras e dois professores, [trabalhando] durante as horas regimmentaes, porem, não pode tirar o resultado que era para [esperar-se], por quanto, tudo falta-lhe para o desenvolvimento de sua actividade e capacidade. Predio farto, mas, situado no logar menos populoso da cidade, carteiras, quadros negros, o insignificante numero de livros didacticos, são os elementos com que os professores [lidam] para [realizar os] seus programas de ensino didactico (...).

Falta desta ordem contribue necessariamente para o pequeno resultado que se ha tirado muito como em outros estabelecimentos (...) do Estado, e d'ahi a infrequencia nos [grupos], embora collocados em cidades populosas como esta, em que o numero de creanças em idade escolar é mais que sufficiente para sua manutenção, desde que seja observado o preceito do art.23 do regulamento que baixou com o decreto, nº 1960 de 16 de Dezembro de 1906.

Espero que V.Excia (...) [envie] o material que lhe falta afim de que possa [com] vantagem ser compensado o sacrificio que faz o Estado.

Disciplina Escolar

Cumpre-me dizer com franqueza a V.Excia que pouco tenho conseguido no sentido de melhorar a disciplina, que era péssima (...). [Tenho] feito todos os

esforços contra a má educação domestica que em geral se nota na maior parte das creanças, e, contra [os] arraigados hábitos da antiga educação escolar. Tem sido difficil convencer os responsáveis pela educação dos meninos da utilidade para o ensino do programa actual, preferindo elles a matricula de seus filhos e educandos em escolas isoladas, onde a fiscalização é falha e effectivamente o [ensino] vai sendo feito nos moldes da lesgilação antiga. (...)

Caixa Escolar

A caixa escolar creada por auctorização do art. 58 do decreto 1969, tem insignificante fundo que mal vai suprindo as pequenas necessidades e terá ella de despender maior quantia fornecendo roupas a alumnos pobres que são matriculados no grupo. Tenho esperança de aumentar o fundo escolar, contando com o [trabalho] de distinctas e operosas professoras que se acham sempre dispostas a impulsionar o estabelecimento. A este acompanha o ultimo balancet e da caixa relativa ao mez de Dezembro.

Melhoramento do ensino

Para este fim (...) foram creados no Estado os Grupos escolares, os quaes, só corresponderão aos intuitos do legislado quando forem dotados do [indispensável] para o ensino intuitivo e a pratica das disciplinas, como quer e determina o regulamento do ensino. A este estabelecimento, como já ficou dito, falta quase tudo.

Melhoramento material

O fundo da caixa escolar não supporta maiores despesas, e nem tão pouco, posso despender, sem auctorisação de V.Excia, mais de cem mil reis por mez, conforme dispõe o art 51 do regimmento interno.

O nº VI do art: 1º do mesmo diz que é necessario varanda ou pateo coberto onde alumnos permaneçam nos dias de chuva e nas horas de muito sol, durante o recreio. Esta [é uma] das faltas que [tem esse] estabelecimento, falta que é imprescindível que seja remediada o quanto antes, principalmente no pateo onde recreiam as meninas, por que ellas, ou ficam expostas ao sol ardente ou privadas de recreio nos dias de chuva. Peço a V. Excia auctorização para mandar [constrir] a cobertura, bem como um terraço no pateo dos meninos, onde passam elles fazer os exercicios physicos.

Annexo a esta vai a relação do material escolar existente actualmente no estabelecimento, e que foi por mim recebido e inventariado.

São estas, por esta vez, as informações que passo a V. Excia, e espero com intensa confiança, que serão attendidas as minhas reclamações a medida que forem sendo feitas, com o fim de melhorar o ensino neste estabelecimento.

Pedindo a V. Excia desculpas pela delonga na remessa desta, reitero meus respeitosos protestos de muita consideração e estima.

Saude e Fraternidade
Secretaria do grupo escolar de Montes Claros, 10 de Janeiro de 1911.
O director, Carlos C. Prates.

***

DOCUMENTO SI 3417, 1912

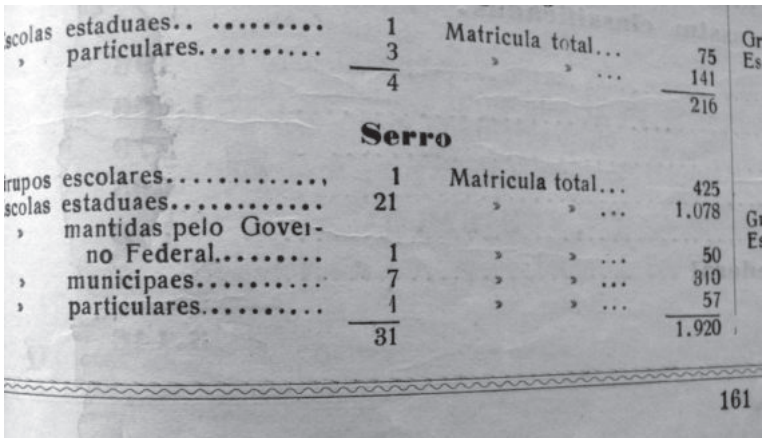
O inspetor Herculano Pereira de Souza, atuando em Montes Claros, anota em seu relatório de 1912:

"Muito pouco ainda é o que se tem feito relativamente aos exercícios physicos, trabalhos manuaes e passeios. Sobre todos esses pontos tenho investido e sei que o mesmo tem feito o Sr. Inspetor regional. Para estas cousas falta enthusiasmo do Sr. Diretor e Professores."

Note-se: entusiasmo inexistente. Sinais da dificuldade de enraizamento da Educação Física nas escolas. Trata-se de um registro que indicia as condições em que a "gymnastica" esteve envolvida em escolas do norte-nordeste de Minas Gerais após a reforma do ensino de 1906.

A afirmação de um novo molde para a escola, com a emergência dos Grupos Escolares e seu programa de ensino, parece ter concorrido para uma significativa expansão de sua presença na educação de crianças. No entanto, é preciso cuidar para não tomar essa expansão como expressão de um movimento homogêneo e uniforme em sua inserção nas escolas primárias mineiras, atentando-se para os contrastes experimentados, às iniciativas tomadas, às precariedades vividas, à reação dos protagonistas. Parece ter sido em circunstâncias muito diversas que seu enraizamento escolar foi paulatinamente se materializando na educação da infância.

SERRO



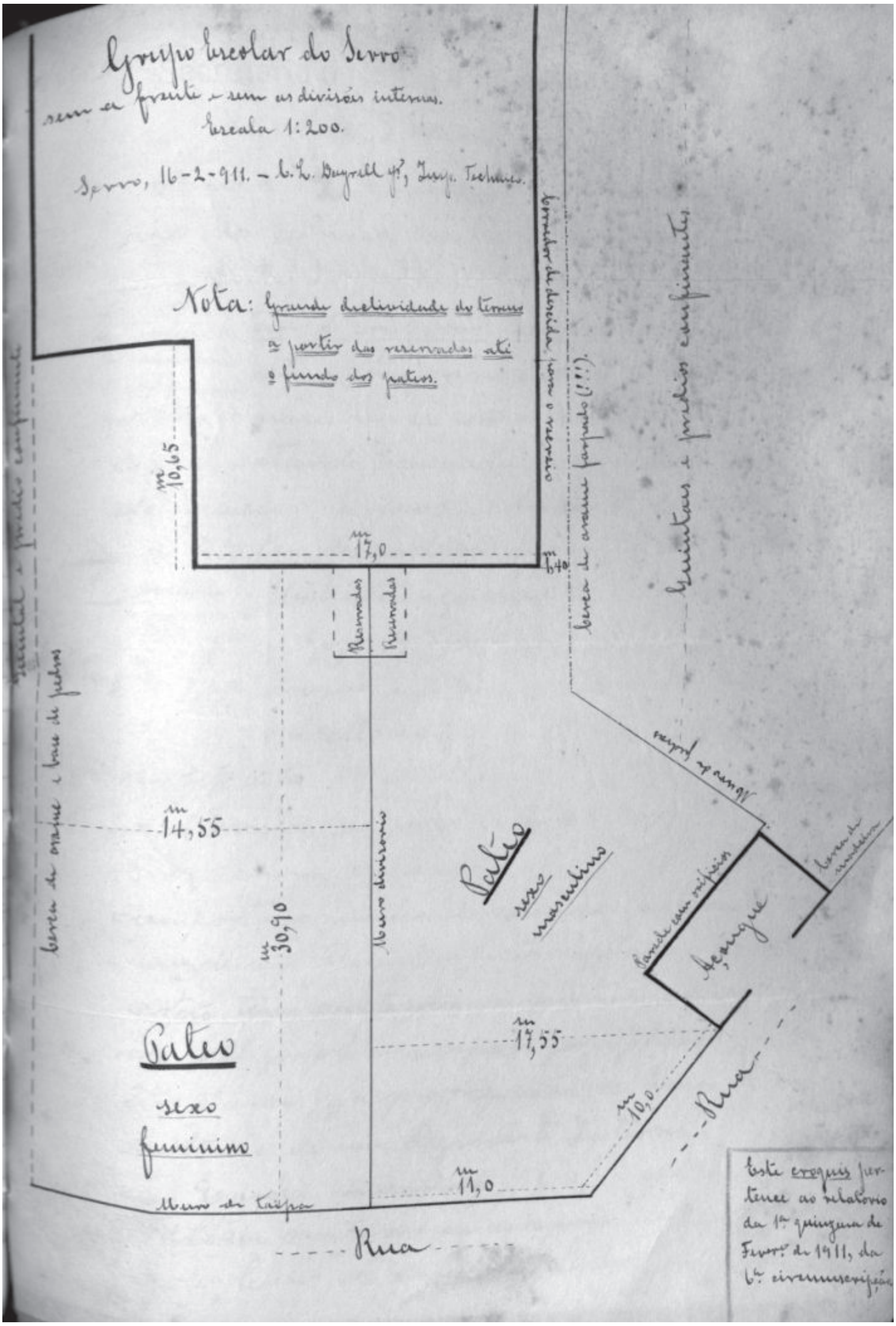
scolas estaduaes..	1	Matricula total...	75
» particulares.....	3	» » ...	141
	4		216

Serro

irupos escolares.....	1	Matricula total...	425
scolas estaduaes.....	21	» » ...	1.078
» mantidas pelo Gover-no Federal.....	1	» » ...	50
» municipaes.....	7	» » ...	310
» particulares.....	1	» » ...	57
	31		1.920

161

Fonte: Revista "Minas Gerais em 1925". Publicada pelo Governo do Presidente de MG Fernando Mello Viana. Localização: Biblioteca Pública Municipal Antonio Teixeira de Carvalho no Centro Cultural de Montes Claros (em 2012)


Grupo Escolar do Serro
sem a frente e sem as divisões internas.
Escala 1:200.
Nota: Grande declividade do terreno a partir das reservadas até o fundo dos patios.
10,65
17,0
Reservados
Reservados
14,55
30,90
Muro divisorio
Patio sexo masculino
Açougue
17,55
10,0
Rua
Patio sexo feminino
11,0
Muro de taipa
Rua
Este croquis pertence ao relatorio da 1ª quinzena de Fevro. de 1911, da 6ª circumscripção

Grupo Escolar do Serro (prédio doado). Atualmente, Escola Estadual COMPLETAR.... Fotos: Tarcísio Mauro Vago. Data: julho, 2012

CONSULTA: ARQUIVO PUBLICO MINEIRO, APM, BELO HORIZONTE, MG

DOCUMENTO SI 2885, 1910

"Directoria do Grupo Escolar do Serro, 27 de Abril de 1910.

Ill.mo. Ex.mo. Sr. Dr. Secretaria do Interior

Tenho a subida honra de vos pedir o material, livros etc., abaixo relacionados, para este Grupo:

1 Guia de Instrução Militar
1 Guia para jogos para meninos.

Eis o que tem o Grupo recebido, conforme si vê do inventario geral feito pelo ex-director para entregar ao actual o que pertencia, ou emprestado estava, ao Grupo a 24 de Agosto de 1909. Creio que nem tudo d'esta relação foi fornecido pelo Governo, foi adquirido pelo ex-director por ordem do Governo, deixando ou de mencionar o que há no Grupo pertecente, não ao Governo, mas a particulares.

Directoria do Grupo Escolar do Serro, 29 de Abril de 1910.
O Director, José Augusto da Paixão e Silva.

***

DOCUMENTO SI 2880, 1910

"Termo de Visita

Tendo eu chegado antehontem á sede do districto de Itapanhoacanga, município do Serro, depois de iniciados os trabalhos didacticos na escola publica estadoal de ensino mixto a cargo da professora effectiva D. Thereza Maria de Oliveira Fontoura, compareci na mesma escola, em visita de inspecção, depois da hora do recreio ou exercicios phisicos, assisti as últimas lições do dia e ao segundo canto e examinei

parte da escripturação após o encerramento dos mesmos trabalhos. Hontem, dia treze de novembro, apezar de feriado por ser domingo, tornei á casa da Exmª. Professora com assentimento seu e sem lhe tolher a liberdade própria do dia, examinei o resto da escripturação, a qualidade e quantidade do material da escola e dos livros tanto de ensino directo como de consulta, verifiquei as dimensões e condições hygienicas da sala escolar, transportei para um horário, com discriminação de horas e de annos lectivos, a distribuição de materias annexa ao regimento interno, ouvi a professora sobre o modo de fazer o ensino da cadeira e sobre a compreensão que tem do respectivo progrma, finalmente ministrei-lhe as explicações que me pareceram opportunas. Hoje compareci de novo á escola supra mencionada, a cujo funccionamento assisti, verificando, em face de tudo quanto observei, que a docente dispõe de intelligencia para assimilar o programa vigente, tem assiduidade no exercicio de magisterio e procura executar o citado programa, tendo, entretanto, os obstáculos decorrentes da falta de mobiliario apropriado e de material technico. Para melhor orientação sua e propriedade do ensino, deixo-lhe recommendado solicitar da Secretaria do Interior a geographia de Minas de [L.] de Araujo, um exemplar da constituição do Estado e outro da Federal, e em obter da mesma Secretaria as " Lições de Patria" por Lindolpho Gomes e a "Arithmetica" do mesmo, a Geometria Pratica de Olavo Freire e os "Elementos de Sciencias Phisicas e Naturaes de V. Martel. Encontrei regulares os boletins de notas, os cadernos de exercicios mensaes e as demais escripiturações, sendo-me preciso apenas explicar o encerramento diário do ponto de frequencia. Sobre a necessidade de serem inventariados os livros encontrados na escola e os recebidos posteriormente, peço attenção do digno snr. Inspector escolar para o art. 194, p. 19, e art. 195 do regulamento, e da Exmª. Professora para o art.42, nºIV, do mesmo regulamento.

As demais informações da visita, desnecessarias a este termo, constarão de relatorio meu ao Snr. Secretario do Interior, a quem se remetterá uma copia deste, visado pelo Inspector Escolar do districto.

Seja este livro aberto, numerado, rubricado e encerrado pela auctoridade litteraria conpetente (Regul. mº 1960, ar. 194,{ 20 e art. 195).

Itapanhoacanga, 14 de novembro de 1910.

O Inspector da 6ª circunscripção.

Carlos Leolpodo Dayrell Junior.

Visto, O Inspector escolar districtal, Pio Augusto Rabello.

***

"Illmo, Exmo. Sr.

Respeitosas Saudações

Em resposta do vosso oficio de 18 deste, venho communicar-vos que, as carteiras pedidas, deverão ser despachadas para o Curvello, ponto de estrada de ferro mais próximo aqui e consignadas ao Sr. José Suares Diniz Junior, correspondendo-me pelo transporte das mesmas na estrada de rodagem.

Venho respeitosamente pedir-vos remetterdes junto as carteiras os seguintes objectos indispensaveis ao ensino intuitivo como - contadoras, ternos de pesos e medidas; mappas geographicos e metrológicos, um tambor para os exercicios militares e uma bandeira nacional, sólidos geométricos, colleção do museu escolar por M. Vieira.

Deus guarde V.Excia.

Itambé do Serro, 27 de julho de 1910.

A professora, Alexandrina Mendes da Silva.

***

Prédio de Rio Vermelho, Serro.

Excellente seria o local em que está situado, si não fossem a absoluta falta de água, a impossibilidade de fazer-se o assentamento de esgotos para o serviço sanitário e de alargar-se a area para recreio, pois, aos lados do terreno, ainda não murado, estão duas ruas, o anterior uma praça e ao posterior uma casa de particular.

Si não lhe faltassem aquelles requisitos, excellente seria o local, disse, por que, o prédio, cuja planta vos envio, absolutamente não se presta a funccionamento de Grupo de 4 classes.

Tem dois pavimentos.

No inferior obter-se-iam somente duas salas: uma 3,78m x 7,85m x 3,35m e outra com 7,85m x 3,86m x 3,35m; e no superior mais duas: com 3,78m x 7,85m x 3,30m uma e com 3,86m x 7,85m x 3,30m outra.

Tive ocasião de ver que na sala 3,78m x 7,85m, do pavimento superior, mal se accommodam 20 carteiras e uma mesinha.

Ainda mesmo que as dimensões das salas, depois de retiradas as paredes, fossem as exigidas, notar-se-ia a falta de gabinetes, para o director e para os professores.

Para se murar a area para recreios e dividil-os, construiriam-se escadas aos lados do prédio, alpendres etc. etc. etc; despenderia o Estado cerca de 4 contos, sem incluir nesse total o necessário para a construcção dos dois gabinetes, e tambem manilhas para reservadas, sem água, e com possível esgoto, por ser plano o terreno, até a margem de um rio.

Espero que estas informações vos bastem e exaltarei, si isto se der.

Serro, 15 de Agosto de 1910.

José Augusto da Paixão e Silva.

"18 - 7 - 1910

Pela discripção e planta do prédio escolar do Rio Vermelho, vê-se que elle poderá apenas servir para o fuccionamneto das escolas isoldas, isso mesmo procedendo-se-lhe nessa adaptação constante de mudança das paredes internos e mudanças da escada, que importara em 430$500.

16 -9 -910

Valladares.

***

DOCUMENTO SI-3030, 1910

"Illmo. Exmo. Sr.Dr. Secretaria do Interior

Cumprindo o dever imposto pelo art. 62 do Regimento Interno, tenho hoje a honra de vos apresentar o relatorio do movimento do Grupo Escolar que dirijo, durante o anno lectivo de 1910.

Sobre os methodos em bôa hora introduzidos na instrução primaria em Minas, nada posso dizei alem do que sobre elles já escrevia Spencer em sua excellente obra "Da Educação moral, intellectual e physica".

"O systema, dizia elle e que consiste em obrigar as crianças a decorar, dá á formula e ao symbolo mais importância do que á cousa formulada ou symbolisada, tendo dito Montaigne que saber de cór não é saber"

Com sabeis, já tenho cerca de oito annos de experiencia e estou convencido de que o único methodo de resultados seguros é sem duvida o intuitivo.

E, si alguma falta há no programa official, não é tamanha que não possa ser sanada sem se alterar o methodo.

Infelizmente, porem, até hoje não se convenceu grande parte da sociedade de que seja possível a uma criança ler palavras, decompol-as, formar novas, etc, sem conhecer o alfaphabeto.

Assim, no principio do anno, muitos alumnos se retiraram do Grupo, dizendo suas familias que frequentariam escolas onde se ensinassem o abc e o be-a-bá.

Procurei, como cumpria, mostrar o engano mas as palavras de director ou professor, para o povo [ignorante] têm algumas cousa de suspeita, suppondo este que aquelles falam para evitar a [...], si ao Grupo faltar a necessaria frequencia e não por amor da instrução de seus filhos.

Como meu digno antecessor, penso que, nesse caso, só será útil a acção do techinico sobre o meio social, determinada pelo art. 183 do Regulamento.

E como esta não exista e a do director ou professor seja sobre o meio social-insufficiente e sobre as autoridades indevida, prejudicada será a instrução publica, por maior que sejam o zelo, o amor e a dedicação d'aquelle.

Vem-me á memoria o caso que uma respeitavel família d'esta cidade retirou do Grupo uma terceiro-anista, sua protegida, por que esta se dedicava mais aos deveres escolares que ás tarefas domesticas.

A meu ver, isto prova que não é benefico o meio social.

(...)

Instrução Militar

Foi dada até julho pelo sargento João Pereira de Oliveira.

Prédio Escolar

Exige asseio. Preceitua o art.5º do Regimento que sejam caiados os aposentos ao menos uma vez que por anno e os d'este Grupo só foram antes de sua installação, há 2 annos e mezes.

Directoria do Grupo Escolar do Serro, 23 de Novembro de 1910.
José Augusto da Paixão e Silva, director.

***

DOCUMENTO SI 3337, 1910

"Illmo. Exmo. Sr.

Acabo de receber vosso officio de 21 do corrente e, como é meu sincero desejo corresponder sempre á confiança em mim depositada pelo benemerito Governo do Estado, peço-vos permissão para vol-o responder.

Não tinha o Grupo um salão disponível para servir de sala de espera para alumnos e, por isto, fazendo o que sempre fez o meu antecessor permittia que os alumnos permanecessem nas proximidades do estabelecimento, sob minha vigilância ou sob a da Porteira.

Desde, porem, que por aqui passou o Ins. Inspector Bernadino de Miranda Lima, ordenei que os alumnos esperassem a hora de aula no salão nº 1, passando a classe do profº. Franscisco da Cunha para o salão nº 2, como já tivestes occasião de ver o Boletim de Junho findo.

Permittia a chegada de alumnos depois alguns minutos da hora regimental por que não ha na cidade regulador publico, por que muitos alumnos residem fora da cidade e por que os Ins Technicos jornais ordenaram o contrario: foi este sempre o procedimento do meu antecessor, hoje Inspector Technico.

Logo que o Inspector Bernadino iniciou sua inspecção, abordei o assumpto com elle e, e sanada essa irregularidade, teve elle ocasião de ouvir de um alumno que outros disseram que chegariam depois da hora para assim não serem acceitos naquelle dia.

Começou a decrescer a frequencia mas não tenho regateado esforços para convencer os paes de família da necessidade da execução d'esse preceito regimental.

Permittia que alumnos que no dia não recebiam instrução militar sahissem á hora dos exercicios physicos, por que como sabeis, os pateos de recreio são pequenos e accidentados, insufficientes, pois, para o numero de alumnos frequentes; o alumno, porem, que chegava depois de terminado o recreio, alias, depois de finda a hora a elle destinda, não mais tinha permissão para se retirar.

Desde, porem, que o Ins. Technico não achou isto razoável, não se deu mais essa permissão.

Quanto a trabalhos para creanças do sexo masculino, sabeis que o Grupo não está apparelhado para elles, já vos tendo eu pedido providencias nesse sentido em officio de 20 de Setembro do anno findo acompanhado de planta de todo o prédio, o que fiz respondendo vosso officio de 1º do nono mez e anno.

Tendo a meu cargo uma classe, é-me quase impossível cumprir diariamente a lettra do Regimento, como em tremo de visita exarou o Sr. Technico.

Entretanto, procurarei corrigir com o Maximo cuidado as faltas apontadas, como é meu dever.

Saude Fraternidade

Directoria do Grupo Escolar do Serro, 25 de Julho de 1910.

Illmo. Exmo. Sr. Dr. Estavão Leite de Magalhães Pinto, d.d. Secretario do Interior do Estado de Minas.

José Augusto da Paixão e Silva, director.

***

"Illmo. Exmo. Sr.

Respondendo vosso officio de 21, hontem recebido, esqueci-me de dizei-vos que neste Grupo organizado e dirigido por um professor que já tinha sido Inspector Technico e que hoje o é de novo, foi sempre permittida a sahida de alumnos em hora de exercícios physicos sem prévio pedido dos paes e sob condição de os fazerem voltar antes de recomeçarem as aulas e isto pelas razões já expostas hontem, sendo certo que Technicos que inspeccionavam o Grupo tiveram sempre palavras elojiosas para a bôa marcha d'elle, o que tudo provei ao Sr. Berndinho de Miranda Lima que, em palestra, teve occasião de ouvir o que affirmo, de pessôas de fe.

Saude Fraternidade

Directoria do Grupo Escolar do Serro, 26 de Julho de 1910.

Illmo. Exmo. Sr. Dr. Estavão Leite de Magalhães Pinto, Secretario do Interior de Minas Geraes

José Augusto da Paixão e Silva, director.

***

TEÓFILO OTONI

Grupo Escolar de Teófilo Otoni. Fonte: "Minas Gerais em 1925". Publicada pelo Governo do Presidente de MG Fernando Mello Viana. Localização: Biblioteca Pública Municipal Antonio Teixeira de Carvalho no Centro Cultural de Montes Claros (em 2012)

EIXO 2: DOCUMENTOS SOBRE FORMAÇÃO DO PROFESSORADO PARA O ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Havia no Estado de Minas Gerais, na passagem do século XIX para o XX, doze Escolas Normais, responsáveis pela formação do professorado. Quatro delas estavam em cidades da região norte-nordeste: Diamantina, Montes Claros, Serro e Araçuaí. Estas cidades também tinham Escolas Isoladas e, mais tarde, a partir da reforma do ensino de 1906, os Grupos Escolares.

As Escolas Normais eram definidas em 1890 como estabelecimentos de ensino profissional destinados *a dar aos candidatos á carreira do magistério primário a educação intellectual, moral e prática necessária e sufficiente para o bom desempenho dos deveres de professor, regenerando progressivamente a escola publica de instrucção primaria* (Decreto nº 260, de 1 de dezembro de 1890).

Esse mesmo dispositivo prescrevia para o seu programa a obrigatoriedade da cadeira de *gymnastica*, de modo a preparar o professorado para conduzir o seu ensino para as crianças. Para o quarto ano do curso constava: *Gymnastica: exercicios de corpo livre (diariamente).*

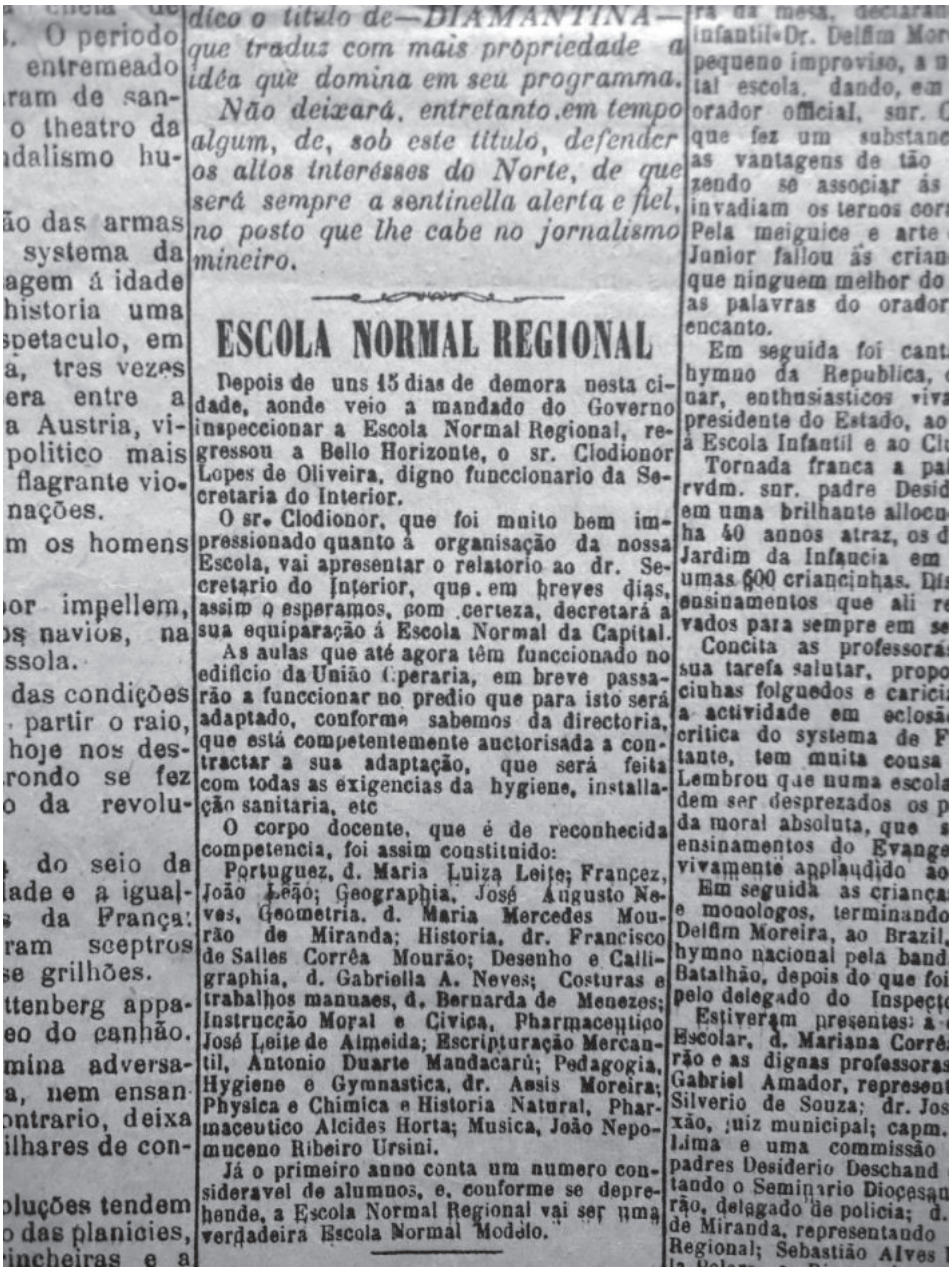
Assim, apresentam-se alguns documentos encontrados para este segundo eixo, em cidades onde havia escola normal: Diamantina, Montes Claros, Serro e Araçuaí.

Em fragmentos de relatórios do Secretário do Interior, em fotografias, em jornais, por exemplo, encontram-se evidências da escolarização da Ginástica nas práticas de Escolas Normais da região norte-nordeste de Minas.

DIAMANTINA

Em 1897 o diretor da Escola Normal de Diamantina, professor José Pedro Lessa, registrou a precariedade com que o ensino de *Gymnastica* era ministrado, e suas iniciativas para tentar melhorá-lo:

A aula de Gymnastica e evoluções militares tem sido até o presente muitissimo elementar. Pretendo este anno, mesmo com o auxílio da verba destinada ás despesas do expediente, sendo possivel, melhorar mais este ensino pratico que precisa de todas as condições de melhoramento.



dico o titulo de—DIAMANTINA—que traduz com mais propriedade a idéa que domina em seu programma.

Não deixará, entretanto, em tempo algum, de, sob este titulo, defender os altos interesses do Norte, de que será sempre a sentinella alerta e fiel, no posto que lhe cabe no jornalismo mineiro.

ESCOLA NORMAL REGIONAL

Depois de uns 15 dias de demora nesta cidade, aonde veio a mandado do Governo inspeccionar a Escola Normal Regional, regressou a Bello Horizonte, o sr. Clodionor Lopes de Oliveira, digno funccionario da Secretaria do Interior.

O sr. Clodionor, que foi muito bem impressionado quanto á organisação da nossa Escola, vai apresentar o relatorio ao dr. Secretario do Interior, que, em breves dias, assim o esperamos, com certeza, decretará a sua equiparação á Escola Normal da Capital.

As aulas que até agora têm funccionado no edificio da União Operaria, em breve passarão a funccionar no predio que para isto será adaptado, conforme sabemos da directoria, que está competentemente auctorisada a contractar a sua adaptação, que será feita com todas as exigencias da hygiene, installação sanitaria, etc

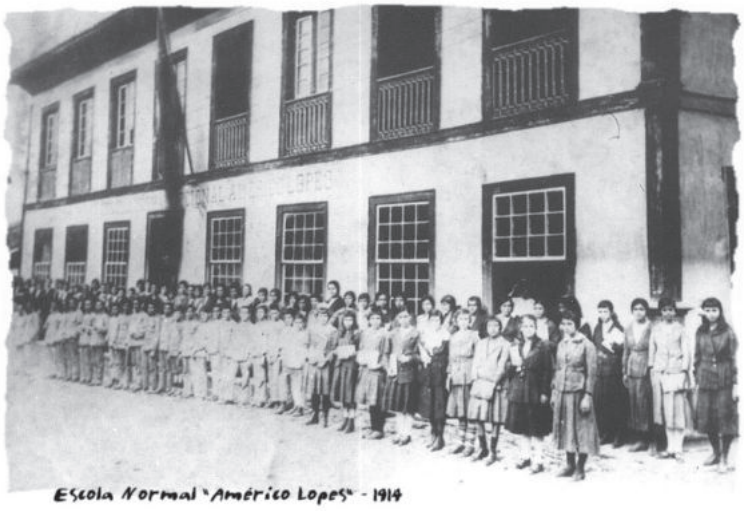
O corpo docente, que é de reconhecida competencia, foi assim constituido:

Portuguez, d. Maria Luiza Leite; Francez, João Leão; Geographia, José Augusto Neves, Geometria, d. Maria Mercedes Mourão de Miranda; Historia, dr. Francisco de Salles Corrêa Mourão; Desenho e Calligraphia, d. Gabriella A. Neves; Costuras e trabalhos manuaes, d. Bernarda de Menezes; Instrucção Moral e Civica, Pharmaceutico José Leite de Almeida; Escripturação Mercantil, Antonio Duarte Mandacarú; Pedagogia, Hygiene e Gymnastica, dr. Assis Moreira; Physica e Chimica e Historia Natural, Pharmaceutico Alcides Horta; Musica, João Nepomuceno Ribeiro Ursini.

Já o primeiro anno conta um numero consideravel de alumnos, e, conforme se deprehende, a Escola Normal Regional vai ser uma verdadeira Escola Normal Modelo.

Jornal Diamantina. Fonte: Museu Antônio Torres. Década de 1910.

Fotografias da Escola Normal de Diamantina, décadas de 1910, 1920 e 1930



Escola Normal Américo Lopes, Diamantina, 1918. Fonte: SOUSA, Flander; FRANÇA ALKMIM, Verônica. *O olhar eterno de Chichico Alkmim*. Belo Horizonte: Editora B, 2005. p. 27.

MONTES CLAROS

Na Escola Normal de Montes Claros, o ensino de Ginástica integrava o currículo dos dois primeiros anos do curso. E um normalista diplomado por ela própria, João dos Anjos Fróes, tornou-se seu professor em 1898. Na cidade do Serro foi o secretário da escola normal, Fernando Victor, quem assumiu as aulas de *Gymnastica e Evoluções militares*. E nessa mesma escola houve exames para aprovação dos estudantes, divididos em *exercicios calisthenicos* e *gymnastica e evoluções militares*.

Há também indicações de que eram realizados concursos públicos para professores tomarem posse na cadeira de Ginástica nessas escolas, exigidos pela legislação do ensino.

Importa examinar essa presença da *gymnastica* na formação do professorado, desde então, e nas décadas seguintes, considerando tanto as prescrições legais como, principalmente, os vestígios de suas práticas nessas escolas. Ora, isso permitirá aproximar e cruzar dados de fontes diversas para acompanhar o movimento de escolarização da Educação Física contemplando também a formação do professorado.

SERRO

COLÉGIO
NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
FUNDADO EM 1904

COLÉGIO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE SERRO
1904 A 2004
PADRE JOÃO MOREIRA DA SILVA: SEU IDEAL MISSIONÁRIO
TROUXE PARA ESTA CIDADE A ESCOLA CATÓLICA QUE,
ATRAVÉS DO TEMPO, EDIFICOU EM BASES SÓLIDAS A
FORMAÇÃO CULTURAL DO POVO DO NORDESTE DE MINAS.
HOMENAGEM DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO.
SERRO, MARÇO DE 2004.
JOSÉ MONTEIRO DA CUNHA MAGALHÃES
PREFEITO MUNICIPAL DE SERRO - MG
PAULO DE FÁTIMA SIMÕES
VICE-PREFEITO

EIXO 3: DOCUMENTOS QUE INDICIAM A CIRCULAÇÃO DE MANUAIS E MÉTODOS DE ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Articulado aos dois anteriores, neste eixo o propósito foi flagrar o trânsito de modelos pedagógicos de educação física, observando, por exemplo, se o governo mineiro comprou e distribuiu livros, manuais de ginástica, revistas, entre outros.

Assim, fez-se mister indagar pela circulação de modelos pedagógicos na constituição da Educação Física e o seu circuito pelas escolas normais da região pesquisada, para então analisar a aproximação do professorado à representações diversas sobre o ensino de Educação Física e as expectativas produzidas sobre sua participação na educação das crianças.

Exemplo dessa circulação foi a compra de manuais para as escolas primárias e normais. Um deles é *Gymnastica*, de autoria de D. G. M. Schreber (tudo indica de que se trata do *Manual Popular de Gimnasia de Sala, Médica e Higiênica*, publicado em Madri, em 1891). Outro foi o *Manual theorico-pratico de gymnastica escolar*, de autoria de Pedro Manoel Borges, publicado no Rio de Janeiro em 1896.

Consta ainda, no Relatório do Secretário do Interior ao Presidente do Estado, que no período de 15 de fevereiro de 1910 a 31 de março de 1911 houve distribuição de 41 volumes do livro *Gymnastica Sueca*, sem a referência do autor.

São registros que indiciam uma estratégia de formação do professorado para o ensino de ginástica nas escolas, produzindo e pondo em circulação desde representações de Educação Física até indicações sobre como orientar o seu trabalho.

DIAMANTINA

Em 1908 o Jornal *O Jequitinhonha* destaca em 1908 uma nota sobre a Biblioteca Pública, informando a chegada do livro *L'Education Physique*, de G. Hebert.

tou-as na urna fe-
tro chaves, que fica-
poder do presidente
que ficou a mesma
sejam reconh cidos
. . ., e as outras tres
fiscaes *ou dos outros*

que extrahiram-se
que foram remettidas
dente da Junta Apu-
nunicipio e outra ao
o Congresso Legisla-
do.
as secções eleitoraes
ao 5.º districto esta-
las duas copias acima
serão extrahidas mais
uma para a Junta
da séde do 5.º distri-
para a Secretaria da
Deputados).
lavrou-se a presente
pta e assignada por
ario, pelo presidente,
scaes e eleitores que
ssignal-a.

Bibliotheca Municipal

Dos livros ultimamente comprados no Rio para a Bibliotheca Municipal d'esta cidade, já chegaram a este estabelecimento os seguintes:

L' EDUCATION DE LA PETITE ENFANCE, por J. Girard; NOUVEAU COURS DE PÉDAGOGIE, por P. A. Dufrenne; INSTRUCTION MORALE ET CIVIQUE, por P. Lalci & F. Picavet; LA COEDUCATION DES SEXES, por T. Meylan; L' EDUCATION PHYSIQUE, por G. Hebert; L' E'TAT, LE PERE, ET L' ENFANT, por R. Lavollèe; L'E'DUCATION MATERNELLE DANS L' E'COLE, por P. Kerganard.

Dentro em pouco chegarão mais outras obras importantes, em portuguez.

Amanhã em Bello Horizonte a Commissão Executiva publicará a chapa dos candidatos a deputados federaes, para o proximo triennio de 1909 a 1911.

GRUPO E

Como já temos r
ras vezes, o Grupo
cidade lucta com i
dade, por ser mu
Caixa Escolar que
verba mensal de 5
camente votada pel
nicipal.

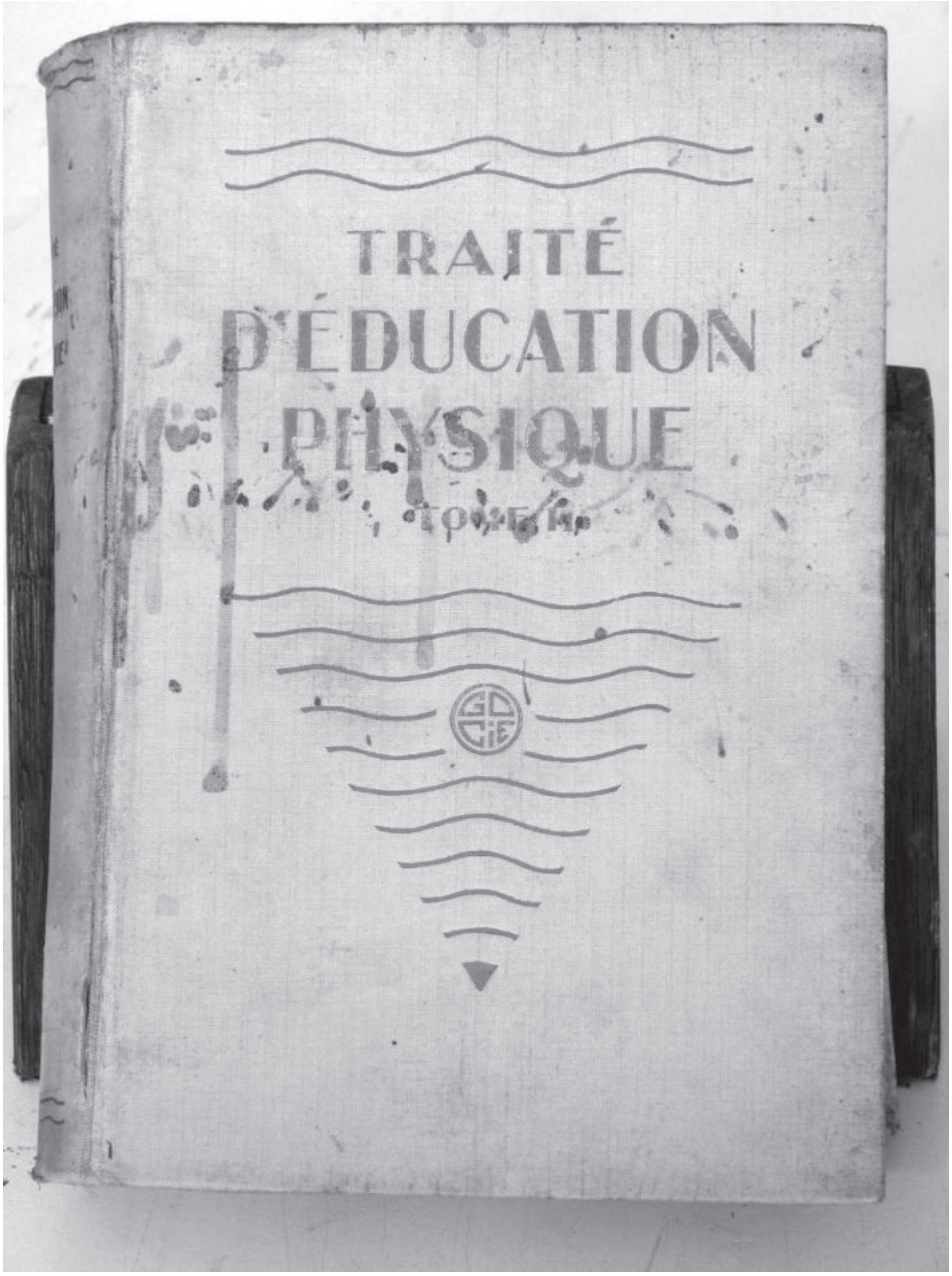
Antes da Camara
da subvenção, quas
za do expediente er
do Director *exclusi*

Alem da despeza
de material aos alu
tem sempre outras
ordinarias, taes co
mas, sellos, conce
dio, etc.

Antigamente as E
não forneciam absol
terial aos alumnos e
nham do Governo u
nual de 1.200$000 pa
te, favor este de que
Grupos Escolares, qu
um vintem para

Jornal O Jequitinhonha, 1908. Museu Antônio Torres

Na Biblioteca do Museu Antônio Torres foi encontrado o livro *Traité D'Éducation Physique*, organizado por Marcel Labbé e publicado em Paris, em 1930.


TRAITÉ
D'ÉDUCATION
PHYSIQUE
TOME II

TRAITÉ D'ÉDUCATION PHYSIQUE

PUBLIÉ SOUS LA DIRECTION DE

Marcel LABBÉ

PROFESSEUR A LA FACULTÉ DE MÉDECINE DE PARIS
MEMBRE DE L'ACADÉMIE DE MÉDECINE

SECRÉTAIRE DE LA RÉDACTION :

Dr BELLIN du COTEAU

AVEC LA COLLABORATION DE :

MM. Émile ANDRÉ, Marcel BERGERON, Capitaine CAMBIER, Professeur DECHAMBRE, Dr DUFESTEL, GUÉRIN-DESJARDINS, Dr JEUDON, Dr MASSARD, Élie MERCIER, Dr PHILIPPE, REY-GOLLIET, Dr G. ROSENTHAL, Dr SANDOZ, Dr THOORIS

TOME DEUXIÈME

avec 440 figures dans le texte

PARIS
LIBRAIRIE OCTAVE DOIN
GASTON DOIN & CIE, ÉDITEURS
8, PLACE DE L'ODÉON, 8
1930

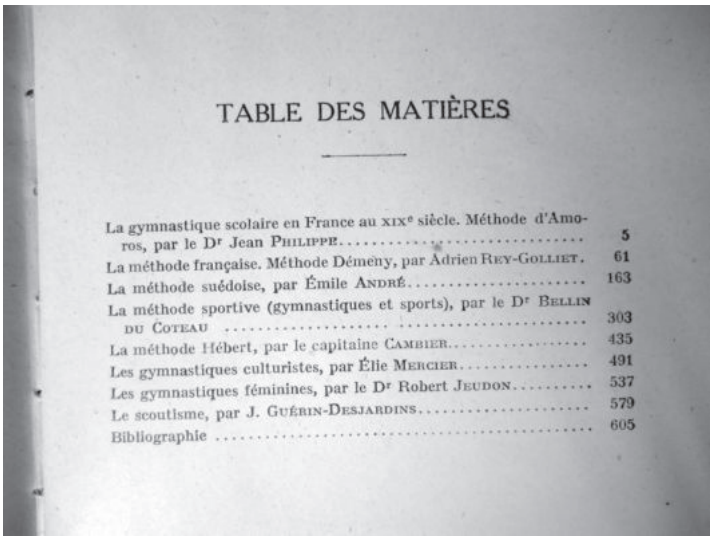
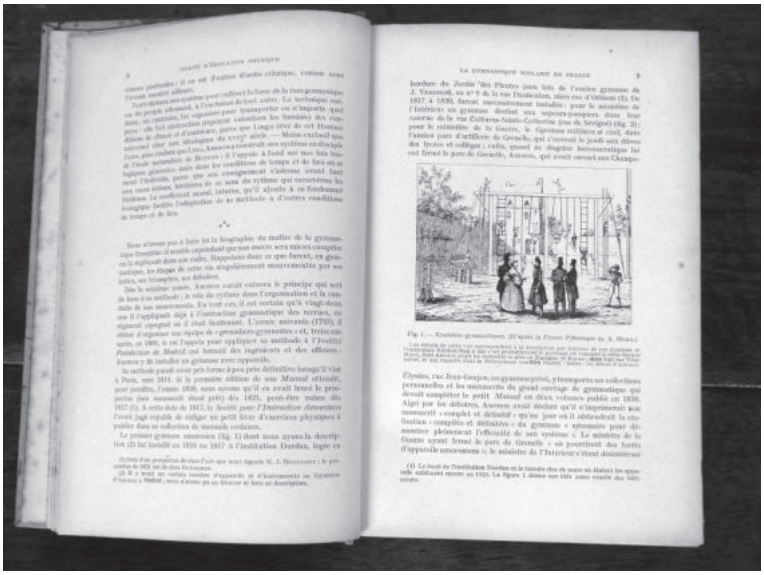


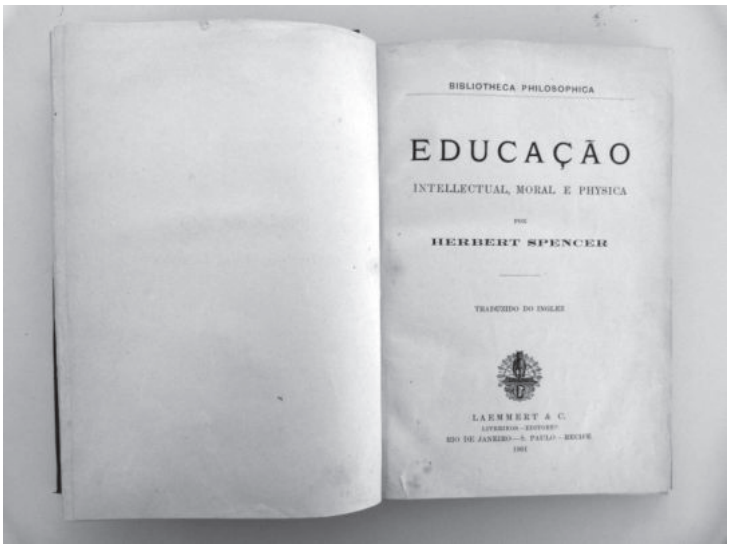
TABLE DES MATIÈRES

La gymnastique scolaire en France au XIXe siècle. Méthode d'Amoros, par le Dr Jean Philippe 5
La méthode française. Méthode Démeny, par Adrien Rey-Golliet. 61
La méthode suédoise, par Émile André 163
La méthode sportive (gymnastiques et sports), par le Dr Bellin du Coteau 303
La méthode Hébert, par le capitaine Cambier 435
Les gymnastiques culturistes, par Élie Mercier 491
Les gymnastiques féminines, par le Dr Robert Jeudon 537
Le scoutisme, par J. Guérin-Desjardins 579
Bibliographie 605



MONTES CLAROS

Na Casa da Cultura encontrou-se um livro que é, pode-se dizer, um clássico para a compreensão da história da Educação Física: *Educação intellectual, moral e physica*, de Herbert Spencer, uma edição de 1901.



BIBLIOTHECA PHILOSOPHICA

EDUCAÇÃO

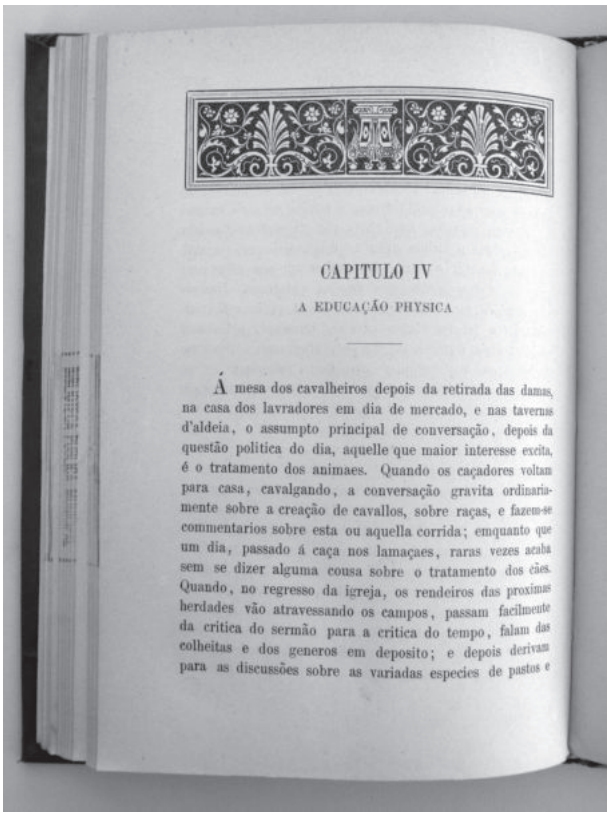
INTELLECTUAL, MORAL E PHYSICA

POR

HERBERT SPENCER

TRADUZIDO DO INGLEZ

LAEMMERT & C.
LIVREIROS—EDITORES
RIO DE JANEIRO—S. PAULO—RECIFE
1904



CAPITULO IV

A EDUCAÇÃO PHYSICA

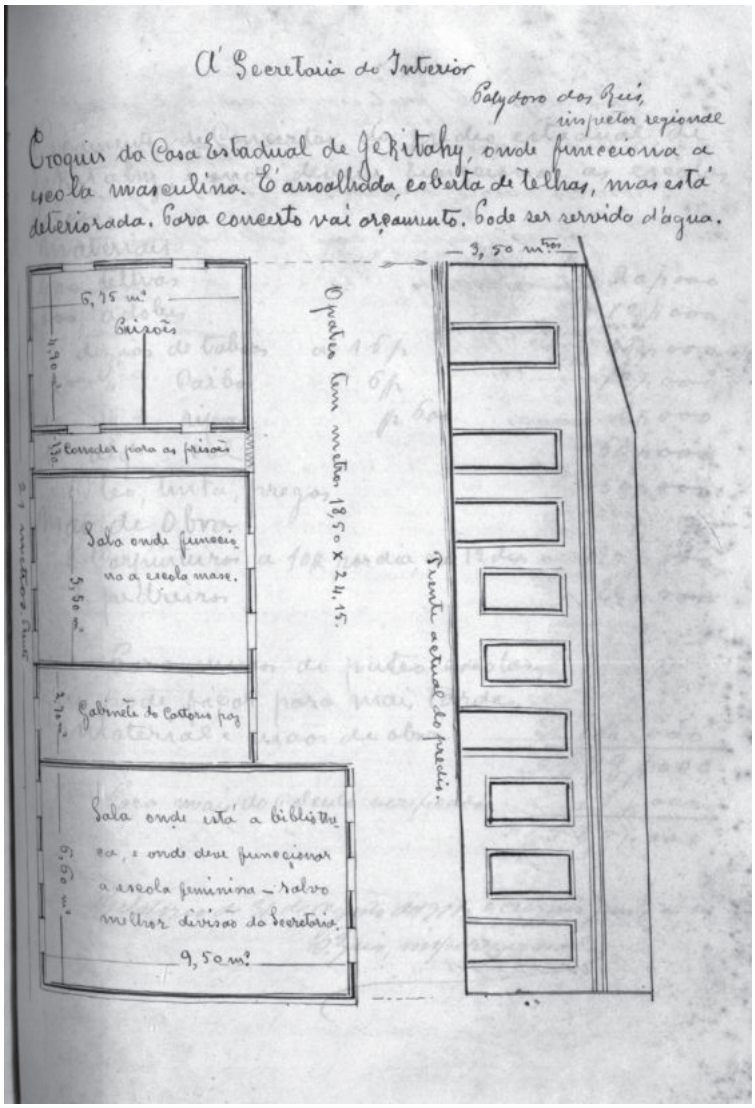
Á mesa dos cavalheiros depois da retirada das damas, na casa dos lavradores em dia de mercado, e nas tavernas d'aldeia, o assumpto principal de conversação, depois da questão politica do dia, aquelle que maior interesse excita, é o tratamento dos animaes. Quando os caçadores voltam para casa, cavalgando, a conversação gravita ordinariamente sobre a creação de cavallos, sobre raças, e fazem-se commentarios sobre esta ou aquella corrida; emquanto que um dia, passado á caça nos lamaçaes, raras vezes acaba sem se dizer alguma cousa sobre o tratamento dos cães. Quando, no regresso da igreja, os rendeiros das proximas herdades vão atravessando os campos, passam facilmente da critica do sermão para a critica do tempo, falam das colheitas e dos generos em deposito; e depois derivam para as discussões sobre as variadas especies de pastos e

OUTRAS CIDADES... OUTRAS IMAGENS

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO

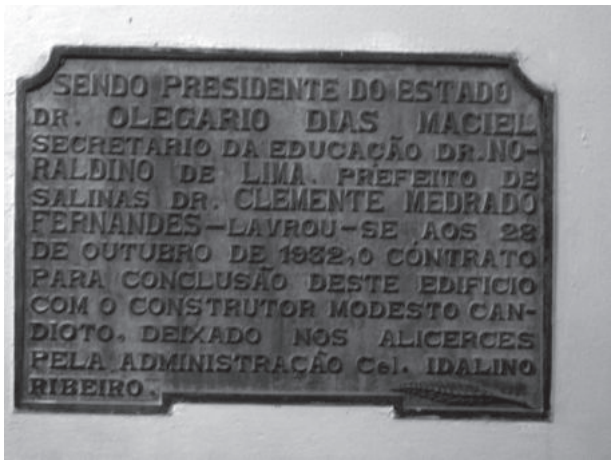
Grupo Escolar de Conceição do Mato Dentro (Escola Estadual Daniel de Carvalho). Foto: Tarcísio Mauro Vago. Data: julho de 2012

JEQUITAÍ

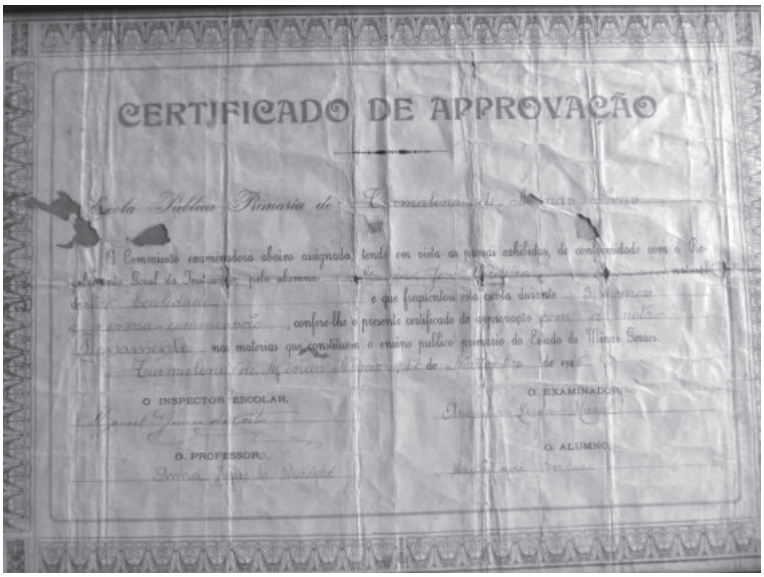


"A Secretaria do Interior. Polydoro dos Reis, inspector regional.
Croquis da Casa Estadual de Jekitahy, onde funcciona a
escola masculina. É assoalhada, coberta de telhas, mas esta deteriorada.
Para concerto vai orçamento. Pode ser servido d'agua."
[Pode-se observar que o inspetor regional indicava que na sala em que estava a biblioteca poderia funcionar a escola feminina, "salvo melhor divisão da Secretaria". Na mesma Casa havia também um "cartório de paz" e as "prisões".]
Fonte: Arquivo Público Mineiro. Secretaria do Interior. Relatório de Inspetores. Data: 1910.

SALINAS



Grupo Escolar de Salinas (Escola Estadual João Porfírio). Fotos: Tarcísio Mauro Vago. Data: julho de 2012.



CERTIFICADO DE APPROVAÇÃO

Escola Publica Primaria de

A Commissão examinadora abaixo assignada, tendo em vista as provas exhibidas, de conformidade com o Regulamento Geral da Instrucção, pelo alumno

o que frequentou esta escola durante

, confere-lhe o presente certificado de approvação

nas materias que constituem o ensino publico primario do Estado de Minas Geraes

O INSPECTOR ESCOLAR,

O EXAMINADOR,

O PROFESSOR,

O ALUMNO,

"Certificado de Approvação" no ensino primário
Aluna: Maria José Cordeiro
Professora: Anna Lopes de Macêdo
Inspector Escolar: Manuel Gomes da Costa
Examinadora: Augusta Lima Maciel
Data: 17 de novembro de 1925
Fonte: Casa da Cultura de Turmalina. Fotos: Tarcísio Mauro Vago (julho de 2012)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, M. M. C. de. *A escola e a República e outros ensaios*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CARVALHO, M. M. C. de.; NUNES, C. Historiografia da educação e fontes. *Cadernos da ANPEd*, Porto alegre, nº 5, 1993.

CERTEAU, Michel de. *A escrita de história*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

CHARTIER, Roger. *A história cultural*: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1990.

_____. *Escribir las praticas*. Foucault, Certeau, Marin. Buenos Aires: Manancial, 1996.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, nº 2, 1990.

DURÃES, Sarah Jane Alves. A Escola como lugar: Grupos Escolares no Norte de Minas Gerais (1909-1937)". Montes Claros: Editora UNIMONTES, 2009.

ESCOLANO, A.; VINÃO FRAGO, A. *Currículo, espaço e subjetividade*: a arquitetura como programa. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

FARIA FILHO, L. M. de. *Dos pardieiros aos palácios*. Passo Fundo: EdUPF, 2000.

_____. Cultura e práticas escolares: escrita, aluno e corporeidade. *Cadernos de Pesquisa*, Rio de Janeiro, nº 103, p. 136-149, mar. 1998.

_____. Instrução elementar no Século XIX. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M. de; VEIGA, C. G. (Orgs). *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 135-150.

FARIA FILHO, L. M. de; RESENDE, F. M. História da educação e estatística escolar: o processo de escolarização em Minas Gerais no século XIX. *RBEP*, Brasília, nº 195, 1999.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais*: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GONDRA, J. G. *Artes de civilizar*: medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

GOUVÊA, M. C. S. de. A escolarização da "meninice" nas Minas oitocentistas: a individualização do aluno. In: VEIGA, C. G.; FONSECA, T. N. de L. (Orgs.*). História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 189-225.

MOURÃO, P. K. C. *O ensino em Minas Gerais no tempo da República*. Belo Horizonte: CRPE, 1962.

REVEL, J. (Org). *Jogos de Escalas*: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, N. *A corrida para o século XXI*: no loop da montanha-russa. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SOARES, C. L. *Educação Física*: raízes europeias e Brasil. São Paulo: Autores Associados, 1994.

_____. *Imagens da educação no corpo; estudo a partir da ginástica francesa no século XIX*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

SOUZA, R. F. *Templos de civilização*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

SOUZA, R. F.; VALDEMARIN, V. T.; ALMEIDA, J. S. (Orgs). *O legado educacional do século XIX*. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, 1998.

SPENCER, H. *Educação moral, intellectual e physica*. Lisboa: [s.l.], 1886.

TABORDA DE OLIVEIRA, M. A.; RANZI, S. M. F. *História das Disciplinas Escolares no Brasil*: contribuições para o debate. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

VAGO, T. M. *Cultura escolar, cultivo dos corpos*: Educação Physica e Gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920). Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

_____. *Histórias de Educação Física na escola*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010a.

_____. Reformas do Corpo na escola. In: FARIA FILHO, L. M. de; NASCIMENTO, C. V.; SANTOS, M. L. (Orgs). Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010b. p. 81-129.

_____. Imagens de educação physica da infância: o acervo Augusto Malta (Rio de Janeiro, 1903-1936). In: MOCTEZUMA, Lucía Martínez. *Formando el cuerpo del ciudadano. Notas para una historia de la educación física en Latinoamérica*. México: Universidad Autónoma del Estado de Morelos; Instituto del Deporte y Cultura Física del Estado de Morelos; CONACyT, 2015.

VIÑAO-FRAGO, A. *Tiempos escolares, tiempos sociales*. La distribuición del tiempo y del trabajo en la enseñanza primaria en España (1838-1936). Barcelona: Anil, 1998.

VINCENT, G.; LAHIRE, B.; THIN, D. Sobre a história e a teoria de forma escolar. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, nº 33, p. 7-48, 2001.

A Coleção **Pensar a Educação Pensar o Brasil** é fruto de uma parceria entre a *Mazza Edições* e o *Projeto Pensar a Educação Pensar o Brasil – 1822/2022*. Este Projeto, desenvolvido em parceria por docentes e discentes da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, da Universidade Federal de Ouro Preto e da Universidade Federal de Minas Gerais, envolve ações de ensino, pesquisa e extensão que buscam refletir sobre o lugar da educação no âmbito dos projetos de Brasil delineados ao longo de nossa história. Fazem parte do Projeto um *Programa de Rádio*, levado ao ar toda semana na *Rádio UFMG Educativa*, *Seminários Anuais* sobre temas relevantes para a educação Brasileira e a presente *Coleção*.

Integram a Coleção cinco séries: *Série Seminário*, *Série Estudos Históricos*, *Série Clássicos da Educação Brasileira*, *Série Diálogos* e *Série Ensaios*.

A **Série Seminários** publica os textos apresentados nos Seminários Anuais do Projeto, dos quais participam os mais importantes pesquisadores em educação do País. A **Série Estudos Históricos** publica trabalhos de história da educação e de áreas afins que contribuam para alargar o entendimento sobre o lugar da educação no âmbito dos projetos de Brasil delineados ao longo de nossa história. A **Série Clássicos da Educação Brasileira** traz resenhas introdutórias das principais obras sobre educação brasileira publicadas pelos principais pesquisadores em educação do País. A **Série Diálogos** publica textos que buscam fortalecer o intercâmbio entre o professorado da educação básica e os(as) pesquisadores(as) das diversas áreas da educação. A **Série Ensaios** publica interpretações da relação entre a educação e as grandes questões que marcaram e marcam a história da sociedade brasileira nos últimos 200 anos.

O objetivo da Mazza Edições e do *Projeto Pensar a Educação Pensar o Brasil – 1822/2022* é que a Coleção contribua para a discussão da educação brasileira e, por meio desta, da constituição da própria sociedade brasileira.

Este livro foi composto em Minion Pro Cond e impresso
em papel Offset 75 g/m² (miolo) e Cartão 250 g/m² (capa),
no mês de agosto de dois mil e quinze.

Do ensino normal_MIOLO.indd 280 17/8/2015 10:40:49